

TEM PO

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior

COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II

PRE SEN TE



Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II

Escrevem neste número:

Airton dos Reis Pereira · Amarildo Ferreira Júnior
Carlos Zacarias de Sena Júnior · César Augusto B. Queirós
Gilberto Grassi Calil · Jeany Castro dos Santos
Kátia Gerab Baggio · Marco Antônio Domingues Teixeira
Maria Ariádina Cidade Almeida
Marta Gouveia de Oliveira Rovai · Raquel Varela
Rosa Acevedo Marin · Temis Gomes Parente
Teresa Almeida Cruz · Waldo Ansaldi



Roraima
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

REITOR	EDITORA DA UFRR
José Geraldo Ticianeli	Diretor da EDUFRR
	Fábio Almeida de Carvalho

VICE-REITOR	CONSELHO EDITORIAL
Silvestre Lopes da Nóbrega	Alcir Gursen de Miranda
	Anderson dos Santos Paiva
	Bianca Jorge Sequeira Costa
	Fabio Luiz de Arruda Herrig
	Georgia Patrícia Ferko da Silva
	Guido Nunes Lopes
	José Ivanildo de Lima
	José Manuel Flores Lopes
	Luiza Câmara Beserra Neta
	Núbia Abrantes Gomes
	Rafael Assumpção Rocha
	Rickson Rios Figueira
	Rileuda de Sena Rebouças

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufrr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico
George Brendom Pereira dos Santos

Capa
Matheus de Oliveira Vieira

Diagramação e Edição Eletrônica
Paulo DeCarvalho

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C96 Coleção história do tempo presente: volume II / Organizadores: Tiago
Siqueira Reis et al. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

279 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-18-2

1 - História. 2 - Democracia. 3 - Migração. I - Título. II - Reis,
Tiago Siqueira (organizador). III -Série.

CDU - 981

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Marcilene Feio Lima - CRB-11/507-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões
é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

- 7 **APRESENTAÇÃO**
- 15 **A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UM PROJETO
ARREDIO E EQUIVOCADO**
Waldo Ansaldi
- 32 **O COMPADRE E O PROFESSOR: O MOVIMENTO JAN-JAN
E AS DISPUTAS EM TORNO DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL
DE 1960 NO AMAZONAS**
César Augusto B. Queirós
- 49 **O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NO PROCESSO DE
DESESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
(2005-2019)**
Kátia Gerab Baggio
- 85 **DECIFRA-ME OU DEVORO-TE: AS JORNADAS DE
JUNHO, O GOLPE DE 2016 E A ASCENSÃO DA
EXTREMA-DIREITA NO BRASIL**
Carlos Zacarias de Sena Júnior
- 115 **A DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB ATAQUE:
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE
FECHAMENTO POLÍTICO NO BRASIL ATUAL**
Gilberto Grassi Calil
- 131 **HISTÓRIA PÚBLICA: UM DESAFIO DEMOCRÁTICO
AOS HISTORIADORES**
Marta Gouveia de Oliveira Rovai

154	O “OLHO QUE TUDO VÊ”: REFLEXÕES SOBRE O PLANO URBANÍSTICO E O CORPO EM PALMAS-TO Jeany Castro dos Santos Temis Gomes Parente
170	A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL Airton dos Reis Pereira
188	O SOCIOAMBIENTALISMO E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE EM RONDÔNIA: VIOLÊNCIA E CONFLITOS Marco Antônio Domingues Teixeira
207	AS REVOLUÇÕES ANTICOLONIAIS: UMA PERSPECTIVA GLOBAL Raquel Varela
224	MIGRANTES, “REFUGIADOS VENEZUELANOS”: CONFLITOS E POLÍTICAS DE ESTADO Rosa Elizabeth Acevedo Marin Amarildo Ferreira Júnior
253	TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DAS CORRERIAS NA AMAZÔNIA ACREANA Maria Ariádina Cidade Almeida Teresa Almeida Cruz
270	AUTORAS E AUTORES
278	ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS
279	REVISORES

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume da Coleção História do Tempo Presente, prosseguimos com nossos objetivos de apresentar, discutir e apontar caminhos teóricos e metodológicos acerca da História do Tempo Presente. Assim como o volume inicial lançado no ano de 2019, contamos com historiadores de diferentes instituições nacionais e internacionais, matrizes teóricas e objetos de análise, assegurando espaço privilegiado para pesquisadores situados na região amazônica como forma de des-hierarquização da produção nacional, enfocando a produção historiográfica amazônica enquanto parte ativa dela.

A coleção é um reconhecimento da diversidade de temas e espaços que os historiadores encontram à sua disposição no tempo presente, encorajando os profissionais da História a ocupar esses espaços com cientificidade, rigor e vitalidade. Este livro busca reafirmar o papel da História enquanto prática científica, distanciando-se de apelos midiáticos, de concepções descartáveis e, sobretudo, dos revisionismos negacionistas. Os três volumes desta coleção oferecem ao leitor textos que refletem posições objetivas e subjetivas de seus autores e autoras, posto que, nosso compromisso expressa-se na pluralidade de objetos, assuntos, fontes e perspectivas temáticas, respeitando sempre estudos dedicados a História enquanto agente social transformador por meio do conhecimento científico acumulado, de recursos analíticos teórico-metodológicos e do pensamento crítico.

Nesse sentido, abrimos o segundo volume com o historiador argentino Waldo Ansaldi no capítulo *A democracia na américa latina: um projeto arredo e equivocado*, examina o caráter da democracia latino-americana nos últimos quarenta anos. Para Ansaldi a democracia é um tema que vêm despertando grande interesse tanto de pesquisadores, como do campo político e dos meios de comunicação, tornando-se um problema político-social e acadêmico. Do ponto de vista acadêmico, sugere que a produção historiográfica dos últimos anos tem concentrado suas análises nos aspectos formais e institucionais da democracia, embora preocupada em se afastar do reducionismo economicista, conduziram suas pesquisas a um reducionismo político e até mesmo cultural. O texto discute a apropriação da democracia no pensamento social latino-americano, fortemente influenciado

pelo pensamento hegemônico conservador e acrítico, que leva o autor a refletir diante de uma situação de “encruzilhada” da história recente, cuja alternativa requer uma discussão de democracia distinta das perspectivas vigentes. O pensamento dependente que impregna o debate da democracia na América Latina, nega os conceitos, categorias analíticas e as teorias, que segundo Ansaldi não podem ser entendidos como naturais ou um processo inocente, especialmente por parte das ciências humanas e sociais. Desse modo, adverte que quando não há a preocupação em definir o que entendemos por democracia, deixaremos a sorte de uma concepção de democracia liberal, burguesa ou capitalista. Assim, propõe uma reflexão acerca da democracia à luz da análise da dominação política e social de classe, pelo qual sugere a existência de um duplo processo de construção das democracias na América Latina: primeiro, conceitualmente - o que se entende por democracia; e, em seguida, faz um exame sócio-histórico, o que foi no passado e no presente. O duplo processo apresenta como traço constitutivo latino-americano formas históricas de dominação oligárquica, autoritária e/ou ditatorial. Ansaldi, desse modo, enuncia percursos e possibilidades teórico-metodológicas para o estudo das democracias na América Latina, tomando como referência a perspectiva sócio-histórica, de longa duração e em diálogo com a categoria analítica de coeficiente histórico.

Em *O Compadre e o Professor: o movimento Jan-Jan e as disputas em torno da sucessão presidencial de 1960 no Amazonas*, César Augusto B. Queirós narra detalhadamente os embates ocorridos internamente no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seção Amazonas, a partir da imprensa local e nacional quando das campanhas para a presidência e vice-presidência do Brasil de 1960. Queirós lançou mão das disputas veiculadas, em especial, através dos periódicos amazonenses sediados na capital manauara: *Diário da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio*, e *O Trabalhista*; e em âmbito nacional: os fluminenses *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, e o paulista *Estado de São Paulo*. No que concerne ao cenário amazonense, a cisão fora encabeçada pelos correli-gionários petebistas Gilberto Mestrinho (o compadre) – eleito governador em 1958, que seguia as orientações da cúpula do partido, apoiou a candidatura de Henrique Lott, e Plínio Ramos Coelho (o professor) – governador do Amazonas entre 1954 e 1958, por sua vez, apoiava a dobradinha Jânio-Jango. De acordo com o autor “a campanha eleitoral de 1960 atingiu um alto grau de radicalização”, nacionalmente e regionalmente, neste caso, expressa pela divergência entre as principais lideranças do partido. Queirós a partir de seu capítulo nos ambienta e enreda nos acontecimentos, apresentando como as disputas e seus desdobramentos influenciaram nas políticas nacional e estadual.

Kátia Gerab Baggio, em seu capítulo *O papel do sistema de justiça no processo de desestabilização da democracia brasileira (2005-2019)*, analisa o papel do Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Polícia Federal no processo de desestabilização da democracia e da soberania brasileira nos últimos quinze anos. Para tanto, acompanha o tratamento dado pela mídia e o sistema de justiça ao julgamento conhecido como Mensalão do PT e a Operação Lava Jato coordenada pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal do estado do Paraná. A autora demonstra como o sistema de justiça encontra-se em estreita colaboração com as corporações de mídia, e como a Operação Lava Jato vem operando no sentido de desestabilizar a política nacional, fragilizando a democracia por meio de um discurso de criminalização generalizada da política e do sistema político. Examina minuciosamente a ação e as redes de colaboração da Lava Jato, particularmente sua intrínseca relação de parceria e conluio com agências do governo federal dos Estados Unidos. Após apresentar e discutir fontes diversas, conclui que a Lava Jato não teve como objetivo central o combate à corrupção, e, sim de destruir um projeto político de caráter nacional-desenvolvimentista e de inclusão social, tendo papel fundamental no golpe na Presidenta Dilma Rousseff e na destruição de empresas brasileiras, como a Petrobras e Odebrecht em favor de interesses geopolíticos estadunidenses.

No capítulo *Decifra-me ou devoro-te: as jornadas de junho, o golpe de 2016 e a ascensão da extrema-direita no Brasil*, Carlos Zacarias de Sena Júnior busca compreender o quadro político brasileiro atual. Estabelece como ponto de partida a análise das greves pós-ditadura-civil-militar (1964-1985), com destaque para governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O autor demonstra que os governos petistas apresentavam bons resultados na economia, elevação da renda, inclusão social por meio de um virtuoso processo de políticas públicas sem nenhum paralelo na história do país, bem como altas taxas de popularidade de Lula e Dilma Rousseff, em especial no ano de 2013. Desse modo, levanta a questão de como é possível explicar a tomada pelas ruas de milhares de manifestantes no que denomina de “as jornadas de junho” em 2013? Essa é uma das questões fundamentais levadas adiante pelo autor que se debruça sobre o fenômeno das “jornadas de junho” e sua relação com os governos do PT com a intenção de apresentar evidências e levantar hipóteses para o entendimento do Brasil recente. Para Sena Júnior a compreensão desse processo histórico é chave para entendermos o Brasil do tempo presente circunscrito pelo fatídico golpe operado por meio de uma “conspiração jurídico-parlamentar-midiática para tirar o PT do poder”, cujo desdobramento político resultou na radicalização das pautas de

direita, extrema-direita e protofascistas que culminou na chegada do discurso de ódio ao poder presidencial através de um adorador das práticas ditatoriais. Para o historiador por mais que os fatos e evidências conduzam ao entendimento histórico irrefutável de golpe em 2016, assim como ocorreu com o golpe de 1964, “não são ainda acessíveis em função da proximidade temporal do acontecimento, algo que a história do tempo presente precisa sempre lidar”.

No capítulo seguinte, *A democracia brasileira sob ataque: considerações sobre as perspectivas de fechamento político no Brasil atual*, Gilberto Grassi Calil tenciona provocar um debate sobre a natureza do bolsonarismo a partir de três categorias analíticas: fascismo, “democracia blindada” e utilização de práticas de terrorismo de Estado semelhantes àquelas empregadas pelas ditaduras militares do Cone Sul. Nessa direção, Calil examina os elementos fundamentais que compõem tais categorias analíticas, e sugere como chave interpretativa para o bolsonarismo a combinação entre as categorias e os elementos que melhor correspondem o fenômeno analisado, no qual é possível identificar características que o aproximam do fascismo, muito embora não possamos consagrá-lo enquanto um regime fascista. No entanto, os atributos que o acercam do fascismo apresentam-se de maneira latente. Nas palavras do autor: “sobretudo quando lembramos que a imposição de um regime fascista é sempre processual, e que se inicia com a proliferação das agressões à esquerda e aos militantes sociais antes mesmo da tomada do governo, e que prossegue por certo período depois disto”.

Não existem espaços vazios, especialmente no mundo informacional da atualidade, sendo assim, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, no capítulo *História Pública: um desafio democrático aos historiadores*, convoca os historiadores ao debate público, e, nas palavras da pesquisadora, a “desencastelarem-se”. As novas tecnologias ampliaram e aceleraram o processo de produção, disseminação e recepção de conteúdos, anteriormente interessado a público mais restrito, a uma enorme gama de entusiastas dos debates políticos e relacionados à história. Tais tecnologias favoreceram a multiplicidade de vozes e narrativas que emergem no cenário atual, seja para a contribuição do trabalho historiográfico, para a reafirmação de questões identitárias prementes, ou, infelizmente, para a propagação de vieses autoritários e pouco preocupados com o compromisso do fazer histórico. Este último ganhou enorme força impulsionados pelas novas tecnologias. Nesse ínterim, a memória e as narrativas são campos nos quais observamos uma intensificação das disputas sobre o seu “controle”. Enfatizando que a história, memória e narrativa não são exclusividade dos historiadores, Rovai frisa o compromisso do historiador a dialogar com públicos mais dilatados do que o seu próprio métier

e as salas de aulas. Dessa forma, a historiadora nos convida a refletir sobre a História Pública apresentando um histórico acerca da discussão sobre a temática, e sublinha que “as possibilidades de entendimento e de procedimentos da história pública são muitas e estão na ordem do dia como necessidade do tempo presente”. Nesse sentido, Rovai ressalta que em 2011 na Universidade de São Paulo foi realizado um curso de História Pública que contribuiu abrindo caminho para o desenvolvimento da área no Brasil. No ano de 2012, criou-se a Rede Brasileira de História Pública (RBHP), a partir de então foram realizados diversos eventos, bem como a publicação de livros e artigos. A consolidação da área vem ocorrendo, também, através de disciplinas presentes nas grades curriculares dos cursos graduação e pós-graduação. Para finalizar, Rovai cita experiências exitosas em diferentes estados, parte delas sendo desenvolvidas antes dessa mobilização de historiadores em torno da construção e publicização da área História Pública.

Jeany dos Santos e Temis Parente, no capítulo intitulado *O “olho que tudo vê”: reflexões sobre o plano urbanístico e o corpo em Palmas-TO*, analisam o plano urbanístico da cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins/Brasil, a partir de 1989, com intuito de refletir sobre sua relação com o comportamento dos moradores. Para as autoras a elaboração do planejamento urbano da cidade formado pela segregação dos espaços que desencorajava os moradores a frequentar os lugares públicos se contrapunha a política de transformar a cidade em capital pujante e no caminho do “desenvolvimento”. Nesse sentido, forjou-se a política da prática esportiva influenciando os comportamentos sociais a partir de “um novo tipo de urbanidade”, bem como investindo na imagem de “cidade capital do esporte” e dentre as capitais brasileiras como melhor qualidade de vida. A análise histórico-social da cidade apoiou-se no referencial teórico das categorias de panóptico e biopolítica: o primeiro como aliado na compreensão da relação do plano urbanístico e a dinâmica dos comportamentos sociais que foram moldados pelos cuidados com o corpo através das práticas esportivas, valendo-se da vigilância e controle, produzindo corpos submissos, dóceis, obedientes, despoliticizados e socialmente aceitáveis; e, a biopolítica é analisada a luz de duas dimensões, sendo a partir de uma medida individualizante, típica do poder disciplinar e como medida massificante. O estudo é um valioso exercício de descentralização e horizontalidade da História Urbana, demonstrando a possibilidade de investigação histórica para as médias e pequenas cidades, temática que se concentra predominantemente nas fileiras acadêmicas na análise das grandes cidades.

No capítulo *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará, Amazônia Oriental*, de Airton dos Reis Pereira, o autor a partir de um extenso conjunto de fontes,

como: panfletos; ofícios; abaixo-assinados; cartas pastorais; relatórios e boletins da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e de relatos orais de posseiros, religiosos, dirigentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desfia os conflitos rurais ocorridos na região Sul e Sudeste do Pará a partir da década de 1960, enfatizando que os embates tornaram-se mais violentos e frequentes depois do golpe civil-militar de 1964. O autor discute os processos de distribuição, concentração e ocupação de terra na região por diferentes sujeitos, sendo: os latifúndios ocupados pelas elites do centro-sul brasileiro; e as pequenas propriedades ocupadas por trabalhadores de diversos estados, principalmente do Nordeste. Em sua análise, Pereira apresenta as diferentes formas de uso da terra em contraste com a grande propriedade monocultora ou de criação de gado bovino, ressaltando que na pequena propriedade a produção seria mais diversificada, sustentável e ecológica. Para além dos grupos que detinham ou lutavam pela posse da terra e o tipo de produção nas diferentes unidades produtivas, Airton Pereira descortina a violência com a qual se deu os processos de ocupação e disputa, com ataques encabeçados pelos latifundiários com apoio das polícias civil e militar do estado do Pará, a justiça, os meios de comunicação e a União Democrática Ruralista (UDR), entre outros; e, por outro lado, a resistência, feita por trabalhadores rurais e pequenos proprietários apoiados, sobretudo, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Marco Antônio Domingues Teixeira, em *O socioambientalismo e a história do tempo presente em Rondônia: violência e conflitos*, propõe um debate sobre conflitos localizados no estado de Rondônia entre os anos de 2000 e 2015, protagonizados pelas frentes de colonização e as comunidades tradicionais. Tais conflitos são oriundos da intensa migração para o estado, que em poucas décadas resultou na multiplicação de seu contingente populacional. Migração, esta, que trouxe em seu bojo o objetivo de estabelecer novas lógicas socioeconômicas de exploração da floresta, que, por sua vez, negligência ou têm como invisíveis as populações tradicionais locais. A nova proposta de exploração da floresta privilegiária, ao fim e ao cabo, a destruição do bioma amazônico a partir da extração desenfreada da madeira, a implantação – com impactos socioambientais desprezados – de usinas hidrelétricas, mineração e estabelecimento de latifúndios monocultores e agropastoris. Para tanto, o autor lança mão de uma breve revisão bibliográfica acerca dos pressupostos teóricos-metodológicos da História do Tempo Presente, a fim de situar e instrumentalizar o leitor para a análise que segue.

Raquel Varela, em *As Revoluções Anti Coloniais: uma perspectiva global*, invita-nos a discutir os processos de libertação das ex-colônias europeias na Ásia e na África, no pós Segunda Guerra Mundial. Processos esses, muito estimulados, e acompanhados com proximidade pelas potências econômicas que surgiam nesse contexto, e, sobretudo, não eram detentoras de colônias: os EUA e a URSS. As independências e o surgimento de novos Estados encorajados pelo sentido de autodeterminação tinham ambições distintas, que iam desde a implementação de Estados socialistas, como aqueles que almejavam apenas a emancipação política sem uma ruptura socioeconômica e cultural significativa com o passado colonial. No entanto, esta última categoria foi a que prevaleceu. Varela aponta como é visível a participação das grandes potências nas econômicas pós-coloniais, que acabaram por manterem-se como zonas de influência político-econômica, apesar de seus governos autônomos e manifestações frequentes. Em outras palavras, tais regiões mantiveram-se em posição subalterna geopoliticamente em âmbito global, assistindo ao triunfo do neoliberalismo, excludente social, econômica e politicamente.

No capítulo *Migrantes, “refugiados venezuelanos”: conflitos e políticas de estado* elaborado por Rosa Acevedo Marin e Amarildo Ferreira Júnior, onde examina o rumo que vem tomando o discurso e o debate sobre refugiados, crise migratória e ajuda humanitária, analisado a partir da experiência venezuelana, em particular a história recente dos deslocamentos de indígenas pertencentes à etnia Warao. Discute-se as categorias refúgio, refugiado, migrante, migração, crise migratória, crise humanitária e ajuda humanitária a partir dos discursos apresentados pela mídia, academia e o campo jurídico. Nessa perspectiva, os autores buscam refletir sobre o processo histórico do migrante/refugiado, levando em conta a concepção do conflito e não apenas a ideia de crise política, econômica e social na Venezuela.

A partir do estudo ambientado nos seringais acreanos, as historiadoras Maria Ariádina Cidade Almeida e Teresa Almeida Cruz, se dedicam à História da Infância, lançando luz sobre a vida de crianças indígenas raptadas nas correrias perpetradas por seringueiros e seringalistas contra comunidades indígenas. A prática brutal consistia no ataque surpresa de homens fortemente armados aos povoados, com a finalidade de dismantelar a comunidade. Os homens dos povos indígenas eram assassinados, já as mulheres, crianças e alguns adolescentes eram roubados e mantidos com vida, estes para serem treinados para os trabalhos forçados na economia gomífera, e as mulheres para servirem como companheiras aos trabalhadores dos seringais. Para deslindar como ocorriam as correrias e

qual o destino das meninas raptadas, as autoras do capítulo *Trajetórias de crianças indígenas no contexto das correrias na Amazônia Acreana*, recorrem às trajetórias de vida de mulheres que foram vítimas de tal prática: Regina Kuntanawa e Rosa dos Amauacas, narradas por suas filhas, respectivamente, Mariana e Elda.

Por fim, aproveitamos o espaço para agradecer às autoras e os autores que contribuíram tão ricamente para este volume.

Desejamos a todas e a todos ótima leitura.

Tiago Siqueira Reis e Monalisa Pavonne Oliveira.

A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UM PROJETO ARREDIO E EQUIVOCADO*

Waldo Ansaldi

A Lucía Sala de Touron, *in memoriam*.

Hablar de democracia es siempre
intelectualmente peligroso (Tomás Moulian).

A democracia nas agendas política e acadêmica¹

A derrota dos projetos revolucionários, a instalação generalizada de ditaduras institucionais das Forças Armadas – processo iniciado nos primeiros cinco anos da década de 1960, em El Salvador, na Guatemala, no Brasil e estendido nos anos de 1970 para Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina –, as lutas populares contra essas ditaduras, as crises da dívida externa em 1982, o recém-iniciado trânsito a um novo padrão de acumulação de capital (da valorização financeira), como também o começo da crise financeira do ciclo sistêmico de acumulação hegemônico pelos Estados Unidos (para usar a categoria analítica de Giovanni Arrighi), foram alguns dos fatores que contribuíram, de diferentes maneiras, ao questionamento das ditaduras mencionadas.

Em 1978, dois acontecimentos independentes entre si, constituíram um desses momentos que, parafraseando Antonio Gramsci, podem ser caracterizados como “orgânicos”, ou seja, relativamente permanentes, entendendo que

* Tradução: Fabricio Paiva Mota e Marcus Vinícius da Silva - (Universidade Federal de Roraima).

1 É provável que haja leitoras e leitores de outros artigos meus que encontrem neste algo familiar, reminiscências de outros textos. Não vão se enganar. Pela honestidade intelectual esclareço que o que se vai ler a seguir é, em parte, um *collage* de fragmentos de textos prévios – que escolhi porque continuam sendo pertinentes –, reescritos para esta ocasião e entrelaçados com outros que, também, em parte, sim são novos. Todos são exercícios para um próximo livro sobre as condições socio-históricas das democracias e das ditaduras na América Latina.

a incidência de um e de outro no devir histórico de nossas sociedades não é equiparável: 1) em agosto, Antonio Guzmán Fernández substituiu o ditador *trujillista* Joaquín Balaguer na presidência da República Dominicana; 2) em outubro aconteceu em San José, a *Conferencia Regional sobre Condiciones Sociales de la Democracia en América Latina*, convocada pela Secretaria Executiva do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

A substituição do ditador dominicano foi o começo do processo – hoje de média duração – de transição de ditaduras a democracias e relativa consolidação institucional destas. A Conferência de San José deu início a mais longa e sistemática etapa de reflexão, pesquisas e debates sobre a democracia no campo das ciências sociais latino-americanas. Explico: etapa de escala regional ou subcontinental, posto que no contexto de luta contra as ditaduras não se pode deixar de lado as pioneiras reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1973, e de Fernando Henrique Cardoso, em 1975, – analisadas com agudeza crítica por Fontes (2007) –, reflexões que citavam exclusivamente o Brasil. E tratando-se de antecedentes próximos, impossível deixar de citar a Casanova, *La democracia en México* (1965) e a Lechner *La democracia en Chile* (1970), ambos se referindo a seus respectivos países. O mérito da Conferência de San José e da publicação de trabalhos que foram apresentados durante o encontro, bem como as contribuições posteriores na revista *Crítica & Utopía. Latinoamericana de Ciencias Sociales*, deu a questão escala regional no campo das ciências sociais e no campo da articulação – clássica nelas – com a conjuntura política.

A instalação da democracia como problema nesse campo e na agenda política de nossa América se introduz a partir de um processo similar iniciado pouco antes em Portugal e na Espanha (1975), expandido pela Europa no chamado “socialismo real” depois da queda do Muro de Berlim (1989). Entre nós, duas questões se desenvolveram de forma entrelaçada: o caráter da democracia e o caráter das transições, incluindo a esse respeito, o como e o quando, sendo controverso especificar quando podiam dar-se como concluídas. Escapa os limites desta contribuição tratar ambas questões.

Nas transições de ditaduras a democracias políticas produzidas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, a renúncia a transformações radicais foi o seu núcleo duro. Diferente dos anos de 1960 e início de 1970, na década de 1980 a revolução se diluiu como possibilidade, inclusive, quando Nicarágua e El Salvador apareceram como ratificação, no final, também relegada. Por outro lado, tanto as experiências das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas e do Exército de Libertação Nacional, na Colômbia – mais ajustadas ao modelo “clássico” das guerrilhas de 1960 –, quanto o muito peculiar Exército Zapatista

de Libertação Nacional, no México, não constituíram efetivas alternativas de poder, mais além de seu inegável efeito político no interior de seus respectivos países. Foi nesse contexto que se alteraram substancialmente as agendas acadêmica e política. Foi a passagem, como brevemente sintetizava o título de um célebre artigo de Norbert Lechner *De la revolución a la democracia* (1985). Pode concordar ou não com o argumento do Lechner, mas não se pode deixar de constatar que, em efeito, isso foi o que aconteceu. A história recente nos apresenta uma situação de encruzilhada que requer centrar a discussão sobre a viabilidade da democracia na América Latina, desde uma perspectiva diferente a considerada nos últimos anos.

Como dito anteriormente, nem a revolução nem a democracia são resultado da inelutabilidade da história. Como mostrou Francisco Weffort (1984, p. 31): “tanto as democracias quanto as revoluções se constroem na luta de vontades políticas conscientes e responsáveis”. Uma e outra não são fatalidades, são contingências.

Hoje está claro que a democratização iniciada no começo dos anos de 1980 está composta somente de elementos formais, importantes, mas não fundamentais. Esta proposição não implica um juízo de valor acerca dela. É uma mera constatação empírica, que não desconhece a existência de uma questão chave, cujo tratamento extrapola os limites aqui disponíveis: a relação entre democracia e classes sociais ou, se preferir, em que medida a democracia é uma forma política de dominação de classe, um instrumento, uma forma institucional neutra em termos classistas, um campo de luta pela hegemonia, um sinônimo de capitalismo, mas também socialismo, uma forma de vida, uma forma de sociedade ou outra coisa qualquer.

Avançou-se pouco no pensar substancial das democracias realmente existentes no contexto de incorporação da América Latina a globalização ou mundialização chamada neoliberal, embora talvez seja preferível chamar liberista, para retomar a distinção italiana (Benedetto Croce, Luigi Einaudi) entre liberismo (política econômica) e liberalismo (doutrina filosófico-política). Também falta avançar na explicação dos efeitos perversos da liquidação do cidadão em simples votante, a crise da representatividade, a ineficácia de instituições chaves da democracia política representativa, o nexos Estado-empresários e as possibilidades, com pontos fortes e fracos, de forma embrionária da democracia participativa e/ou direta, para citar apenas algumas questões.

Na América Latina do ciclo político democrático – já se vão quarenta anos – a pobreza e inclusive a indigência foram uma nota dominante durante sua maior parte, embora houvesse reduções importantes durante, mais ou menos, dez/quinze anos, em países que tiveram governos nacional-populares ou “progressistas”.

Porém a pobreza não se reduziu, nem se reduz a carência de recursos econômicos: também se constata no capital cultural. A importância deste não é menor e se aprecia especialmente em setores de classes que, em consequência das políticas liberistas (ou neoliberais, se preferir o uso da moda) se empobreceram, como ocorreu em segmentos consideráveis das classes trabalhadoras, camponesas e da classe média². Assim, a nota dominante tem sido e é a existência de democracias de pobres e democracias pobres, como escrevi anos atrás, propus também a possibilidade de um futuro de pobres democracias! Nesta questão é importante ter presente que o deterioramento da qualidade institucional das democracias se observa tanto nos aspectos meramente institucionais, formais, minimalistas, que são majoritárias, como nas participativas, definidas constitucionalmente na Bolívia, Equador, Venezuela, sem esquecer a pioneira experiência das práticas de orçamento participativo nas prefeituras brasileiras governadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Parece não haver correlação entre o tipo de queda das ditaduras e o das transições e as democracias resultantes. Argentina e Bolívia experimentaram as quedas das ditaduras por colapso, para usar o conceito de Guillermo O'Donnell, enquanto Brasil, Chile e Uruguai viveram transições pactuadas e muito conservadoras, e El Salvador, Guatemala e Nicarágua o fizeram em situação de guerra civil. Como hipótese – ao menos de trabalho – pode-se considerar a chave interpretativa na mudança do padrão de acumulação de capital e sua articulação com a crise financeira do padrão dominado pelos Estados Unidos.

Permitam-me uma digressão importante: padrão de acumulação de capital e ciclo sistêmico de acumulação de capital não são sinônimos. Padrões e ciclos sistemáticos de acumulação são, aliás, processos desenvolvidos somente em formações econômico-sociais capitalistas. Não cabe neste trabalho explorar a esse respeito. Mostro tão somente que o primeiro é de média duração, enquanto o segundo é de longo (*a longue durée* de Fernand Braudel). Assim, a América Latina passou por três padrões de acumulação de capital: economia primário-exportadora (aproximadamente entre 1880-1930), economia de industrialização de substituição de importações (aproximadamente entre 1930-1975)³, economia

2 O pensamento conservador ou acrítico, como queira chamar, teve sucesso em impor a caracterização da divisão de classes de acordo com a distribuição dos ingressos em termos de alta, média e baixa, o que supõe uma estrutura hierárquica. Não obstante, é uma simplificação nada inocente. A coerência deveria obrigar quem compactua com essa postura a se expressar em termos de classes alta, média e baixa.

3 Para efeitos puramente ilustrativos utilizo a periodização convencional, que se deve tomar cuidado, pois a ISI começou muito antes da crise de 1930, como provam os casos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia e do México, ou com maior precisão, Buenos Aires-Grande Buenos Aires, São Paulo, Concepción, Medellín e Monterrey. Não obstante, a mudança de padrão sim pode finalizar na década de 1930. Obviamente, a mudança não significa que o padrão anterior desapareça por completo (em todos os casos, não somente nesse). Frequentemente continua desempenhando um papel relevante.

de valorização financeira (desde 1975 até a atualidade). Esses três padrões produziram dentro da fase final do ciclo sistêmico da hegemonia britânica (compreendido ente 1740 e 1930, com crise financeira em 1870) e do desdobramento hegemônico pelo capital norte-americano (desde 1930, com crise financeira em 1970, hoje com fortes indícios de crise terminal em luta com o impetuoso avanço do capital chinês). Diga-se de passagem, o enfrentamento entre os capitalismo americano e chinês não é um dado menor para a América Latina, tornando-se cenário cada vez mais fundamental.

A democracia como problema

Os processos de transição de ditaduras a democracias – ou, como no México, de democracia restrita ou de partido quase único a democracia ampliada –, os concomitantes de maior ou menor consolidação das democracias resultantes, e as novidades, inovadoras de democratização mais inclusivas, colocaram a democracia no centro da reflexão dos cientistas sociais latino-americanos, como também de políticos e jornalistas. Dentro dessa reflexão, dois capítulos tem sido importantes: primeiro, é a noção mesma de transição, objeto de várias controvérsias, em particular, com relação ao momento em que conclui a transição; o segundo, menos tratado sistematicamente, o dos processos de inclusão, que tiveram como nota distintiva o de estar associados, ao menos discursivamente, a revolução: Revolução Democrática e Cultural na Bolívia, Revolução Cidadã no Equador e Democracia Revolucionária na Venezuela.

Não conheço a existência de um levantamento bibliográfico recente mais ou menos exaustivo sobre a questão da democracia na América Latina. Um muito amplo – mas curiosamente com ausências inexplicáveis – é o já desatualizado trabalho (porém ainda útil) de Edgardo Lander (1996), onde constam 1.058 registros bibliográficos basicamente do período de 1970-1995.

Na Introdução desse levantamento, Lander identifica três tipos de experiências nos processos de democratização latino-americana. A primeira é a dos chamados países com longa continuidade democrática, mais ou menos ampla, como a Costa Rica, ou com inclinação mais autoritária, como o México, e países com décadas de governos democráticos, com democracia formal conquistada, nos quais a questão é “a democratização de regimes com um alto grau de autoritarismo e de recuperação e/ou conquista da legitimidade democrática quando esta é precária e existe uma limitada institucionalidade democrática”, como na Colômbia e na Venezuela. O segundo tipo de experiências é o dos países que

“depois de um período de autoritarismo militar [por que não os chamar pelo que realmente foram: ditaduras?] retornam a um regime civil” em um contexto de “uma importante tradição e cultura democrática que serve de alicerce aos processos de transição”, como nos países do Cone Sul, especialmente o Chile e o Uruguai. O terceiro tipo é dos países carentes de tradições democráticas ou, como diz Pablo González Casanova, de “experiências populistas ou social-democratas”, como nos casos da Guatemala, El Salvador, Honduras e Haiti. Nesses, a questão não foi a redemocratização do Estado, como na primeira experiência, nem o retorno às instituições políticas democráticas como na segunda, posto que as relações sociais são de caráter autoritário (Lander, 1996, p. 8).

É uma proposta interessante para tentar explicar um processo sociopolítico que já leva quatro décadas, ou seja, de média duração, nos termos de Fernand Braudel ou, uma situação, mais que uma conjuntura, se preferir a distinção gramsciana.

Na verdade, qual foi a nota dominante, distintiva, da abordagem do problema da democracia por parte da maioria dos cientistas sociais latino-americanos? Um dos principais protagonistas, Guillermo O'Donnell, em 1995, em uma entrevista realizada por Salvador Mazzuca, assinala um balanço esclarecedor. Permita-me citá-lo em extenso:

Eu diria que fomos demasiado políticos. Estávamos tão obcecados pelo problema político, que não contamos com algumas variáveis sociais e econômicas que deveríamos ter considerado. [...] Finalmente, quando vieram as democracias, boa parte dos intelectuais se incorporaram aos governos, onde a dependência existia, mas não era muito mencionada; e, como muitos se comprometeram em dizer que a dependência tinha sido uma moda que não deu certo, nem a palavra nem o tema se recuperaram. [...] Como no caso das bruxas, havia dependência (e em graus insólitos). Não somente [...] em relação ao impacto formador que tem o que, a raiz desse vínculo, fazer e deixar de fazer esses governos e as classes dominantes locais e as estruturas sociais e de poder”. Uma definição de dependência, acrescenta O'Donnell, “que também atende às transformações nacionais de classe, está vigente como nunca e tento recuperá-la”. Nos anos oitenta, a linguagem se fez “casta”. Uma série de palavras, como dependência, classe, em outro tempo Estado, foi abandonada; agora falamos de “administração Clinton”, “administração Menem”, as classes são “setores”. Esta “nova roupagem” da linguagem é um dado interessante de uma enorme hegemonia neoconservadora. Todos aqueles que dominam preferem não usar a palavra dominação. O problema é quando os dominados ou os terceiros que não teriam por que aceitar essa linguagem, aceitam alegremente que se chame *leverage* ao poder (O'Donnell, 1995, p. 170).

Uma das consequências do que O'Donnell chamou de excesso político foi a de prover informação e descrição do conteúdo institucional, formal, das de-

mocracias instauradas ou reestruturadas na América Latina, contribuição nada trivial, mas divorciado absolutamente do que podia converter a descrição na explicação: as condições sócio-históricas que condicionaram esse processo. Pode-se completar o argumento de O'Donnell mostrando que se prestou atenção a conjuntura, à curta e média duração, e se descuidou por completo a estrutura, de longa duração. Retomo este assunto mais adiante.

Houve, pois, o excesso de tratamentos parciais, levando Jorge Gracianera a destacar no Congresso Internacional sobre os Limites da Democracia (Roma, 1990):

a utilização de três elementos que deveriam estar integrados em qualquer interpretação que pretenda englobar o que significa ser o fenômeno democrático. Elas são a dimensão social, [a] política [e a] histórica da democracia, cujas conexões recíprocas são as que dão sua densidade e sentido concreto. A conjunção destas dimensões é o que permite observar o grau em que a democracia constitui uma formação histórica que penetrou na sociedade (classes sociais) e no Estado (regime político) (Gracianera, 1985, p. 192).

O peso acadêmico desses autores não alterou o teor dos estudos sobre as transições à democracia e a sua consolidação, que seguiram centradas nos aspectos institucionais e formais delas mesmas. Não se trata de rejeitá-los, mas nos dizem pouco se não estiverem conectados com os condicionantes desses processos. O interesse em deixar de lado o reducionismo economicista levou a um reducionismo político, quando não a um cultural. Em certa medida, a análise da democracia e da democratização continuou na mesma má sorte de outras análises – de classes, de sociedades em situação de dependência, por exemplo –, menosprezados por quem aceitou rapidamente as tendências e modas predominantes em boa parte do mundo hegemônico pelo pensamento conservador e acrítico dominante, desde, justamente, os anos das transições. No entanto, não há razões suficientes para seu abandono. Recuperar conceitos e categorias próprias do pensamento crítico não significa fazê-lo em termos de congelamento e de fossilização. Na atualidade, vivemos, talvez como nunca vivido, em situação de dependência. Porém por suas características, hoje, não podem ser explicadas suficientemente nos mesmos termos dos anos de 1960 e na primeira metade dos anos de 1970, porque as condições de dependência variaram qualitativamente com a mudança de padrão de acumulação de capital e com a crise financeira do ciclo sistêmico norte-americano. As relações econômicas entre China e América Latina apresentam um ar familiar bem conhecido: intercâmbio de matéria-prima (latino-americanas) por produtos e tecnologia (chineses). Mas seria um

equivoco dizer que se trata de uma situação de dependência do imperialismo tal como a conhecemos historicamente. Não é por muitas razões, entre elas as de caráter político, militar e ideológico. Porém, o que são? Quanto condicionam a possibilidade de algum grau de autonomia por parte dos capitalismos latino-americanos? Não se explica pelas teorias do imperialismo clássico, muito menos explica se o problema não é abordado, ignorando-o. Olhar para o horizonte ou colocar uma venda nos olhos, não faz desaparecer o problema.

No processo de renúncia aos conceitos, categorias analíticas e as teorias, não é de se surpreender que, tratando-se de democracia, também tenha desaparecido a distinção, que soube ser importante a seu momento, sobretudo a partir das experiências do Estado de Bem-estar Social na Europa e dos Estados de Compromisso Social na América Latina, entre democracia política e democracia social, uma distinção qualitativa que reproduzia, embora menos radicalmente, a clássica revolução política e revolução social. As desapareções de conceitos e de categorias analíticas não são inocentes e as consequências não são triviais. Como diria O'Donnell, estamos lidando com um sério problema quando os dominados ou os terceiros que não teriam por que aceitar essas desapareções, o aceitam pacificamente. O fato é mais grave quando o abandono e o desaparecimento se produzem dentro do campo das ciências sociais, da intelectualidade crítica.

Nesse sentido, deve-se refletir sobre o formidável sucesso das burguesias latino-americanas na aplicação do transformismo, tanto molecular como orgânico. A constatação que Virginia Fontes (2007, p. 384) assinalou para o Brasil é passível de ser generalizada a toda ou, ao menos, boa parte da América Latina, muito significativamente no Chile. As consequências do transformismo não são triviais. Não foi somente a renúncia à revolução. Como a própria Virgínia aponta, na virada ideológica o capitalismo já não está para ser combatido, mas aprofundado, e inclusive a participação popular já não é considerada uma condição necessária, mas até pode chegar a ser casual, colocando em risco a democracia (Fontes, 2007, p. 393). Assim, a democracia deixou de ser analisada como uma forma de exercício da dominação política e social de classe para um devir de uma nova sociedade, como se fosse uma forma a mais entre as historicamente conhecidas (por exemplo: capitalista, socialista, feudal, escravista). O slogan de Raúl Alfonsín, na campanha eleitoral argentina de 1983, reiterada em sua primeira mensagem ao Congresso, segundo o qual “com a democracia não apenas se vota, mas também se come, se educa e se cura”, foi expressão dessa concepção. Ninguém pode negar que como tema de campanha eleitoral foi um sucesso, mas não deixa de ser um erro conceitual. Com uma combinação: se com a democracia não se consegue comer, educar e curar, o risco de descrença nela é muito

alto. Basta ver os sucessivos registros de Latinobarómetro⁴ para comprovar que não é uma mera hipótese. Mostro, à margem, que originalmente a percepção da democracia como um tipo de “sociedade sem classes ou de uma classe só”, e não como um mecanismo político passível de adaptação a uma sociedade dividida em classes, foi privativa dos poderosos entre os séculos XVIII e XIX, como bem advertiu o politólogo canadense Crawford Brough Macpherson (1982, p. 20).

Estes apontamentos são uma ligação para o ponto seguinte, o qual esboço algumas das questões abordadas na pesquisa sobre condições socio-históricas das democracias e das ditaduras na América Latina, cujos resultados espero retratar em um próximo livro, como indiquei no início deste trabalho.

Na verdade, se a democracia se constitui em um problema político-social e acadêmico, a pergunta óbvia é: por que a democracia se perdeu? Se é que houve e/ou onde houve, ou melhor, por que não houve democracia? As respostas a estas perguntas e as derivadas delas requererem uma abordagem que parta de dois pontos iniciais inequívocos: um, histórico; outro, teórico-metodológico.

Pressupostos teórico-metodológicos para explicar o problema

A questão teórico-conceitual fundamental é definir o que entendemos por democracia. É uma palavra que em razão de estar vulgarizada parece não requer definição, como se todos soubéssemos de que estamos falando, ou que estamos falando do mesmo termo. Não é assim. É que a democracia é uma palavra, um conceito carregado de polissemia que, por acréscimo, requer um adjetivo. Discordo de autores como o mexicano Ernesto Krausse que sustenta que a democracia não necessita de nenhum adjetivo. Para quem pensa assim, a democracia sem adjetivo, é a democracia *liberal, burguesa ou capitalista*. É certo que os gregos antigos não necessitavam adjetivá-la, pois para isso o significado etimológico era o único possível: governo do *δημος* (*demos*), ou seja, do povo. Na Modernidade, o termo passou por uma resignificação, questão que hoje adquiriu uma dimensão maior que há 200-250 anos atrás.

Atualmente, tenta-se definir a democracia, por assim dizer, menos “em termos de um governo pelo *demos* ou poder popular” e mais “em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, a proteção de uma esfera privada, a defesa do indivíduo, ou a ‘sociedade civil’ contra o Estado, etc”, que “são virtudes admiráveis [...] mas especificamente tem pouco a ver com a *democracia*”. Notadamente ausente deste catálogo de características

⁴ Nota do tradutor: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

democráticas está precisamente a virtude que dá a democracia seu significado específico e literal: o governo pelo *demos*”, como apontou Elle Meiksins Wood (2000, p. 269).

Na verdade: democracia e povo são conceitos inseparáveis que, em um estudo como o que abordo, devem ser historicizados. Assim, a título ilustrativo, lembro que houve um momento em que corresponde ao início das lutas pelas independências em nossa América, no qual democracia e revolução não foram entendidas como excludentes, mas como sinônimos, para pavor dos conservadores e, ao fim e ao cabo, das classes proprietárias *stricto sensu*. Nesse sentido, é necessário indagar as condições sócio-históricas para que expliquem por que muitos desses processos históricos, tendo o poder ou lutando para tê-lo, conclamaram a democracia como provam inúmeros documentos, proclamações, discursos e normas constitucionais, mas terminaram constituindo regimes políticos oligárquicos e/ou ditatoriais. Dessa maneira, a apreciação de Weffort para o Brasil é ampliada a América Latina: “Se Marx fosse brasileiro [latino-americano], teria dito, certamente, que a ditadura é a forma, por excelência da dominação burguesa” (Weffort, 1984, p. 39).

Um dos problemas que se colocou aos líderes da independência, fossem revolucionários ou moderados, foi o de como organizar, desde a diversidade, a “vontade do povo”, entretanto “o povo” era o titular da soberania. Dito de outra forma, como salvar a distância entre o povo real, com suas diferenças sociais e culturais, e as instituições imaginadas e orientadas em direção a unificação político-institucional. Como bem advertiu Norbert Lechner, esses são os eixos em torno das quais refletiu a luta pela democracia, desde o século XIX até hoje. A expressão povo foi, justamente, o centro da luta política entre partidários, uns para ampliar e outros para restringir os direitos de cidadania.

Quando os pequenos grupos criollos radicalizados foram derrotados (aproximadamente 1820-1825), os vencedores, fossem conservadores ou liberais ilustrados, cristalizaram sua convicção da democracia – a que usualmente se referiam pejorativamente – como sinônimo de jacobinismo, ideal roussoniano, federalismo, anarquia, subversão e barbárie. Uns e outros rejeitaram por considerá-la excessivamente igualitária e por reivindicar o sufrágio universal masculino para as maiorias, as que eles consideravam inaptas para exercerem o direito de cidadania por carecer de educação e de virtudes necessárias.

No duplo processo de construção da democracia na América Latina, ou seja, conceitualmente, – que se entenda por democracia – e socio-historicamente – como foi e é esse processo –, se constata que as formas de dominação oligárquica, autoritária e/ou ditatorial são parte do fio condutor de nossa história, de seu

coeficiente histórico e de sua longa duração. Esse duplo processo deve ser visto como uma parte de um todo, o da formação de novas sociedades a partir da ruptura da dominação colonial, resultado de uma revolução passiva dependente, modernização conservadora dependente ou dialética de simultânea modernização do arcaico, segundo se escolha por dizer em termos de Antonio Gramsci, Barrington Moore ou Florestan Fernandes, respectivamente. No entanto, a democracia – representativa, liberal, burguesa ou capitalista, como preferam chamar – foi uma ideia importada por grupos em geral nada ou escassamente burgueses, que trataram de acomodá-la, onde e toda vez que fosse possível, a defesa de seus interesses e/ou privilégios, justamente os mesmos que na Europa havia constituído, como observou Sérgio Buarque de Holanda, o centro da luta da burguesia contra a aristocracia. O drama da América Latina foi e é a democracia burguesa, proclamada como objetivo, careceu – e ainda carece – de um sujeito principal teórico, a burguesia democrática. Houve condições de possibilidade, mas não de realização? Não houve nem uma nem outra?

De modo que quando se trata de processo de construção da democracia na América Latina está claro que se trata da democracia liberal (nos termos de Macpherson), às vezes, no mínimo, representativa. Talvez se possa formular a hipótese de democracias liberais do tipo procedimental (inclusive *cum grano salis*), mais que burguesas, toda vez que, reitero, as burguesias latino-americanas não foram e nem são necessariamente democráticas e quando dizem que são é porque o vento da história sopra para essa direção e convém a seus interesses econômicos, políticos e ideológicos. Quando eles são minimamente afetados, recorram historicamente, aos golpes de Estados militares, e agora, *entre outros*, legislativos e/ou judiciárias.

Buscar uma explicação longa duração requer prestar atenção a um bom número de variáveis. Meu ponto de partida teórico afirma que nas sociedades de classes, a democracia – como a oligarquia e a ditadura – é uma das formas possíveis de exercício da dominação de classe. Nas sociedades capitalistas, a classe dominante é a burguesia, nem sempre *em sua totalidade*, mas, em rigor, uma fração dela⁵. Na conjuntura atual, essa fração é a burguesia financeira, de acordo com o padrão de acumulação de capital com base na valorização financeira, estreitamente relacionado a atual revolução científico-tecnológica, em especial a informática.

Recuperar a dimensão de classe da democracia – quase abandonada por

5 Metodologicamente é conveniente levar em consideração que as classes sociais nunca são homogêneas, nem econômica nem política, inclusive ideologicamente. A classe exploradora que detenha o exercício do poder pode fazê-lo por predomínio de consenso ou da coerção, para usar a diferença gramsciana. Ao mesmo tempo, uma fração é governante e outra ou outras não, o qual foi e é uma questão de conflito.

completo na atualidade – é uma tarefa fundamental, se quiser ir mais além da aparência fático-empírica. Como José Nun escreveu em algum momento, se abstraem as classes na teorização da democracia, prescindindo de um fato fundamental. Trata-se de uma observação importante, toda vez que, efetivamente, a construção de um regime político democrático, que implica outra constituição, a dos direitos da cidadania, é uma história escrita por antagonismos e lutas, uns e outros, enquanto expressão de conflitos sociais de diferente intensidade. Por certo, marcar a centralidade do conflito significa ressaltar a importância, dentro dele, dos antagonismos, as oposições e contradições no seio da sociedade. Mas também tem que prestar atenção a prática e ao desenvolvimento da política – aos modos de “fazer política” – enquanto condição necessária da democracia.

As classes dominantes e seus sócios políticos do século XIX defenderam e praticaram uma concepção que fazia da política uma *questão de cavalheiros*, privativa de núcleos minoritários instruídos e com o poder econômico, os *notáveis*. A forma oligárquica de exercer a dominação foi a mais generalizada⁶.

É provável que, nas condições objetivas e subjetivas existentes nas sociedades latino-americanas do século XIX, as classes populares votariam – se pudessem ter feito – por candidatos conservadores, tendo em vista o peso de condicionamentos materiais e mentais herdados dos tempos coloniais e incrementados nos pós-coloniais: propriedade latifundiária da terra, caudilhismo, paternalismo, clientelismo, peso da religião, papel da Igreja, cultura política escassa ou nula, democraticamente (que as repúblicas acentuaram) e, depois da ruptura do nexo colonial, o militarismo. Nesse sentido, outorgo importância fundamental, para a explicação, às três matrizes societárias que modelaram as sociedades latino-americanas: a fazenda, a plantação escravista e os estabelecimentos rurais que utilizavam força de trabalho assalariada.

Tampouco podemos esquecer a violência do enfrentamento e/ou do conflito entre diferentes fragmentos das classes proprietárias pela construção da nova ordem, mostra de suas dificuldades para resolver conflitos mediante a lógica da política. A primazia da lógica da guerra, ao contrário, obstruiu ou se fez muito difícil a necessária unidade para exercer o poder. As classes proprietárias, suas frações com aspirações para ser dominantes – quase nunca dirigentes (uso da distinção gramsciana) – não puderam, não souberam e talvez não quisessem construir uma ordem sobre a base do consenso. Mas para alcançá-lo é necessário partir da admissão do dissenso (e sua preservação uma vez logrado o consenso) e lembrar sobre *o que* consentir. Tal comportamento implica admitir e praticar

⁶ Sobre minha concepção de oligarquia não como classe, mas como forma de exercício da dominação, ver Ansaldi (1991).

uma condição chave da política, a de ser um espaço de conflito, o que não quer dizer que esta possa se resolver somente apelando à coerção, à violência física, no qual resolver as diferenças sem apelar a lógica do amigo/inimigo. Consensuar exige certas condições materiais e culturais – que também são uma construção –, que estiveram ausentes em quase todos os países latino-americanos.

A longa duração e o coeficiente histórico proveem chaves explicativas da situação atual. O meu ponto de partida foi a democratização iniciada em 1978-1979, logo precisei recorrer a uma ou outra. Toda conjuntura/situação pode ser estudada como tal, como um processo com periodização clássica: princípio e final, como na historiografia ou canônica. É um exercício necessário. Se bem feito, pode permitir inclusive compreender o que está ocorrendo, e tratando-se de atuar na política, permite diminuir o risco de erros, ou incrementar as possibilidades de acerto. Não é essa minha estratégia analítica, que é sociológico-histórico, pois, a meu ver, qualquer análise da conjuntura do tempo presente requer a utilização de, pelo menos, seis premissas ou pressupostos fundamentais de caráter geral, universal, se assim julgar pertinente. Depois, cada caso pontual – por exemplo, nacional – somará outros, específicos, próprios de cada sociedade. Indiquei em outros momentos essas premissas, tributárias de proposições de Antonio Gramsci, que reitero agora.

Premissa 1. As situações ou conjunturas pelas quais atravessa cada sociedade somente se explicam adequadamente levando em consideração o coeficiente histórico (conforme os termos de Piotr Sztompka) e a história de longa duração (segundo Fernand Braudel) da sociedade em questão.

Uma digressão a esse respeito: o conceito de *coeficiente histórico*, elaborado pelo sociólogo polonês Piotr Sztompka é um conjunto de seis pressupostos ontológicos: 1) a realidade social não é fixa, mas um processo dinâmico. Mais que existir é acontecer, sendo o tempo um fator imanente da vida social. Tudo quanto ocorre, como e por que ocorre e os resultados que produz, depende do tempo em que acontece e de sua localização na sequência processual. 2) A mudança social é uma confluência de múltiplos processos com vários vetores que, em diferentes medidas, se sobrepõem, convergem, divergem, se apoiam ou destroem mutuamente. 3) A sociedade não é percebida como uma entidade, objeto ou sistema, mas como “uma rede fluida de relações, dominadas” por pares antagônicos: tensão ou harmonia, conflito ou cooperação. 4) Em cada processo social, a sequência de acontecimentos é tratada de forma acumulativa, de tal modo que cada fase é considerada como um resultado acumulado ou um ponto de chegada de todas as formas anteriores e, simultaneamente, iniciam, “cheio de potencial” ou ponto de partida das fases por vir. Em cada momento histórico existe “um

campo determinado de oportunidades, possibilidades, opções para o curso futuro do processo, delimitadas significativamente pela totalidade do curso passado do processo”. 5) O processo social é uma construção, uma criação de agentes humanos, individuais ou coletivos, mediante suas ações. Cada fase é produto de ações realizadas por indivíduos, coletividade, grupos, movimentos sociais, etc. e, ao mesmo tempo, oferece um conjunto de oportunidades, recursos, facilidades – “matérias-primas” – para que os sujeitos construam a realidade social. 6) Os homens e as mulheres não constroem a sociedade de acordo com seus desejos, “não apenas em circunstâncias estruturais herdadas do passado, isto é, construídas por seus predecessores, ao mesmo tempo limitadas”. Há, pois, “uma dialética da ação e das estruturas, nas quais as ações são parcialmente determinadas pelas estruturas anteriores e as posteriores são produzidas pelas ações anteriores” (Sztompka, 1995, p. 236). Ainda consoante Sztompka, esses seis pressupostos são o fundamento comum da sociologia histórica.

Simultaneamente, a *longa duração* é uma noção que remete não somente ao fato óbvio de que dura muito – um século ou mais, dizia Braudel –, mas a um processo de ritmo lento, uma realidade que o tempo tarda muito em se desgastar. A *longue durée* de Braudel aponta para continuidades, permanências, persistências, recorrências, a realidades que, enquanto elementos ou fatores essenciais, operam de modo relevante, decisivamente, sem rupturas radicais, ao longo dos processos históricos, dos quais constituem fios condutores. É uma conexão entre o passado e o presente ou, em outras palavras, a continuação ou a presença do passado no presente, ou seja, cristalizações. Mas também, se preferir: observar e explicar as mudanças em continuidades e as continuidades nas mudanças. Na longa duração se situam as mentalidades, “prisões de longa duração”, chamava o grande historiador francês. Nesse momento, o “relato da conjuntura”, a *média ou média duração*, faz referência a um tempo variável entre dezenas de anos e meio século do clássico ciclo de Kondratieff (Braudel, 1958).

Coeficiente histórico e longa duração não são equivalentes, mas podem se encaixar, justapor.

Premissa 2. Uma questão de resolução essencial é a diferença entre movimentos orgânicos (estruturais) e movimentos de conjuntura ou ocasionais. É chave, para uma boa explicação, “encontrar a justa relação entre o orgânico e o ocasional” (Gramsci dixit).

Premissa 3. Deve-se dar atenção às relações de forças sociais e políticas existentes em cada situação. Ditas forças estão estreitamente ligadas à estrutura da sociedade em questão. É uma relação objetiva, independente da vontade dos homens, assinalava Gramsci. Nela há momentos sucessivos e dentro desses mo-

mentos, graus, em geral associados ao desenvolvimento da consciência política coletiva. Esta não se desassocia necessariamente como uma curva ascendente; em geral, caso queira representar graficamente, trata-se de uma espiral, com momentos de avanço e momentos de retrocesso.

Premissa 4. A despeito de muitos, as classes sociais e a luta de classes ainda existem, à margem das alterações fundamentais do último meio século e do fato de que a bipolaridade clássica burguesia/proletariado se tenha modificado e que as classes se definam por algo além do que sua relação com os meios de produção. Não as nomear não as faz desaparecer da realidade.

Premissa 5. Esquerda e direita também continuam existindo, embora alguns não acreditem, e não são sujeitos políticos: são expressões ideológicas de sujeitos políticos e sociais. Sujeitos políticos são os partidos, as corporações empresariais, os sindicatos, os meios de comunicação concentrados e, em alguns casos, as Forças Armadas. Os sujeitos sociais são o povo e as classes (burguesia, camponeses, pequena burguesia, trabalhadores, classe média). A cosmovisão, a ideologia, a prática e o modo de ser da burguesia são de direita, mas sua capacidade para criar senso comum de suas proposições permeou nas classes subalternas, incluindo os trabalhadores ou proletários, como queira chamar.

Premissa 6. Em situações de crise de hegemonia, quando os grupos sociais se separam de seus partidos políticos, ou seja, quando estes deixam de expressar uma classe ou uma parte dela (crise de representação), se criam condições que possibilitam soluções de força e a atividade de “poderes obscuros” expressadas em homens providenciais ou carismáticos.

No entanto, a melhor das análises da situação ou da conjuntura estará incompleta se não se contextualiza na longa duração, tal como marca a primeira premissa. Este princípio metodológico vale para a conjuntura atual, tanto como para a do passado.

Ex cursus como conclusão: o apagamento da democracia

Na tarde-noite de junho 2 de maio de 2019, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, uma robusta manifestação de apoio ao juiz federal Alejo Ramos Padilla – que está investigando atos de corrupção e a existência de uma rede ilegal de espionagem paraestatal e a qual o governo nacional persegue, violando a liberal independência entre os poderes, transferindo as causas para instâncias judiciais amigas – deve ter sido desenvolvida à escuras pela “causa” ao apagar das

luzes. Também “casualmente”, a luz retornou quando a manifestação – congregação de cidadãos e cidadãos que, enquanto significativa expressão numérica da sociedade, do *demós*, se expressavam, participavam e de alguma maneira votavam informalmente, tinha concluído. Não podia haver melhor metáfora para o apagão da justiça e, sobretudo, das democracias realmente existentes, cada dia mais minimizadas. Metáfora que não se aplica somente a Argentina.

Referências

ANSALDI, Waldo. La oligarquía en América Latina: esa frívola y casquivana mano de hierro en guante de seda. **Socialismo y Participación**. Lima, n. 56, diciembre, 1991, p. 15-20. [El título original es “Frívola y casquivana, mano de hierro en guante de seda. Una propuesta para conceptualizar el término oligarquía en América Latina”, tal como fue publicado en **Cuadernos del CLAEH** (Montevideo) Año 17, N° 61, julio de 1992]. Disponible en: <http://geshal.sociales.uba.ar/files/2014/11/ANSALDI-Fr%C3%ADvola-y-casquivana.pdf>

_____. A mucho viento, poca vela. Las condiciones sociohistóricas de la democracia en América Latina. Una introducción. ANSALDI, Waldo (Org.). **La democracia en América Latina, un barco a la deriva**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2007, p. 31-50.

_____. No es que la democracia esté perdida: está bien guardada y mal buscada. **Crítica y Emancipación**. Revista latinoamericana de ciencias sociales, Año 2, n. 3, CLACSO, Buenos Aires, 2010, p. 189-216.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, n. 4, octobre-décembre, 1958, p. 725-753. [En castellano está incluido en Fernand Braudel, **La Historia y las Ciencias Sociales**, Alianza, Madrid, 1968; en portugués, en **História e ciências sociais**, Presença, Lisboa, 1990].

GRACIARENA, Jorge. La democracia en la sociedad y la política. Apuntes sobre un caso concreto”. **Los límites de la democracia**, CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, vol. 2, 1995, p. 191-202.

FONTES, Virginia. La democracia en Brasil: aprendizaje y mimetismo. ANSALDI, Waldo (Org.). **La democracia en América Latina, un barco a la deriva**. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 2007, pp. 365-386.

LANDER, Edgardo. **La democracia en las ciencias sociales latinoamericanas contemporáneas**. Serie Bibliográfica FOBAL CS-n. 2, Ediciones FACES/UCV y Biblioteca Nacional: Caracas, 1996.

LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. **Leviatán**, n. 21, Madrid, octubre, 1985, p. 103-113.

MACPHERSON, C. B. **La democracia liberal y su época**. Alianza: Madrid, 1982.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia y exclusión. **Ágora**: Cuaderno de Estudios Políticos, n. 2, Buenos Aires, verano, 1995, p.165-172.

SZTOMPKA, Piotr. **Sociología del cambio social**. Alianza: Madrid, 1995.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: La renovación del materialismo histórico, Siglo XXI/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México: México DF, 2000.

O COMPADRE E O PROFESSOR:
O MOVIMENTO JAN-JAN E AS DISPUTAS EM TORNO DA SUCESSÃO
PRESIDENCIAL DE 1960 NO AMAZONAS

César Augusto B. Queirós

As disputas em torno da sucessão presidencial no ano de 1960 foram bastante acirradas, e um quadro político bastante complexo se estabeleceu a partir da articulação de uma campanha que incentivava o voto em torno dos nomes de Jânio Quadros e João Goulart, o que ficou conhecido como movimento Jan-Jan. No cenário nacional, a frágil composição de uma chapa que articulava os nomes do Marechal Henrique Lott à presidência e do herdeiro político de Getúlio Vargas, João Goulart, para a vice-presidência provocava críticas e descontentamentos de diversos setores. No Amazonas, tais descontentamentos provocaram uma forte ruptura entre as principais lideranças do PTB estadual, Gilberto Mestrinho (o compadre) e Plínio Ramos Coelho (o professor), que posicionaram-se de modo francamente contraditório ao longo da campanha, tendo diversos enfrentamentos públicos em virtude dessas tomadas de posição. Esse artigo tem o objetivo de analisar as disputas em torno da sucessão presidencial de 1960 no estado do Amazonas, ressaltando as disputas ocorridas entre as duas principais lideranças do PTB amazonense. Para tanto, analisaremos a imprensa local para buscar entender o conjunto dessas disputas. Dois jornais foram fundamentais para essa análise: o jornal *o Trabalhista*, de propriedade de Plínio Ramos Coelho, e o *Jornal do Commercio*, que declaradamente apoiava o então governador Gilberto Mestrinho.

As eleições de 1960 e o movimento Jan-Jan

As eleições presidenciais do ano de 1960 foram marcadas por um cenário bastante conturbado, repleto de denúncias de favorecimento e corrupção e por uma situação econômica caracterizada por um quadro fortemente inflacionário

(Mesquita, 1992). A inflação, que tinha sido de 11,8% em 1955, acelerou para 25,4% em 1960. O balanço de pagamentos mostrava déficits insustentáveis, e o país, em período de forte expansão do comércio mundial, era obrigado a lançar mão de atrasados comerciais como fonte de financiamento de última instância. Isto porque o governo utilizou, com certa intensidade, a taxa de câmbio, crescentemente sobrevalorizada, para tentar prover alguma âncora nominal para a economia. Devemos salientar que, naquele momento, a legislação não permitia a reeleição do presidente – apenas do vice – o que frustrava qualquer intento de permanência de Juscelino Kubitschek.

Nesse quadro, Sheldon Maram argumenta que a escolha do Marechal Henrique Lott¹ para ser candidato à presidência da República pelo PSD teria sido o resultado de cálculos eleitorais de JK visando às eleições de 1964 e prevendo dificuldades em governar naquele período em virtude da necessidade de adoção de medidas impopulares a fim de controlar a crise financeira pela qual o país atravessava (Maram, 1991). Inicialmente, o presidente defendeu que o PSD não lançasse candidato próprio e apoiasse o lançamento de uma candidatura de consenso. Diante da rejeição da proposta, tratou de evitar o lançamento da candidatura de Ernani do Amaral Peixoto, que representava a possibilidade de articulação entre setores do PSD e do PTB, enviando-o para uma missão diplomática em Washington. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Amaral Peixoto afirma que “na sucessão, acho que ele [JK] pensou mais em 65 do que em 60. Ele queria uma solução em 60 que não prejudicasse a candidatura dele em 65” (Peixoto, p. 1398). O perfil pouco político de Lott e o fato de não ser um pessedista levaram à avaliação de que sua derrota eleitoral traria um dano menor ao partido. Ao ser perguntado a respeito da falta de apoio do presidente JK a sua campanha, o próprio Lott afirmou: “pode ser que eu esteja sendo injusto com ele, mas tenho impressão de que o dr. Juscelino não tinha muita vontade que eu fosse presidente da República” (Lott, 2002). Poucos meses antes das eleições, o jornal *Última Hora* alertava para uma certa inquietação dos apoiadores de Lott em relação à “apatia com que o Presidente da República esta[va] assistindo ao desenvolvimento da campanha sucessória” alertando que, se o presidente não passasse a participar efetivamente da campanha de Lott, não contaria com o apoio do partido em uma eventual reeleição (*Última Hora*, 24/08/1960).

O mineiro Henrique Teixeira Lott havia estreado na política após ter sido escolhido para ocupar o Ministério da Guerra pelo então vice-presidente João Café Filho no próprio dia do suicídio de Vargas, em 1954. Nesse contexto, de-

1 Sobre Henrique Lott ver (Carlioni, 2010).

sempenhou importante papel durante a crise política desencadeada após a vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek, em outubro de 1955 e precipitou o chamado “golpe preventivo” a fim de debelar o movimento que ameaçava impedir a posse do presidente eleito.

Tendo sido indicado a concorrer à Presidência pelo PSD e contando com o ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart (PTB), como vice, JK não contava com a simpatia de setores importantes das forças armadas em virtude de sua proximidade com o PTB e do manifesto apoio de Luís Carlos Prestes e do PCB à sua candidatura. Uma vitória de JK representaria a permanência da política varguista no governo e, de quebra, a presença de um político fortemente ligado às bases sindicais na vice-presidência. Antes mesmo da realização das eleições, a UDN apresentou uma emenda constitucional que tinha a finalidade de evitar a possibilidade de uma vitória eleitoral de Juscelino, propondo que o candidato devesse obter a maioria absoluta dos votos para ser considerado apto a assumir a presidência e que o Congresso Nacional escolhesse o presidente caso nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos.

A vitória eleitoral de JK e de Jango sobre a chapa formada por Juarez Távora (PDC) e Milton Campos (UDN) gerou profundo descontentamento entre amplos setores das forças armadas e da oposição política. De imediato, a vitória nas urnas passou a ser questionada e o apoio do PCB ou mesmo uma suposta ligação de Goulart com o presidente argentino, Juan Domingos Peron², passaram a ser usados como pretexto para impedir a posse do novo presidente. Durante o sepultamento do presidente do Clube Militar, general Canrobert, em 1 de novembro de 1955, o coronel Jurandir Mamede³ pronunciou um discurso onde atacava os candidatos eleitos, defendendo a impugnação daquele pleito.

Diante desse quadro de radicalização, agravado pela doença do presidente Café Filho – que se licenciou do cargo em 08 de novembro, passando a presidência para o Presidente da Câmara, deputado Carlos Luz –, Lott liderou um movimento militar que impediu um golpe de Estado e exerceu um papel fundamental para garantir a posse dos candidatos eleitos ao obter junto ao Senado Federal o *impeachment* primeiramente de Carlos Luz e, após o retorno do presidente

2 Em 17 de agosto de 1953, o jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, divulgou uma carta imputada ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi e endereçada a João Goulart na qual era firmado um pacto com o presidente argentino Juan Domingo Perón buscando a implementação de uma república de orientação social-sindicalista no Brasil. O plano que ficou conhecido como Carta Brandi foi declarado falso após conclusão de um Inquérito Policial Militar (*Tribuna da Imprensa*, 17/08/1953).

3 Jurandir Mamede foi o oficial responsável por comunicar a deposição do governador amazonense Plínio Ramos Coelho, em junho de 1964. Exerceu ainda importante papel no processo de consolidação do regime militar no Amazonas e na região Norte (Queiros, 2016).

Café Filho, do próprio presidente, acabando assim com as ameaças à posse de JK e garantindo que o mesmo assumisse em 31 de janeiro de 1956. Nesse contexto, representando um discurso nacionalista e tendo sua figura ligada à defesa da legalidade democrática, o “Marechal do Povo” – como Lott ficou conhecido – tornou-se legitimamente a opção das esquerdas para as eleições presidenciais de 1960 (Carloni, 2010). Contudo, a despeito de contar com o apoio de setores mais progressistas do PSD, do PTB e mesmo do PCB, Lott sofria resistências dentro do próprio PSD.

Concorrendo contra a candidatura de Henrique Lott, o ex-governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, contou com o apoio de Carlos Lacerda e foi lançado candidato à presidência pelo PTN com o apoio do PDC, do PL e do PR. Com um discurso que se apresentava como independente dos partidos, Jânio defendia uma política nacionalista, o fortalecimento da Petrobrás e propostas como o controle sobre as remessas de lucros ao exterior. Tais medidas aproximavam suas propostas daquelas defendidas por seus adversários políticos, em especial o PTB. Segundo Queler, Jânio Quadros “se projetou no cenário político com uma proposta de imparcialidade, de alguém que racionalizaria o Estado, livrando-o da corrupção e dos casos de apadrinhamento” (Queler, 2014, p. 123). Sua rápida projeção aliada a um cenário econômico caracterizado por um preocupante quadro inflacionário e por uma acentuada queda do poder de compra das classes menos favorecidas – o que pesava contra a candidatura ligada ao governo de JK – fizeram de Jânio Quadros um candidato com amplo potencial eleitoral para a disputa presidencial e garantiram-lhe significativa popularidade junto à população. Para Benavides,

O sucesso inicial com as esquerdas não deve ser creditado apenas ao êxito publicitário das campanhas da vassoura e do “tostão contra o milhão”. A construção do “mito” começou, provavelmente, durante a atuação de Jânio como deputado estadual em 1951 e 1952. Eleito pelo PDC, torna-se logo líder da bancada, com grande influência sobre os trabalhistas, dos diversos partidos, assim como sobre os que se identificam com uma certa “esquerda democrática” (distante dos udenistas reacionários, mas também dos comunistas). O levantamento de suas intervenções nos Anais da Assembléia Legislativa revela sempre um veemente defensor dos trabalhadores, inclusive para exercerem “o sagrado direito da greve”; em 1952, por exemplo, defende exaustivamente a greve dos ferroviários e dos bancários (Benevides, 1989, p. 58-59).

Nesse quadro, em abril de 1959, um grupo de simpatizantes de Jânio Quadros reuniu-se na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro e fundou o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lançando a candidatura

do ex-governador de São Paulo à presidência, tendo como vice o mineiro Milton Campos (UDN). Segundo Castilho Cabral, o movimento “nasceu do idealismo de modestos funcionários, cresceu com a adesão de estudantes, de trabalhadores, velhos combatentes de alguns partidos, gente inconformada de todas as procedências” (Queler, 2010, p. 66). Nessa eleição, concorreu ainda o candidato Adhemar de Barros (PSP) (Cotta, 2008).

A campanha eleitoral de 1960 atingiu um alto grau de radicalização: em um *“Apelo ao Congresso sob forma de denúncia à Nação”*, Lott acusava Jânio Quadros de servir aos interesses de grupos econômicos poderosos e insinuava que uma possível vitória eleitoral de Jânio Quadros poderia arrastar o país para uma guerra civil. Nesse apelo, Lott afirmava que

a livre vontade do povo poderá resultar viciada pela influência do poder econômico. E porque interessa ao povo um pleito escoreito de falhas, livre de qualquer contestação, é que aqui dirigimos veemente apêlo ao Congresso, sob a forma de denúncia à nação, para que preserve, de uma vez por todas, da influência maléfica de grupos econômicos e financeiros, os nossos prélios eleitorais, através de legislação adequada e enérgica” (Correio da Manhã, 18/09/1960)⁴.

A manifestação de Lott provocou diversos protestos e foi encarada como uma ameaça de violentar a vontade popular por meio de um golpe militar. Em pronunciamento no qual criticava a postura do marechal, o deputado Castilho Cabral, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros, afirmou que “o sr Lott lembra 1955 e nós lhe recordamos que não rasgará impunemente, nem com suas famosas ‘restrições mentais’, a bandeira da legalidade com que cobriu com arranhões a Constituição” (Correio da Manhã, 18/08/1960).

O candidato da vassourinha, que pretendia varrer toda a corrupção da vida pública, por sua vez, dirigia severas críticas ao governo de JK que, na tentativa de promover o crescimento econômico e o Plano de Metas, teria acelerado a elevação da taxa de inflação, que saltou de 19,2% em 1956 para 30,9% em 1960 (Benevides, 1979, p. 235). Ademais, explorava eleitoralmente as denúncias de corrupção que pesavam sobre o governo de JK ao afirmar que os eleitores “fe-

⁴ O primeiro *Correio da Manhã* fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e era o principal jornal da capital federal. Sua publicação era diária e matinal, não circulando apenas às segundas-feiras. Este jornal fazia questão de reforçar que era um jornal de opinião e sempre se destacou também por esta razão. Em 1960 manteve uma posição liberal acerca dos rumos que o País deveria adotar. Por esta posição liberal, se considerava estar a favor do povo, declarando ter uma determinada desconfiança das atitudes do Estado. Especificamente em relação às eleições presidenciais desse período, o Correio de Manhã mantinha uma posição independente, já que ao mesmo tempo em que se distanciava do candidato Jânio Quadros, não se aproximava do candidato Marechal Lott, por considerá-lo “um homem burro, mas sério”.

chariam as narinas se pudessem sentir o cheiro das autarquias convertidas em valhacoutos de malandros que levantam arranha-céus em nome dos trabalhadores brasileiros” (Queler, 2010, p. 122).

Em uma eleição polarizada e marcada por conflitos entre janistas e lottistas, Nelson Omegna, deputado federal pelo PTB de São Paulo, dirigiu uma carta a João Goulart acusando-o de estar incentivando e apoiando a candidatura de Jânio Quadros à presidência. Segundo o deputado, estaria ocorrendo uma “densa campanha confusionista no sentido de divorciar o nome de João Goulart do nome do marechal Teixeira Lott”. Afirmava ele que

o que causa angústia é ver correr o tempo e alastrar-se aquela campanha sem que de sua parte surja não só uma palavra de repulsa e censura mas as providências repressivas contra aqueles petebistas que pensando servir à sua pessoa, descumprem determinações dos órgãos soberanos do partido (Correio da Manhã, 18/08/1960).

Tomava fôlego aquele que ficou conhecido como movimento Jan-Jan e que visava à combinação da candidatura de Jânio Quadros, lançada pela coligação PDC/UDN, para a presidência da República, com a de João Goulart (Jango), lançada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para a vice-presidência. Com isso, além de contar com o apoio dos partidos que apoiavam a candidatura de Henrique Lott, João Goulart contaria também com o apoio de segmentos do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) e do sindicalismo informal e, de quebra, esvaziaria a candidatura de Milton Campos, candidato da UDN à vice-presidência ao lado de Jânio Quadros. O movimento não chegou a adquirir caráter oficial, mas apareceu intensamente como palavra de ordem na campanha eleitoral. Para Maria Benevides, “o movimento Jan-Jan originou-se de uma dissidência do PTB paulista, promovido, principalmente, por Dante Pelacani, presidente da Associação nacional dos Trabalhadores Gráficos” (Benevides, 1979, p. 100).

A polarização entre os candidatos atingida pela campanha levou à ocorrência de diversos incidentes entre os simpatizantes das duas candidaturas. Entre os conflitos noticiados pelos jornais, destacamos o que ocorreu na Central do Brasil, no dia 17 de setembro. Na ocasião, adeptos da candidatura Lott/Jango incendiaram uma barraca de propaganda de Jânio Quadros e Lacerda em que se distribuía panfletos. Luiz Gonzaga, o rei do baião, atuando como cabo eleitoral dos candidatos da UDN, teria sido verbalmente agredido e sido alvo de objetos arremessados por adeptos da candidatura Lott quando cantava no Caminhão do Povo, um carro de som que percorria as ruas da cidade levando a campanha dos candidatos da UDN. No Espírito Santo, o deputado Sebastião Cipriano Nasci-

mento, chefe político da UDN, foi baleado na sede do Comitê Pró-Jânio e suspendeu sua campanha por falta de garantias e segurança (Jornal do Commercio, 01/10/1960). Ademais, segundo Carloni, “as eleições ganhavam cada vez mais um caráter contraditório. De um lado, um candidato militar e radicalmente anticomunista apoiado pelas forças de esquerda e pelo próprio PCB; de outro, o candidato das direitas discursava a favor da Revolução Cubana e do reatamento das relações com a URSS” (2010, p. 222).

Devemos observar que as eleições parlamentares de 1958 iniciaram uma transformação da correlação de forças dentro do Congresso Nacional em função, sobretudo, do crescimento eleitoral do PTB. Passando a atuar de forma mais independente, o partido elegeu 66 deputados federais e 5 senadores o que deflagrou um processo de polarização política que se acentuaria nos anos seguintes. Cada vez mais o PTB, ao apoiar um programa fortemente reformista e uma posição cada vez mais à esquerda, se distanciava do PSD que, por sua vez, exceção feita à chamada “ala moça”, adotava uma postura cada vez mais conservadora e próxima da UDN (Delgado, 1989, p. 226).

Rupturas e divisões: o movimento Jan-Jan e as disputas políticas no Amazonas

Diante desse quadro político, as divisões que ganharam corpo em todo o país atingiram em cheio o estado do Amazonas e provocaram uma forte ruptura entre suas lideranças políticas. As principais lideranças do PTB adotaram posições antagônicas durante o processo de disputa eleitoral, levando a um rompimento entre Plínio Ramos Coelho (governador do Amazonas entre 1954 e 1958) e Gilberto Mestrinho (eleito governador em 1958). Enquanto Coelho apoiava a dobradinha Jânio-Jango, Mestrinho, seguindo as orientações da cúpula do partido, apoiou a candidatura de Henrique Lott.

A despeito de ter entrado na vida política pelas mãos de Plínio Coelho – que, em setembro de 1956, indicara seu nome para prefeito de Manaus e, logo após, para Secretário de Economia e Finanças no governo estadual –, naquele momento, as relações entre eles já pareciam bastante desgastadas. Na ocasião da escolha do nome que o partido indicaria para a sucessão ao governo do estado em 1958, já podemos observar indícios de que Plínio e Mestrinho já se encontravam em lados opostos, disputando posições de liderança na cúpula do PTB. Ademais, as disputas e dificuldades encontradas pelo então governador Plínio Coelho em seu primeiro mandato resultaram em um enfraquecimento de sua influência dentro do partido (Queirós, 2016).

Tal divisão dentro do partido – que colocou seus dois principais líderes em rota de colisão – e o enfraquecimento do então governador no âmbito das instâncias partidárias pode ser verificado quando, a despeito de ter introduzido Gilberto Mestrinho na vida pública, Plínio Coelho indicou o nome de Vivaldo Lima⁵ para ser o candidato do PTB ao governo do estado do Amazonas em 1958. O *Diário da Tarde* assim noticiava a escolha do Partido Trabalhista Brasileiro para a sucessão ao Executivo:

em reunião com as principais lideranças do partido, elas manifestam a indicação do nome do professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, para governo, apesar do acordo entre Plínio Ramos Coelho e o senador Vivaldo Lima (*Diário da Tarde*, 14/01/1957).

Em abril de 1957⁶, a imprensa noticiava uma “bomba que estourou ao anoitecer”. A matéria referia-se à informação de que Juscelino costurava uma aliança política do PTB com o PSD a fim de que se lançasse o nome de Mestrinho para governador e de Álvaro Maia para o Senado. O processo de radicalização das relações entre PTB e PSD no estado, verificado na ocasião da eleição de Plínio Coelho em 1954, justificava o espanto do jornal com essa possibilidade (*Jornal do Commercio*, 09/04/1957). Diante das especulações em torno de uma aliança com o PSD de Álvaro Maia, desafeto político de Plínio, o então governador fez divulgar nos jornais da capital um telegrama recebido de Vivaldo Lima Fº, em janeiro daquele ano, manifestando a gratidão pela indicação da Comissão Executiva para concorrer à reeleição ao Senado Nacional. No telegrama, datado de 31 de janeiro de 1957, Vivaldo Lima declarava que

Profundamente sensibilizado pela manifestação unânime da convenção de nosso glorioso partido, indicando meu nome a reeleição ao Senado da República. Peço fineza preclaro e prestigioso presidente transmitir aos nobres e dedicados companheiros convencionais a expressão de meu sincero reconhecimento pela generosa reafirmação de confiança que procurarei corresponder se eleito no novo mandato, continuando a dedicar todas as minhas energias em prol do bem estar e felicidade de nossa brava gente e prosperidade de nosso estado (*Jornal do Commercio*, 05/06/1957).

5 Eleito senador pelo Amazonas em 1951, Vivaldo Lima Filho permaneceu no cargo até 1967. Vivaldo Lima era um trabalhista histórico, tendo sido um dos fundadores do Partido Trabalhista Amazonense (1933) e editor chefe do jornal *Tribuna Popular*, órgão oficial do PTA. Em janeiro de 1950, foi escolhido para presidente da Comissão Executiva do PTB, que ainda contava com os nomes de Rubem Balbi, Almachio Bandeira Brajule Pinto, Manuel Alexandre Fº, Antônio Jose Krichanã da Silva, Octavio Teixeira Moraes da Câmara e Francisco Aurino de Almeida. (*Jornal do Commercio*, 25/01/1950). Sobre o jornal *Tribuna Popular* ver: (Pio Junior, 2015).

6 Em meio a uma importante greve dos portuários (*Jornal do Commercio*, 11/04/1957).

A divulgação pelo governador de um telegrama que deixava claro que a indicação do nome do senador Vivaldo Lima para candidato do PTB ao Senado Federal havia sido uma escolha unânime da Convenção do partido visava evitar que se concretizasse a aliança de Mestrinho com Maia e garantir que a indicação de Vivaldo – que já havia sido preterido para candidato a governador – fosse mantida. Como as negociações entre PSD e PTB no estado não avançaram, Vivaldo foi confirmado como candidato à reeleição e Álvaro Maia concorreu ao Senado pela Frente Democrática Popular (FDP), composta por PSP, PSD, UDN, PDC, PRP, tendo como candidato ao Palácio Rio Negro Paulo Pinto Nery.

A despeito da disputa com Mestrinho, Plínio Coelho apoiou sua campanha rumo ao Palácio Rio Negro. Durante a campanha, Mestrinho claramente enfatizava a continuidade da “obra de Plínio e o carinho de Plínio para com a ‘gentinha’” (Jornal do Commercio, 09/08/1958). Torna-se interessante observar que o PTB assumira a alcunha de “partido da gentinha”, utilizada para depreciá-lo. Para D’Araújo, a prática governista associada a uma crescente atuação na área sindical rendeu ao partido “certa plasticidade, permitindo identificá-lo como um ‘partido dos pobres no poder’” (1996, p. 15).

Em uma eleição disputada, na qual Gilberto Mestrinho alcançou pouco mais de 50 por cento dos votos válidos (50,1%), Mestrinho e Vivaldo se elegeram respectivamente ao Governo do Estado e ao Senado Federal.

Tabela 1. Resultado das eleições para o governo do estado do Amazonas (1958)

Candidato	Coligação	Votação	Percentual
Gilberto Mestrinho PTB	PTB, PST, PSB	37.241	50,10%
Paulo Nery PSP	Frente democrática Popular (PSP, PSD, UDN, PDC, PRP)	36.252	48,77%
Márcio de Menezes PL	PL (sem coligação)	841	1,13%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – TRE/AM.

Eleito, Gilberto Mestrinho nomeou Plínio Coelho para prefeito de Manaus. Apesar das negativas de Gilberto Mestrinho, a nomeação de Plínio Coelho significaria um compromisso daquele político amazonense com a candidatura do Marechal Lott, uma barganha política visando neutralizar a adesão ao movimento janista. No entanto, Mestrinho negava tal compromisso ao afirmar que

ao nomear o sr. Plínio Coelho para a prefeitura, procurei aproveitar a sua comprovada experiência administrativa revelada ao tempo em que foi governador do estado. As questões políticas eu as coloco num plano que não venha prejudicar os interesses do Amazonas. No caso da prefeitura de Manaus, a escolha do sr. Plínio Coelho resultou no atendimento de um problema administrativo da mais alta importância (Estado de São Paulo, 10/07/1960).

Contudo, as disputas entre Mestrinho e Plínio, que haviam sido iniciadas na ocasião da indicação do candidato à sucessão ao governo do estado, irão se incendiar por ocasião da campanha presidencial de 1960. Mesmo com a nomeação para a prefeitura de Manaus, Plínio Ramos Coelho apoiou a dobradinha Jânio-Jango, enquanto Gilberto Mestrinho seguiu as orientações da cúpula do partido e apoiou a candidatura de Henrique Lott. Essa divisão acarretou um rompimento pessoal entre eles e gerou intensas disputas políticas e troca de acusações. Gilberto Mestrinho, que assumira a organização da campanha pró-Lott no Amazonas, repetidamente argumentava que renunciaria ao cargo de governador do estado caso seu candidato fosse derrotado.

Para deixar claro seu apoio à candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, Plínio Ramos Coelho utilizava o periódico *O Trabalhista*⁷, fazendo forte campanha em favor da eleição da dupla Jan-Jan. Em documento intitulado *Nona Carta aos Trabalhadores*, o ex-governador afirmava acreditar na vitória de Jânio Quadros e João Goulart por considerar que o candidato apoiado pelo PTB, Henrique Lott, era um dos generais que exigira a renúncia de Getúlio Vargas em 1954. Ademais, o periódico imputava a Jânio Quadros um nacionalismo que estaria ausente no candidato Henrique Lott, atribuindo a Jânio Quadros o papel de continuador da obra de Getúlio Vargas.

Creio na vitória de Jânio Quadros e de João Goulart porque o ex-Governador paulista realizou no maior parque industrial da América do Sul tudo quanto Getúlio Vargas sonhara para o Brasil ao construir Volta Redonda, ao fundar a Fábrica Nacional de Motores, ao disseminar pelo Território Nacional Escolas Técnicas e João Goulart deu aos trabalhadores como vice-presidente da República tudo quanto a reação de Juscelino Kubitschek não pode evitar – reclassificação do funcionalismo federal, Lei Orgânica de Previdência Social, continuando, pois, a inolvidável obra de Getúlio Vargas (O Trabalhista, 24/08/1960).

É extremamente simbólico observar que, na capa que trazia a *Nona Carta aos Trabalhadores*, a carta testamento de Getúlio Vargas estava transcrita integralmente em primeiro plano, com uma foto de Getúlio Vargas no caixão e com os

⁷ *O Trabalhista* era um periódico vinculado à rede Difusão, de propriedade de Plínio Ramos Coelho. Foi fechado pelo interventor Arthur Cesar Ferreira Reis após o golpe civil-militar de 1964.

seguintes dizeres: “Este é o sétimo signatário da Carta Manifesto dos Generais e que levou Getúlio ao suicídio”. Coelho fazia referência ao fato de Lott ter sido um dos signatários do Manifesto dos Generais, de 22 de agosto de 1954, documento através do qual 19 generais de exército, entre eles Castelo Branco e Henrique Lott, exigiram a renúncia de Getúlio Vargas. O documento, elaborado na conjuntura da crise política que se acentuou a partir do atentado a Carlos Lacerda, afirmava que

Os abaixo-assinados, oficiais generais do Exército (...) solidarizando com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as forças armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

Plínio Coelho, que sempre se declarou um seguidor da obra de Getúlio, procurava com isso criar uma animosidade em seus eleitores ao general que teria sido um dos responsáveis por seu suicídio. Quanto à participação de Lott no movimento que acarretou o suicídio de Getúlio Vargas, Carloni afirma que ele não foi uma liderança importante, tendo sido um dos últimos generais a assinar (2010, p. 40).

A partir da análise de uma sátira política intitulada *Carta a um Cumpade* e publicada no jornal *O Trabalhista*, podemos observar um conjunto de aspectos acerca das intensas disputas e rivalidades que se originaram dessa divisão no PTB amazonense. A sátira apresentava a conjuntura política da seguinte forma:

Nu mês di utubro vai tê as enleições pra presidente. Dois homen istão querendo o gaio: JANU e LOTI. Tudos dois ambos tem o cumpade JANGU como cumpanheiro. Como podes vê, ta di cuiér pro cumpade JANGU. O nigócio bomba é a briga Du professo [Gilberto Mestrinho] com o cumpade Prinio. A briga é grossa, cumpade. O disafuro é midonho. Pur causa disso, o professo jogou na rua u cumpade Prinio i a cumade Nazaré. Inté os amigos do Prinio istão indo pru balatal. A cusa istá isquentando. Cum esses óios que Deus mi deu, fui oiá u cumício Du prufessô i di Dna. Edina (ela é fia do marechá Loti). Não Gustei. Tinha puçá genti i não istava animado. O qui esses óio viu fui muito comunista. Benza Deus? Dispôs dei uma ispiada nu cumício Du Prinio. Nem lhe cunto. Gente era mato. Vivas a Prinio – Jani e Jangu era mesmo qui peixe em cardumi. Inté parecia carnavá. Pelos qui meus óio viu, axu a vassura vai varrê os Lotis (O Trabalhista, 24/08/1960).

Na sátira, podemos observar a proporção que a disputa entre o professor Gilberto Mestrinho e o compadre Plínio Coelho alcançou no estado do Amazonas. Através de seu jornal, *O Trabalhista*, Plínio constantemente fazia referência

às críticas feitas por Mestrinho e seus correligionários ao seu governo. Afirmava ele que os “panfletários e áulicos do governador e o próprio governador andam dizendo cobras e lagartos do governo Plínio Coelho, espalhando infâmias, difundindo calúnias, derramando mentiras” (O Trabalhista, 02/10/1961).

Com a intensificação das disputas em torno dos apoios às candidaturas de Lott e Jânio, o governador Gilberto Mestrinho demitiu Plínio Ramos Coelho da prefeitura de Manaus. As disputas entre o *professô* (Gilberto Mestrinho) e Plínio Ramos se transformaram em uma “briga grossa”, um “disafuro midonho” que resultou na demissão de Plínio da prefeitura de Manaus (“o professo jogou na rua u cumpade Prinio”). Especulava-se que, em função de sua popularidade, a demissão de Plínio Coelho da prefeitura de Manaus pudesse repercutir negativamente sobre a candidatura de Henrique Lott. Segundo o deputado Simão Fares Abnaber,

A situação política no Amazonas apresentava-se favorável ao Marechal Lott até há quinze dias, mas a demissão do prefeito Plínio Coelho pelo governador Gilberto Mestrinho, que queria impor-lhe a candidatura do ex-ministro da Guerra, desencadeou uma onda de indignação em todo o estado, com reflexos positivos para o nome do sr. Jânio Quadros, cuja penetração passou a ser avassaladora no Amazonas (O Trabalhista, 24/08/1960).

Ademais, o texto faz referência ao fato de que mesmo os amigos de Plínio estariam sendo perseguidos (“inté os amigos do Prinio istão indo pru batatal”). Uma nota publicada no jornal *O Trabalhista* informa que os moradores do bairro Parque 10 entregaram um manifesto de apoio a Plínio Coelho e protestaram contra o que consideraram uma vingança do governador Gilberto Mestrinho ao demitir o delegado Mário Viana (O Trabalhista, 24/08/1960).

Um aspecto curioso dessa sátira está ligado ao fato de que a presença de comunistas no comício de apoio à candidatura de Henrique Lott (“o que esses óio viu fui muito cumunista”) foi destacada como algo negativo. Como salientamos anteriormente, essa era uma acusação comumente feita pelos partidários de Jânio Quadros contra o Marechal Lott, que seria um militar pouco afeito ao diálogo, com experiência em golpes militares e que possuía uma “vocação totalitária tão acentuada que logrou reunir a sua volta os totalitários de esquerda e de direita” (Diário de Notícias, 13/09/1960). Mesmo na clandestinidade, o Partido Comunista, em conformidade com a estratégia de formação de uma frente com os setores mais progressistas da sociedade, apoiou as candidaturas de Lott e Goulart. No entanto, o fato dessa crítica ter partido de uma importante liderança trabalhista do Amazonas é motivo de estranhamento. Devemos salientar que o afastamento ocorrido entre o PTB e o PSD deu espaço para uma progressiva

aliança com o PCB, que apoiava os candidatos nacionalistas. Tal aliança se fortalecia na medida em que, com a Declaração de Março de 1958, o partido passou a “reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operários, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante à questão agrária” (Ferreira, 2013, p. 352).

A postura do ex-governador durante esse contexto talvez possa ser melhor compreendida se observarmos sua conduta em algumas outras ocasiões. Durante as eleições de 1954, Plínio Coelho já teria utilizado a estratégia de acusar de comunistas os oradores dos partidos de oposição (UDN, PSD e PTN). Em telegrama remetido a Vargas, o então candidato ao governo do estado informava que sua campanha seguia com pleno entusiasmo e que o nome de Vargas continuava “vivendo no coração do povo que o aplaude vibrantemente todas as vezes citado”. Fazia menção ainda ao fato de que o “povo dos bairros já desfez dois comícios da coligação UDN-PSD-PTN, porque oradores comunistas atacaram seu nome” (Coelho, 1954). A fim de deslegitimar seus adversários políticos, Plínio Coelho utilizava-se do subterfúgio de explorar o medo do comunismo, acusando-os de serem comunistas. Ora, é demasiado inverossímil imaginar oradores comunistas em um comício da UDN – pelo menos naquela época!

No entanto, alguns anos antes, em relatório encaminhado ao presidente Getúlio Vargas, Plínio Coelho destacara a inexpressividade do Partido Comunista no cenário político amazonense ao afirmar que “o Partido Comunista nunca, em tempo algum, logrou fazer, em Manaus ou no estado, ao menos um vereador, o que diz perfeitamente de sua inexpressividade”⁸.

Logo após o golpe civil-militar, Plínio Coelho⁹, à época governador, ordenou a prisão de todos comunistas no Amazonas. Assim, mesmo sendo um líder trabalhista com fortes ligações com os sindicatos, tendo atuado ativamente como advogado junto aos sindicatos dos trabalhadores marítimos, dos gráficos e dos portuários, o Ganso do Capitólio (como era conhecido em função de sua excelente oratória) incorporara o discurso anticomunista vigente em parte da sociedade brasileira. Tal postura pode ser compreendida se percebermos que, como afirma Motta, o discurso anticomunista no Brasil foi utilizado indiscrimi-

8 Em relatório endereçado a Getúlio Vargas, Plínio Ramos Coelho expunha os problemas políticos e sócioeconômicos do Estado do Amazonas, propondo medidas para o fortalecimento do PTB na região. Em anexo, recorte do “O Jornal”, de Manaus, transcrevendo Nota oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas. Rio de Janeiro. 23/10/1951.

9 Plínio Ramos Coelho elegeu-se novamente para o governo do estado do Amazonas nas eleições de 1962, tendo sido deposto alguns meses após o golpe de 1964 (Queirós, 2016).

nadamente e de forma oportunista a fim de proporcionar dividendos políticos, eleitorais ou mesmo pecuniários. (Motta, 2002)

Em resposta à sátira política publicada o *O Trabalhista*, o *Jornal do Commercio* publicou um artigo em forma de carta intitulado *Compadre Plínio*. A carta ironizava a opção de Plínio em apoiar o candidato Jânio Quadros dizendo que “Com a vitória de Lott, haverá uma pausa até a próxima campanha política, em 1962. Aí é que eu quero ver, não é, compadrezinho? O Sr. Ainda vai ser candidato? Por que partido? Pela UDN, não é, compadre?” (*Jornal do Commercio*, 01/10/1960).

As disputas entre Mestrinho e Plínio tornavam-se cada vez mais agudas. Em manifesto do movimento Lott-Jango, Plínio Coelho era apresentado como o inimigo número um do funcionalismo amazonense enquanto Gilberto Mestrinho era o grande defensor do funcionalismo público. O manifesto salientava que, para prestigiar Mestrinho, os servidores deveriam lutar pela vitória de Lott, já que deveriam lembrar-se que foram “miseravelmente esbugalhados em seus legítimos direitos graças à arbitrariedade de um mau governante como o Dr. Pata Choca (Plínio Ramos)”. Além de ser chamado de Plínio Pata Choca, o ex-governador era tratado como o “doidinho que desgovernava o Estado” (*Jornal do Commercio*, 01/10/1960). Devemos reforçar que Gilberto Mestrinho entrou na vida política pelas mãos de Plínio Coelho ao ser indicado para ocupar o cargo de prefeito de Manaus em 1956 – justamente o cargo para o qual indicou e demitiu Plínio em 1960. Como ressaltamos anteriormente, as divergências entre mentor e pupilo possam ter sua origem justamente no episódio em que as principais lideranças do partido manifestaram a indicação do nome do professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo para concorrer ao governo em 1958, apesar do acordo entre Plínio Ramos Coelho e o senador Vivaldo Lima (*Diário da Tarde*, 14/01/1957). No entanto, o *Jornal do Commercio*, claramente identificado com Gilberto Mestrinho, afirma que as desavenças entre ambos iniciaram no governo de Mestrinho pois Plínio só queria que Mestrinho agisse com sua licença, “queria que o prof. Gilberto Mestrinho fosse o seu boneco” (*Jornal do Commercio*, 02/10/1960).

Às vésperas das eleições, a capa do *Jornal do Commercio* estava tomada por matérias alusivas à candidatura de Lott. Se observarmos que algumas das principais lideranças amazonenses apoiavam seu nome à presidência, isso é facilmente compreensível: Álvaro Maia e Gilberto Mestrinho se empenharam pessoalmente nessa candidatura. A aliança entre Lott e Jango representaria a união entre a “orientação trabalhista de Getúlio Vargas e a desenvolvimentista de Kubitschek” (*Jornal do Commercio*, 01/10/1960). Entre mensagens alusi-

vas à candidatura do Marechal Lott e a consagração dos feitos do governo JK, esse periódico mostrava-se claramente favorável à candidatura do candidato pessedista.

Diante de um cenário eleitoral polarizado no Amazonas, João Goulart deixou de comparecer a um comício realizado por Henrique Lott no mês de agosto em Manaus justamente para não “desgostar o dissidente Plínio Coelho contra o governo do Estado”. Segundo o jornal *Última Hora*, tal atitude teria provocado “irritação dentro dos próprios quadros do trabalhismo”, que teriam ficado desgostosos com a postura indecisa e vacilante do candidato diante do crescimento de sua identificação com Jânio Quadros (24/08/1960).

Os trabalhistas amazonenses se encontravam tão divididos, a disputa tão polarizada, que se fez publicar uma nota intitulada “Atenção, Trabalhistas!” informando que “a cédula única que deve ser usada é a que for entregue ao eleitor na hora da votação e pelo presidente da mesa. Não esquecer de verificar se no seu envelope não contém outra cédula” (Jornal do Commercio, 01/10/1960). Tal aviso demonstra que a possibilidade de fraude eleitoral era aventada pelos partidários de Lott.

Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de outubro de 1960, tendo recebido 48% dos votos do eleitorado, contra 32% dados a Henrique Teixeira Lott e 20% a Ademar de Barros. Tomou posse, juntamente com João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961. No entanto, no estado do Amazonas a vitória foi de Lott¹⁰. Apesar dos esforços de Plínio Coelho, seu candidato recebeu apenas 23.812, contra 32.324 do candidato pessedista. Decerto, o candidato do PSD contou com o apoio de importantes lideranças políticas locais – como Gilberto Mestrinho e Álvaro Maia –, com o claro apoio do maior jornal em circulação no Amazonas – o *Jornal do Commercio* – e com a utilização da máquina pública, instrumentalizada a favor de Henrique Lott pelo governador Gilberto Mestrinho. O senador Antovila Mourão Vieira (PTB), presidente do Movimento Pró Jânio Quadros no Amazonas, reconheceu que “em nossa terra, os resultados do pleito não favoreceram nosso candidato. Mas não é menos verdade que enfrentamos o poderio econômico do poder público, sempre agressivo e coator, a deserção de uns poucos e até a incompreensão de forças paralelas que se desviaram para outros rumos” (Jornal do Commercio, 11/10/1960). Ao completar sete meses de mandato presidencial, o governo de Jânio Quadros ficou isolado política e socialmente. Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961. Naquele mo-

10 Além do Amazonas, Henrique Lott obteve vitória nos seguintes estados: Amapá, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio Branco, Rio de Janeiro e Sergipe.

mento, Plínio se encontrava isolado dentro do PTB e sequer fazia parte do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro no Amazonas¹¹.

Considerações finais

A divisão que se estabeleceu nacionalmente com o apoio de setores do PTB à candidatura de Jânio Quadros à presidência, contrariando a orientação do partido e constituindo o movimento Jan-Jan, teve amplo impacto no PTB amazonense. No estado as duas principais lideranças trabalhistas adotaram posturas radicalmente opostas e partiram para um enfrentamento que provocou uma ruptura dentro do partido. De um lado, os seguidores do governador Gilberto Mestrinho que, seguindo as orientações partidárias, prestavam seu apoio à candidatura do Marechal Henrique Lott. De outro, os simpatizantes de Plínio Ramos Coelho, ex-governador, que apoiava abertamente Jânio Quadros. Em 1962, com o hesitante apoio de Gilberto Mestrinho, Plínio Ramos Coelho foi eleito novamente governador do estado. A compreensão de tais embates e divergências talvez possa auxiliar no entendimento acerca dos episódios que ocorreram em 1964 no Amazonas e que resultaram em uma tentativa de *impeachment*, na deposição e depois prisão do Ganso do Capitólio.

Periódicos

Diário da Tarde, Manaus.

Diário de Notícias, Manaus.

Estado de São Paulo, São Paulo.

Jornal do Commercio, Manaus.

O Trabalhista. Manaus.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

11 Naquela ocasião, o diretório era formado por Gilberto Mestrinho, Leopoldo Cunha Melo, Vivaldo Lima, Arthur Virgílio do Carmo, Josué Cláudio de Souza, Otávio Teixeira Moraes da Câmara e João de Brito Albuquerque Veiga Filho (Jornal do Commercio, 02/10/1960).

Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- COELHO, Plínio. **Telegrama a Getúlio Vargas**. 30/07/1954. CPDOC/FGV.
- COTTA, Luiza Cristina. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”**. São Paulo, Tese de Doutorado, 2008.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, Vol. III.
- LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.
- MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, ngela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.
- MESQUITA, M. **1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Indústria do Anticomunismo. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.
- PEIXOTO, Ernani do Amaral. Entrevista CPDOC.
- PIO JUNIOR, Amaury Oliveira. **O Trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Manaus, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas (PPGH), 2015.
- QUEIROS, Cesar Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 8, n. 15, 2016.
- QUELER, Jefferson José. Jânio Quadros, o pai dos pobres. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 29, n. 84, 2014.
- QUELER, Jefferson José. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 59-84, 2010.

O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NO PROCESSO DE DESESTABILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA (2005-2019)

Kátia Gerab Baggio

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar, de maneira sintética, o papel do sistema de Justiça brasileiro — particularmente o Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Polícia Federal — no processo de desestabilização da democracia e nas investidas contra a soberania brasileira, nos últimos quinze anos. Nesse sentido, serão abordados o julgamento da Ação Penal 470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), caso que ficou conhecido como *escândalo do mensalão* — desde o início das denúncias, em junho de 2005, ao final do julgamento, em 2014 —, e a investigação de corrupção, pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal dos estados do Paraná e Rio de Janeiro, conhecida como *Operação Lava Jato*, que teve sua primeira fase ostensiva desencadeada em março de 2014, e que ainda está em andamento¹.

Inicialmente, contudo, cabe fazer algumas breves reflexões sobre os estudos históricos do tempo presente. Um dos evidentes desafios de se analisar a atualidade é o fato de que tratamos sobre personagens que, com frequência, estão vivos e atuantes, e acerca de processos ainda em andamento, inconclusos. Como afirma Reinaldo Lindolfo Lohn — em diálogo com a obra do historiador francês Henry Rousso —, em texto publicado no primeiro volume da presente coleção, a historiografia sobre temas da história recente se submete “ao crivo não só de seus pares, mas da política, tomada não apenas como mecanismo de mediação de conflitos, mas como exercício do debate público”. E, ressalta Lohn, pesquisar o tempo presente implica em abordar temáticas “em disputa política, quando os objetos estudados muitas vezes envolvem o investigador e suas opções e po-

1 Partes desse texto, com alterações, baseiam-se em capítulos anteriormente publicados: Baggio, 2016b e Baggio, 2019.

sições” (2019, p. 12-13). Henry Rousso, por sua vez, afirma que “o objetivo é ser capaz de produzir a História do nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo” (2009, p. 209). E o que, então, pode distinguir as análises de historiadores(as), em comparação com as abordagens realizadas por profissionais de outros campos do conhecimento, ainda que próximos? Exatamente aquilo que caracteriza a análise histórica: a perspectiva temporal, a consciência das permanências, mudanças e rupturas.

Para analisar as relações de setores do sistema de Justiça brasileiro com a desestabilização da democracia, nos últimos quinze anos, é fundamental, também, refletir sobre o papel dos meios de comunicação, já que é possível constatar uma espécie de cumplicidade entre determinadas corporações de mídia com segmentos do Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal.

Estimulado pelas reflexões de Pierre Nora acerca do “retorno do fato” (1979), Lohn afirma:

[...] os meios de comunicação organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada simultaneamente por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente. Cada jornal, cada telejornal ou cada revista propõe uma coleção de eventos dignos de registro e que serão memoráveis e constroem imediatamente um acervo de notícias que conformam acontecimentos. Essa organização da temporalidade e de sua narrativa opera-se por meio de uma fragmentação sistemática do real, reduzido ao acontecimento, [...] o que torna a visão de conjunto de uma realidade complexa constantemente simplificada (2019, p. 20).

Os meios de comunicação, com frequência, simplificam a realidade de modo a distorcê-la, por meio da veiculação de meias verdades, do uso de manipulações e da seleção sistemática de conteúdos. Criam ou recriam uma realidade, para o seu público de milhares ou milhões de pessoas, de acordo com determinados interesses. Na atual fase da história do capitalismo, os interesses do mercado financeiro — essa *entidade* cujos agentes parecem, propositalmente, invisíveis e incorpóreos — comandam, na prática, as decisões das grandes corporações, inclusive as midiáticas. A inflação de notícias, acelerada e ampliada *ad infinitum* pela internet, pode gerar uma espécie de exaustão mental, com uma consequente dificuldade de conexão entre os temas e problemas. Além disso, constata-se uma crescente propagação de mentiras, as hoje chamadas *fake news*, cuja disseminação, em geral, dá-se pelas *redes sociais* digitais, mas que podem ser difundidas, inclusive, em certas circunstâncias, pela chamada *mídia profissional*, que é a maneira como as corporações de mídia se autodenominam. Repensar os processos históricos recentes é, portanto, uma necessidade.

A Ação Penal 470

O julgamento do chamado *mensalão* — a Ação Penal 470 — no STF foi um processo longo e complexo que, até hoje, não está suficientemente explicado, principalmente para a grande maioria da população. Tudo começou em maio de 2005, com denúncias de um esquema de corrupção nos Correios, possivelmente comandado pelo então deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio de Janeiro. Após o envolvimento do seu nome na denúncia, Jefferson resolveu acusar o Partido dos Trabalhadores (PT), em uma entrevista a Renata Lo Prete, então jornalista da *Folha de S. Paulo*, no dia 6 de junho de 2005. Nessa entrevista, o deputado denunciou a suposta existência de pagamentos de propinas mensais a parlamentares da base aliada do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em troca de apoio, no Congresso, a matérias de interesse do Executivo. O mentor do esquema, segundo Jefferson, teria sido José Dirceu de Oliveira e Silva, então ministro da Casa Civil do governo Lula. Dez dias depois, em 16 de junho, Dirceu renunciou ao cargo. Jefferson, que acusou o ex-ministro de corrupção ativa, não tinha nenhuma prova de suas denúncias. Ainda assim, houve uma ampla cobertura da imprensa às acusações. Em dezembro de 2005, José Dirceu teve seu mandato na Câmara dos Deputados cassado pela maioria dos colegas.

Em março de 2006, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza², apresentou a denúncia ao STF, inicialmente com 40 réus. Não tenho condições de detalhar, aqui, o complexo e intricado julgamento da AP 470 no Supremo. O conjunto do processo alcançou mais de 50 mil páginas e apenas o Acórdão, que contém as decisões do STF, chegou a 8.405 páginas (Arantes, 2018, p. 344). Em dezembro de 2012, houve a condenação de 25 réus, entre os quais, líderes importantes do PT, como José Dirceu e José Genoino, além do ex-presidente da Câmara dos Deputados, entre 2003 e 2005, João Paulo Cunha (PT-SP) e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares. A fase de recursos só foi concluída em fevereiro de 2014, com a manutenção de 24 condenados (um ex-assessor do Partido Progressista, João Cláudio Genú, foi absolvido na fase de recursos). Ao todo, foram nove anos em que o caso do *mensalão* ficou em destaque em todos os veículos de mídia. Uma observação: apesar do nome com que ficou conhecido, os supostos pagamentos mensais a parlamentares nunca ficaram provados.

2 Antonio Fernando de Souza ocupou o cargo de procurador-geral da República de 2005 a 2009, durante os mandatos do ex-presidente Lula. Apesar de ter nascido na capital cearense, Fortaleza, formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, e fez carreira no Ministério Público do Paraná.

Não pretendo entrar aqui na questão da culpabilidade ou da inocência de cada um dos condenados — não teria condições para fazer isso e nem essa é a proposta do texto —, e sim ressaltar alguns aspectos do julgamento:

1) foi um espetáculo midiático, intensamente explorado pelas corporações de mídia, com sessões longuíssimas televisionadas ao vivo pela TV Justiça e por emissoras como a GloboNews (o canal pago de notícias 24 horas do Grupo Globo);

2) foi seletivo, pois a ação penal iniciada a partir da denúncia sobre o chamado *mensalão mineiro* ou *mensalão tucano*³ — que envolveu importantes líderes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e teve agentes em comum ao *mensalão do PT*, como o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, entre outros — foi encaminhada para a primeira instância do Judiciário, em Minas Gerais, e ficou praticamente esquecido pela mídia;

3) não se pode esquecer da frase da ministra Rosa Weber sobre José Dirceu: “Não tenho prova cabal, mas vou condená-lo porque a literatura jurídica assim me permite”⁴.

O PT, de fato, nunca explicou claramente, em detalhes, o que ocorreu no caso do *mensalão*. Admitiu apenas o uso de *caixa 2* nas campanhas eleitorais, ou seja, recursos de campanha não declarados à Justiça Eleitoral. A estratégia do então presidente Lula foi, logo após as primeiras denúncias, a de buscar distanciar-se do PT, com o objetivo de blindar a Presidência da República. No dia 12 de agosto de 2005, Lula afirmou, em rede nacional de televisão: “com toda franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país” (*apud* Arantes, 2018, p. 345). O discurso assumido pelo partido foi o de que todos os recursos não contabilizados seriam *caixa 2* de campanhas eleitorais do PT e de outros partidos coligados.

Considero relevante chamar a atenção para o fato de que, no julgamento da AP 470, o Judiciário iniciou dois procedimentos que terminaram por — ao contrário do que se afirmava na época — fragilizar a credibilidade no sistema de Justiça: 1) a espetacularização, que tem por base a articulação estreita entre o Judiciário e as corporações de mídia. Pela primeira vez, na história brasileira,

3 O símbolo do PSDB, como se sabe, é o tucano, ave representativa da fauna das florestas brasileiras.

4 Vale registrar que a ministra Rosa Weber foi assessorada, no julgamento do *mensalão* do PT no STF, pelo então juiz Sérgio Moro, que ficará conhecido, posteriormente, em razão de sua atuação nos processos da Operação Lava Jato, sobre a qual trataremos adiante. Cf.: <https://jornalggn.com.br/justica/gilson-dipp-que-indicou-moro-para-rosa-weber-desaprova-suas-atitudes-por-luis-nassif/> (publicado em 26 de julho de 2019). Acesso em 23 de março de 2020.

as pessoas comuns, sem qualquer vínculo com o sistema de Justiça, ficaram conhecendo os nomes e rostos de todos os ministros do Supremo Tribunal Federal. Justiça e mídia passaram a se retroalimentar. Julgamento virou espetáculo, decisões de ministros das cortes superiores passaram a ser discutidas nas ruas e bares, muitas vezes com base apenas no que o Jornal Nacional da Rede Globo, ou outros veículos de mídia, noticiavam; 2) a condenação sem “provas cabais”, por mera dedução a partir de um conjunto de indícios, muitas vezes frágil.

Em nome da condenação de *criminosos de colarinho branco*, houve muitas avaliações sobre os ganhos *civilizatórios* do julgamento do mensalão. Finalmente, foi dito, os *poderosos* eram punidos. Finalmente, *fazia-se justiça*. Era um marco para o *fim da impunidade*.

Os riscos de um julgamento tão midiaticizado não foram avaliados em toda a sua dimensão, à época. Conforme afirma o jornalista Paulo Moreira Leite:

Por envolver sócios de um banco, ministros e políticos de projeção, o julgamento permitiu que a condenação de personalidades públicas fosse associada a uma vitória inédita sobre a corrupção e, mais importante, a um esforço para mostrar que ricos e poderosos agora não estão a salvo da Justiça (Leite, 2013, p. 21).

Esse discurso, da vitória da Justiça contra a corrupção dos poderosos, foi insistentemente utilizado pelas corporações midiáticas e pelos integrantes do Poder Judiciário para justificar condenações com provas frágeis ou sem provas cabais. E esse tipo de procedimento, que começou no julgamento da AP 470 no STF, foi mantido e exacerbado no julgamento dos réus no âmbito da posterior Operação Lava Jato.

O chamado *mensalão* foi, efetivamente, um esquema que envolveu empresas privadas e partidos, com o objetivo de obter recursos vultosos para campanhas eleitorais. Tornou réus no STF tanto políticos do PT como de outros partidos que constituíam a base de apoio do governo Lula no Congresso Nacional, mas deixou de fora, como já mencionado, um esquema semelhante, e anterior — relacionado à campanha eleitoral de 1998 —, cujos políticos envolvidos eram lideranças do PSDB, partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que historicamente fez (e ainda faz) oposição ao PT. O PSDB, fundado em 1988, ao longo dos anos de 1990 foi se direcionando para a centro-direita e, ao final da década, para uma convicta defesa de políticas econômicas liberais e privatizantes, distanciando-se das posições e valores social-democratas de sua origem. Nesse sentido, passou a ser, a partir da década de 1990 e dos governos de FHC (1995-2002), o partido preferido do empresariado, do mercado financeiro e das corporações midiáticas. O chamado *mensalão tucano* (denominado frequentemente

pela mídia de *mensalão mineiro*, sem explicitar o símbolo do partido) teve como agentes o mesmo banco (Banco Rural), as mesmas agências de publicidade (DNA e SMP&B, do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, sediadas em Belo Horizonte), empresas privadas e companhias estatais mineiras, com o objetivo de arrecadar recursos para a campanha eleitoral do PSDB, principalmente ao governo de Minas Gerais, em 1998. O STF, no julgamento da Ação Penal 536 — *mensalão tucano* —, encaminhou o processo para a Justiça do estado de Minas Gerais, em flagrante diferença em relação ao chamado *mensalão petista*.

No caso do *mensalão do PT*, a defesa sempre argumentou que os recursos destinados às agências de publicidade de Marcos Valério de Souza, e repassados a políticos e partidos, inclusive o PT, não eram públicos, e sim recursos de empresas e fundos privados (como o Fundo de Incentivo do Visanet⁵). No julgamento do *escândalo do mensalão* no STF, a aliança do Judiciário com as corporações de mídia — no processo de construção da imagem de um partido (*um* em particular) como corrupto — já havia ficado evidente. E esse partido era o Partido dos Trabalhadores, dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff.

Dois dos condenados pelo STF, como já observado, eram líderes históricos do PT. José Dirceu de Oliveira e Silva foi um dos fundadores do partido, em fevereiro de 1980. Foi, também, deputado federal, presidente do partido e ministro da Casa Civil no primeiro mandato do ex-presidente Lula, entre 2003 e 2005, tendo se afastado do cargo em razão das primeiras denúncias do *mensalão*. Foi preso no dia 15 de novembro de 2013 — um dia simbólico, feriado nacional em que se comemora a Proclamação da República —, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por corrupção ativa.

José Genoino Guimarães Neto, assim como José Dirceu, também foi um dos fundadores do partido, deputado federal e presidente do PT, de 2003 a 2005. Também foi condenado por corrupção ativa pelo STF e preso no mesmo dia que Dirceu, 15 de novembro. Ambos, na juventude, participaram da luta contra a ditadura militar: Dirceu foi líder do movimento estudantil, preso em 1968 e exilado em 1969; Genoino também foi líder estudantil no Ceará e participou, como integrante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Guerrilha do Araguaia, entre 1970 e 1972, quando foi preso por forças do Exército, tendo ficado na prisão até 1977.

José Dirceu e José Genoino foram símbolos da geração de 1968, da resistência estudantil e de esquerda, no Brasil, contra a ditadura militar de 1964-1985.

5 Sobre o Fundo Visanet, ver: (Leite, 2013, p. 28-30). Segundo Paulo Moreira Leite, “é preciso reconhecer que os recursos usados na promoção do cartão de crédito não pertenciam ao banco [do Brasil, uma empresa de economia mista].”

E foram estigmatizados, em um julgamento complexo, com casuísmos e provas frágeis, como símbolos da corrupção dos políticos.

O cientista político Rogério Arantes, em capítulo de análise da AP 470, levantou uma questão fundamental: “[...] nosso argumento principal é que o julgamento do mensalão se baseou numa narrativa politicamente convincente, mas juridicamente incompleta e de final inconcluso” (2018, p. 339). E por qual razão Arantes faz essa afirmação? Porque, segundo suas reflexões:

[...] tudo se passou na forma de uma *narrativa*, estruturada em torno da ideia de uma complexa associação criminosa que teria praticado um crime de lesa-democracia, e que agora encontraria finalmente paradeiro na suprema corte do país. O resultado final, todavia, não confirmou plenamente a narrativa e o mensalão [...] terminou como um crime sem autor (Arantes, 2018, p. 344, grifo no original).

O crime de *lesa-democracia* do *mensalão*, segundo a denúncia apresentada ao STF pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza, seguiu a narrativa do então deputado Roberto Jefferson: a acusação de compra de votos de parlamentares a favor de projetos de interesse do governo federal — nos anos de 2003 e 2004, no primeiro mandato do ex-presidente Lula — deturparia a democracia na sua *essência*, já que teria solapado a separação e independência entre os poderes Executivo e Legislativo. Arantes, mais uma vez, esclarece:

[...] a denúncia do PGR [Antonio Fernando de Souza] lançou mão de duas estratégias principais. Primeiramente, transcendendo as evidências, não mediu palavras para apresentar as acusações individuais na forma de uma *narrativa*, cujo fio condutor era a ideia de um **crime politicamente orientado**: a manipulação indevida de recursos para a compra de apoio parlamentar ao governo no congresso e seu “projeto político de poder” (2018, p. 349, grifos e aspas no original).

Entretanto, a “narrativa de uma organização criminosa estruturada” tinha evidências materiais “frágeis” na denúncia (idem, p. 350). Conforme Arantes revela, “num acórdão de 8.405 páginas, a palavra ‘quadrilha’ aparece 2.369 vezes ou, na média, uma a cada 3,5 páginas. A narrativa lhe dedicou a condição de sujeito principal e autor coletivo do crime maior contra a democracia, a compra de votos parlamentares na Câmara dos Deputados” (idem, p. 371). Contudo, na fase de julgamento dos embargos infringentes, que teve início em setembro de 2013, acabou prevalecendo a tese de que não houve formação de quadrilha. No encerramento do julgamento, em fevereiro de 2014, todos os réus terminaram absolvidos, numa decisão de 6 a 5, da acusação de formação de quadrilha.

Nas conclusões de Arantes: “considerando o ponto de partida da tese do crime politicamente orientado, esse desfecho aproxima o mensalão, tecnicamente falando, de um crime sem autor” (2018, p. 382). Os réus, ao final de um processo que durou oito anos, a partir da denúncia do procurador-geral em 2006, foram condenados (ou absolvidos, dependendo da acusação) por crimes individualizados — corrupção ativa e/ou passiva, lavagem de dinheiro, peculato, gestão fraudulenta e/ou evasão de divisas — e não pela formação de quadrilha.

O julgamento da Ação Penal 470 pelo STF abriu um precedente: a condenação de réus sem prova cabais. Como afirmou Moreira Leite, “em sete anos de investigações, o mensalão transformou-se no discurso de um lado só”: o da acusação (2013, p. 341). O julgamento do *mensalão* adotou a chamada *teoria do domínio do fato*, isto é, a concepção de que altas autoridades não poderiam, em razão da posição que ocupavam, desconhecer esquemas corruptos. E mais, seriam os comandantes do esquema de arrecadação de recursos para as campanhas eleitorais e para “comprar” votos de parlamentares para que votassem favoravelmente aos projetos de interesse do governo do ex-presidente Lula, algo que nunca foi provado efetivamente.

2013: as Jornadas de Junho e o início da Lava Jato

Na reta final do julgamento da AP 470, mas antes dos recursos, aconteceram as manifestações que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013*. Os resultados dessa intensa mobilização foram, por um lado, um importante crescimento da consciência política e da valorização dos coletivos por uma parcela da juventude, algo que foi possível constatar, por exemplo, nos movimentos estudantis, de secundaristas e universitários, que posteriormente ocuparam escolas e universidades públicas de vários estados do país, contra projetos de reforma do ensino do governo do estado de São Paulo (em 2015, durante o governo de Geraldo Alckmin, do PSDB) e do governo federal (em 2016, durante o governo de Michel Temer, do PMDB).

A partir de 2013, por outro lado, ocorreu um avanço dos extremismos de direita. Nas *Jornadas de Junho*, grupos e organizações de direita e extrema-direita começaram a ocupar as ruas, espaço antes ocupado quase exclusivamente pelas esquerdas. Mas a emergência desavergonhada de uma direita reacionária, com viés fascista, foi, fundamentalmente, efeito da reação aos pouco mais de 13 anos de governos liderados por presidentes petistas, de janeiro de 2003 a maio de 2016. O

uso da internet e das *redes sociais* digitais também contribuiu enormemente para o fortalecimento desses extremismos, que se organizam e se expressam pelas redes.

Em junho de 2013 também ocorreram as manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição 37/2011. Caso aprovada, a PEC 37 determinaria que o poder de investigação criminal seria exclusivo da Polícia Federal e polícias civis dos estados, retirando essa atribuição do Ministério Público. Participaram da campanha contra a PEC 37 associações de procuradores e membros do MP. A PEC foi rejeitada em sessão da Câmara dos Deputados por 430 votos contrários e apenas 9 favoráveis, além de 2 abstenções, no dia 25 de junho de 2013, sob forte pressão da mídia e das manifestações que estavam ocorrendo naquele mês.

Vale registrar algo que tem sido, na minha avaliação, pouco ressaltado. Uma semana antes da rejeição da PEC 37 na Câmara, em 18 de junho, foi publicado, no *YouTube*, um vídeo do autointitulado *Anonymous Brasil*.

E o que continha o vídeo de 1m45s? *As 5 causas!*

Após uma voz masculina, de um rosto com a máscara estilizada de Guy Fawkes — da série de histórias em quadrinhos *V de Vingança*, que também foi adaptada para o cinema — adotada pelo *Anonymous* (que, lembremos, podem ser quaisquer pessoas) afirmar que “só a diminuição do valor das passagens de transporte público não nos satisfazem⁶” e “vamos todos levantar causas de cunho moral que são unanimemente aceitas”, enuncia as “cinco causas”:

- 1- Não à PEC 37.
- 2 - Saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional.
- 3 - Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal.
- 4 - Queremos uma lei que torne corrupção no Congresso crime hediondo.
- 5 - Fim do foro privilegiado pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da nossa Constituição!

O vídeo termina com o famoso verso do Hino Nacional: “verás que um filho teu não foge à luta!” e com a imagem da bandeira do Brasil com a *hashtag* #mudabrasil⁷.

6 As manifestações de junho de 2013 foram iniciadas, na cidade de São Paulo, pelo Movimento Passe Livre (MPL), defensor da diminuição do valor das passagens do transporte público e, em última instância, da implementação do transporte gratuito.

7 Esse vídeo do *Anonymous Brasil* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xsn> (publicado em 18 de junho de 2013). Consta, no *YouTube*, que o vídeo teve, até a manhã de 21 de março de 2020, mais de 1.857.000 visualizações.

Dois dias depois, as *cinco causas* e o vídeo do *Anonymous Brasil* foram divulgadas no *site* do jornal *O Globo* por Jorge Antonio Barros, no *Blog do Ancelmo*. Assim foi escrita a apresentação das *cinco causas* e do vídeo:

Um vídeo assinado pelo movimento Anonymous Brasil — que luta pela moralização na política — já bateu a marca de 1 milhão e 194 mil acessos ao YouTube. A produção, com locução feita por voz distorcida e uma música que deve dar arrepios em políticos corruptos, apresenta a ideia de cinco causas principais para não dispersar a onda de protestos nas ruas⁸.

Quem publicou esse vídeo no YouTube? Alguém consegue supor que um grupo de jovens — supostamente *anarquistas* e indignados com a corrupção — publicou, *espontaneamente*, esse vídeo, com essas causas? Especificamente essas? Não é difícil constatar que os interessados diretos na publicação e divulgação das *cinco causas* (e, portanto, do vídeo) foram integrantes do Ministério Público.

Minha hipótese é que muitas das pautas de junho de 2013 foram intencionalmente estimuladas por setores do Ministério Público aliados à mídia oligopolista e antipetista. Ou seja, que essa estreita colaboração entre setores do MP e das corporações de mídia começou, no mínimo, em 2013, senão antes.

Vale registrar que, segundo consta na página do próprio MPF, no mês seguinte, em julho de 2013, teve início o monitoramento das conversas do doleiro Carlos Habib Chater, cuja investigação foi denominada *Operação Lava Jato*, nome que passou a ser utilizado para todas as investigações correlacionadas com as ações criminosas de doleiros que atuavam no Paraná e acerca dos esquemas de corrupção descobertos na Petrobras. Por que a Operação Lava Jato ficou em Curitiba, se a sede da Petrobras é na cidade do Rio de Janeiro? Com a justificativa de que o início da investigação tinha sido sobre a atuação criminosa de doleiros paranaenses, a operação ficou, quase toda, sob a responsabilidade da PF e do MPF do Paraná e da 13^a. Vara Federal, sob a responsabilidade do juiz Sérgio Fernando Moro.

Em março de 2014, como se sabe, foi deflagrada a primeira fase ostensiva da operação. Mas, pode-se questionar, conforme fez o jornalista Luis Nassif, em artigo publicado no portal *GGN* em 9 de março de 2016 — intitulado “Lava Jato: tudo começou em junho de 2013” —, que “até hoje a Lava Jato não revelou como chegou às primeiras informações sobre a Petrobras, que permitiram expandir a operação para todo o país”.

8 Cf.: “As cinco causas do Anonymous Brasil”, por Jorge Antonio Barros. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/as-cinco-causas-do-anonymous-brasil-500666.html> (publicado em 20 de junho de 2013). Acesso em 21 de março de 2020.

A hipótese de Nassif é que as informações sobre os esquemas de corrupção dentro da Petrobras teriam chegado ao MPF em razão de cooperação internacional:

O ponto de partida foram as manifestações de junho de 2013, que deixaram claro que o Brasil estava preparado para a sua “Primavera”, a exemplo das que ocorreram nos países árabes e do leste europeu. [...] As manifestações teriam comprovado que a opinião pública brasileira estaria suficientemente madura para apoiar ações anticorrupção — e de interesse geopolítico dos EUA, claro (Nassif, 2016).

Vale lembrar que, no dia 5 de junho de 2013, o jornalista norte-americano Glenn Greenwald (radicado no Rio de Janeiro desde 2005) começou a publicar, em importantes jornais e revistas do mundo — como *The Guardian*, *The New York Times*, *The Washington Post* e *Der Spiegel* —, matérias sobre a vigilância eletrônica global dos Estados Unidos, baseadas em documentos da Agência de Segurança Nacional (*National Security Agency* - NSA), vazados pelo ex-técnico da agência Edward Snowden. Segundo o próprio Snowden, ele também havia trabalhado para a CIA, a Agência Central de Inteligência norte-americana. Ficou-se sabendo, pelas revelações de Snowden, que a NSA havia espionado não só a Petrobras como a própria presidente Dilma Rousseff.

Operação Lava Jato: criminalização da política e ataques à soberania brasileira

A Operação Lava Jato cumpriu um papel central no processo de desestabilização política dos últimos anos, com a fragilização da democracia no Brasil, em razão do fortalecimento de um discurso de criminalização generalizada da ação política e do sistema político. Desde o dia 17 de março de 2014, quando foi efetivada a primeira fase da operação, o Brasil passou a viver sobressaltos a cada nova etapa da investigação⁹. Em 2014, foram presos doleiros, executivos e empresários, com prisões temporárias e preventivas. Entre os executivos, estavam diretores da Petrobras, empresa que atua no setor de energia, principalmente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e derivados. Foi fundada em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Como se sabe, é uma empresa de controle estatal, mas, desde 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, deixou de monopolizar a indústria petroleira no Brasil.

9 A última fase da Operação Lava Jato, denominada *Óbolo*, foi desencadeada no dia 18 de dezembro de 2019. Foi a 70ª. fase da Lava Jato. A Operação continua em vigor. Cf. a página do MPF: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo> (acesso em 21/03/2020).

É uma empresa de capital aberto e ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova York¹⁰.

Há seis anos, portanto, a Operação Lava Jato passou a ocupar um lugar de centralidade na cena judicial e política brasileira, ainda que tenha perdido força e espaço na mídia a partir de 2018, após a prisão do ex-presidente Lula, no dia 7 de abril, e a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, no dia 28 de outubro, em segundo turno. A Lava Jato, desde então, já não tem mais a mesma utilidade de antes como instrumento de disputa de poder, escandalização da política ou manipulação da chamada *opinião pública*¹¹.

Vou me concentrar, nesta parte do texto, em aspectos da Operação Lava Jato que só vieram a público, de maneira mais sistemática, a partir de 2019, ainda que várias e graves denúncias de abuso de poder por parte de procuradores, policiais federais e juízes vinculados à operação — principalmente Sérgio Moro e Marcelo Bretas, juízes responsáveis pelos processos da Lava Jato em Curitiba e no Rio de Janeiro, respectivamente — já estivessem sendo feitas por advogados, juristas, intelectuais e jornalistas¹².

A partir do dia 9 de junho de 2019, o portal *The Intercept Brasil* (TIB) começou a revelar conversas entre procuradores da Operação Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro, que condenou o ex-presidente Lula e que, desde o dia 1º de janeiro de 2019, ocupa o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública no governo do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro¹³. A série de reportagens foi denominada *Vaza Jato* pelo TIB e, até o dia 12 de março de 2020, foram publicadas 24 partes da série, em parceria com demais veículos, como os jornais *Folha de S. Paulo*, *El País*, a agência *Pública*, entre outros (Greenwald et al., 2019; The Intercept Brasil, 2020).

Registro que um dos fundadores do *The Intercept* é o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, que se notabilizou internacionalmente pela revelação — a partir de documentos obtidos por Edward Snowden, ex-agente da *National Security Agency* (NSA) — da existência de programas de vigilância global por parte dos Estados Unidos, conforme tratei anteriormente.

As trocas de mensagens já divulgadas pelo *The Intercept Brasil* — ocorri-

10 A entrada da Petrobras na bolsa de Nova York ocorreu no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001.

11 Sobre a Operação Lava Jato, analisada sob diversos ângulos, ver: Kerche; Feres Júnior (coords.), 2018.

12 Principalmente jornalistas vinculados a veículos da chamada *mídia alternativa* (autodenominada, com frequência, *mídia progressista*), desvinculados das grandes corporações midiáticas que, desde 2014, apoiaram sistematicamente a Operação Lava Jato.

13 Em 26 de março de 2020, data em que o presente texto foi finalizado, Sérgio Moro mantinha-se no cargo.

das por meio do aplicativo *Telegram* e obtidas a partir de fonte(s) anônima(s) — estão revelando a colaboração constante do então juiz Sérgio Moro com os procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato, comprovando o que muitos jornalistas, juristas e analistas da política brasileira afirmavam há anos: que Sérgio Moro nunca foi imparcial, que atuava em parceria com a acusação, e que o julgamento do ex-presidente Lula (e de outros réus) foi político.

Sobre a questão da garantia da imparcialidade do juiz, Claudia Maria Dadico, juíza federal, afirma:

A atuação de todo e qualquer juiz somente pode ser concebida como verdadeiro exercício da função jurisdicional se for imparcial.

Decisões proferidas por juízes suspeitos ou impedidos podem, inclusive, ser consideradas nulas, já que não podem ser caracterizadas como “jurisdicionais”, na medida em que não foram proferidas por um órgão desinteressado e equidistante das partes do processo.

Por essa razão, o artigo 254, IV do Código de Processo Penal veda que o juiz oriente quaisquer das partes. Um processo, em tais condições, já direcionado pelas convicções do magistrado para um determinado desfecho, nada mais representaria do que uma encenação, uma pantomima, um ritual vazio de significado. [...]

Na jurisdição penal, em especial, a imparcialidade adquire ainda maior relevância, diante de seu papel fundamental de servir de freio ao poder estatal de punir. [...]

Ainda no universo das primeiras aulas de Teoria Geral do Processo e de Direito Processual, é comum falar-se que imparcialidade não se confunde com neutralidade, ou seja, que o juiz, na atividade de julgar, não pode se isolar do mundo em que vive, com toda a sua complexidade. [...]

Todavia, mesmo a se considerar a impossibilidade ou mesmo a indesejabilidade da figura do juiz neutro, não é possível, sob tal argumento, dar chancela à atuação de um juiz fora dos limites da lei e dos princípios constitucionais.

Admite-se que o juiz, ao interpretar a lei, examinar a prova e decidir, o faça de acordo com seus valores.

Não se admite, entretanto, que em nome de uma suposta “subjetividade contemporânea” ou de quaisquer valores que privilegie dentro de sua pauta axiológica, o juiz confunda sua atuação com a acusação (Dadico, 2019).

Em 12 de março de 2020, foram publicadas as três últimas matérias da *Vaza Jato* pelo *The Intercept Brasil*¹⁴, desta vez em parceria com a agência *Pública*. Essas reportagens compõem a 24ª. parte da série e demonstram que as suspeitas levantadas desde 2015 — em portais como *Jornal GGN* e textos de Luis Nassif, entre outros jornalistas e analistas — estavam corretas, ou seja, procuradores da Lava Jato, liderados por Deltan Dallagnol, contribuíram com as investigações

14 São as três últimas reportagens da *Vaza Jato* publicadas pelo *TIB* até o dia 24 de março de 2020.

realizadas por órgãos oficiais norte-americanos — como o *U. S. Department of Justice* (DOJ) e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) — contra empresas brasileiras, como a Petrobras e a Odebrecht (Fishman et al., 2020; Viana et al., 2020a; Viana et al., 2020b).

É importante registrar que o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot esteve, por duas vezes pelo menos, nos Estados Unidos, acompanhado de integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato, em atividades de cooperação. Em fevereiro de 2015 — no início do segundo mandato de Dilma Rousseff —, segundo matéria publicada no *G1* (portal do Grupo Globo), Janot foi a Washington para “pedir a cooperação das autoridades norte-americanas nas investigações do escândalo político brasileiro”. O procurador-geral iria participar de “reuniões no Banco Mundial, no Departamento de Justiça, na Agência Federal de Investigação (FBI) e na Organização dos Estados Americanos (OEA)”. Mas, como consta na matéria, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos tinha aberto, em novembro de 2014, “uma investigação criminal contra a Petrobras”. Segundo o *G1*:

Além da investigação criminal, a Petrobras também é alvo da Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, órgão que regula o mercado de capitais e que, no Brasil, seria correspondente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Petrobras tem papéis negociados nos mercados de Nova York, por isso o interesse dos EUA nas denúncias.

A Justiça norte-americana quer saber se a Petrobras, seus funcionários ou intermediários violaram o Ato de Práticas Corruptas Estrangeiras, um estatuto anticorrupção que considera ilegal subornar oficiais estrangeiros para conseguir ou manter negócios.

No grupo que acompanha o procurador-geral da República aos EUA está o secretário de cooperação internacional, Vladimir Aras, que faz parte do grupo montado por Janot para atuar nas investigações contra políticos delatados na Operação Lava Jato. Dois integrantes da Força Tarefa que conduzem as investigações no Paraná também viajaram com Janot: Deltan Dallagnol e Carlos Fernando Lima.

Há a previsão de os procuradores da República do Paraná participarem de uma reunião técnica com a Securities and Exchange Commission¹⁵.

Sendo assim, o procurador-geral da República do Brasil teria ido aos Estados Unidos para, entre outras atividades, estabelecer uma cooperação com a Jus-

15 “Janot chega aos Estados Unidos com força-tarefa da Operação Lava Jato”. In: *G1*, 08/02/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/02/janot-chega-aos-estados-unidos-com-forca-tarefa-da-operacao-lava-jato.html>. Ver, também, a matéria assinada por Jailton de Carvalho em *O Globo*: “Janot e procuradores de força-tarefa viajam aos EUA para pedir apoio em investigação da Petrobras”, de 06/02/2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/janot-procuradores-de-forca-tarefa-viajam-aos-eua-para-pedir-apoio-em-investigacao-da-petrobras-15269406>. Acesso em 21 de março de 2020.

tiça norte-americana em uma investigação contra uma estatal brasileira, a mais importante estatal do seu país. E, segundo o que se lê na matéria do portal *G1*, esse fato parece absolutamente normal. Alguém imagina que o contrário pudessem acontecer: uma colaboração de funcionários públicos norte-americanos com órgãos de investigação brasileiros contra empresas dos Estados Unidos?

Oito meses depois, em outubro de 2015, conforme comprovado em documentos revelados na 24^a. parte da *Vaza Jato*, uma delegação com pelo menos 17 norte-americanos — procuradores do DOJ e agentes do FBI — estiveram em Curitiba, na sede do MPF do Paraná, em reuniões com integrantes da força-tarefa da Lava Jato e advogados de delatores. Segundo a matéria da agência *Pública*:

Em quatro dias intensos de trabalho, receberam explicações detalhadas sobre delatores como Alberto Youssef e Nestor Cerveró e mantiveram reuniões com advogados de 16 delatores que haviam assinado acordos entre o final de 2014 e meados de 2015 em troca de prisão domiciliar, incluindo doleiros e ex-diretores da Petrobras (Viana et al., 2020a).

A cooperação entre a força-tarefa da Lava Jato e o *Department of Justice* (o FBI é uma unidade de polícia do DOJ) não poderia, pela legislação brasileira, ter sido feita diretamente. Deveria ter sido estabelecida por meio de um acordo bilateral de colaboração, intermediado pelo Ministério da Justiça do Brasil, já que envolvia interesses de empresas brasileiras, particularmente a Petrobras, a maior empresa brasileira de economia mista. Ou seja, a cooperação só poderia ter ocorrido com o conhecimento e acompanhamento do governo brasileiro, por envolver interesses estratégicos nacionais, por meio de um Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, MLAT, na sigla em inglês. A mediação brasileira, no caso de um MLAT, deve ser feita pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça. Entretanto, a colaboração da força-tarefa da Lava Jato com o DOJ, mencionada acima, ocorreu sem o acompanhamento e o aval do Ministério da Justiça brasileiro. Em mensagens vazadas do procurador Dallagnol, ele teria dito: “[...] embora eu não goste da ideia do executivo [Executivo] olhando nossos pedidos e sabendo o que há” (*apud* Viana et al., 2020a).

A fim de esclarecer melhor as bases legais dos processos da Justiça norte-americana contra empresas brasileiras, é necessário fazer referência a uma lei dos Estados Unidos de 1977, a *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) — Lei de Práticas de Corrupção no Exterior¹⁶ —, alterada em 1988, que permite investigações de atos

16 A lei FCPA foi mencionada, na matéria citada do *G1*, com o nome de Ato de Práticas Corruptas Estrangeiras.

de corrupção cometidos no exterior, por empresas e indivíduos, estadunidenses ou não, desde que tenham operado em bolsa de valores dos Estados Unidos ou realizado alguma operação no sistema financeiro norte-americano. A FCPA é aplicada em conjunto pelo DOJ e pela SEC, a Comissão de Títulos e Câmbio dos Estados Unidos (que regula o setor de valores mobiliários). O DOJ e a SEC podem aplicar penalidades criminais e civis, respectivamente. Ou seja, por meio da FCPA, órgãos do Estado norte-americano podem investigar, processar e condenar qualquer empresa ou pessoa de qualquer país do mundo, mesmo se o crime tiver sido cometido no exterior, desde que recursos dessa empresa ou pessoa física tenham passado pelo sistema financeiro estadunidense. A FCPA é uma lei de evidente caráter imperial, em que o sistema de Justiça dos Estados Unidos intervém de modo insidioso no exterior, desconsiderando a soberania nacional dos demais países, em uma fase do capitalismo caracterizada pela globalização financeira, ou seja, em que os capitais circulam de maneira intensa, tornando empresas e pessoas físicas estrangeiras sujeitas diretamente aos interesses norte-americanos. Com o argumento da necessidade do combate à corrupção internacional, os Estados Unidos aplicam uma lei do Direito norte-americano para intervir no exterior, o que significa, na prática, o uso do sistema judicial estadunidense com claros objetivos geopolíticos e econômicos que favorecem a sua própria economia, contra empresas estrangeiras concorrentes e a economia de países não alinhados.

Em razão da existência dessa lei, a Petrobras e a Odebrecht foram punidas com multas bilionárias pelo Judiciário dos Estados Unidos, apesar dos delitos de corrupção investigados terem sido cometidos no exterior e, no caso da Petrobras, da empresa ter sido sempre considerada, pela força-tarefa da Lava Jato, como vítima de atos de corrupção, e não como culpada pela corrupção, como ocorreu no julgamento nos Estados Unidos. De acordo com os documentos que constam nas reportagens do *The Intercept Brasil* e da agência *Pública*, os procuradores da Lava Jato ocultaram do Ministério da Justiça brasileiro, deliberadamente, a visita dos norte-americanos ao MPF do Paraná. A Lava Jato, portanto, colaborou com a investigação e punição, feita pelo Judiciário dos Estados Unidos, contra a mais importante e estratégica empresa brasileira. Como as reportagens comprovam, procuradores brasileiros revelaram detalhes sobre as investigações de corrupção na Petrobras (e acerca dos acordos de delação premiada) aos agentes e procuradores norte-americanos. E o Ministério da Justiça, ao questionar o MPF sobre as visitas dos agentes estrangeiros — após informações oriundas do Ministério das Relações Exteriores —, não recebeu respostas esclarecedoras. Ainda assim, não tomou nenhuma atitude a respeito. O então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, declarou à agência *Pública*: “Nós

fizemos uma interpelação para saber o que estava acontecendo, mas eu nunca tive uma resposta conclusiva sobre isso”.

Segundo a matéria:

Depois, a força-tarefa orientou os americanos a convencer os colaboradores a ir aos EUA para depor, a fim de não ficarem sujeitos às limitações da lei brasileira. Se isso não fosse possível, eles ofereceriam sugestões sobre interpretações “mais flexíveis” das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). E a força-tarefa ainda se comprometeu a “pressionar” os investigados a colaborar com os EUA. Além disso, a agenda da visita não foi divulgada para a imprensa brasileira a pedido dos americanos, segundos revelam os diálogos (Viana *et al.*, 2020a).

Ou seja, procuradores da Lava Jato atuaram contra os interesses brasileiros na cooperação com os Estados Unidos. Como também revela a matéria da *Vaza Jato*, os procuradores estavam negociando com o DOJ a divisão do valor da multa cobrada à Petrobras. Acerca da viagem de Janot e procuradores da Lava Jato aos Estados Unidos, em fevereiro de 2015 — já mencionada anteriormente —, afirmam os/as jornalistas:

Um marco no relacionamento entre a Lava Jato e o DOJ foi a primeira visita oficial aos Estados Unidos, em 9 e 10 de fevereiro de 2015, dos procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima, Marcelo Miller e Deltan Dallagnol, que acompanhavam o então procurador-geral da República Rodrigo Janot e o próprio Aras¹⁷ em visita cuja existência chegou a ser noticiada na imprensa brasileira. Eles se reuniram com o DOJ, representantes da Comissão de Valores Mobiliários (SEC, na sigla em inglês), da Receita Federal americana (IRS, na sigla em inglês), do FBI e do Departamento de Segurança Interna (DHS). Foi a partir dessa visita que os procuradores passaram a discutir a vinda da comitiva a Curitiba (Viana *et al.*, 2020a).

Em julho de 2016, já sob a Presidência de Michel Temer, conforme a matéria da *Pública*, uma nova delegação estadunidense — do DOJ, SEC e FBI — desembarcou em Curitiba e no Rio de Janeiro, dessa vez com um MLAT assinado:

Entre 13 e 15 de julho, o grupo utilizou a sede da PGR no centro do Rio de Janeiro para ouvir o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró e o ex-diretor de abastecimento Paulo Roberto Costa, ao longo de três sessões, totalizando nove horas de questionamentos a cada um. Quatro meses depois, em novembro daquele ano, a *Folha de S. Paulo* noticiou que Costa havia fechado um acordo para cooperar com o FBI e o DOJ, comprometendo-se a fornecer documentos e prestar

17 O texto faz referência a Vladimir Aras, então diretor da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) da Procuradoria-Geral da República, já citado na matéria do *G1*.

depoimentos e entrevistas sempre que convocado. [...] Entre 14 e 21 de julho de 2016, a agenda dos americanos foi na Procuradoria da República em Curitiba – e bastante cheia (Viana *et al.*, 2020a).

Nessa vinda em 2016, os agentes do DOJ e FBI também tiveram como objetivo fazer investigações sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras.

A matéria da *Pública* traz documentos que contêm as agendas dos norte-americanos no Brasil, tanto em outubro de 2015 como em julho de 2016. Nesta última, a visita dos agentes ocorreu nas sedes da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e em Curitiba, além da Superintendência da PF na capital paraense. No documento, constam os nomes dos participantes e os assuntos discutidos. No governo de Temer — Dilma Rousseff estava afastada da Presidência havia dois meses, aguardando o desfecho do processo de seu *impeachment* no Senado —, os norte-americanos puderam vir ao Brasil buscar provas contra as empresas brasileiras sem nenhum obstáculo. Em outubro de 2015, tinham vindo na surdina, sem fazer alarde, em um acordo direto com Dallagnol e demais procuradores da Lava Jato.

Além da Petrobras, como já exposto, a Odebrecht também foi alvo das investigações do DOJ e FBI. Novamente, segundo a matéria bem fundamentada do *The Intercept Brasil* em parceria com a agência *Pública*:

Os agentes americanos questionaram também o doleiro Alberto Youssef durante seis horas [...]. No último dia, a comitiva americana reuniu-se durante todo o dia para discutir o caso Odebrecht com a Lava Jato: [com os procuradores] Dallagnol, Martello, Galvão, Roberto Pozzobon e Marcelo Miller, então na PGR [...].

Em dezembro de 2016, pouco antes do Natal, a Odebrecht, junto com sua subsidiária Braskem – uma sociedade com a Petrobras –, fez um acordo com o DOJ no qual ambas concordaram em pagar um mínimo de US\$ 3,2 bilhões aos EUA, Suíça e Brasil — total depois reduzido para US\$ 2,6 bilhões — pelas práticas de corrupção ocorridas fora dos EUA. Na época, foi o maior acordo global de corrupção internacional. O acordo firmado com os EUA pelas empresas garante que elas têm que colaborar com as autoridades americanas em quaisquer investigações, disponibilizando seus funcionários para questionamentos sempre que chamados.

Advogados de defesa consultados pela reportagem afirmam que houve pelo menos mais duas delegações do DOJ para ouvir empresários da Odebrecht, na sede do MPF em São Paulo, nos anos 2017 e 2018.

As oitivas são precedidas do *attorney proffer*, uma negociação com advogados que estabelecem quais os pontos que o DOJ quer ouvir. Um depoimento tomado por

um *attorney proffer* não isenta o investigado de futuros questionamentos ou investigações. Geralmente, o que se estabelece é que essas informações não serão usadas criminalmente contra eles — mas podem ser usadas, por exemplo, contra outros cidadãos brasileiros.

Houve também um número não divulgado de viagens de delatores aos EUA, além de negociações e oitivas por internet — todas essas modalidades foram sugeridas pela força-tarefa no email vazado (Viana *et al.*, 2020a).

Não há mais nenhuma dúvida sobre as ações lesivas aos interesses da maior empresa brasileira, a Petrobras, e de outras importantes empresas, que estavam entre as maiores do país — principalmente do setor de engenharia de infraestrutura —, por parte dos procuradores da Operação Lava Jato, além da conivência do ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot — que ocupou o mais alto cargo do Ministério Público de setembro de 2013 a setembro de 2017 —, com essas práticas da Procuradoria Federal dos estados do Paraná e Rio de Janeiro. A economia brasileira foi severamente prejudicada e a soberania nacional, indiscutivelmente atentada, tudo em nome do combate à corrupção, entendido sempre — e assim defendido pelas corporações de mídia que se aliaram à Lava Jato — como o *mal maior*. Para combatê-lo, portanto, a maioria dos brasileiros foi convencida de que tudo era válido, inclusive a destruição das empresas, ao invés da aplicação preferencial das penas às pessoas físicas. Conforme as reflexões do advogado Walfrido Warde Júnior:

[...] em casos de corrupção sistêmica, como os descobertos pela Lava Jato, o seu combate deve usar técnicas capazes de evitar uma grave deterioração dos ambientes econômico, social, político e jurídico.

A maior parte das empresas alcançadas pela “lava jato” eram donas de usinas de geração de energia, de estaleiros, de estradas, de aeroportos e de outros empreendimentos de infraestrutura. Compunham uma indústria que representava a espinha dorsal da economia brasileira. A sua desgraça causou a paralisia de obras, o impasse sobre o destino de projetos de infraestrutura centrais para o Brasil e, o que é pior, a depreciação de tantos outros, cuja venda — em meio a problemas policiais e judiciais — é, ainda que difícil e arriscada, essencial para a sobrevivência dessas empresas.

Em condições como essas, as empresas e os seus negócios não são vendidos pelo que valem, mas pelo que os compradores querem pagar. Ou seja, saem pelo preço mínimo estrutural, aquele que é estabelecido quando o vendedor é obrigado a se prostrar em frente ao único comprador disponível.

É preciso repensar a forma como se combate a corrupção no país, para que os efeitos colaterais adversos não sejam mais danosos do que os crimes que se quer coibir (Warde Júnior, 2018).

E, segundo a jornalista Cíntia Alves, do *GGN*:

O jornal *O Globo* destaca nesta segunda (9) [de março de 2020] que a Lava Jato “recuperou” para a Petrobras, nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 4 bilhões com acordos de leniência, delação premiada, renúncias voluntárias e ajustamento de conduta. No Twitter, o procurador de Curitiba Roberson Pozzobon comemorou e disse que “os trabalhos continuam”. O que o jornal dos Marinho não informa é que, também por causa da Lava Jato, só nos Estados Unidos, a Petrobras perdeu um total de 3,8 bilhões de dólares.

No câmbio atual, o montante equivale a R\$ 17,8 bilhões. Mais de quatro vezes, portanto, o valor que foi recuperado até agora (Alves, 2020).

O cálculo de Cíntia Alves baseia-se nos seguintes dados: a Petrobras pagou, em três parcelas, a partir de março de 2018, o valor de 2,95 bilhões de dólares para encerrar uma ação coletiva movida por detentores de ações e bônus da empresa na bolsa de Nova York. O acordo foi assinado pela Petrobras em janeiro de 2018¹⁸. Além desse valor, pagou 853,2 milhões de dólares ao *Department of Justice*, conforme acordo assinado em 26 de setembro de 2018¹⁹. Assim, no total arredondado, são 3,8 bilhões de dólares²⁰.

Sobre esses pagamentos feitos pela Petrobras aos Estados Unidos em 2018, o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia seguinte ao acordo, também publicou uma matéria, assinada pelo jornalista Nicola Pamplona:

A Petrobras vai pagar multa de US\$ 853 milhões (R\$ 3,4 bilhões ao câmbio atual [de 27 de setembro de 2018]) para encerrar investigações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre os crimes de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato, segundo acordo anunciado nesta quinta (27) pela estatal.

18 Sobre o acordo no valor de 2,95 bilhões de dólares, ver a matéria da agência *Reuters*, assinada pelos jornalistas Marta Nogueira e Rodrigo Viga Gaier e publicada em 3 de janeiro de 2018: “Petrobras fecha acordo de US\$ 2,95 bi para encerrar ação nos EUA, menos que o esperado”. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1ES1EG-OBRTT>. Ver, também, matéria no portal *Consultor Jurídico*, publicada na mesma data: “Petrobras assina acordo de US\$ 3 bilhões para encerrar ação coletiva nos EUA”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-03/petrobras-assina-acordo-us-bilhoes-encerrar-acao-eua>. O valor de US\$ 2,95 bilhões foi arredondado na manchete do portal. Acesso em 26 de março de 2020.

19 O documento do acordo entre a Petrobras e o *U.S. Department of Justice*, em inglês, está disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/03/doj-acordo-com-petrobras.pdf>. Acerca desse acordo, a página oficial do DOJ na internet publicou o seguinte documento: “Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras Agrees to Pay More Than \$850 Million for FCPA Violations”. In: **The United States Department of Justice**. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/pr/petr-leo-brasileiro-sa-petrobras-agrees-pay-more-850-million-fcpa-violations>. Acesso em 26 de março de 2020.

20 Como tratarei adiante, do valor de US\$ 853.200 milhões, 80%, isto é, US\$ 682.560 milhões, foram redirecionados para o Brasil, em razão de acordo do DOJ com o MPF, mais precisamente, com a força-tarefa da Lava Jato.

A companhia foi multada também em US\$ 933 milhões (R\$ 3,8 bilhões) pela SEC, o xerife do mercado de ações americano, mas o valor foi descontado de acordo feito com investidores no início do ano, quando a empresa desembolsou US\$ 2,9 bilhões (cerca de R\$ 10 bilhões) para encerrar ação coletiva movida por detentores de ações na bolsa de Nova York²¹.

O documento presente na página do DOJ na internet explicita a defesa dos interesses dos Estados Unidos na investigação contra a Petrobras e no acordo com a empresa:

[...] A Seção de Fraude da Divisão Criminal — juntamente com nossos parceiros no *Eastern District of Virginia*, a SEC e o FBI — agradece pela assistência prestada por nossos colegas brasileiros aplicadores da Lei. Esse caso é apenas o mais recente exemplo de nossa capacidade de trabalhar com nossos colegas estrangeiros para investigar empresas e outros agentes criminosos cuja conduta abrange várias jurisdições internacionais.

Proteger a integridade dos mercados financeiros dos Estados Unidos é uma das maiores prioridades dessa Administração [...].

A resolução substancial de hoje demonstra o compromisso contínuo do FBI de trabalhar com parceiros dos Estados Unidos e internacionais para investigar a corrupção, não importa onde ela ocorra²².

Na página do *U.S. Department of Justice* consta a “missão” do DOJ: “fazer cumprir a lei e defender os interesses dos Estados Unidos de acordo com a lei”²³.

21 PAMPLONA, Nicola. Petrobras vai pagar R\$ 3,4 bi para encerrar investigações sobre corrupção nos EUA. In: **Folha de S. Paulo**, 27/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/petrobras-vai-pagar-r-34-bi-para-encerrar-investigacoes-sobre-corrupcao-nos-eua.shtml>. Acesso em 26 de março de 2020.

22 No original em inglês: [...] *The Criminal Division's Fraud Section — together with our partners in the Eastern District of Virginia, the SEC, and the FBI — are grateful for the assistance provided by our Brazilian law enforcement counterparts. This case is just the most recent example of our ability to work with our foreign counterparts to investigate companies and other criminal actors whose conduct spans multiple international jurisdictions. Protecting the integrity of U.S. financial markets is one of the highest priorities of this Administration [...]. Today's substantial resolution demonstrates the FBI's continued commitment to working with U.S. and international partners to investigate corruption no matter where it occurs [...].* “Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras Agrees to Pay More Than \$850 Million for FCPA Violations”. In: *The United States Department of Justice*. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/pr/petr-leo-brasileiro-sa-petrobras-agrees-pay-more-850-million-fcpa-violations>. Acesso em 26 de março de 2020. A tradução dos textos em inglês é da autora do capítulo.

23 No original: *Our mission statement. To enforce the law and defend the interests of the United States according to the law [...].* “About DOJ”. In: **The United States Department of Justice**. Disponível em: <https://www.justice.gov/about>. Acesso em 26 de março de 2020.

Os trechos citados dos documentos falam por si, com absoluta clareza: a missão do DOJ, FBI e SEC é defender os interesses dos Estados Unidos e dos mercados financeiros norte-americanos.

No caso brasileiro, as práticas abusivas utilizadas no *combate à corrupção* foram, de um modo geral, ocultadas. As próprias revelações da *Vaza Jato* foram divulgadas de maneira bastante cautelosa pelas corporações midiáticas que, no seu conjunto, apoiaram a Operação Lava Jato. As reportagens de 12 de março de 2020, do *The Intercept Brasil* em colaboração com a *Pública*, como já demonstrado, são de fundamental importância para a compreensão dos ataques à soberania nacional. E sem soberania nacional, como garantir a construção e consolidação do Estado Democrático de Direito? E mais, como construir um Estado de bem-estar, inclusivo, com a garantia de direitos sociais para a sua população? Apesar de sua evidente relevância, as matérias do dia 12 de março tiveram muito pouca repercussão, em um momento em que as atenções mundiais e brasileiras já estavam voltadas quase exclusivamente para a pandemia de Covid-19²⁴.

Na segunda matéria da *Pública*, que compõe a 24^a. parte da *Vaza Jato*, publicada na mesma data, afirma-se que:

Documentos e diálogos vazados ao site *The Intercept Brasil* e analisados em conjunto com a **Agência Pública** revelam que, desde o começo da cooperação da força-tarefa da Lava Jato com procuradores americanos, a multa bilionária a ser paga pela Petrobras ao Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) por violação da lei FCPA foi um ponto-chave nas tratativas. O tema esteve sobre a mesa desde a primeira missão dos procuradores americanos e do FBI em Curitiba, em outubro de 2015 (Viana et al., 2020b).

Como a reportagem deixa explícito, desde outubro de 2015, pelo menos, havia uma predisposição de ambos os lados (DOJ e força-tarefa da Lava Jato) para que a multa a ser aplicada à Petrobras pelos EUA, a partir das investigações do DOJ (que tiveram apoio dos procuradores da Lava Jato), fosse dividida entre os Estados Unidos e o Brasil. E, conforme mostra a matéria, Rodrigo Janot foi informado dessas tratativas com os norte-americanos por meio de um ofício enviado no dia 30 de novembro daquele ano. Em agosto de 2017, o acordo foi fechado: 80% do valor da multa cobrada da Petrobras pelos EUA viria para o Brasil. Mas uma questão central ainda estava sem resposta: qual destino teria o dinheiro?

Nas conversas entre os procuradores, que foram vazadas, há uma revelação:

Em 15 de outubro de 2017, no mesmo chat, o procurador Paulo Galvão explica que Chris Cestaro, um dos procuradores do DOJ, chegou a perguntar se deveriam desistir do caso criminal contra a Petrobras, após uma carta do embaixador brasileiro nos Estados Unidos pedindo que se poupasse a estatal de petróleo (Viana, *et al.*, 2020b).

24 No dia anterior, 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) havia declarado a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) como uma pandemia.

Contudo, em setembro de 2018, a Petrobras assinou um acordo com o DOJ, em que aceitou pagar uma multa de 853.200 milhões de dólares.

De fato, o acordo garantiu o envio de 80% do valor ao Brasil – US\$ 682.560 milhões ou R\$ 2,5 bilhões. A quantia foi depositada numa conta na Caixa Econômica Federal. Para a destinação desse dinheiro, a Lava Jato assinou, em 23 de janeiro de 2019, um acordo próprio com a Petrobras que previa a criação de uma fundação de direito privado, com sede em Curitiba, para administrar um fundo patrimonial, ou *endowment*, no valor depositado.

Do total, 50% do valor pago no Brasil seria usado para ressarcir ações ajuizadas por acionistas e os outros 50%, para “projetos, iniciativas e desenvolvimento institucional de entidades e redes de entidades idôneas, educativas ou não, que reforcem a luta da sociedade brasileira contra a corrupção”. [...]

Segundo o contrato, caberia ao MPF no Paraná “buscar meios para a constituição da entidade privada, com sede em Curitiba”, assim como constituir um Comitê de Curadoria Social para supervisionar a constituição da fundação, pedindo indicação a organizações da sociedade civil. Além disso, tanto o MPF no Paraná quanto o MP estadual poderiam pedir um assento no órgão de deliberação superior da fundação (Viana, *et al.*, 2020b).

Ou seja, os procuradores da força-tarefa da Lava Jato pretendiam utilizar parte do valor da multa em uma fundação de direito privado, com sede em Curitiba. Entretanto, em 15 de março de 2019, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu o acordo da Petrobras com a força-tarefa da Lava Jato, a pedido da então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. “No final, após acordo entre a PGR e o governo federal, o valor foi destinado para a educação básica, saúde, ciências e tecnologia, direitos humanos e combate ao desmatamento na Amazônia” (Viana *et al.*, 2020b).

Todas essas revelações comprovam que os procuradores da Lava Jato cometeram diversos abusos nas suas relações com o *Department of Justice* dos Estados Unidos. Vale registrar que Alexandre de Moraes escreveu, em sua decisão de anular o acordo, que os “agentes públicos”, em referência aos procuradores da Lava Jato em Curitiba, “em princípio, exorbitaram das atribuições que a Constituição Federal delimitou para os membros do Ministério Público”²⁵.

25 Cf. matéria publicada no portal **G1**, do Grupo Globo, em 15 de março de 2019, assinada pela jornalista Rosanne D’Agostino: “Alexandre de Moraes suspende acordo entre Petrobras e força-tarefa da Lava Jato”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/15/alexandre-de-moraes-suspende-acordo-entre-petrobras-e-forca-tarefa-da-lava-jato.ghtml>. Em 22 de março de 2020, o ministro Moraes determinou que os recursos originalmente disponibilizados para o Ministério da Educação (no valor de um bilhão de reais) fossem transferidos para o Ministério da Saúde, em razão da pandemia de Covid-19 e do fato de que, até o final de 2019, o MEC não havia empenhado nenhuma parte desse recurso. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/moraes-manda-transferir-r-16-bi-de-acordo-da-petrobras-da-educacao-para-saude.shtml>. Acesso em 22 de março de 2020.

Vale assinalar que, em 5 de outubro de 2015, em texto publicado no portal *GGN*, o advogado André Motta Araújo já havia se manifestado, com contun-
dência, em oposição à colaboração dos procuradores da Lava Jato com o DOJ,
em investigações contra a Petrobras:

Registro meu ESTARRECIMENTO de Procuradores brasileiros, que são pagos pelo Governo do Brasil, ajudarem Procuradores estrangeiros a processar e ao fim cobrar multas bilionárias do MESMO GOVERNO que lhes paga o salário. [...] Promotores americanos estarão em Curitiba para recolher documentação contra a PETROBRAS [...]. Parece que esqueceram [os procuradores brasileiros] completamente a noção de ESTADO NACIONAL, mas os americanos nunca esquecem (Araújo, 2015)²⁶.

Conforme revela a reportagem da *Pública*, esse texto de André Araújo repercutiu, no dia 7 de outubro, entre os procuradores da Lava Jato (Viana *et al.*, 2020b). Segundo a documentação da *Vaza Jato*, Deltan Dallagnol teria encaminhado o artigo de Araújo a Vladimir Aras, então chefe do setor de cooperação internacional da Procuradoria-Geral da República. A resposta dos procuradores, em face da repercussão da cooperação da força-tarefa da Lava Jato com o DOJ, foi a defesa da divisão dos valores, com o Brasil, das multas pagas pelas empresas brasileiras nos Estados Unidos. E assim ocorreu no caso da Petrobras.

Os vínculos entre a Operação Lava Jato e os Estados Unidos — inclusive os controversos acordos de cooperação entre órgãos de Estado norte-americanos e brasileiros, para fins de investigação criminal — também foram abordados em uma série de cinco episódios produzida pelo *Jornal GGN*²⁷, intitulada *Lava Jato Lado B*. Os vídeos foram disponibilizados na *TV GGN*, canal do portal no *YouTube*. A série foi produzida em 2019, com argumento do jornalista Luis Nassif, editor-chefe do *GGN*, e disponibilizada no *YouTube* entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 2020, sendo um episódio por semana²⁸.

A história da cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos em investigações de corrupção teve, como demonstrou a série do *GGN*, um momento fundamental no caso do extinto Banestado, o Banco do Estado do Paraná, privatizado em 2000. Foram investigadas, nesse caso de corrupção, remessas de bilhões de dólares, entre 1996 e 2002, para paraísos fiscais, por meio de contas

26 As palavras com letras em caixa-alta estão no original.

27 Sobre o *Jornal GGN*, ver: <https://jornalggcn.com.br/institucional/>. Acesso em 22 de março de 2020.

28 Os cinco episódios da série *Lava Jato Lado B* estão disponíveis no canal da *TV GGN* no *YouTube*: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLZUPpD2EGpfqW0P33USs1QyexrIaBFjmU>. Acesso em 22 de março de 2020.

no banco paranaense, com o evidente objetivo de sonegar impostos. A série *Lava Jato Lado B* mostrou como — nas investigações que envolveram grandes empresas privadas e/ou estatais, empresários, executivos, funcionários públicos e políticos — se articularam interesses nacionais e estrangeiros. Alguns personagens foram centrais nas duas investigações de corrupção (Banestado e Lava Jato), como o doleiro Alberto Youssef e o ex-juiz Sérgio Moro. A experiência no caso do Banestado, particularmente a colaboração nas investigações com o *Department of Justice* dos Estados Unidos, serviu como uma espécie de laboratório para o MPF do Paraná e o ex-juiz Moro²⁹.

A respeito da colaboração com os Estados Unidos, é importante registrar que, de 4 a 9 de outubro de 2009 — quatro anos antes, portanto, do início das investigações da Lava Jato —, foi realizado, no Rio de Janeiro, um seminário sobre “crimes financeiros”, custeado pelo *U. S. Department of Justice* (DOJ). Participaram desse seminário, juízes e procuradores federais de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, assim como dezenas de policiais federais, além de juízes, procuradores e policiais dos estados. Houve participação, também, de representantes do sistema de Justiça do México, Argentina e de outros países latino-americanos. O evento teve como tema central os *crimes transnacionais* (inclusive *terrorismo*) e serviu para intensificar a cooperação dos órgãos brasileiros com o DOJ, em investigações conjuntas. Um documento da diplomacia norte-americana, vazado pelo *WikiLeaks*³⁰, revelou detalhes sobre o chamado *Projeto Pontes*, cujo objetivo é o treinamento de juízes, procuradores e policiais latino-americanos para atuação em investigações, em cooperação com os EUA. No documento publicado pelo *WikiLeaks*, há menção específica a dois palestrantes brasileiros: Gilson Dipp, então ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), representando o sistema de Justiça no evento, e o ex-juiz paranaense Sérgio Moro, que já tinha estabelecido colaboração com o DOJ no caso do Banestado³¹.

29 Sobre o ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores que integram (ou integravam) a força-tarefa da Lava Jato, é importante fazer referência ao trabalho de Ricardo Costa de Oliveira *et. al.* (2017), em que os autores demonstraram como as trajetórias dos integrantes da Lava Jato paranaense tiveram origem em “relações familiares e políticas”, em geral vinculadas “à direita política” e ao espectro conservador. A pesquisa mostrou que o “núcleo duro da Lava-Jato é formado por operadores vinculados a famílias políticas e famílias do sistema judicial”. Ver, também, a entrevista de Ricardo C. de Oliveira à agência *Pública* (2018), em que o sociólogo tratou sobre os vínculos de parentesco entre advogados dos investigados e réus, Sérgio Moro e procuradores da Lava Jato.

30 O *WikiLeaks* é um projeto criado pelo jornalista australiano Julian Assange, lançado em dezembro de 2006, que tem por objetivo divulgar documentos sensíveis de governos e empresas, frequentemente secretos. Cf. <https://wikileaks.org/>. Acesso em 23 de março de 2020

31 Cf.: Brazil: Illicit Finance Conference uses the “T” word, successfully. In: *Public Library of US Diplomacy*. *WikiLeaks*. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html (documento de 30 de outubro de 2009). Acesso em 23 de março de 2020.

Em dois artigos publicados no dia 29 de março de 2019, o jornalista Luis Nassif fez referências ao *Projeto Pontes*, ao seminário de outubro de 2009 e a um outro evento, a ser realizado na cidade de São Paulo em maio de 2019, uma parceria da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) com o *Department of Justice*. O seminário de 2019 teve como tema *Delitos de Informática e Evidências Eletrônicas*. Conforme o Edital No. 18/2019 da AJUFE, as despesas dos juízes com alimentação, transporte aéreo, transporte terrestre e diárias seriam pagas “pelo Governo Americano mediante depósito em conta em data anterior ao evento”. Restam os seguintes questionamentos: a diretoria da AJUFE supõe que o DOJ financia eventos de juízes estrangeiros de maneira desinteressada, apenas para colaborar com a aplicação da Lei e o combate à criminalidade em *países amigos*? Não conhece nada sobre a história das intervenções dos Estados Unidos na América Latina? Não conhece nada sobre interesses econômicos e geopolíticos de potências estrangeiras? A AJUFE e os juízes brasileiros são ingênuos ou oportunistas ao aceitarem esse tipo de parceria? (cf. Nassif, 2019a e 2019b).

À guisa de conclusão

Sobre a Lava Jato, penso que é necessário enxergar o que foi e o que é a operação, sem nos deixarmos contaminar pelo discurso midiático. Depois de todos esses anos, considero que é possível afirmar que a Lava Jato não teve como objetivo central o combate à corrupção, ou seja, o combate à promiscuidade entre interesses de empresas privadas, funcionários de estatais, servidores públicos e políticos, lesivos ao orçamento do Estado. E que a operação teve como objetivo central destruir um projeto político de caráter nacional-desenvolvimentista e de inclusão social. A operação teve um papel central no golpe de 2016 — que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República sem crime de responsabilidade comprovado — e na continuidade do golpe, que foi a condenação de Lula em duas instâncias, pelo juiz Sérgio Moro e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF4), sem provas de que tenha cometido qualquer crime, e a prisão do ex-presidente, impedindo-o de se candidatar nas eleições presidenciais de outubro de 2018. É muito forte afirmar que o objetivo central da Operação Lava Jato não foi combater a corrupção? Sim, mas qual o interesse em se atingir severamente empresas de alguns dos setores mais competitivos da economia brasileira, levando-as, em muitos casos, à bancarrota? A engenharia pesada, vinculada às obras de infraestrutura do país; o setor de petróleo e gás, responsável por uma imensa cadeia produtiva, de enorme importância tanto para a economia do país como para a economia de estados como o Rio de Janeiro, entre outros; a en-

genharia naval; o projeto de construção do submarino nuclear (importante para a defesa do petróleo da camada pré-sal); o setor de carnes e derivados (atingido pela *Operação Carne Fraca*) etc., foram duramente afetados pela Lava Jato e por outras operações da Polícia Federal e do Ministério Público. Ou seja, operações da PF e MPF não tiveram a menor preocupação em preservar as empresas e milhões de empregos. Tudo em nome do *combate à corrupção*? Não é assim que ocorre em países que defendem a economia nacional, como Estados Unidos ou Alemanha: punem-se os empresários e executivos corruptores, mas preservam-se as empresas (e os empregos). A quem interessa essa destruição das empresas brasileiras? Evidentemente, interessa a empresas estrangeiras concorrentes e aos defensores da privatização de empresas estatais (de economia mista ou não).

E quais os resultados objetivos da Lava Jato? Efeitos deletérios na economia, com a paralisação de inúmeras obras de infraestrutura, falência ou enfraquecimento de empresas, multiplicação do desemprego e subemprego; e efeitos deletérios na política e na estrutura do Estado, com repetidos abusos de poder por parte de integrantes do sistema de Justiça (com o uso, inclusive, de mentiras e manipulações, em conluio com as corporações midiáticas), que se relacionam com uma contaminação das instituições por uma perspectiva punitivista e autoritária, e com o consequente crescimento da descrença na democracia.

E mais: a Lava Jato teve (e tem) um papel central em seguidos atentados à soberania nacional, na cooperação direta entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal do Brasil com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o seu órgão de investigação, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Colaboração que, como demonstrado, ocorreu frequentemente sem o controle ou mesmo o conhecimento do Ministério da Justiça brasileiro e que teve, como consequência, a sabotagem da soberania brasileira.

No que se refere à soberania, é fundamental levar em conta, por óbvio, as questões geopolíticas. A descoberta de imensas reservas de petróleo e gás natural na costa brasileira, na camada pré-sal, estimadas em dezenas de bilhões de barris de petróleo, em 2006 (durante o primeiro governo de Lula); o papel econômico e geopolítico da articulação dos BRICS³²; a política externa brasileira (nos governos Lula e Dilma) com ênfase na cooperação Sul-Sul — inclusive com a ampliação da atuação de grandes empresas brasileiras de engenharia pesada no exterior, principalmente em países da América Latina e África —; o desenvolvimento de tecnologia para enriquecimento de urânio para fins pa-

32 Acrônimo que se refere ao seguinte grupo de países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (em inglês, South Africa).

cíficos³³, estão entre os principais interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos nas suas relações com a maior economia da América do Sul, que explicam as ações de vigilância da *National Security Agency* e a atuação de *think tanks* norte-americanos no Brasil, conforme analisei em trabalho anterior (Baggio, 2016a).

Muitos analistas da geopolítica e dos conflitos internacionais nos últimos anos já observaram a sequência de estratégias de *regime change* implementadas em vários países do mundo, especialmente no Oriente Médio e norte da África, região rica em petróleo. Ações de desestabilização foram realizadas, a partir da primeira década do século XXI, em países como o Iraque, a Líbia e a Síria, além da Ucrânia, cujos governos não eram alinhados com os Estados Unidos e o *Ocidente*. Uma das estratégias mais recorrentes foi insuflar a população a partir do descontentamento crescente com a corrupção de governantes, políticos e partidos.

Sobre as estratégias de *regime change*, há um interessante documentário, intitulado *The Revolution Business*, produzido em 2011 pela Journeyman Pictures, uma produtora inglesa fundada por Mark Stucke, que foi, por anos, repórter em zonas de guerras e conflitos. Ao assisti-lo, perde-se qualquer ilusão de que manifestações de oposição a governos não alinhados com os Estados Unidos ou o *Ocidente*, ditatoriais ou democráticos, nos últimos anos, tenham sido meramente *espontâneas*. As entrevistas feitas no documentário mostram que existem, em vários países, organizações e pessoas que se especializaram em auxiliar e estimular as chamadas *revoluções coloridas* ou *primaveras*, que ocorreram em vários países desde o início deste século. Os próprios integrantes de algumas dessas organizações são entrevistados, assumindo suas práticas e o recebimento de recursos vindos dos Estados Unidos. Em um trecho do documentário, um dos entrevistados afirma, ao se referir a um *game* que simula ações de *regime change*: “se quiser jogar num cenário fácil, recomendo lutar contra a corrupção”³⁴.

As conexões entre esses acontecimentos não podem, a esta altura, serem consideradas frutos de uma mera *teoria da conspiração*, principalmente para quem

33 O vice-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva (ex-presidente da Eletronuclear de 2005 a 2015, nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma), um dos principais nomes da ciência brasileira na área de engenharia nuclear (vinculado ao programa nuclear brasileiro), foi condenado, em agosto de 2016, pelo juiz Marcelo Bretas (responsável pelo julgamento dos processos vinculados à Lava Jato no Rio de Janeiro), por corrupção. Ver a entrevista de Othon Pinheiro da Silva concedida, em novembro de 2017, à Folha de S. Paulo, no mês seguinte à sua soltura da prisão, após a concessão de um habeas corpus: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1933381-militar-condenado-na-lava-jato-diz-que-foi-presos-por-interesse-internacional.shtml>. Acesso em 22 de março de 2020.

34 *The Revolution Business*. Journeyman Pictures, 2011. Disponível em: <https://www.journeyman.tv/film/5171>. Acesso em 7 de agosto de 2019.

conhece a história da política externa e do papel da CIA — a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos — em processos de desestabilização e golpes de Estado em vários países do mundo. Assim se pensou, durante muito tempo, em relação à planejada intervenção militar dos Estados Unidos em apoio ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil, caso fosse necessária para assegurar o sucesso da derrubada do governo de João Goulart. Sabemos hoje que a *Operação Brother Sam* efetivamente existiu (cf.: Fico, 2008).

O julgamento da AP 470 — o *escândalo do mensalão* — e a Operação Lava Jato tiveram diversas características em comum: a intensa exploração por parte das corporações de mídia, tendo sido transformados em verdadeiros espetáculos; o foco principal, ainda que não exclusivo, em lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores; e a condenação de réus a partir de conjuntos indiciários, sem provas sólidas. Além da desestabilização da democracia, a Operação Lava Jato contribuiu para a recessão econômica dos últimos anos no Brasil, ainda que, evidentemente, não tenha sido a única responsável. As inúmeras fases da operação atingiram severamente empresas de alguns dos setores mais competitivos da economia do país, como já explicitado anteriormente.

O que observamos no Brasil, desde a década passada, foi um contínuo avançar das instituições do sistema de Justiça sobre os Poderes baseados diretamente no voto popular. Integrantes do Executivo e Legislativo foram sendo acossados pelo Ministério Público e Judiciário, com a consequente perda de credibilidade dos políticos eleitos pela população, de maneira generalizada, e o fortalecimento de um setor do funcionalismo público com alta renda e crescente poder.

A maneira como se deu o julgamento do *mensalão* pelo STF permitiu a criação do discurso de que o Partido dos Trabalhadores era o “mais corrupto” e o *mensalão*, o “maior escândalo de corrupção da história brasileira”. A Operação Lava Jato reforçou essa imagem, além de ter, em aliança com as corporações de mídia, permitido uma espécie de *demonização* dos políticos e, por extensão, de toda a atividade política e partidária. A partir da Lava Jato, o *Petrolão* — nome pelo qual ficaram conhecidos os esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras — passou a ser considerado o “maior escândalo de corrupção da história do Brasil”, no lugar do *mensalão*.

O triunfo, nas eleições municipais de 2016 e nas eleições gerais de 2018, de candidatos que construíram uma imagem como representantes do *antissistema*, ou como *gestores* e *técnicos*, não foi um mero acaso, mas consequência de anos de criminalização da atividade política, com provas ou sem provas, em parceria com corporações de mídia que pretendiam derrubar o PT da Presidência da República. E a vitória, no segundo turno das eleições de outubro de

2018, do candidato Jair Messias Bolsonaro, de extrema-direita — eleito por um pequeno partido até então sem expressão política, o Partido Social Liberal (PSL)³⁵ —, foi impactada diretamente pela Operação Lava Jato, após a condenação do ex-presidente Lula em primeira instância, pelo juiz Sérgio Moro (da 13ª. Vara Federal de Curitiba, capital do estado do Paraná, em 12 de julho de 2017), por suposto recebimento de um apartamento triplex, de cobertura, na cidade de Guarujá, no litoral de São Paulo, da construtora OAS, como fruto de corrupção passiva. Entretanto, o apartamento jamais foi registrado em nome de Lula ou de qualquer pessoa de sua família. O juiz Moro concluiu que a propriedade do apartamento teria sido “ocultada” pelo ex-presidente, tratando-se de um caso de “lavagem de dinheiro”. Mas, no processo e na sentença, não há provas nem da propriedade do imóvel por parte de Lula e nem do que teria sido oferecido em troca para a construtora. Apesar desses fatos, Lula teve sua condenação confirmada em segunda instância, pelos três desembargadores da 8ª. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF4), em Porto Alegre, no dia 24 de janeiro de 2018, e a pena foi aumentada, de 9 anos e 6 meses de prisão para 12 anos e um mês, com início em regime fechado. Lula foi preso no dia 7 de abril do mesmo ano, na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, tendo permanecido encarcerado por 580 dias, até 8 de novembro de 2019. Durante o período em que esteve preso, foram inúmeras as manifestações de lideranças políticas, ex-chefes de Estado, juristas, intelectuais, artistas e personalidades brasileiras e estrangeiras a favor da soltura de Lula e, inclusive, em defesa da anulação do julgamento, em razão de evidentes ilegalidades no andamento do processo.

O ex-presidente foi solto no dia seguinte à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional a prisão imediatamente após a condenação em segunda instância, só podendo ocorrer após sentença transitada em julgado, conforme a Constituição Federal de 1988. Registro que, em 2018, Lula aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais daquele ano. Contudo, com base na chamada *Lei da Ficha Limpa* (Lei Complementar N. 135, de 4 de junho de 2010), sua candidatura foi impugnada, no dia 31 de agosto de 2018, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sobre a atuação de Sérgio Moro nos julgamentos da Operação Lava Jato, é interessante observar que, em 2004, o então juiz publicou um artigo sobre a *Operação Mãos Limpas* da Itália. O texto é, no geral, elogioso à operação italiana. Nas considerações finais, Moro afirmou:

35 Jair Bolsonaro assinou a desfiliação do PSL no dia 19 de novembro de 2019 e atualmente está sem partido. Pretende criar um novo partido denominado Aliança pelo Brasil.

É a opinião pública esclarecida que pode, pelos meios institucionais próprios, atacar as causas estruturais da corrupção. Ademais, a punição judicial de agentes públicos corruptos é sempre difícil, se não por outros motivos, então pela carga de prova exigida para alcançar a condenação em processo criminal. Nessa perspectiva, a opinião pública pode constituir um salutar substitutivo, tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo (Moro, 2004, p. 61).

Essa avaliação de Moro foi quase uma antecipação de sua atuação na Lava Jato, em que sucessivos e constantes *vazamentos* da investigação para órgãos de imprensa possibilitaram criar um crescente apoio da população à operação.

É importante, também, avaliar o papel do Ministério Público. Procuradores vinculados à força-tarefa da Operação Lava Jato se utilizaram, frequentemente, de conduções coercitivas de suspeitos (sem intimação prévia, como aconteceu com o ex-presidente Lula no dia 4 de março de 2016), prisões provisórias e preventivas, que foram utilizadas como forma de pressão para o estabelecimento de acordos de colaborações (delações) premiadas, permitidas na legislação brasileira pela Lei de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/13), de 2 de agosto de 2013. Segundo seu Artigo 1º., a Lei “define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado”³⁶. A Lei foi assinada pela presidente Dilma Rousseff e pelo então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, ambos do PT. Conforme seu próprio nome diz, a colaboração premiada permite a redução da pena se o réu colaborar com a Justiça. A colaboração premiada foi exaustivamente utilizada pela força-tarefa da Lava Jato, e, com frequência, o conteúdo das delações foi vazado para jornalistas, mesmo que sem qualquer prova material.

Os cientistas políticos Fábio Kerche e Marjorie Marona afirmaram, sobre o crescente papel do Ministério Público no Brasil:

O protagonismo que o Ministério Público tem assumido na cena pública brasileira relaciona-se diretamente com uma estratégia de negação e de criminalização da política, acompanhada de um discurso de exaltação dos atores virtuosos e supostamente neutros que integram a Justiça, um braço do poder estatal distante dos partidos políticos e da prestação de contas aos eleitores (Kerche; Marona, 2018, p. 71).

Na apresentação de seu livro *A outra história do mensalão*, escrita em janeiro de 2013, o jornalista Paulo Moreira Leite fez a seguinte reflexão:

36 Cf.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em 26 de março de 2020.

Os riscos de criminalizar os políticos e seus partidos são conhecidos no mundo inteiro e alimentaram diversos movimentos autoritários e golpes de Estado das sociedades contemporâneas. Empregam-se valores morais como atalho para romper a ordem democrática (Leite, 2013, p. 23).

Meses antes das chamadas *Jornadas de Junho* e três anos antes do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff — sem crime de responsabilidade comprovado, conforme a avaliação de inúmeros juristas —, ocorrido em 2016, e cinco anos antes da eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, Moreira Leite e outros analistas da conjuntura brasileira perceberam que a adoção de um discurso punitivista por integrantes do sistema de Justiça e pelas corporações de mídia — exacerbado nas *redes sociais* digitais — significava uma porta aberta para uma onda crescente de exacerbação de ódio contra os políticos e a política, o que, evidentemente, fragilizava a democracia.

O cientista político Leonardo Avritzer, por sua vez, alertou:

Enganam-se aqueles que acreditam que Sérgio Moro e a Lava Jato colocarão o Brasil em alguma lista seleta de países onde impera a justiça e a democracia. Se o colocarem será no rol dos países que têm um judiciário engajado politicamente, que não têm instituições que sustentem um estado de direito suficientemente forte e que tem um Supremo Tribunal omissos em relação ao direito de defesa. Mais do que o ex-presidente Lula, quem está sob julgamento hoje é o sistema de justiça no Brasil, que permitiu as fortes violações do Direito Penal perpetradas pelo juiz Moro (Avritzer, 2018, p. 51).

Em trabalho intitulado “Judiciário e crise política no Brasil hoje: do Mensalão à Lava Jato”, Fernando Fontainha e Amanda Cavalcanti de Lima, após analisarem a introdução, nos últimos anos, de certos procedimentos jurídicos no sistema de Justiça brasileiro, tanto no julgamento do *mensalão* no STF (como a *teoria do domínio do fato*), quanto nos processos da *Lava Jato* — homologação de acordos de delação premiada, conduções coercitivas, levantamentos de sigilo de conversas privadas (principalmente no caso de conversa entre a então presidente Dilma e o ex-presidente Lula) etc. —, afirmam que o julgamento do ex-presidente Lula, da forma como se deu, enterra a “possibilidade de incremento compreensivo acerca da corrupção” e consagra “o estado policial vitorioso na sua luta contra o estado garantista”, entre outras consequências danosas à democracia (Fontainha; Lima, 2018, p. 64-65).

Para concluir estas breves reflexões: o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff foi um processo diretamente impactado pela Operação Lava Jato,

que, ao ser espetacularizada — estando quase todos os dias e noites nas telas das televisões, computadores e *smartphones*, nos noticiários e nas *redes sociais* digitais —, tendo políticos do Partido dos Trabalhadores como alvos preferenciais da investigação (ainda que não tenha atingido diretamente a ex-presidente), estimulou centenas de milhares de manifestantes a irem às ruas e praças contra Dilma e a favor da sua deposição. A ação e/ou omissão de setores do Judiciário e do Ministério Público cumpriram um papel central na derrubada de Dilma, em 2016. A presidente foi alvo de um processo de *impeachment* para o qual foram alegados, fundamentalmente, atrasos em repasses de valores devidos pela União a bancos públicos como o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As chamadas “pedaladas fiscais” possibilitaram ao governo a aparência de uma situação fiscal mais equilibrada do que a real situação do Tesouro Nacional. Não foi por corrupção que a ex-presidente Dilma foi derrubada do cargo por votação da ampla maioria dos parlamentares do Congresso Nacional, mas em razão de manobras contábeis já utilizadas antes de seu governo, por outros presidentes, sem que isso tivesse provocado qualquer possibilidade de perda do cargo. De fato, foi um julgamento político, em um processo farsesco, no qual a acusada, Dilma Rousseff, já estava previamente condenada, pelo Congresso, Judiciário, opositores políticos e corporações de mídia. O objetivo era derrubar Dilma, sem crime de responsabilidade comprovado, e impedir o ex-presidente Lula de disputar novas eleições. E esse objetivo foi seguido à risca, com destaque para a atuação — ou omissão — das instituições do sistema de Justiça brasileiro.

Finalmente, quase um lugar-comum: escrever sobre história imediata é uma tarefa muito desafiadora para os historiadores de ofício. Analisar processos em curso, com fontes documentais ainda não totalmente mapeadas, sobre questões em disputa, frequentemente acirrada, no mesmo presente da escrita, exige uma certa dose de desprendimento, no sentido de reconhecer que interpretações realizadas no calor da hora podem ser rapidamente superadas pelo desenrolar dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, essa mesma contemporaneidade com os fatos pode levar a uma agudização dos sentidos e da percepção, por assim dizer. Entre a interpretação efêmera ou a percepção aguda, deixo ao leitor — e ao tempo — a avaliação.

Referências

ALVES, Cíntia. Lava Jato fez Petrobras perder valor 4 vezes maior do que o “recuperado” até agora. In: **GGN**, 2020 (9 de março). Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/>

lava-jato-fez-petrobras-perder-valor-4-vezes-maior-do-que-o-recuperado-ate-agora/. Acesso em 26 de março de 2020.

ARANTES, Rogério. Mensalão: um crime sem autor? In: MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RÍO, Andrés (orgs.). **Justiça no Brasil: às margens da democracia**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, p. 338-389.

ARAÚJO, André Motta. Procuradores preparam-se para entregar a Petrobras aos EUA. In: **GGN**, 2015 (5 de outubro). Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/justica/os-processos-que-a-petrobras-pode-enfrentar-nos-eua-por-andre-araujo/>. Acesso em 21 de março de 2020.

AVRITZER, Leonardo. Operação Lava Jato, Judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 37-52.

BAGGIO, Kátia Gerab. Brasil atual: o processo de desestabilização da democracia (2013-2018). In: AVRITZER, Leonardo; STARLING, Heloisa; BRAGA, Pauliane; ZANAN-DREZ, Priscila (orgs.). **Pensando a democracia, a república e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: Projeto República, 2019, p. 39-60.

_____. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Campo Grande, MS: ANPHLAC, 2016a, p. 1-26. Disponível em: <http://bit.ly/2yQZDO0>. Acesso em 20 de março de 2020.

_____. Entre 2013 e 2016, das “jornadas de junho” ao golpe. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (orgs.). **Historiadores pela Democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016b, p. 257-268.

DADICO, Claudia Maria. A garantia da imparcialidade do juiz e o crepúsculo dos heróis. In: **Justificando**. Mentres inquietas pensam Direito, 2019 (17 de junho). Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/06/17/a-garantia-da-imparcialidade-do-juiz-e-o-crepusculo-dos-herois/>. Acesso em 26 de março de 2020.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FISHMAN, Andrew; VIANA, Natalia; SALEH, Maryam. “Estados Unidos estão com a faca e o queijo na mão”. In: **The Intercept Brasil**, 2020 (12 de março). Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/>. Acesso em 21 de março de 2020.

FONTAINHA, Fernando; LIMA, Amanda Evelyn Cavalcanti de. Judiciário e crise política no Brasil hoje: do Mensalão à Lava Jato. In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 53-68.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. In: **The Intercept Brasil**,

2019 (9 de junho). Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em 21 de março de 2020.

KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. O Ministério Público na Operação Lava Jato: como eles chegaram até aqui? In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João (coords.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 69-100.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história do mensalão**. As contradições de um julgamento político. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**. Volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 11-26.

MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RÍO, Andrés (orgs.). **Justiça no Brasil: às margens da democracia**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

MORO, Sérgio Fernando. Considerações sobre a operação mani pulite. **CEJ**, 26, Brasília, p. 56-62, 2004.

_____. Preventing Systemic Corruption in Brazil. In: **Dædalus**. Journal of the American Academy of Arts & Sciences, 147 (3), Cambridge, MA, p. 157-168, Summer 2018.

NASSIF, Luis. Governo americano vai bancar seminário para a Associação dos Juízes Federais. In: **GGN**, 2019a (29 de março). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/justica/governo-americano-vai-bancar-seminario-para-a-associacao-dos-juizes-federais/>. Acesso em 23 de março de 2020.

_____. Lava Jato: tudo começou em junho de 2013. In: **GGN**, 2016 (9 de março). Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/lava-jato-tudo-comecou-em-junho-de-2013>. Acesso em 20 de março de 2020.

_____. WikiLeaks: como o DOJ preparou a Lava Jato e cooptou a Justiça brasileira. In: **GGN**, 2019b (29 de março). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/justica/como-o-doj-preparou-a-lava-jato-e-cooptou-a-justica-brasileira-por-luis-nassif/>. Acesso em 23 de março de 2020.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 179-193.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Entrevista concedida a Amanda Audi. Integrantes da Lava Jato vivem na “mesma bolha”, diz pesquisador da UFPR. In: **Pública**, 2018 (9 de maio). Disponível em: <https://apublica.org/2018/05/integrantes-da-lava-jato-vivem-na-mesma-bolha-diz-pesquisador-da-ufpr/>. Acesso em 26 de março de 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, José Marciano; GOULART, Mônica Helena Harich Silva; VANALIS, Ana Crhistina. Prosopografia familiar da Operação “Lava-Jato” e

do Ministério Temer. In: **Revista NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), v.3, n.3, Curitiba, p. 1-28, 2017.

REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**. Volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

_____. Sobre a História do Tempo Presente. Entrevista concedida a Silvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo. In: **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, Florianópolis, p. 201-216, 2009.

THE INTERCEPT BRASIL. Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. In: **The Intercept Brasil**, 2020 (20 de janeiro). Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em 21 de março de 2020.

VIANA, Natalia; FISHMAN, Andrew; SALEH, Maryam. Como a Lava Jato escondeu do governo federal visita do FBI e procuradores americanos. In: **Pública**, 2020a (12 de março). Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/como-a-lava-jato-escondeu-do-governo-federal-visita-do-fbi-e-procuradores-americanos/>. Acesso em 21 de março de 2020.

VIANA, Natalia; MACIEL, Alice; FISHMAN, Andrew. Desde 2015, Lava Jato discutia repartir multa da Petrobras com americanos. In: **Pública**, 2020b (12 de março). Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/desde-2015-lava-jato-discutia-repartir-multa-da-petrobras-com-americanos/>. Acesso em 21 de março de 2020.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. “Lava Jato” faz terra arrasada de setores inteiros da economia brasileira. In: **Consultor Jurídico**, 2018 (11 de maio). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-11/walfrido-warde-lava-jato-faz-terra-arrasada-setores-economia>. Acesso em 25 de março de 2020.

DECIFRA-ME OU DEVORO-TE:
AS JORNADAS DE JUNHO, O GOLPE DE 2016
E A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Fortuna e virtù

Passaram-se pouco mais de dez anos desde que Luiz Inácio Lula da Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto para assumir a cadeira de presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ser o primeiro presidente de uma agremiação política surgida no seio da classe trabalhadora a ocupar o principal cargo público no país. Operário metalúrgico e conhecido líder sindical, Lula havia dirigido greves em fins dos anos 1970, mas apenas em uma circunstância havia disputado um cargo ao executivo, quando concorreu, e foi derrotado, ao governo de São Paulo em 1982. Também não era vasta a sua experiência política como parlamentar, haja vista que tinha tido um único mandato de deputado à Assembleia Nacional Constituinte eleita em 1986.

Depois da experiência parlamentar, e muito antes de ser constituinte, Lula já era conhecido como um dos principais dirigentes sindicais do país. À frente do partido que despontava para ser a mais importante organização da esquerda brasileira, Lula concorreria nas eleições presidenciais de 1989, sendo derrotado por Collor na segunda volta, única vez em que o pleito presidencial foi disputada em dois turnos antes de 2002, e depois para Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1994 e, em seguida, 1998, depois que novas e polêmicas regras eleitorais que permitiram a reeleição foram aprovadas.

Em 2002, após formar uma controversa frente eleitoral com José de Alencar, um grande empresário do setor têxtil e membro do Partido Liberal

(PL), Lula venceu as eleições no segundo turno em disputa com José Serra (PSDB), encerrando um ciclo de quase 30 anos de governos de direita e centro-direita no país¹.

A chegada de Lula e do PT à presidência do Brasil despertou imensas expectativas, como não poderia deixar de ser. Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores havia sido, ao longo de duas décadas de existência, o principal partido da esquerda brasileira e um importante símbolo das lutas políticas e sociais travadas desde o período da redemocratização. Com ampla penetração nos movimentos sociais e com parte significativa de seus quadros transitando entre o sindicalismo e as assessorias parlamentares das bancadas legislativas dos municípios, estados e Congresso Nacional que foram dobrando de tamanho ao longo dos anos, o PT, que também foi conquistando postos nos executivos, gerava imensa expectativa entre as camadas populares e também desconfiança das classes dominantes do país.

Para os setores abastados de um país com profundos déficits de democracia, parecia ser difícil engolir um governo de um partido surgido das lutas e greves de trabalhadores e que continuava a manter fortes laços com os sindicatos e movimentos sociais e, cujo dirigente máximo era símbolo vivo de tantas bandeiras songadas por séculos pelas classes dominantes. Não obstante, como qualquer exercício pleno de hegemonia, parecia estar descartado depois da experiência de neoliberalismo dos governos FHC, a necessidade de admitir Lula e o PT, com todo o discurso e promessas de conciliação que ele trazia depois de três derrotas eleitorais consecutivas, era quase um imperativo da conjuntura.

Eleito em 2002 e depois reeleito em 2006, sempre em segundo turno contra os candidatos do PSDB José Serra e Geraldo Alckmin, após exercer dois mandatos sem maiores abalos, e entregando o país com altas taxas de crescimento, aliado a baixos índices de desemprego, diminuição da pobreza e paulatina redução das desigualdades, Lula passou a faixa presidencial à economista Dilma Rousseff. Neófito no Partido dos Trabalhadores, no qual ingressou em 2001, Dilma tornou-se a favorita de Lula em função do fato de que boa parte das lideranças petistas e candidatos naturais à sucessão presidencial haviam sofrido desgaste com

1 A aliança eleitoral que conduziu Lula à presidência em 2002 envolveu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN), além do PT e do PL, partidos do presidente e do vice. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso em 05/08/2019. Nas eleições de 2006, a aliança contou com o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o antigo PL, que era o partido do vice José de Alencar que permaneceu na chapa, e também o PCdoB. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>. Acesso em 05/08/2019.

os escândalos de corrupção, especialmente o escândalo conhecido como “mensalão” (Ação Penal 470). Escolhida por Lula para sucedê-lo, Dilma foi apresentada aos brasileiros como mãe do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), um imenso programa de investimento público e parcerias privadas elaborado para desenvolver determinados setores e regiões do país.

Eleita em segundo turno numa acirrada disputa com o mais uma vez candidato do PSDB José Serra, Dilma chegou à presidência através de um amplo arco de alianças que envolvia dez partidos². Seu vice, o experiente e habilidoso político Michel Temer, que havia sido presidente da Câmara dos Deputados em duas circunstâncias, entre 1997 e 2001 e entre 2009 e 2010, aparecia como importante articulador político, já que seu partido, o PMDB, era, desde a redemocratização, um dos partidos mais importantes da cena política brasileira, o fiador de todos os governos, inclusive dos dois mandatos de Lula. O PMDB era um partido que poderia tornar qualquer governabilidade complicada, caso se colocasse na oposição, o que parecia, contudo, bastante improvável dada às suas características de adesismo e fisiologismo.

Dilma herdou um país relativamente organizado, que virtuosamente usufruía da expansão da economia mundial e da valorização das *commodities* que compunham boa parte da sua pauta de exportações. Seus primeiros anos de exercício de mandato seguiram as linhas virtuosas do seu antecessor, não obstante, igualmente, o PT permanecia sem enfrentar os problemas estruturais do país, apostando na conciliação de classes e evitando o conflito a todo custo. Por conta disso, Dilma repetiu e até mesmo superou os recordes de popularidade alcançados por Lula e o Brasil, finalmente, parecia que paulatinamente deixaria para trás muitas décadas de atraso, sucessivas crises econômicas, desemprego, pobreza e fome. Todavia, apesar do ciclo virtuoso que visivelmente envolvia os diversos setores da sociedade e aquecia a economia, que vivia às expensas de investimentos públicos e expansão do mercado interno, alguma coisa começava a se mover nos subterrâneos.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff, no essencial, copiou a fórmula de sucesso experimentada nos anos de emergência daquilo que André Singer denominou de lulismo, algo que se consubstanciava numa prática política chamada pelo politólogo paulista de “reformismo fraco”. Para o autor de *Os sentidos do lulismo*, a característica principal vinculada ao surgimento do fenômeno, algo que transcendia a personalidade do seu principal personagem, era a existência

2 Os partidos que compuseram a aliança eleitoral do PT em 2010 foram: PMDB, PRB, PDT, PTN, PSC, PR, PTC, PSB, PCdoB. https://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/Radiografia_011/Radiografia_011_P112.pdf - Acesso em 05/08/2019.

no país de um vasto subproletariado (“sobrepopulação superempobrecida permanente”), que se deslocava da base das candidaturas e governos de direita e de centro-direita para a esquerda³. Tal categoria social, assistida por políticas públicas e distributivas, vinha paulatinamente tendo seu padrão econômico modificado e com tal transformação passaria a se constituir como base principal de uma política cujo estabelecimento de relações entre o governante e os governados prescindia de mediações e passavam a se constituir em lastro forte para um tipo de reformismo que abdicava do classismo e das lutas dos trabalhadores que deram origem ao PT.

O significado desse tipo de política, que só havia se tornado possível com a chegada de Lula ao poder, seria a conformação de um tipo de governança baseada em acordos interclassistas que impediavam, ou no mínimo dificultavam, o acirramento do conflito de classes, em benefício da inclusão dos mais pobres através do consumo. Esses acordos, constituídos pelo alto e na base de um apoio cada vez mais efetivo dos setores mais empobrecidos, tornavam o projeto político fortemente embasado de um ponto de vista eleitoral⁴. De acordo com André Singer, era por ter partido “de um grau tão elevado de miséria e desigualdade”, que as mudanças introduzidas “embora tênues em faces das expectativas radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado” (2012, p. 21).

O fato é que o ciclo expansionista da economia mundial, que ensejou o *boom de commodities* e permitiu a ampliação do lastro econômico para o desenvolvimento de políticas públicas que permitiram ao PT auferir uma popularidade inédita, fez com que a agenda do lulismo incorporasse medidas virtuosas que permitiram ao país reduzir a pobreza através de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, sem necessariamente atingir os setores da alta burguesia, o que significava que a redução da pobreza não vinha acompanhada da necessária redução da desigualdade. A aplicação de uma tal política, que mantinha intocada as formas de propriedade e não implicava na ampliação de direitos para os trabalhadores, não resolvia os problemas relacionados à brutal concentração de riqueza no país, mas ainda assim permitiu um acréscimo real dos ganhos do salário mí-

3 O termo adotado por André Singer foi usado por Paul Singer na década de 1970 (2012, p. 20). Outros autores se referem a este segmento da população como “desintegrados” (Fernandes, 1975), “precariado” (Braga, 2012) “massa marginal” (Boito Jr., 2008) entre outras nomenclaturas.

4 A propósito do assunto, Felipe Demier anotou: “Uma vez na Presidência da República, o PT converteu-se em uma eficiente máquina partidária capaz de gerir o capitalismo brasileiro melhor, e mais seguramente, do que as próprias representações políticas tradicionais da burguesia brasileira e, por isso, se mostrou, em todas as disputas presidenciais, extremamente bem sucedido no jogo eleitoral” (2017, p. 83).

nimo, que teve uma valorização de 85% entre 2003 e 2014, algo que foi decisivo para a boa avaliação dos governos petistas no período (Paulani, 2017, p. 94).

Reduzindo a pobreza e reativando o mercado interno com a valorização do salário mínimo e a “inclusão pelo consumo” de milhões de pessoas que antes não tinham renda alguma, o lulismo sofreu um deslocamento de sua base política eleitoral dos setores organizados da classe, para aqueles segmentos desassistidos, especialmente daquilo que Singer chamou de subproletariado, que passava a oferecer suporte para que as políticas governamentais avançassem na redução da pobreza, sendo esse o principal elemento impulsionador da candidatura de Dilma em 2010 e da sua reeleição em 2014 (Singer, 2012, p. 21).

O problema é que as grandes expectativas da parte organizada da classe trabalhadora permaneciam pressionando, mesmo que moderadamente, o governo para a realização de reformas estruturais que, no fim das contas, nunca vieram. Enquanto isso, os acordos que foram fruto de uma política de conciliação com setores da burguesia interna, e suas interfaces com o capital financeiro, em alguma medida favoreceram um relativo período de paz social acalentado pelo sonho dourado do “reformismo fraco” e das alianças que ele ensejava, algo muito distinto da política petista levada a efeito nas suas primeiras duas décadas de existência, algo que André Singer chamou de “reformismo forte” (2014, p. 186).

Posto longe da cena governamental, muito embora pressionando em função das expectativas criadas por décadas, a classe trabalhadora se agitava, obrigando o governo a permanentemente repactuar sua direção com os sindicatos, centrais e movimentos sociais da cidade e do campo, como os movimentos dos sem teto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo este um fator que colocava as classes dominantes em permanente sobressalto. Premidos entre o subproletariado que ascendia e vinha ávido por consumo, em função da conquista de alguma renda ou de algum posto no mercado de trabalho, e por uma alta burguesia que não deixou de ser assistida pelas políticas do lulismo, os setores das classes trabalhadores que tradicionalmente ofereceram o lastro de sustentação política do PT das origens, paulatinamente começaram a romper um pacto que alguns supunham inquebrantável. O resultado dessa ruptura vai aparecer nas muitas lutas ocorridas durante os dois mandatos de Lula, que já haviam produzido rupturas pela esquerda, mas, principalmente, na quantidade de greves ocorridas na transição entre o governo de Lula e o governo de Dilma⁵.

5 Ainda durante o primeiro mandato de Lula, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), uma tradicional aliada do lulopetismo, sofreu importantes rupturas pela esquerda que deram ensejo à Conlutas (2004), depois chamada CSP-Conlutas (2010) e também à Intersindical (2006). Ainda nesse período, os sindicalistas ligados ao PCdoB criaram, em 2007, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O mar da história se agita

Tomando-se por base os levantamentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), relativos ao número de greves no Brasil entre os anos 1980 e a primeira década do século XXI, nota-se o predomínio de algumas tendências por período⁶. A partir de 1985, época da redemocratização e do primeiro governo civil após a Ditadura Militar, tivemos uma média anual de greves acima de mil, com um pico de 1.962 greves em 1989, ano da primeira eleição presidencial em quase 30 anos. Obviamente que o processo de saída da Ditadura, a abertura política e a reorganização dos trabalhadores, junto com a criação ou recomposição de inúmeros sindicatos e a formação de direções que haviam sido praticamente destruídas no regime militar, foram elementos importantes. Todavia, sem que se considere o caos econômico provocado pela inflação, que vinha se acentuando desde os últimos governos dos generais até tornar-se hiperinflação no governo Sarney, além dos sucessivos planos econômicos fracassados, não é possível entender o porquê de tantas greves no período.

Na década seguinte, ocorreu um declínio do número de paralisações, mas ainda assim com mais de mil por ano em 1994, 1995 e 1996, o que se justifica em função da alteração do quadro político que, mesmo conturbado pelo *impeachment* de Collor e toda a mobilização, tendeu a um ligeiro refluxo em virtude do Plano Real e da estabilização da economia, com o consequente fim da inflação. A conjuntura, entretanto, foi também marcada por fortes embates entre a classe trabalhadora e os setores patronais fortalecidos pela recomposição da hegemonia burguesa depois de uma longa crise vivida com o fim da Ditadura e o desastroso governo Collor.

Após a greve da Petrobrás em 1995, algo que muitos consideram como um marco que inflexiona as paralisações para um sentido oposto ao do ascenso vivido nos 1980 e que perdura até os primeiros anos da década de 1990, tivemos uma diminuição da quantidade de greves por ano. No período do governo de FHC propriamente dito, entre 1995 e 2002, a média anual atingiu 648 greves, com o pico registrado em 1996, quando ocorreram 1.228 greves, e o menor número de paralisações ocorrendo justo no ano da eleição, em 2002, quando se registraram 298 paralisações, menor quantidade desde 1983.

6 Os dados sobre as greves relacionados nos parágrafos a seguir foram retirados dos seguintes documentos: DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estudos e pesquisas, Balanço das greves de 2012, nº 66, maio de 2013 e DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estudos e pesquisas, Balanço das greves de 2013, nº 79, dezembro de 2015.

Nos oito anos de governo de Lula, o número de greves permaneceu num patamar bastante baixo em comparação aos anos 1980, atingindo níveis ainda menores, com média de 369 paralisações por ano. As hipóteses que poderíamos levantar são muitas e não cabe aqui uma discussão detalhada sobre o assunto, algo que demandaria, inclusive, análise das conjunturas e oscilações da economia e seus impactos no mercado de trabalho e no nível dos salários, além de outros aspectos. Entretanto, considerando-se que o primeiro mandato de Lula foi vivido num quadro econômico bastante semelhante ao do segundo mandato de FHC, e tendo em conta que os petistas chamavam de “herança maldita” o país que encontraram depois de FHC, não se pode dizer que a economia tenha permitido muitas concessões ou que os trabalhadores tivessem sido atendidos em suas expectativas e reivindicações. Na verdade, durante parte importante do primeiro mandato do ex-sindicalista, como forma de atender às “condições impostas pela classe dominante”, o que se viu foi a implantação de um “pacote de “maldades” neoliberais voltado para estabilizar a economia e provar às classes dominantes que os compromissos de campanha seriam cumpridos à risca”, algo que foi aplicado em “escala superior à praticada no segundo mandato de FHC” (Singer, 2014, p. 144). Em vista disso, a que podemos tributar o refluxo das greves justo quando o partido que impulsionou tantas lutas chegou ao poder?

Discutindo o legado dos governos do PT, Armando Boito Júnior considera que a recuperação do movimento sindical operário e popular foi um desses legados assegurados nos mandatos petistas. O politólogo e professor da Unicamp aponta que a segunda metade da década de 1990, e os primeiros anos da década seguinte “foram um período de refluxo e de derrotas para o movimento sindical” e ressalta que, a partir de 2003, quando se iniciam os governos petistas, teria havido uma significativa recuperação das lutas (Boito Jr., 2017, p. 31). O raciocínio do autor, que parece acertado para o período de FHC, caso se compare com a década anterior, parece não explicar adequadamente o momento seguinte, pois mesmo se considerarmos a quantidade superior de acordos coletivos bem sucedidos durante os governos do PT em relação aos oito anos de FHC, não há como se justificar que as greves tenham refluído justamente quando um ex-sindicalista ocupou a presidência da república, a não ser que se leve em consideração as dimensões subjetivas do fenômeno. Sem que se observem que os pedidos de paciência das direções dos sindicatos às suas bases se intensificaram, quando um governo considerado “dos trabalhadores” chegou ao poder, qualquer explicação fica pela metade. Obviamente que esse dado é não é mensurável. Contudo, quando se apontam as rupturas nas bases dos sindicatos e quando se consideram que novas centrais sindicais surgiram pela esquerda, como a Con-

lutas e a Intersindical, como alternativa a um certo imobilismo que começava a aparecer na CUT, o quadro ganha efetividade. O fato é que parece ser essencial tentar entender como as direções dos sindicatos e movimentos sociais operaram politicamente com suas categorias quando um partido que tinham ajudado a fundar passou a dirigir o país. Ou seja, não há nenhum dado objetivo que explique o porquê de as greves não terem se intensificado em condições econômicas que não se modificaram drasticamente entre um período e outro⁷.

A hipótese formulada acima parece se confirmar quando analisamos o número de greves no primeiro governo de Dilma Rousseff, o terceiro mandato petista consecutivo. Em 2011, primeiro ano de um mandato transcorrido sem maiores abalos, foram contabilizadas 554 greves, 109 a mais do que no último ano do governo Lula e um número inferior apenas às 631 greves registradas em 1997. Em 2012, a quantidade de paralisações volta a subir, atinge um patamar de 873 greves naquele ano, algo que não se via desde 1996, quando ocorreram mais de 1.200 mobilizações grevistas pelo Brasil. Entretanto, foi apenas em 2013 que se percebeu que o crescimento das greves vinha junto com uma tendência de fluxo crescente, já que o DIEESE anotou incríveis 2.050 paralisações no ano, um recorde desde que a entidade instituiu o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) em fins da década de 1970 e começou a publicar os balanços de cada ano.

Entre as hipóteses que podemos propor, e que parecem se confirmar pelas evidências que, não obstante, necessitam de aprofundamento, é que o incremento da economia desde o segundo mandato de Lula pode ter sido um fator impulsionador das paralisações, já que, como Boito Júnior aponta, bons acordos coletivos tinham sido feitos entre os trabalhadores e seus patrões, o que assegurava um otimismo necessário para que as várias categorias passassem a acreditar nas suas próprias forças. Não obstante, a paciência dos trabalhadores, ao que parece, também foi se esgotando, o que redundou em novas direções que foram construídas em alternativa às direções tradicionais ligadas ao governismo de então e aos partidos que gravitavam em torno do PT. Quando isso não acontecia, as velhas direções não conseguiam conter o descontentamento que terminava explodindo

7 Repetindo o mesmo raciocínio apresentado no artigo citado acima, Armando Boito Júnior se refere às condições econômicas que favoreceram a organização e a luta sindical durante os governos de Lula, acrescentando, num ligeiro ajuste, que “embora a média anual de greves na década de 2000 e de 2010 tenha permanecido abaixo da média anual da década de 1990, pesquisa do Dieese mostra que, hoje, as greves são, em sua grande maioria, ofensivas, isto é, são greves por reajustes reais de salário, por melhorias nas condições de trabalho e por novos direitos, enquanto na década de 1990 predominavam greves defensivas, isto é, contra a demissão de trabalhadores, em protesto contra o desrespeito de cláusulas do acordo salarial ou por pagamento de salários atrasados” (2018, p. 164).

em greves, às vezes longas, às vezes radicalizadas, por vezes longas e radicalizadas ao mesmo tempo. Obviamente que uma compreensão mais ampla do fenômeno demandará novos estudos que levem em consideração outros dados e variáveis que podem ou não confirmar as hipóteses aqui levantadas e que, do nosso ponto de vista, são sugeridas por muitas evidências. Entretanto, o que não se pode descartar é que aquilo que viria a acontecer com o cataclismo de junho de 2013 tenha sido desacompanhado de sinais de esgotamento de um modelo de conciliação com tendência de rompimento da estabilidade em função das expectativas não alcançadas.

Mesmo com as mais de 800 greves registradas em 2012, o ano de 2013 começou, entretanto, sem nenhum abalo e com boas notícias, com o desemprego do ano anterior registrando 4,6%, o menor nível da história, desde que as medições começaram. Ao lado deste dado positivo, houve também um significativo aumento na renda do trabalhador, algo que vinha sendo incrementado ao longo dos anos anteriores através de políticas de distribuição de renda e redução da pobreza⁸.

Por conta dos bons resultados da economia, mas também por motivos que se relacionam com o crescimento do otimismo e da autoestima dos brasileiros, os primeiros meses de 2013 haviam oferecido à sucessora de Lula generosas taxas de aprovação e popularidade. Em 19 de março daquele ano, o site UOL, do grupo *Folha*, estampou matéria com a manchete: “Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/IBOPE”⁹. As boas relações entre o governo e o conjunto dos brasileiros pareciam ir muito bem, ao que se explica em função da virtuosidade de políticas públicas com poucos paralelos na história do país. Todavia, 2013 não entraria para a história em função da virtuosidade do governo e dos recordes de popularidade de Dilma Rousseff.

Em verdade, na medida em que o país crescia, a renda aumentava e ocorria uma significativa inclusão de famílias através do consumo, as expectativas

8 Matéria de *O Globo* estampou “Desemprego no Brasil fecha 2012 em 4,6%, menor nível histórico”. <https://oglobo.globo.com/brasil/desemprego-no-brasil-fecha-2012-em-46-menor-nivel-historico-ibge-7450799>. Acesso em 31/07/2019. Para uma apreciação dos índices de emprego e desemprego registrados no Brasil no período entre 2003 e 2015, veja-se INDICADORES IBGE. Trabalho e rendimento. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2015.pdf

9 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em 31/07/2019. De acordo com André Singer, “Outra fase do governo começa com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, em março de 2006, favorecendo a química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo que iria, depois, caracterizar todo o segundo mandato.” Para este autor, a ascensão de Mantega incrementa as políticas virtuosas com valorização do salário mínimo, alguma flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros “diminuído, sem eliminar, a dose do compromisso conservador da fórmula lulista” (2014, p. 146-147).

pareciam também crescer na mesma proporção. Acontece que o ciclo de expansão da economia mundial havia chegado a um termo em 2008. Naquele ano, um surpreendente e avassalador *crash* nas bolsas norte-americanas, provocado pela explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos, que revelava a fragilidade do sistema financeiro movido à especulação, tinha provocado um tsunami na economia de diversos países. Na Europa, a crise que chegava com força apenas em 2011, agora atravessava o oceano até o hemisfério sul, ganhando a força de um maremoto com sintomas que começaram a ser percebidos ainda em 2013, algo muito distinto da “marolinha” prevista por Lula poucos anos antes.

O fato é que, junto com as expectativas e as boas notícias havidas no início do ano de 2013, um sentimento de insatisfação subterrâneo começava a abalar as estruturas na superfície, redundando em greves e em alguma outra coisa pouco conhecida da maioria dos brasileiros. Com efeito, uma onda de insatisfação, que já aparecia na quantidade de greves que fecharia um balanço recorde em 2013, começou a tomar forma ainda antes de a crise causar estragos no país.

Em junho de 2013, algo de novo aconteceu na cena política brasileira, algo que mudaria para sempre a feição do Brasil, especialmente do que era conhecido desde a redemocratização. Diferente das movimentações habituais que envolviam os trabalhadores do serviço público e privado, que por vezes faziam greves e criavam diversos fatos políticos, diferente dos movimentos sociais que tinham protagonizado inúmeros protestos e que, naqueles dias de junho, também se organizavam para tentar barrar as remoções que eram parte da preparação do país para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, imensas manifestações explodiram nas ruas de grandes, médias e pequenas cidades, algo que representou, definitivamente, o ponto de inflexão do período de hegemonia lulopetista, apontando para uma perigosa encruzilhada em que projetos até então pouco visíveis emergiram com imensa força disruptiva.

O Brasil de 2013 era um país que parecia seguir num irreversível caminho de crescimento e de inclusão social, pelo menos era isso que nos era dado a ver quando o partido do governo, o PT, colhia, a cada ano, desde 2002, excelentes resultados eleitorais. Todavia, os setores beneficiados pelo crescimento e pela inclusão, davam mostras de querer mais, algo que o ritmo lento das políticas distributivas não era capaz de fornecer. Em 6 de junho, um despretenso protesto contra o aumento de 20 centavos das passagens dos ônibus urbanos de São Paulo, convocado pelo pouco conhecido Movimento do Passe Livre (MPL), reuniu cerca de duas mil pessoas na avenida Paulista, segundo a PM. A manifes-

tação pacífica, contudo, terminou em violenta e desproporcional repressão, com a prisão de 15 manifestantes¹⁰.

No dia seguinte, e ainda no dia 11 de junho, milhares de manifestantes voltaram a ocupar a avenida Paulista e também a ocupar algumas praças e ruas de outras cidades pelo país. O movimento, que havia começado contra o aumento de 20 centavos no preço das passagens de ônibus e São Paulo, tocava na temática da mobilidade urbana e do transporte público que permaneciam sendo central naqueles primeiros dias. Tudo isso era visto pela ótica recriminatória e de ampla censura dos grandes veículos de comunicação, que caracterizavam os manifestantes como baderneiros e lhes atribuíam a responsabilidade pela violência praticada pela polícia e da qual eram vítimas¹¹.

De acordo com Maria da Glória Gohn, um exame rápido das manchetes de alguns dos principais jornais brasileiros nos dias que antecederam as manifestações revelava a normalidade de greves e protestos, como algo corriqueiro que acontecia há bastante tempo (2014, p. 19-20). Entretanto, ao olhar mais atentamente ao que ocorria no país a partir das transformações ocorridas e da proximidade de um megaevento como a Copa do Mundo de Futebol de 2014, podia-se ter uma ideia mais precisa do grau de indignação que vinha se intensificando e transbordando para as ruas: altos gastos com os grandes eventos esportivos, mobilidade urbana prejudicada com as obras para o mundial de futebol e, acima de tudo, as expectativas ainda não atendidas depois de mais de 10 anos de governo popular. A percepção que se tinha era de contraste entre um país apto a sediar uma Copa e uma Olimpíada programada para dali a três anos, mas absolutamente incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população.

Foi o acúmulo de expectativas não satisfeitas, aliada a elementos já apontados, como um vigoroso ascenso de greves entre 2012 e 2013, além de aspectos contingentes que se relacionam ao contexto de realização de uma Copa do Mundo no país e a violência desproporcional utilizada pela polícia contra os manifestantes, que responderam com novas e ainda maiores manifestações, que

10 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/06/transito-acidente-entre-caminhao-e-moto-bloqueia-duas-faixas-do-viaduto-grande-sao-paulo.htm> Acesso em 07/08/2019. Os dados das manifestações de junho foram levantados nos jornais diários que estão indicados a seguir. Como acontece nesses casos, de um veículo para outro, os números variam, mas sem que se cause prejuízo na apreciação do que será exposto, então nos dispensaremos de citar dados que sejam distintos, a não ser que apareçam em demasiada desproporção.

11 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/grupo-volta-a-ocupar-avenida-paulista-em-protesto-contra-passagens,34e23e28c722f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html> Acesso em 07/08/2019. <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml> Acesso em 07/08/2019. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/11/protesto-contra-aumento-da-passagem-de-onibus-fecha-avenida-paulista.htm> Acesso em 07/08/2019.

ajudam a compreender o que aconteceu. Junte-se a isso, a aliança improvável entre o prefeito paulistano Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB), que vieram a público condenar os manifestantes e a apoiar a ação da polícia, e teremos os elementos explosivos que vão transformar as pequenas manifestações numa gigantesca revolta popular que pôs o país de ponta-cabeça.

Frustração relativa e explosão das ruas

Após dez anos de governos petistas, a palavra da moda era empoderamento. Dizia-se de mulheres que chefiavam seus lares com os recursos do Bolsa Família; de negros e negras que tinham entrado na universidade através da ampliação das políticas de cotas e de LGBTs que haviam conquistado a visibilidade a partir da conscientização e do avanço da vigilância proporcionada pela lógica do politicamente correto. Todavia se uma tal ideia de empoderamento podia de fato ser observada na dimensão subjetiva na vida de milhões de oprimidos, não parecia corresponder objetivamente às expectativas tão altas de um empoderamento real e efetivo, já que mulheres, negros e negras e LGBTs permaneciam vitimados por uma sociedade profundamente desigual, bastante machista, racista e LGBTfóbica¹². Ao lado disto, a classe trabalhadora, muito especialmente a organizada nos sindicatos, tendo pautas sub-representadas no governo que consideravam seu, já vinha dando demonstrações de insatisfação através das inúmeras greves às quais nos referimos.

Da mesma forma, mesmo diante da diminuição da pobreza e de uma pequeníssima redução das desigualdades, o que indicava uma ligeira melhora nos índices de Gini, que entre 2002 e 2013 passaram de 0,589 para 0,527, o percurso do Brasil para extirpação da pobreza e da miséria e a necessária redução da desigualdade, era bastante lento, algo que chamava a atenção e se acentuava diante de tantos contrastes e problemas que não foram solucionados ou vinham sendo tratados de maneira inadequada pelos governos petistas¹³. Ainda assim, era a

12 A propósito do assunto, e referindo-se à continuidade do genocídio do povo negro nos chamados governos populares, Ana Luiza Pinheiro Flauzina afirma: “O que se tentou vender como possibilidade foi uma espécie de conquista progressiva de direitos, em que o fim das baixas figurou sempre como a próxima meta a ser atingida” (2019, p. 78). No mesmo espírito, Tulio Custodio e também Tatiana Vargas Maia e Fabio Pontin discutem os limites estruturais de uma democracia excludente, relativizando a dimensão da ruptura de 2016, ao menos para os setores oprimidos que nunca foram contemplados por essa democracia excludente (2019). Stephanie Ribeiro, por seu lado, lembra que as pautas de gênero e feministas foram deixadas de lado, inclusive quando o país foi governado pela esquerda: “Nos governos do PT houve avanços em algumas políticas, outras como o aborto seguro e legal foram deixadas de lado, em nome de conciliações políticas” (2018, p. 104).

13 Lembrando que o índice de Gini é indicador de menor desigualdade tanto mais perto de 0,0 ele

primeira vez que o Brasil encarava de frente muitos dos seus problemas e tentava solucioná-los, ao custo de mitigar os conflitos de classes, numa circunstância em que os extremos aferiam benefícios e que cada classe cultivava o seu “lulismo de estimação” (2014, p. 202).

Com efeito, se não é possível se estabelecer ligações automáticas ou identificar mecanismos de causalidade entre o que acontecia no país e as explosões de junho, parece ser igualmente equivocado se atribuir a revolta popular a um raio caindo num dia de céu azul ou uma articulação das “elites” que teriam manobrado desde o princípio para derrubar Dilma e o PT. Apesar disso, a questão permanece: como foi possível que simples manifestações caminhassem até o ponto catártico, com milhões de pessoas nas ruas que passaram a lutar contra a corrupção, expulsando os partidos de esquerda e agredindo militantes com bandeiras vermelhas? Partindo-se do pressuposto de que é impossível entender o Brasil recente sem deslindar os elementos que estiveram presentes naqueles intensos dias de um outono/inverno demasiadamente quente, buscamos mobilizar hipóteses e articular algumas evidências que podem contribuir para elucidar o fenômeno.

Discutindo a forma com a Revolução Francesa eclodiu no momento em que Luís XVI reformava o Estado, os costumes se transformavam e as condições de vida da população, que aumentava, iam se modificando para melhor, enquanto as riquezas cresciam, Alexis de Tocqueville estabeleceu como hipótese que “não é sempre indo de mal a pior que se cai em revolução”. Para o historiador francês, autor do clássico *O Antigo Regime e a Revolução*, que viveu no século XIX, portanto cronologicamente próximo do acontecimento que analisa, sobre o qual tem uma apreciação bastante crítica,

Acontece, na maioria das vezes, que um povo que suporta sem se queixar, e como se não as sentisse, as leis mais opressivas, rejeite-as violentamente assim que seu peso diminui. O regime que uma revolução destrói é quase sempre melhor que do que aquele que o antecederia imediatamente, e a experiência ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a se reformar. Só um grande gênio poderia salvar um príncipe decidido a aliviar seus súditos após um longo período de opressão. O mal que aguentavam pacientemente como inevitável parece insuportável assim que concebem a hipótese de suprimi-lo (2017, p. 181).

O significado da proposição de Tocqueville, a que chamou de “frustração relativa”, era a de que, não sendo os abusos do governo exatamente novos, a no-

esteja. Para informações sobre as transformações deste indicador no Brasil, veja-se <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>

vidade “era a impressão que causavam”, pois o poder público havia se tornado “o maior consumidor de produtos da indústria e o maior empreiteiro de obras que existiu no reino” (2017, p. 182). E o resultado desse estado de coisas é que “os franceses julgaram sua condição tanto mais insuportável quanto melhor ela se tornava” (2017, p. 180), o que traduzida para a realidade do Brasil de 2013, significava que os brasileiros talvez julgassem sua condição tanto mais insuportável quanto melhor ela havia se tornado durante os governos petistas¹⁴.

Então a explicação disso tudo não é que os brasileiros foram “ingratos” com a governança petista ou com o lulismo, como sugerem algumas narrativas de entusiastas da experiência de treze anos de governos do PT. O que se sugere aqui é que a aquisição de condições mínimas de sobrevivência ou as expectativas criadas que indicavam que a vida deveria continuar melhorando, ao se confrontarem com determinado ponto onde os avanços não eram mais possíveis ou as conquistas estiveram efetivamente ameaçadas, resultaram em intensa insatisfação com explosivo potencial de revolta.

A despeito de todas as mudanças registradas, de toda a inclusão que se observou, da redução da desigualdade e, principalmente da pobreza, além de todas as conquistas que os estudiosos vêm registrando desde 2016, e que deram altos índices de popularidade a Lula no segundo mandato, e a Dilma nos dois primeiros anos do seu governo, o que aconteceu em 2013 foi que nenhuma transformação poderia ser suficiente para aqueles que efetivamente queriam muito mais, considerando-se a dimensão do déficit de democracia experimentado pelos vários setores da população que se viam representados no governo.

As manifestações de junho de 2013, contudo, não foram exatamente da classe trabalhadora, nem de nenhum grupo oprimido que ganhou algum grau de empoderamento com os governos petistas. O que se viu nas ruas em junho de 2013 foram manifestações multitudinais, que envolveram diversas classes, pessoas de várias gerações e de diferentes perfis raciais e gêneros distintos, inúmeros partidos, diversos movimentos sociais e várias lideranças que disputaram cada centímetro do asfalto naqueles intensos dias de junho. Entretanto, se não é possível se dizer qual o sujeito social das manifestações e quem as dirigiu após a liderança do MPL ser ultrapassada pelo aumento expressivo do número de pessoas nas ruas e a paulatina introdução de novas pautas, pesquisas feitas na ocasião indicam ter havido uma mudança no perfil dos manifestantes tomando-se a crônica dos acontecimentos daqueles 20 dias.

14 Vladimir Safatle foi quem primeiro usou a analogia do Brasil com a obra de Tocqueville (2017, p. 87-88).

As Jornadas de Junho de 2013

Até o dia 13 de junho havia ocorrido três manifestações (6, 7, 11). A manifestação do dia 13 foi a quarta convocada, sempre pelo Movimento do Passe Livre. Até então, a cobertura da grande imprensa, que refletia a posição de conhecidos setores das classes dominantes e se aproximava de alguns governos estaduais e municipais, especialmente o de Geraldo Alckmin, do PSDB de São Paulo, e o de Sérgio Cabral, do PMDB do Rio, era de condenação dos atos. Em manchetes, editoriais e extensas matérias, acusavam-se os manifestantes de serem violentos e de abrigarem grupos de “baderneiros” e “vândalos”, que destruíam o patrimônio público e privado¹⁵. O tom geral era de ostensiva condenação, enquanto a pauta mais visível e principal das quatro primeiras manifestações era a luta contra o aumento do preço das passagens e pelo passe livre e a juventude a principal protagonista dos protestos.

Nos atos do dia 13, contudo, uma inflexão começou a ser notada frente à violência da polícia que atirou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo a esmo, atingindo diversos jornalistas e ferindo com gravidade a repórter da *Folha* Giuliana Volone, que quase perde a visão do olho direito, alvejado por uma bala de borracha¹⁶. Diante da agressividade do aparato repressivo, o jornal paulista, que até então vinha condenando os manifestantes, começou a mudar o tom da abordagem: “a Folha repudia toda forma de violência e protesta contra a falta de discernimento da Polícia Militar no episódio”, afirmou o editor-executivo da periódico Sérgio Dávila, para reportagem do UOL. De acordo com a matéria, na manifestação, 50 pessoas haviam sido presas, inclusive o jornalista Piero Locatelli, por “carregar vinagre”, uma espécie de antídoto, usado pelos manifestantes, contra o gás lacrimogêneo atirado pela polícia. Além disso, sete repórteres, que estariam identificados como profissionais da

15 No dia 13 de junho de 2013, os editoriais de *O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo*, estamparam: “Chegou a hora do basta” e “Retomar a paulista”. No editorial do *Estado*, que assegurava que a PM havia agido com moderação, ao contrário do que diziam os manifestantes, constava também: “O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar.” Já o editorial da *Folha*, dizia, que fazia um inventário dos prejuízos causados pelos manifestantes, afirmava “São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.” <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814> Acesso em 14/08/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml> Acesso em 14/08/2019.

16 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml> Acesso em 14/08/2019.

imprensa, teriam sido alvejados nas ações da PM de São Paulo, segundo a mesma reportagem¹⁷.

Condenados inicialmente pela imprensa, pelos governos do PT e do PSDB de São Paulo, que dirigiam a prefeitura e o estado, e repercutindo amplamente nos programas televisivos sensacionalistas e outros noticiosos igualmente parciais, mas não necessariamente sensacionalistas, que procuravam provar que os manifestantes eram “vândalos”, os atos pela redução do preço das passagens e pelo passe livre poderiam ter chegado num impasse, com tendência ao refluxo e ao esvaziamento. Mas não foi isso que aconteceu. Após as manifestações do dia treze, a imprensa que condenava maciçamente os atos e apoiava a repressão, passou a criticar a atuação da polícia e a apontar a inabilidade dos governos que se mostravam incapazes de solucionar o impasse.

Nos dias 15 e 17 de junho novas manifestações aconteceram. Nessa altura, em várias cidades do país, milhares de pessoas foram às ruas para reivindicar outras pautas, além do tema do preço das passagens, do passe livre e mesmo da mobilidade urbana. De acordo com os jornais, a questão do preço das passagens, que não chega a desaparecer do noticiário, começa a sofrer a concorrência de outras reivindicações, com a imprensa cobrindo de maneira muito distinta os atos. Segundo o jornal *O Globo*, que registrou protestos ocorrendo em 12 capitais e 16 cidades do interior, “mais de 250 mil pessoas saíram às ruas nesta segunda-feira (17) pelo país para protestar contra o aumento das tarifas de transporte, a violência urbana, os custos da Copa do Mundo, a precariedade do serviço público, entre outras reivindicações”¹⁸.

Nessa altura um outro fenômeno começa a aparecer e a ocupar a atenção dos veículos da mídia. Afinal, quem eram os manifestantes e o que queriam? No dia 17, o Datafolha entrou em campo para fazer o levantamento por amostragem entre as 65 mil pessoas que saíram às ruas de São Paulo. Na pesquisa, em que se buscava esmiuçar o perfil dos manifestantes através de diversas variáveis, apontava-se que 84% declararam não ter partido, 77% disseram ter nível superior, 22% eram estudantes, 53% tinham menos de 25 anos e 71% participavam pela primeira vez de um protesto. Em que pese os questionamentos sobre a metodologia e a limitação da pesquisa à capital paulista, o fato a se destacar, algo que os veículos de imprensa passaram a explorar intensamente, era o de que a maioria dos manifestantes não formavam a base habitual dos partidos de esquerda e dos

17 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/reporter-da-tv-folha-e-atingida-no-olho-por-bala-de-borracha-durante-protesto-em-sp.htm> Acesso em 08/08/2019.

18 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html> Acesso em 14/08/2019.

movimentos sociais habituados a promover protestos, ao menos na capital paulista. Em vista disso, a reportagem da *Folha* destacou que entre os manifestantes, que “se reuniram de forma pacífica”, o grito que se ouvia era “o povo unido não precisa de partido” e “sem partido, sem partido”¹⁹.

Com efeito, ao lado de uma maioria pacífica que parecia contrastar com os ativistas dos primeiros atos, chamados de “vândalos” e “baderneiros”, uma minoria vista pela imprensa como violenta começava a se destacar e a atrair as atenções dos jornais. Ganhando destaque nas coberturas jornalísticas, os Black Blocs apareceram nas manifestações seguintes, especialmente no Rio e em São Paulo, sendo ostensivamente condenados pela imprensa, que passava a enxergar os protestos, que continuavam crescendo, como uma luta pacífica e ordeira contra a corrupção, algo que se dava por fora dos partidos de esquerda e tradicionais movimentos sociais e também muito distante do que diziam ser a selvageria dos homens e mulheres vestidos de preto e com os rostos cobertos.

Considerando-se a gravidade do quadro das manifestações que tornavam-se cada vez maiores e invariavelmente descambavam para a violência em algumas cidades, no dia 19, as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, com os apoios dos respectivos governos, anunciaram a redução da tarifa de transporte, o que poderia ser considerado uma grande vitória para o movimento iniciado no dia 6 de junho²⁰. No dia 20, entretanto, mesmo com parte importante da pauta original sendo atendida, mais de um milhão de pessoas, segundo a *Folha de São Paulo*, foram às ruas em 388 cidades brasileiras, incluindo todas as 22 capitais. Nessa altura, as pautas eram muito mais amplas do que a redução das passagens, e misturavam uma variedade de temas, desde as históricas bandeiras dos movimentos sociais e dos trabalhadores, com reivindicações pela educação, por saúde e por melhores salários e condições de trabalhos para os profissionais dessas áreas, até a bandeira anticorrupção e a crítica aos partidos políticos, muito especialmente ao PT e à esquerda que era confundida com o governo Dilma, confirmando o que se via em muitos cartazes que diziam “não é só pelos 20 centavos”. De acordo com reportagem da *Folha*

Além do pedido de mais qualidade e tarifas mais baixas no transporte público, tema que originou a onda de protestos, as “bandeiras” dos manifestantes agora reúnem uma série de outros motes: o uso de dinheiro público em obras da Copa do Mundo, melhorias nas áreas de saúde, educação e segurança, combate à corrupção, a PEC 37

19 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml> Acesso em 14/08/2019.

20 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/19/rio-e-sao-paulo-anunciam-a-reducao-da-tarifa-apos-pressao-popular.htm> Acesso em 14/08/2019.

(mudança de lei que pode tirar o poder de investigação do Ministério Público), além de outras questões e insatisfação generalizada contra governantes²¹.

Segundo o jornal paulista, a tônica que vinha sendo identificada nos protestos que tornaram-se bastante maiores e alcançaram todo o Brasil, era a sua aversão aos partidos e as queixas contra o PT, a presidente Dilma Rousseff e ao prefeito Fernando Haddad, no caso das manifestações na capital paulista. Nessa altura, quando as pautas passaram a incorporar outros temas, inclusive a luta contra a corrupção e contra o PL 37, que proibia o ministério público de continuar investigando os desvios de conduta de agentes públicos, militantes de partidos de esquerda, como o PT, o PCdoB, o PSOL, o PCB, o PSTU e o PCO, foram expulsos das manifestações, muitos dos quais “tachados de oportunistas”²².

Em meio à agudização do quadro, e com enorme atraso frente aos acontecimentos que incendiavam o país, no dia 24, a presidente Dilma Rousseff convocou uma reunião de emergência para discutir a crise e buscar saídas. Numa desesperada tentativa de restabelecer o pacto de governança e conciliação típica do lulismo e do presidencialismo de coalizão, tentando novamente unir interesses irreconciliáveis, propondo ao mesmo tempo responsabilidade fiscal, controle da inflação e ainda incremento da dimensão punitiva na legislação anticorrupção, como a edição da Lei 12.850 da delação premiada, Dilma buscou, também, de outro lado, oferecer saídas à esquerda, como destinação do royalties do pré-sal para a Educação e o programa Mais Médicos²³ (Singer, 2018, p. 125-126).

Crise de hegemonia e golpe: nada será como antes

As saídas, como se imagina, já não eram tão simples. O Partido dos Trabalhadores governou o Brasil por treze anos numa concertação governamental que alguns autores chamam de “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988). Nesse experimento surgido na saída da Ditadura, uma espécie de estabilidade precária foi assegurada a partir da montagem de amplas alianças interpartidárias, que incluíam distintas organizações do espectro político, capazes

21 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm> Acesso em 14/08/2019.

22 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/21/hostilidade-a-partidos-e-tom-de-balada-marcam-7-manifestacao-em-sao-paulo.htm> Acesso em 14/08/2019.

23 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1300899-confira-os-cinco-pactos-em-favor-do-brasil-definidos-por-dilma.shtml> Acesso em 20/08/2019. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/leia-a-integra-do-discurso-em-que-dilma-propoe-plebiscito-sobre-reforma-politica.htm> Acesso em 20/08/2019.

de garantir um acordo mínimo para a difícil governabilidade de um país com explosivos níveis de desigualdades. Ocorre, entretanto, que tais acordos, que se pautaram sempre no compromisso de manutenção de contratos e em composições políticas que faziam maiorias ocasionais no Congresso, eram facilmente desmontáveis. Tão logo sucessões de crises abatessem o governo, algo que no sistema presidencialista poderia se arrastar por meses sem encontrar solução, com o consequente esgarçamento do tecido social prenunciador de crises ainda maiores, vez por outra a implosão de tais acordos parecia ser algo avassalador para o governo constituído.

Muito antes da chegada do PT ao poder, tais acordos funcionaram de maneira eficaz, com o custo de que problemas estruturais relacionados à desigualdade brutal do país fossem remetidos para o futuro. Após o cataclismo político provocado pelos escândalos de corrupção envolvendo o governo de Fernando Collor de Mello, entretanto, o presidencialismo de coalizão se firmou, primeiro com Itamar Franco, que assumiu como vice de Collor quando este foi afastado por um processo de *Impeachment*, debelando a inflação e criando as condições de governabilidade com poucos abalos. O sucessor de Itamar, seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, governou o Brasil por oito anos na base de um amplo acordo envolvendo muitos partidos que representavam diversas frações das classes dominantes do país, algo que se constituiu num dos poucos momentos de efetivo exercício da hegemonia burguesa no Brasil, com o devido comprometimento da oposição e do seu partido majoritário, o PT, de respeitar o resultado das eleições e os pactos de governabilidade então vigentes.

Ao chegar ao poder, o PT tentou reeditar o acordo. Mesmo com uma aliança restrita do primeiro mandato de Lula, garantiu a governabilidade em função da aproximação com partidos como o PMDB e diversos satélites ou legendas de aluguel que atuavam na base do fisiologismo, oferecendo apoio ao governante de plantão, na base de contrapartidas de diversas espécies. O problema é que o PT era um partido com uma larga história de vinculação com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais e cuja prática política ao longo da sua primeira década de existência se conformava em torno de uma espécie de marca de origem, da qual o partido pretendeu se livrar, mas que, tal como uma sombra, era algo impossível. Para tal marca de origem, que denomino de “Sombra de Santo André-Lins” e André Singer afirma que se constitui na primeira “alma do PT”, caracterizando uma época do “reformismo forte” no “espírito de São” (referência ao Colégio São onde foi fundado o Partido dos Trabalhadores no início dos anos

1980), pesavam as maiores desconfianças das classes dominantes com as quais o PT pretendia firmar um pacto de governabilidade (2014, cap. 4)²⁴.

O fato é que, com tais características, ainda que passíveis de um transformismo que lhe colocou como alternativa de ser uma esquerda para o capital, como aponta Eurelino Coelho (2011), o PT permanecia sendo um estranho no ninho das classes dominantes, um partido que só foi tolerado pelo fato de que as várias frações da burguesia não puderam emplacar um legítimo filho seu para governar o país no início do século XXI.

Quando no governo, entretanto, como apontado acima, o PT cumpriu à risca suas promessas de cumprir todos os contratos, sendo fiel à concertação governamental e aos acordos com as classes dominantes que garantiram a sustentabilidade da coalizão, inclusive mantendo o tripé macroeconômico tomado do governo anterior, calcado no câmbio flutuante, nas metas de inflação e no superávit primário. Tal prática política veio conjugada ao que se dizia ser uma “responsável” política econômica, como a grande imprensa costumava se referir, ainda que na base de uma hegemonia fraca, considerando-se a atipicidade do partido que dirigia o país. O acordo funcionou nos termos de uma permanente repactuação que o partido de Lula promovia junto aos seus tradicionais aliados para que continuasse a ser a direção política dos sindicatos e movimentos, o que impunha uma permanente necessidade de diálogo e muitos pedidos de paciência para com a lentidão das aguardadas transformações.

Apoiando-se em frações da burguesia que atuava no país, muito especialmente da chamada “burguesia interna”, que junto com a parcela da classe trabalhadora conformava o que Armando Boito Júnior denomina frente neodesenvolvimentista e André Singer chama de “coalizão produtivista”, que atuava em oposição a “coalizão rentista”, formada pelo capital financeiro e a classe média tradicional, os arranjos em torno da governabilidade seguiram sendo bem sucedidos até 2013 (Singer, 2018, p. 57; Boito Jr., 2018, p. 162).

24 Uso o termo “sombra de Santo André-Lins” em função do Congresso dos Metalúrgicos realizado na cidade de Lins-SP, em janeiro de 1979, que chamou a fundação de um partido dos trabalhadores com o seguinte princípio: “que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara, e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na lutam por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores” (1998, p. 48). O termo “primeira alma” do PT usado por André Singer, é uma clara referência à obra de Gildo Marçal Brandão *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*.

Com o sistema político intocado, as desigualdades sendo reduzidas a ritmo lento e o tripé macroeconômico sendo adotado sem nenhuma contrapartida importante, o razoável pacto de conciliação funcionou nos marcos de uma situação em que o governo promovia a inclusão social, sem afrontar os interesses das classes dominantes (Miguel, 2017 p. 49). Todavia, nem o PT nem os setores que conformaram à coalizão governamental contavam com um episódio tão dramático de frustração relativa como as explosões de junho de 2013. A reunião de emergência chamada por Dilma na tentativa de debelar a imensa crise estabelecida quando a juventude do MPL, e depois muito mais gente e também outros setores, saíram às ruas para reivindicar a redução do preço das passagens, quase não surtiu resultado. Tendo em vista que agora era o governo que havia gozado de imensa popularidade que estava emparedado, não parecia haver muitos interessados em debelar a crise no andar de cima. Isso porque as manifestações foram se transfigurando e suas pautas, que inicialmente tinham relação principalmente com o preço das passagens, passaram a ser vistas, conforme apontadas pela grande imprensa, como pautas contra a corrupção que supostamente atingia vários governos, muito especialmente os governos do PT.

Depois das manifestações do dia 21 de junho, quando cerca de 1,25 milhões de pessoas foram às ruas de centenas de cidades pelo país e os grandes jornais noticiaram que o principal motivo era a luta contra a corrupção, estava claro que as praças, ruas e avenidas não eram mais território exclusivo dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, dos trabalhadores e dos sindicatos. Em São Paulo, o instituto Datafolha fez novo levantamento, que uma matéria publicada na *Folha* noticiou amplamente. Pelo levantamento do Datafolha, enquanto metade dos entrevistados citou a corrupção como a principal bandeira do protesto, a questão da tarifa de transporte era apontada por 32%, a pauta “contra os políticos” era citada como pauta principal para 27% dos manifestantes, a melhora na qualidade do transporte tinha 19% de adeptos e a luta contra a PEC 37 aparecia com 16% de pessoas que a entendiam como pauta principal²⁵.

Os significados das manifestações podem ter sido diversos, como diversas foram as pautas, as classes, as gerações, o perfil racial e tantas outras possibilidades e expectativas que desceram às ruas em junho (Singer, 2018, p. 99-127). Em manifestações dessa monta, a não ser que se tratasse de uma crise revolu-

25 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml> Acesso em 15/08/2019. Na matéria o jornal informa que a soma dá mais de 100% porque os entrevistados puderam citar mais de um motivo. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/brasil-eiros-fazem-protestos-contra-corrupcao-pelo-pais-neste-sabado.html> Acesso em 15/08/2019. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html> Acesso em 15/08/2019.

cionária caminhando para o desfecho de uma transformação radical através da revolução, muito dificilmente uma única pauta estaria presente. A disputa pelas ruas, portanto, como acontece em situações desse tipo, também foi o elemento motivador de diversas organizações que surgiram nas Jornadas de Junho e vieram a assumir a direção das ruas nos anos seguintes. O fato é que, a certa altura dos atos, quando o aumento das passagens foi revogado e o MPL anunciou que não convocaria novos atos, manifestações continuaram a acontecer e o espaço das ruas serviu como incubadora de novas organizações, especialmente para as direitas que apenas residualmente tinham ocupado o asfalto antes de 2013 e que passaram a assumir o protagonismo da luta de massas nos anos seguintes, com suas inconfundíveis camisas amarelas da Seleção Brasileira de Futebol (Tatagiba, 2018, p. 105)²⁶.

Mas se não se tratava de uma crise revolucionária, as dimensões gigantescas das Jornadas de Junho estavam longe de configurar algum grau de normalidade num país imenso de problemas igualmente agigantados. A bem da verdade, as explosões que a certa altura fugiram ao controle das organizações, movimentos e partidos tradicionais, com suas características e demandas multitudinais, constituíram-se como o ponto de inflexão na história recente do país, principalmente se se considera que houve a abertura de uma profunda crise de hegemonia. Tal crise ocorre quando “grupos sociais separam-se de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituem, representam e dirigem”, fazendo com que estes não sejam “mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (Gramsci, 2000, p. 60, caderno 13). De acordo com Gramsci

Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. [...] E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força

26 Identificando a onda conservadora que começava a tomar conta das manifestações, um dos integrantes do MPL acusou a presença de grupos conservadores e neofascistas que teriam se infiltrado nos atos subvertendo e distorcendo suas iniciativas: “Mesmo que sejamos contra a política de transporte duma prefeitura do PT, achamos que o PT deve ter total garantia de participar das manifestações públicas”. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml> Acesso em 20/08/2019. Mesmo dizendo que não participaria mais dos atos, o MPL se manteve ativo nas manifestações <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/mpl-anuncia-que-continuará-com-manifestacoes.html> Acesso em 20/08/2019. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-dizer-que-vai-suspender-convocacoes-mpl-apoia-novo-ato.html> Acesso em 20/08/2019.

o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seus conjunto desorganizado, constituem uma revolução (Gramsci, 2000, p. 60, caderno 13).

Partindo-se do pressuposto de que os governos do PT representaram, em certo sentido, um período de vigência de uma hegemonia fraca, considerando-se que as frações das classes dominantes precisaram de um operador político estranho para seguirem atuando como direção na base de um consenso mínimo, não parece ser precipitado afirmar que junho de 2013 significou este ponto de inflexão no exercício de uma fraca hegemonia burguesa. Com efeito, os grupos sociais que desceram para as ruas naqueles quase 20 dias, estiveram afastados dos seus partidos tradicionais, a começar pelo PT, mas também dos tradicionais partidos burgueses, especialmente do PSBD, que vinha polarizando com as eleições com o PT desde 1994.

Na ausência ou na impossibilidade das organizações tradicionais dirigirem os protestos ou exercerem forte pressão no sentido do restabelecimento de algum tipo de direção política, mesmo da hegemonia fraca existente no período do lulopetismo, o que se viu foi a entrada em cena de sujeitos até então pouco conhecidos, alguns dos quais que viviam nas sombras, algo que parece compor a parte dos “sintomas mórbidos” referido por Gramsci, que aludiu à crise como consistindo “no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer”, interregno no qual “uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.

Com efeito, abrindo-se o caminho para soluções pouco usuais e até mesmo grotescas, a crise criou no Brasil uma situação bastante perigosa, pois os diversos estratos das camadas populares, incapazes “de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo” assistiram atônitos a tradicional classe dirigente com seu “numeroso pessoal treinado” trocando “homens e programas” para que se tornassem capazes de retomar “o controle que lhe fugia”. Fazendo “talvez sacrifícios” as classes dirigentes tradicionais, com muito maior agilidade do que as classes subalternas, expuseram-se “a um futuro obscuro com promessas demagógicas”, como forma de manter e reforçar o poder que lhe escapava, servindo-se dos novos atores para “esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados” (Gramsci, 2000, p. 60-61, caderno 13).

A história como farsa

No dia 29 de julho, o Datafolha divulgou uma pesquisa sobre a popularidade de Dilma Rousseff. De acordo com o Instituto, a presidenta havia perdido 27 pontos percentuais em relação a aferição anterior às manifestações, que lhe davam 57% de aprovação (ótimo e bom). Considerando-se a pesquisa realizada em março, a perda de popularidade era ainda mais acentuada, já que naquele mês Dilma havia conseguido que 65% das pessoas entrevistadas afirmassem que seu governo era ótimo ou bom²⁷.

Apesar de uma ligeira queda registrada em junho, pouco antes das manifestações, não seria possível apontar que a perda de popularidade se constituía como uma tendência, principalmente porque após o início dos atos, a popularidade da petista e a aprovação do PT desabaram, com as direitas passando a emergir na cena pública, algo que não acontecia desde 1964, quando várias cidades brasileiras registraram manifestações conhecidas como “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

Seguido ao vendaval catártico que movimentou o Brasil em junho de 2013 e que quase derrubou a República e muitos governos, em março de 2014 uma operação da Polícia Federal deflagrada a partir do escritório de Curitiba, mudaria a história do país. No dia 17, tendo nas mãos uma ordem judicial encarregada de realizar 81 mandados de busca e apreensão em 17 cidades do país, a PF prendeu 24 pessoas, entre elas o doleiro Alberto Youssef, acusado de liderar um esquema de lavagem de dinheiro que atendia a políticos de diversos partidos e grandes empresários²⁸. Youssef foi o fio da meada da descoberta de um gigantesco esquema de corrupção e o elemento principal daquilo que ficou conhecido como Operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato, conduzida por procuradores do Ministério Público Federal de Curitiba, esteve na pauta dos grandes telejornais do Brasil durante o ano de 2014 e seguintes. Animados pelas agendas que surgiram nas ruas nas Jornadas de Junho do ano anterior, que foram bastante vitaminadas pela dimensão de espetacularização e de manipulação jamais vistos no país, os veículos de comunicação não perdiam nenhuma oportunidade de entrar ao vivo ou oferecer cobertura de escândalos de agentes públicos *ad nauseam*. Nos telejornais e em

27 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> Acesso em 20/08/2019.

28 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/03/1426612-operacao-da-pf-contralavagem-de-dinheiro-lacra-hotel-e-apreende-joias-e-drogas.shtml> Acesso em 20/08/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml> Acesso em 20/08/2019.

extensivas matérias jornalísticas, prisões de políticos e empresários acusados de envolvimento em esquemas de corrupção, foram se constituindo em aguardado show televisivo assistido por milhões de pessoas no país, muito especialmente a partir de 2015. Submetidos a prisões preventivas, conduções coercitivas ou outras formas de punição promovidas à guisa de promover a intimidação, o tribunal de primeira instância de Curitiba, através do juiz Sérgio Moro, valia-se do dispositivo da delação premiada, consagrado na Lei 12.850, sancionada por Dilma Rousseff ainda em junho de 2013, para seguir pistas e prender novos envolvidos.

Em outubro de 2014, novas eleições foram realizadas, seguindo o calendário habitual. No âmbito do executivo federal, mais uma vez, a oposição entre um candidato do PT, Dilma Rousseff, a um candidato do PSDB, Aécio Neves, deram o tom das disputas, com a novidade de serem realizadas sob os impactos das Jornadas de Junho, que ainda se faziam presentes, e da Operação Lava Jato, que se aprofundaria nos anos seguintes. No pleito mais polarizado da história do país até então, Dilma venceu Aécio Neves por uma pequena margem de menos de quatro pontos percentuais. Passado o pleito, o candidato tucano anunciou que recorreria ao TSE para que houvesse uma recontagem de votos, um fato inédito na história do país e um sintoma de que a democracia estava sendo desafiada nos seus fundamentos legais.

A despeito de ter vencido a eleição, a quarta consecutiva em que derrotava seu principal adversário do PSDB, campo burguês *stricto sensu*, o PT não era mais a unanimidade percebida no auge do período lulista. Com efeito, nem mesmo o processo de estabelecimento da legitimidade do governante, conhecido como fase de “lua-de-mel” entre o governo eleito e o conjunto do eleitorado, comum no período logo em seguida a eleição, funcionou para depois de outubro de 2014. Entretanto, há que se observar as possíveis responsabilidades da própria Dilma Rousseff e do PT na conformação desse quadro adverso.

Diferentemente da campanha de 2010, quando concorreu no segundo turno contra o candidato do PSDB José Serra com uma campanha que pouco se diferenciava da campanha tucana, muito especialmente no terreno comportamental e de costumes, a campanha petista de 2014 tinha sido toda ela pela esquerda. Nas milionárias peças publicitárias, símbolos importantes para o campo progressista e a memória das lutas da esquerda do país, haviam sido mobilizados. Com o lema “Muda mais” ou “Dilma, coração valente”, em que uma foto da candidata jovem, dos tempos em que tinha militado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e havia sido presa e torturada pela ditadura e seus agentes, a campanha de Dilma efetivamente apontou para a reativação de uma expectativa

de mudança pela esquerda dos termos estabelecidos na política de conciliação de classes da concertação governamental petista.

Após eleita, contudo, e antes mesmo de encerrar o ano, Dilma e o PT frustraram as expectativas dos que esperavam uma virada à esquerda. Após sondar Luiz Carlos Trabuco, ex-presidente do Bradesco para o cargo de ministro da Fazenda, Dilma nomeou Joaquim Levy, um outro agente do setor financeiro, e também alto executivo ligado ao banco Bradesco, para comandar o ministério. Depois também nomeou Armando Monteiro, Kátia Abreu e Gilberto Kassab para comandarem, respectivamente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério das Cidades, demonstrando que o PT pretendia reeditar a política de conciliação de classes, ampliando a participação direta das frações burguesas no governo, entregando o comando dos ministérios aos setores que compunham a “coalizão desenvolvimentista” citada acima²⁹.

A opção por um tal tipo de política, no entender de alguns, efetivou uma espécie de “estelionato eleitoral” no segundo mandato de Dilma Rousseff. Depois de fazer uma campanha pela esquerda e optar por governar pela direita, configurava-se a enganação que muitos compararam a um verdadeiro “estelionato”. Exemplo disso foram as medidas de austeridade que davam a aparência de copiar as propostas tucanas para o país, algo que se conjugava ao ataque cada vez mais duro aos direitos dos trabalhadores, incluindo-se aí a criação de dificuldades de acesso a benefícios, como foi o caso das controversas Medidas Provisórias 664 e 665 que alteraram as regras da pensão por morte, seguro desemprego e seguro defeso³⁰. O resultado de tais políticas, que levou muitos setores a romperem com o governo, foi que os trabalhadores promoveram uma enorme quantidade de greves, dando continuidade às lutas registradas nos anos anteriores. Segundo o SAG do DIEESE, em 2015 foram registradas 1.964 greves no Brasil, cerca de metade delas no setor público e nas empresas estatais³¹.

29 Membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado por Pernambuco e ligado ao setor industrial, Armando Monteiro havia sido presidente da Confederação Nacional da Indústria. Kátia Abreu, chamada de “miss desmatamento” por ambientalistas, havia sido presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, enquanto exercia o cargo de deputada pelo PMDB do Tocantins. Ex-prefeito de São Paulo e com acesso a várias empreiteiras, Gilberto Kassab, havia deixado o DEM para fundar o Partido Social Democrático (PSD) para apoiar o PT.

30 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/presidente-dilma-sanciona-lei-que-restringe-aceso-pensao-por-morte.html> Acesso em 09/09/2019. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/dilma-sanciona-lei-que-altera-regras-do-seguro-desemprego-com-vetos.html> Acesso em 09/09/2019.

31 Com atualizações frequentes, no Balanço de Greves de 2018, o SAG do DIEESE registrou os seguintes números absolutos de greves entre 2013 e 2016: em 2013, 2057 greves; em 2014, 2085 greves; em 2015, 1964 greves; em 2016, 2114 greves. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estudos e pesquisas, Balanço das greves de 2018, nº 89, abril de 2019.

Aliado a este fato, a Operação Lava Jato, que em 2014 já vinha fazendo estragos nas fileiras petistas, recrudesceu suas ações, oferecendo aos setores descontentes da sociedade, muito especialmente aos setores médios, que permaneciam exasperados e por isso foram capturados pelas novas direitas (*alt-right*) surgidas no rescaldo das manifestações de Junho, cada vez mais motivos para ocupar as ruas com suas camisas verde-e-amarela. O resultado dessa re-arrumação política país, tal qual o ocorrido em outras situações históricas, que cada vez mais faziam lembrar os anos 1920 e 1930 na Itália e na Alemanha, mas também não deixaram de fazer recordar o fatídico ano do golpe de 1964 no Brasil, foi uma radicalização das pautas pelas direitas, incluindo-se aí a extrema-direita até então sem nenhuma inserção política importante no país.

O resultado disso foi que, enquanto o PT viu suas bases sociais e históricas se afastando, em função da sua adesão quase que irrestrita ao próprio sistema, que tinha nascido para combater, quando não ao próprio neoliberalismo, muito especialmente durante o segundo mandato de Dilma, os partidos tradicionais das direitas foram se desidratando frente a força avassaladora e do discurso antissistêmico das chamadas “novas direitas”. Com efeito, o Brasil experimentou um processo de “polarização assimétrica”, quando as novas direitas caminharam para o extremo, ao passo que a esquerda permaneceu inerte, quando não, seguia prometendo ainda mais concessões às classes dominantes³². Identificando no segmento político tradicional toda a fonte de corrupção e de mazelas que atingiam o país, um novo fenômeno político começou a se configurar no Brasil. Com suas camisas amarelas, a extrema-direita arrastou milhões de pessoas às ruas durante o ano de 2015 e 2016, fazendo ressurgir o fenômeno do protofascismo que todos acreditavam circunscrito aos livros de história.

Antes que a extrema-direita e os protofascistas, que haviam emergido para o protagonismo da cena pública do país alcançassem o seu ápice nas eleições de 2018, quando elegeram o deputado do baixo-clero e amante da Ditadura Jair Bolsonaro, houve a inestimável colaboração da desorganização institucional provocada pelo golpe do *impeachment*. O fato é que sem o golpe de 2016,

32 Nos Estados Unidos, que viveu um fenômeno parecido ao experimentado pelo Brasil recente, os republicanos foram empurrados para posições cada vez mais à direita, enquanto os democratas mantiveram-se no mesmo ponto, quando não davam alguns passos para o centro. E enquanto os partidos do centro e da centro-direita moviam-se para o extremo do espectro, o PT, como principal partido da esquerda brasileira, sucumbia no seu programa e ações às pressões cada vez mais eficazes e intensas das classes dominantes e seus setores mais reacionários. A este processo os politólogos norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblitz, analisando o caso dos Estados Unidos da ascensão de Trump, denominaram de “polarização assimétrica” (2018, p. 164).

um arranjo institucional que envolveu uma conspiração jurídico-parlamentar-midiática para tirar o PT do poder, muito dificilmente a extrema-direta chegaria ao ponto em que chegou em 2018. Obviamente que a dimensão de factualidade do golpe de 2016, com todas as evidências que são necessárias para o estabelecimento de um consenso histórico irrefutável, algo que ocorre com o golpe de 1964 e outros acontecimentos da história brasileira, não são ainda acessíveis em função da proximidade temporal do acontecimento, algo que a história do tempo presente precisa sempre lidar. Nessa altura, contudo, a razoável literatura que já há sobre o assunto, e toda a dimensão processual que sucedeu ao evento de 2016, com a ascensão de Michel Temer e a configuração de um governo excepcionalmente constituído a partir da utilização de regras extraordinárias como o *impeachment*, funcionou a contento “para a redistribuição forçada de poder político”, como indica Álvaro Bianchi³³. Tal constatação, que não deixa de nos lembrar os ensinamentos de Florestan Fernandes (1975), que assegurava que as nossas classes dominantes vivem sob o signo da contrarrevolução permanente e estão sempre propensas a instaurar a autocracia burguesa, também nos permite afirmar, com pouca margem de dúvidas, que o *impeachment* foi um golpe de estado.

Frente ao devastador quadro político que foi estabelecido no país, em seguida ao acontecimento de 2016, correntes de extrema-direita e protofascistas, com um presidenciável surgido como *outsider* e com um conhecido discurso de ódio que atraiu um significativo apoio de massas, algo inimaginável há alguns anos, emergiu na cena pública. Tal fato, ao que parece, só pôde existir porque em algum ponto da nossa história recente, o presidencialismo de coalizão e todas as formas de conciliação estabelecidas desde o processo de redemocratização, mostraram-se ineficazes e apenas adiaram expectativas e tornaram as frustrações ainda mais intensas e explosivas, algo que redundou na gigantesca revolta popular de Junho de 2013, que pode ser o prenúncio de muitas outras revoltas, até que o quadro de secular exclusão e desigualdade seja enfrentado.

33 De um ponto de vista distinto, Wanderley Guilherme dos Santos apontou o golpe: “sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero das eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista. Deterioração econômica e desacertos de condução política do governo, diz-se, propiciaram o adubo para a pregação golpista, iniciada sob a suspeita de inexistente fraude eleitoral, prosperasse, terminando vitoriosa no assalto ao poder governativo” (2017, p. 46). Uma pequena amostra do que já se escreveu sobre o golpe de 2016 pode ser encontrado na obra coletiva *Por que gritamos golpe* (2016).

Referências

- BIANCHI, Álvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 50-61.
- BOITO JR., Armando. O legado dos governos do PT. In: MARIGNONI, Gilberto. MEDEIROS, Juliano (Org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, Fundação Lauro Campos, 2017, p. 27-34.
- _____. **Reforma e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas-SP: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998). São Paulo: Xamã, Feira de Santana, BA, UEFS Editora, 2012.
- CUSTÓDIO, Tulio. Ninguém viu, ninguém vê: comentários sobre o estado da violência na atual democracia (de poucos). In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 120-143.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**. A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 63-82.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- JKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe**. Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAIA, Tatiana Vargas; PONTIM, Fabrício. Cidadania, semi-cidadania e democracia no Brasil contemporâneo. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Org.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 144-160.
- MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017, p. 45-64.

PAULANI, Leda Maria. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MARIGNONI, Gilberto. MEDEIROS, Juliano (Org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, Fundação Lauro Campos, 2017, p. 91-99.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo pela frente. In: GLLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 103-108.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo em crise**. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**. Análises conjunturais. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 87-116.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo: Edipro, 2017.

**A DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB ATAQUE:
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE FECHAMENTO POLÍTICO
NO BRASIL ATUAL**

Gilberto Grassi Calil

Apresentação

Passados nove meses do governo de Jair Messias Bolsonaro, no atual cenário político brasileiro é inegável a proliferação de constrangimentos às liberdades democráticas. Assassinatos de militantes sociais, lideranças camponesas, indígenas e ambientalistas, intimidação judicial, ameaças e agressões verbais e físicas, perseguições no espaço de trabalho e diversas outras ações confrontam diretamente as garantias democráticas. Há em diferentes setores um justificado temor com as nuvens carregadas que anunciam o acirramento da tempestade. É inegável que inúmeros militantes políticos e sindicais se sentem ameaçados e amedrontados, e não lhes faltam razões para isto. Mais ainda, as inúmeras disputas de poder no interior do governo vêm se definindo com o triunfo dos setores mais extremistas e sem compromisso algum com as garantias e liberdades democráticas.

Por outro lado, o governo Bolsonaro vem perdendo apoio popular, as fissuras no interior do bloco dominante crescem nitidamente, e suas tentativas em promover grandes manifestações de massa fracassaram rotundamente. As mudanças ministeriais e o discurso do presidente e de seu círculo mais próximo têm crescentemente explicitado sua opção por reforçar a identificação com o núcleo bolsonarista mais fiel, ainda que isto implique na perda de apoio de setores mais amplos e em crescentes dificuldades para a manutenção do apoio político institucional. A estratégia seguida implica em responder ao crescente desgaste aumentando a radicalização, o que abre perspectivas incertas.

Qual é a natureza deste processo? Trata-se de um processo de nítida fascistização? Ou da retomada dos mecanismos característicos do terrorismo de

Estado? Ou, ainda, de uma nova forma de fechamento político, nos moldes do que o historiador Felipe Demier tem proposto interpretar como instituição de uma “democracia blindada”? (Demier, 2017). Nossa hipótese aqui, apresentada em termos inconclusos e exploratórios, é que se trata de uma combinação de elementos característicos de cada um destes processos, em uma combinação que vem se definindo no curso do processo, ainda que de forma geral todos os vetores indiquem para o crescimento da repressão contra os movimentos sociais e setores populares.

Fascismo

Para que a categoria fascismo tenha utilidade na compreensão dos processos concretos, é imprescindível que se constitua com base em uma delimitação cuidadosa. Uma definição muito restrita, que reduza o fenômeno do fascismo a sua expressão italiana original, inviabiliza qualquer debate mais amplo em torno do conceito e, na prática, torna-o inócuo, reduzindo-o à designação simples de um processo particular. Por outro lado, uma definição excessivamente ampla, que trate indistintamente como fascismo as diferentes ideologias e movimentos de direita, retira a precisão do conceito e com isto esvazia seu potencial de análise. Como indica o historiador Demian Melo (2016) “é preciso pensar que o fascismo é uma direita bastante específica”, não se podendo utilizar o termo para remeter genericamente para quaisquer organizações de direita. No processo brasileiro, como lembra Melo, há uma tradição de movimentos e organizações estritamente fascistas, como a Ação Integralista Brasileira, o Movimento Anticomunista e o Comando de Caça aos Comunistas.

Em nosso entendimento, é possível esboçar uma delimitação sumária do fascismo com base em três elementos centrais, imprescindíveis para o estabelecimento do conceito:

1) um núcleo ideológico reacionário, constituído por elementos como anticomunismo, ultranacionalismo, antipolítica, elitismo, militarismo, armamentismo, culto da violência, mitificação do líder, misoginia, criação sistemática de inimigos, disseminação do ódio aos direitos humanos e defesa da centralização do poder político, concentrando poderes em torno do líder. A forma concreta com que tais elementos se combinam e seu conteúdo específico podem variar de um processo para outro. Por exemplo: é sabido que o nazismo se utilizou fortemente do antissemitismo no processo de criação de inimigos sociais, mas isto não significa que um movimento fascista tenha que ser necessariamente antisse-

mita. O caso do *Front National* francês (atualmente renomeado *Rassemblement National*) é emblemático, pois o antissemitismo que caracterizava a organização enquanto era dirigida por Jean Marie Le Pen foi substituído por uma política fortemente islamofóbica desde que Marine Le Pen assumiu sua presidência, sem que por isto a organização tenha se tornado menos fascista (Franco de Andrade, 2019). Ainda que atinjam alvos distintos, tanto o antissemitismo quanto a islamofobia, cumprem a função de criar inimigos sociais, a partir do que se constrói uma política de ódio que capitaliza os ressentimentos e frustrações e os converte em combustível para a mobilização política. Da mesma forma, os elementos utilizados na construção do anticomunismo, o conteúdo social e econômico (ou mesmo a ausência de conteúdo efetivo) do nacionalismo e os percursos para a construção da antipolítica assumem formas distintas de caso para caso. Portanto, não é razoável exigir que se apresentem sempre da mesma maneira para apenas assim reconhecer um movimento como fascista. O fundamental é o papel que em seu conjunto assumem.

2) uma base social recrutada sobretudo na pequena burguesia (urbana e rural) e nos diversos setores constituintes das classes médias. Neste ponto é imprescindível diferenciar o conteúdo social e econômico efetivo do fascismo – que uma vez instalado no aparato de Estado, corresponde aos interesses do grande capital monopolista –, com sua base social que é efetivamente pequena burguesia. O movimento fascista constitui-se a partir da pequena burguesia, alimenta-se de suas contradições e frustrações. Como apontava Wilhelm Reich (2001), a psicologia de massas do fascismo é essencialmente pequeno-burguesa. Citando o conto “O Povo dos Macacos” de Rudyard Kipling, Gramsci (2005, p. 32) ironizava a pequena burguesia “que acredita ser superior a todos os outros povos da selva, que acredita possuir toda a inteligência, toda a intuição, todo o espírito revolucionário, toda a sabedoria de governo, etc., etc”. Ao mesmo tempo, acrescentava que ao contrário de sua própria autopercepção, a pequena burguesia “se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado” (Idem, ibidem), o que explica precisamente porque ela se coloca a serviço da grande burguesia, ainda que não assuma isto explicitamente.

3) a mobilização destes adeptos no sentido da constituição de uma tropa de choque. Este último elemento é decisivo, pois distingue o fascismo de outros movimentos reacionários que preconizam a manutenção da ordem essencialmente pela desmobilização de seus adversários sem a necessidade de constituição de tropas de choque. Os movimentos fascistas constroem um aparato de repressão à margem do oficial, alimentam-se do culto da violência e dos discursos de ódio, defendem o armamentismo e, portanto, desafiam abertamente o monopó-

lio estatal da violência. A privatização e generalização da violência por parte das milícias fascistas é um elemento essencial de sua ascensão, e ao mesmo tempo incide no sentido da progressiva reconfiguração do regime político.

A construção dos inimigos sociais é imprescindível para a consolidação do fascismo e no seu discurso constitutivo é comum que ela se articule à pretensa oposição ao grande capital. No entanto, é fundamental ter clareza de que já na Itália e na Alemanha, “a crítica aos grandes grupos capitalistas era estritamente formal, todos os elementos centrais de sua ideologia, correspondem perfeitamente aos interesses do grande capital, ainda que sejam apresentados sob uma versão pequeno-burguesa” (Calil, 2005, p. 155). Compreende-se com isto um dos aparentes paradoxos do atual fascismo brasileiro (muito semelhante ao que já identificávamos em nossa pesquisa sobre o integralismo dos anos 1950 e 1960), que é a constituição de um discurso patriótico e ufanista, que se apresenta como sendo ultranacionalista, mas que na realidade não passa de uma construção discursiva voltada a esconder a absoluta ausência de conteúdo econômico e social nacionalista. Já no integralismo dos anos 1950 e 1960, e mais ainda no atual bolsonarismo, não restam quaisquer resquícios da defesa de políticas econômicas nacionalistas, o que é inteiramente compreensível quando observamos o caráter subordinado e dependente da grande burguesia brasileira. Ao contrário de Enéas Carneiro, que sustentava um fascismo com a pretensão de conduzir políticas econômicas nacionalistas voltadas à construção de uma superpotência (e que provavelmente por este motivo jamais tenha obtido qualquer apoio significativo por parte da grande burguesia brasileira), o bolsonarismo consolidou-se como movimento fascista de massas apenas depois que seu líder abandonou inteiramente os vagos discursos em defesa de algumas políticas nacionalistas que eventualmente proferiu como deputado. Sua completa renúncia a posições nacionalistas precede e torna possível o entendimento com os grupos econômicos dominantes. Desta forma temos com Bolsonaro um aparente paradoxo, de um presidente que se apresenta como ultranacionalista, como é característico do fascismo, mas comanda um governo explicitamente entreguista e submisso aos Estados Unidos nas diversas dimensões (econômica, cultural, geopolítica, simbólica, etc.).

Entendemos que na realidade não se trata de um paradoxo, mas de uma simulação necessária para compatibilizar, de um lado, as expectativas de seus seguidores, e de outro, os interesses da grande burguesia brasileira, inteiramente antagônicos a qualquer perspectiva efetivamente nacionalista. De resto, a experiência histórica indica que o fascismo na periferia do capitalismo, desde o pós-guerra, não mantém nenhum elemento consistentemente nacionalista, mas ao contrário, oculta sua perspectiva de subordinação econômica ao capitalismo es-

tadunidense através da instrumentalização primária do ufanismo mais tacanho, calcado na ênfase nos símbolos pátrios e cores nacionais, como já discutimos em outro momento (Calil, 2018).

É imprescindível distinguir três diferentes dimensões do fascismo: a ideologia, o movimento e o regime. Tomando em consideração os três elementos acima indicados, devemos reconhecer que a ideologia fascista precede sua conformação como movimento de massas, e mais ainda a imposição de um regime fascista. Configura-se basicamente a partir da adesão ao conjunto de elementos que constituem o núcleo ideológico reacionário do fascismo. Pode existir e se propagar, durante certo tempo, sem assumir a forma de um movimento fascista. A conformação de um movimento fascista representa um segundo passo, quando, para além do núcleo ideológico, temos a arregimentação ativa de um crescente conjunto de adeptos (que são majoritariamente oriundos da pequena burguesia e estratos médios) e, principalmente, a disposição para constituição de uma tropa de choque disposta a uma mobilização ativa e capaz de cometer atos violentos para imposição de seus objetivos. Finalmente, para o estabelecimento de um regime fascista é necessário que as instituições liberal-democráticas tenham sido inteiramente destruídas ou absorvidas e reconfiguradas. Mas este processo inicia antes da chegada do fascismo ao governo. Na Itália, já no início de 1921, se evidenciava uma escalada de atentados, agressões e crimes cometidos pelas milícias fascistas contra comunistas, sindicalistas, operários e camponeses, o que continuou ocorrendo de forma crescente até que, no final de 1922, Mussolini foi chamado a liderar o governo. Os ataques perpetuados pelo fascismo entre 1921 e 1922 contribuíram enormemente para a desmoralização e dissolução do regime liberal democrático vigente. Ainda assim, a chegada de Mussolini à liderança do governo não implicou em uma fascistização imediata do regime. Apesar do aumento das agressões e intimidações e da crescente articulação entre ataques promovidos pelas milícias com a repressão instituída desde o Estado, mantinham-se certas margens de liberdade de forma que em 1924 ocorreram eleições parlamentares, das quais participou o Partido Comunista Italiano (quando Gramsci foi eleito deputado). Foi entre o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteoti (maio de 1924) e a instrumentalização política do atentado sofrido por Mussolini em abril de 1926, que o regime fascista se consolidou, com a proibição completa de todas as organizações de oposição, dos comunistas aos liberais. Só então pode-se afirmar que o processo de fascistização do regime tinha se concluído.

Se avaliarmos o processo brasileiro atualmente em curso a partir destas observações, é possível compreender melhor o estágio em que estamos. Inicial-

mente, em termos de concepção ideológica, não pode restar qualquer dúvida acerca da integral identificação entre Jair Bolsonaro e o bolsonarismo e o núcleo ideológico reacionário que caracteriza o fascismo. Isto não implica de imediato que o bolsonarismo já se configure como um movimento fascista integralmente constituído, na medida em que para que isto se dê é necessário ter já constituído e consolidado organicamente uma tropa de choque. Entendemos que a intenção está claramente colocada e que houve sua explicitação em alguns momentos específicos, em especial durante a escalada de agressões ocorridas durante o período de campanha eleitoral de 2018, destacadamente no segundo turno. Finalmente, ainda que identifiquemos a profunda crise do regime liberal democrático e a progressiva afirmação de elementos fascizantes, não pode restar dúvidas de que atualmente não vivemos sob um regime fascista. Portanto, a distinção entre estes três níveis de análise possibilita estabelecer mediações mais cuidadosas e que identifique diferentes estágios de configuração do fenômeno do fascismo. Desta forma, o fato de que claramente não estejamos sob um regime fascista não nos autoriza a descartar por completo a existência de uma ameaça fascizante, sobretudo quando lembramos que a imposição de um regime fascista é sempre processual e que se inicia com a proliferação das agressões à esquerda e aos militantes sociais antes mesmo da tomada do governo e que prossegue por certo período depois disto.

É importante salientar a centralidade do militarismo, do armamentismo e do culto da violência no núcleo ideológico do bolsonarismo e a enorme importância que desempenham na mobilização de seus adeptos. Temos aqui um conjunto de elementos que reproduzem de forma caricata a experiência do fascismo italiano, caracterizado por Gramsci em 1921 como “a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola” (Gramsci, 2005, p. 46-47). Não se pode minimizar a relevância destes elementos na conformação do bolsonarismo, ainda que no atual estágio de sua organização não seja possível caracterizar a massa de seguidores do bolsonarismo como uma tropa de choque já plenamente constituída. A escalada de agressões e ameaças, bem como a disposição em vigiar e denunciar todas atividades tidas como “esquerdistas” são certamente indicadores de uma perspectiva e disposição mobilizadora. Mas não verificamos uma escalada crescente e sustentada de

1 Com o termo bolsonarismo, nos referimos ao núcleo ideológico mais próximo a Bolsonaro, integrado pelos seus filhos, pelo seu “conselheiro” Olavo de Carvalho e pelos ministros de perfil mais virulentamente ideológicos, como Ernesto Araújo e Abraham Weintraub. Tendo em vista que há a presença de figuras ligadas a outras vertentes da direita em seu governo, não o caracterizamos integralmente como fascista, ainda que não seja difícil perceber que os grupos mais fascizantes vêm ganhando espaço progressivamente.

ataques e agressões promovidas por milícias bolsonaristas. Ao contrário, comparando-se com o contexto de desenvolvimento das eleições de 2018, é possível admitir provisoriamente que os ataques, ameaças e agressões arrefeceram parcialmente, em grande medida pela desilusão de parte dos seguidores com a exacerbada incompetência e incapacidade política demonstrada pelo governo Bolsonaro. Um dado indicativo de grande importância é o fato de que nas três vezes em que buscou demonstrar forças mobilizando seus apoiadores - em 26 de maio, em 30 de junho e em 25 de agosto de 2019 - obteve resultados claramente frustrantes, reunindo bem menos manifestantes do que os protestos estudantis contra seu governo ocorridos a 15 de maio.

Não estamos indicando aqui que Bolsonaro perdeu sua base de apoio, mesmo que as pesquisas indiquem uma continuada diminuição dos índices de aprovação de seu governo. Para a imposição do fascismo, que conta com a intimidação e a violência, não é necessário contar com maioria social. O fato de que Bolsonaro cada vez mais claramente dirija seu discurso ao núcleo de apoiadores mais renhidamente fascistizado bem o demonstra. Um contingente minoritário (mas expressivo) pode ser suficiente para a imposição do fascismo, mas desde que esteja militarmente organizado e altamente mobilizado. Certamente Bolsonaro mantém apoio fiel de um núcleo intensamente fascistizado, mas seu ímpeto está momentaneamente arrefecido. A violência política é elemento incontornável do cenário atual, mas é promovida sobretudo por milícias e grupos paramilitares diretamente vinculados ao aparato repressivo, e, portanto, tem mais relação direta com as permanências do terrorismo de Estado, como indicaremos na sequência, do que propriamente com uma organização paramilitar de características estritamente fascistas. Assim, não pode restar dúvidas de que neste momento não vivemos sob um regime fascista, ainda que seja inteiramente imprudente descartar por completo o fascismo como possibilidade histórica.

Terrorismo de Estado

No processo histórico brasileiro, assim como de diversos outros países latino-americanos, não se conformaram historicamente regimes fascistas, mas sim ditaduras de Terror de Estado, que compartilharam com o fascismo um núcleo ideológico muito semelhante, mas estruturaram-se em uma dinâmica de funcionamento distinta. Embora tenham sido qualificadas por historiadores críticos como Agustín Cueva (1979) como fascistas, no contexto imediato das lutas de resistência, ou ainda, de forma mais mediada, como “fascistização sem fascismo”

(Fernandes, 1981, p. 31.), tais ditaduras são hoje melhor caracterizadas como ditaduras de Terror de Estado. Florestan Fernandes já se aproximava desta noção, em texto de 1971, quando afirmava que “esse fascismo oculto e mascarado fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a “normalidade constitucional” sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contra-revolução” (Idem, p. 31-32).

As ditaduras que assolaram os países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia) nas décadas de 1960 e 1970 foram instituídas a partir de um núcleo ideológico reacionário que compartilha as ideias centrais próximas ao fascismo, mas que as atualiza nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no contexto mais amplo da Guerra Fria². A DSN é marcada pela teoria da bipolaridade, que impõe um antagonismo irreconciliável entre o “mundo ocidental, cristão e capitalista” e o “mundo oriental, ateu e comunista”, não abrindo a possibilidade de qualquer posição que não a adesão absoluta e incondicional ao primeiro campo, e com base nesta divisão propõe uma guerra total, tornando legítimos todos os meios e formas de violência contra os que não se enquadram incondicionalmente. Como registrou Comblin: “A Segurança é uma coisa que pode ser obtida indiferentemente por meios violentos ou não. Isso não tem importância. Quem busca a Segurança não questiona os meios. Os “objetivos nacionais” são defendidos por todos os meios, indistintamente” (Comblin, 1980, p. 56).

No processo histórico latino-americano, as ditaduras de terror de Estado tiveram uma dupla função: de um lado, objetivaram destruir as resistências sociais empreendidas por movimentos populares fortemente organizados, interrompendo uma experiência histórica de avanço nas organizações e ascensão das lutas sociais, e de outro buscaram promover a passagem a outra etapa de desenvolvimento capitalista, liquidando qualquer resquício de um projeto nacional de desenvolvimento e impondo um modelo associado dependente ao capital internacional. Como indica o historiador Enrique Padrós:

Em síntese, as ditaduras militares e a DSN foram o instrumento de promoção e adequação (reenquadramento) de uma sociedade fortemente mobilizada pelos importantes e diversos projetos colocados na ordem do dia dos anos 60 – e que se expressavam no leque reformismo – revolução, às novas diretrizes da acumulação e reprodução do capital transnacional e seus associados locais (Padrós, 1996, p. 90).

A imposição da ditadura expressava a renúncia da burguesia brasileira em comandar um projeto nacional de desenvolvimento, optando por uma via de

² Ver a respeito Comblin (1980) e Martins (1986).

desenvolvimento associado-dependente, como já na época observou Ruy Mauro Marini (2000, p. 47): “a burguesia brasileira finalmente aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização rebaixando ainda mais o nível de vida popular e promovendo radical concentração de renda”. A conformação de uma burguesia multinacional associada e seu papel à frente do Golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu foi objeto da extraordinária pesquisa de René Dreifus (1981, p. 482), que concluiu que “o novo bloco de poder deu origem a uma elite orgânica”, a qual “expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados”. Percebe-se aí que a gênese das ditaduras de terror de Estado é claramente distinta a dos regimes fascistas: ainda que a conspiração tenha tido envolvido a mobilização de setores médios, o Golpe de 1964 não é produto de um movimento oriundo da pequena burguesia, mas das opções, da organização e da conspiração comandada pela grande burguesia associada, e isto determina em grande medida a dinâmica política da ditadura que se segue, incluindo a hipertrofia do aparato repressivo que sustentou o terror de Estado.

Uma diferença fundamental em relação ao fascismo é que as ditaduras de terror de Estado sustentaram-se fundamentalmente na imposição da passividade (obtida através da imposição do terror), renunciando a qualquer perspectiva de mobilização sistemática e permanente de seus apoiadores. A repressão é exercida por um aparato repressivo hipertrofiado e que se segmenta em uma estrutura legal e outra clandestina, que age à margem de qualquer limitação legal. Aqui não há lugar para o armamento de grupos de choque à margem do aparato de Estado, nem para a organização e mobilização ativa de apoiadores que promovam de forma privatizada a repressão política em concorrência com o terror imposto desde o aparato repressivo estatal. Mesmo organizações que embrionariamente expressavam esta perspectiva, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), mantinham vínculos nítidos com o aparelho repressivo estatal e para além disto, eram mantidas sob certos limites, não se convertendo de forma alguma em instrumento principal para a promoção da repressão.

Um elemento especialmente importante, por estar diretamente relacionado à emergência política da figura de Jair Bolsonaro, é constituído pelos grupos diretamente vinculados ao aparato repressivo, mas que não restringem sua ação a qualquer limite legalmente estabelecido. Dos grupos que promoviam a tortura e produziam os desaparecimentos nos porões da ditadura originaram-se os esquadrões da morte, organizações criminosas que agiam acobertadas pelo seu vínculo com o aparato repressivo e que estão na gênese das atuais milícias constituídas no âmbito das polícias militares. Estas milícias, que constituem espécie de

modernização dos esquadrões da morte, são um produto típico deste esquema, articulando a repressão política com a disseminação do terror de forma mais ampla contra as camadas populares. Ainda que ideologicamente tenha enorme proximidade ao fascismo, sua gênese histórica remonta ao terrorismo de Estado e sua origem ao aparato repressivo agigantado durante as ditaduras. Isto não encerra a questão: em que medida estas milícias, a despeito de uma origem ideológica distinta, podem desempenhar o papel de vértebra principal das milícias fascistas em constituição? Da resposta a esta questão pode depender a capacidade do bolsonarismo de se consolidar como movimento fascista.

Atualmente, não é exagero afirmar que a Doutrina de Segurança Nacional permanece como base ideológica compartilhada pela imensa maioria dos integrantes do aparato repressivo em suas distintas corporações. No período recente, foi revigorada e atualizada nos termos da Doutrina de Garantia de Lei e Ordem (GLO), que mantém os elementos centrais da DSN e os fortalece com novas justificativas. A GLO foi oficializada através de Decreto assinado por Dilma Rousseff em 2014, no contexto da repressão aos movimentos populares contrários aos gastos exorbitantes na Copa do Mundo. A liderança brasileira na agressão militar imperialista ao Haiti proporcionou aos militares extraordinária experiência de aprendizado relativo ao controle repressivo de populações (sobretudo em áreas populares periféricas situadas em morros, como demonstrou o massacre de Cite Soleil, em 2004). Não é casual o fato de que a maior parte dos militares integrantes do primeiro escalão do governo Bolsonaro tenha integrado as tropas de ocupação, a começar pelo General Augusto Heleno, primeiro comandante das tropas de ocupação e principal fiador do apoio militar ao presidente. Em termos análogos, também a imposição da Lei Antiterrorismo – cuja sanção foi praticamente o último ato do governo de Dilma Rousseff, poucos dias antes de seu afastamento – agrava e aprofunda este processo.

Finalmente, é necessário sublinhar que muitos dos elementos centrais do terrorismo de Estado puderam persistir em virtude da dinâmica política assumida pelo processo de transição dos anos 1980. A transição pelo alto, estabelecida a partir do planejamento de uma transição “lenta, gradual e segura” projetada pelos próprios ditadores, garantiu a absoluta impunidade aos agentes do terror de Estado e a permanência, em seus elementos fundamentais, do hipertrofiado aparato repressivo que agiu sob o terror de Estado. As políticas permaneceram militarizadas, os crimes cometidos por policiais militares seguem sendo julgados no interior da própria corporação e não houve qualquer processo de democratização das forças armadas, ao mesmo tempo que em termos mais amplos não há uma efetiva democratização do sistema judiciário e das cortes supremas, nem

regulamentação da mídia, e mesmo no que se refere de forma mais específica ao sistema político, as distorções no sistema eleitoral permaneceram grandemente vigentes. Isto tudo tornou possível que, em um contexto de ascensão conservadora e disseminação da ideologia do ódio que marca o bolsonarismo, tais setores pudessem voltar a se expressar abertamente, constituindo-se hoje em um dos seus principais pilares.

Democracia blindada

A democracia de baixa intensidade, que mantém os três poderes funcionando e preza pela manutenção das aparências democráticas ao mesmo tempo em que mantém em operação instrumentos de contenção contra as classes populares, parece a preferida das classes dominantes brasileiras, uma vez que comporta menos riscos e torna possível manter maior controle sobre o processo. Certamente a estabilidade e previsibilidade das instituições democráticas sob este formato é maior do que confiar o poder a uma liderança bonapartista ou abertamente fascista, muito mais imprevisível. Se no processo de transição dos anos 1980 sua intenção foi limitar o processo de democratização, no período atual, onde se coloca como objetivo central o desmonte dos direitos sociais e o ataque a um conjunto de garantias estabelecidas pela Constituição de 1988, a alternativa preferencial passa pelo gradativo fechamento do regime sem uma ruptura aberta. Nesta perspectiva, o objetivo central é impedir inteiramente o acesso dos setores populares aos mecanismos de participação política efetiva, mesmo aqueles tradicionalmente garantidos nas democracias burguesas, sem assumir a imposição de uma ditadura aberta.

Os precedentes históricos recentes remontam à ocupação do Haiti e aos golpes midiático-judiciário-parlamentares em Honduras e no Paraguai. O simulacro de normalização do Haiti sob ocupação militar desde 2004 e principalmente os golpes institucionais, perpetrados conjuntamente pelos poderes legislativo e judiciário e pelos grandes meios de comunicação em Honduras (2009) e no Paraguai (2012) são expressão desta perspectiva, e não é difícil observar a grande semelhança com o enredo desenvolvido durante o Golpe de 2016 no Brasil. No roteiro aqui seguido, há uma grande preocupação em manter a aparência de legalidade, o que diferencia claramente estes processos das ditaduras fascistas e do terrorismo de Estado. Interessa à classe dominante a manutenção do sufrágio universal e do funcionamento do Parlamento e do Judiciário, os quais tornam possível que administrem suas diferenças sem que isto produza grandes sobres-

saltos, e, principalmente, mantendo-as livres de qualquer participação popular expressiva, ao mesmo tempo que o caráter conservador e antipopular destas instituições é radicalizado.

Este processo, marcado pela progressiva restrição das liberdades sem uma ruptura política aberta, não constitui uma novidade histórica na América Latina. Se nos países do Cone Sul foi necessário impor o terrorismo de Estado para estabelecer uma nova dinâmica de desenvolvimento capitalista, em outros países do continente, isto foi feito dentro dos marcos institucionais vigentes. Foi assim na Venezuela entre 1958 e 1998, no México de meados dos anos 1960 ao menos até 2000 (mas não é absurdo considerar que isto perdura até recentemente), e é assim na Colômbia desde 1958. Na Venezuela, o pacto de Punto Fijo, celebrado em 1958 entre a Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) permitiu que por três décadas ambos se alternassem no poder, impondo políticas de subordinação aos interesses estadunidenses e alijando os setores populares, em um processo que só foi superado com a emergência do chavismo, que se seguiu à insurreição popular do *caracazo*, cuja repressão deixou aproximadamente 300 mortos. No México, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) abandonou as políticas nacionalistas de épocas passadas e igualmente impôs políticas desnacionalizantes, sustentadas em uma escalada repressiva, cujo ápice foi certamente o massacre na Plaza de Tlatelolco, que deixou em torno de 300 estudantes mortos em 1968 (Padros, 1998). Na Colômbia, o ponto de partida foi o pacto entre liberais e conservadores e, no contexto do enfrentamento às resistências empreendidas pelas FARC e pelo ELN, o aparato repressivo cresceu enormemente, dando origem a grupos paramilitares, como as Autodefesas Unidas de Colômbia (AUC). Desde então, a Colômbia é um dos países com maior índice de assassinatos de militantes de esquerda e líderes sindicais, populares, comunitários e defensores dos direitos humanos, sem que para que isto fosse necessária qualquer quebra institucional.

Ainda na década de 1980, referindo-se aos processos de transição pelo alto, Eduardo Galeano (1990, p. 73) registrava: “a realidade transpira violência. Violência invisível e violência visível. A que mata a balaços, sem processo nem sentença, e a que sem processo nem sentença assassina corpos por fome e almas por veneno”. Anos depois, James Petras observava que “os funcionários que foram absolvidos de seus crimes no passado estão livres para voltar a cometê-los”, e que “os organismos de inteligência e da polícia secreta responsáveis pelas torturas e desaparecimento mudaram de nome em alguns casos, mas graças à impunidade, têm liberdade para cometer novos crimes” (1999, p. 83). Petras então fazia uma previsão sombria:

Quando os regimes eleitorais tiverem perdido a sua utilidade política, como legitimadores da polícia e dos militares, quando já não puderem obter grandes empréstimos da Europa e dos Estados Unidos, quando se apavorarem diante da crise econômica e social, os militares apoiados pelas elites econômicas facilmente os colocarão de lado e procederão sem demora à reinstalação do terror de Estado (Idem, p. 83).

O processo recente permite sugerir que provavelmente não seja necessário que os militares retornem ao primeiro plano para que as limitações continuem sendo impostas, realidade que, aliás, parece confirmar a reflexão de Florestan Fernandes sobre a solidez da autocracia burguesa e sua impermeabilidade a qualquer transformação mais profunda. Ainda assim, as reflexões de Petras parecem sob medida para expressar o processo brasileiro atual:

Os sistemas de governo nos quais as grandes decisões econômicas e políticas, como sobre impunidade, são tomadas debaixo de ameaças e pressões de elites autoritárias não eleitas e não representativas, não podem ser considerados democracias pluralistas. Alguém já os denominou de “democracia restritas”. Eu prefiro chamá-los “regimes eleitorais autoritários, definindo-os a partir das instituições estatais que fixam as normas e as fronteiras para a ação política (Idem, p. 82).

Com o novo modelo de golpes midiático-jurídico-parlamentares, passamos a ter elites autoritárias não eleitas não apenas no conjunto dos aparatos repressivos, mas no próprio poder executivo, agravando e radicalizando a lógica denunciada. No conjunto destes processos, como se viu em Honduras, no Paraguai e mais recentemente no Brasil, os três poderes permanecem funcionando sem interrupção, mas ainda mais impermeáveis às demandas e reivindicações dos setores populares do que normalmente ocorre em democracias liberal-burguesas, nas quais são preservados certo espaço de negociação e a possibilidade de concessões pontuais. Parece-nos que este seria o enredo desenhado pelas classes dominantes para o Brasil: o roteiro estabelecido pelo grande acordo entre grupos econômicos e elites políticas previa que o processo deveria se completar em 2018 com a eleição de um representante típico da classe dominante³, e não com a de um ex-militar fascista e imprevisível que deixa seus aliados em pânico toda vez que faz um pronunciamento de improviso. Em todo caso, é inegável que elementos deste processo seguem marcando a conjuntura brasileira e hoje se expressam sobretudo na dinâmica dos poderes judiciário e legislativo.

3 Dentre os diversos candidatos a ocupar este papel, certamente o preferido da maior parte dos agentes do Golpe de 2016 era Geraldo Alckimin. O enredo só não se efetivou porque, a despeito do longo tempo em televisão e do farto financiamento de campanha, sua candidatura demonstrou-se eleitoralmente inviável.

Atualizando o debate conceitual que já ensejou designações como “democracia autoritária”, “democracia restrita”, “autocracia burguesa” e “regimes eleitorais autoritários”, o historiador Felipe Demier vem propondo a utilização do conceito de “democracia blindada”:

As democracias blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente **impermeáveis às demandas populares**. Ademais, guardando uma autonomia quase absoluta em relação aos processos eleitorais e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais e agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante (Demier, 2017, p. 40).

Se as classes dominantes tivessem completo controle sobre o processo histórico, muito provavelmente a situação se estabilizaria com um regime constituído nestes marcos. No entanto, a mobilização necessária para desencadear o Golpe de 2016 colocou em movimento forças que fugiram de seu controle, produziram um novo movimento político – o bolsonarismo – e levaram à presidência um sujeito que certamente não era o candidato dos sonhos destes setores. Não tanto pela sua incompetência e limitação intelectual, mas sobretudo por estar demasiadamente vinculado a suas bases sociais pequeno-burguesas fascistizadas cujos anseios dificultam enormemente imprimir maior racionalidade ao processo de dominação e à condução da economia brasileira.

Um cenário em aberto

Qualquer observação com pretensão conclusiva aqui será demasiado arriscada. Como bem sabem os historiadores habituados à história imediata, a tentação de realizar previsões deve ser evitada, sob o risco de rápida invalidação do texto. O que podemos indicar aqui é a existência de algumas tendências e possibilidades que se inscrevem em um cenário em aberto e que pode ser rapidamente modificado por fatores diversos como a intensificação da crise econômica, os conflitos no interior dos setores dominantes e, sobretudo, a intensificação das mobilizações de resistência dos setores subalternos.

Embora combinando elementos dos três projetos sociais mencionados (Fascismo, Terrorismo de Estado e Democracia Blindada), que se confrontam sobre os resquícios da moribunda Nova República e das liberdades democráticas estabelecidas na Constituição de 1988, observamos que na conjuntura atual, a

dominância é do projeto de consolidação de uma democracia blindada, ainda que não se possa minimizar a relevância da explícita tentativa de radicalização política impulsionada pelo presidente, que recoloca permanentemente concepções e metodologias características do fascismo e do terrorismo de Estado. Temos assim, até aqui, como processo geral, uma reconfiguração restritiva da democracia, que mantém em funcionamento o Parlamento, as instituições judiciárias e os processos eleitorais, mas radicaliza mecanismos de controle e exclusão. Elementos embrionários de uma tropa de choque fascista (que não se desenvolveram plenamente até o momento) e o forte peso da hipertrofia do aparato repressivo, inclusive organizada na forma de organização criminosa (milícia e grupos de extermínio), complementam o quadro e alertam para a necessidade de considerar diferentes cenários no desenvolvimento deste processo.

Embora seja evidente que não vivemos atualmente sob um regime fascista, a ascensão do bolsonarismo coloca em evidência elementos claramente fascizantes. É importante salientar novamente que na experiência histórica, a constituição de um regime fascista não é algo imediato e repentino, mas que é imprescindível a intervenção de grupos militantes constituídos como tropa de choque. As marcas do Terrorismo de Estado são inegáveis, destacando-se a continuidade do aparelho repressivo viabilizada pela transição pelo alto e proclamada em explícitas afirmações de Bolsonaro. O processo geral é de uma reconfiguração restritiva da democracia, que mantém em funcionamento o Parlamento, as instituições judiciárias e os processos eleitorais, mas radicaliza mecanismos de controle e exclusão, ainda que incorporando elementos típicos do fascismo e do Terrorismo de Estado.

Referências

CALIL, Gilberto. **O Integralismo no processo político brasileiro** - O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2005.

CALIL, Gilberto. “Pode o fascismo ser neoliberal?” **Esquerda OnLine**, 2018. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/25/pode-o-fascismo-ser-neoliberal-um-precedente-do-integralismo-brasileiro/>

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CUEVA, Agustín. **Teoria social y procesos políticos en America Latina**. Mexico, Edicol, 1979.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FRANCO DE ANDRADE, Guilherme Ignácio. **Disputas geracionais no Front National (Ressemblément National)**: a modernização reacionária de Marine Le Pen (2007-2015). Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2019.

GALEANO. Sobre a necessidade de ter olhos na nuca. In: **A descoberta da América (que ainda não houve)**: Crônicas. 2ª edição. Porto Alegre: EdUFRGS, 1990.

GRAMSCI, Antonio. “Socialismo e Fascismo”. In: **Escritos Políticos**. Volume 2, 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **A Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Roberto. **Segurança Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1986. 82p. Coleção “Tudo é História”.

MELO, Demian. “Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje”. **Blog Junho**, 2016. Disponível em <http://bit.ly/2fBAKhK>

PADRÓS, Enrique. Ditaduras militares e neoliberalismo: Relações explícitas nos descaminhos da América Latina. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, FAPA, mar. 1996.

_____. De Berkeley a Tlatelolco: o 68 nas Américas. In: PONGE, Robert (Org.). **1968: O ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

PETRAS, James. Democracia e amnésia política no ocidente. In: **Armadilha liberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. XVIII.

HISTÓRIA PÚBLICA: UM DESAFIO DEMOCRÁTICO AOS HISTORIADORES

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Este texto tem como objetivo apresentar um panorama sobre os debates relativos à história pública, num convite para pensarmos suas contribuições e potencialidades para as práticas historiográficas, a educação histórica e suas relações com o tempo presente. Oportunidade, também, para refletirmos sobre a importância de quem somos como intelectuais e de como afetamos nossa própria história a partir de nosso ofício. Não pretendo sugerir que a história pública seja solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social, mas apenas fazer uma introdução e chamar à reflexão todos aqueles e aquelas que pretendam desencilhar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público, além de arriscar-se ao uso mais persistente das novas tecnologias de comunicação.

Observamos, cada vez mais, a apropriação social de novas tecnologias a partir de opções individualizadas sobre o que ver e ouvir, e também sobre o narrar histórico. Fronteiras narrativas foram rompidas há tempos, assim como a circulação mais veloz de informações tem facilitado e também confundido a produção e o acesso ao conhecimento histórico, transformando os sujeitos em espectadores, clientes, produtores e consumidores de “produtos históricos”. As ondas e as redes de comunicação que promovem os usos do passado nunca foram tão dinâmicas e passam a concorrer com o tempo mais lento e necessário do historiador, tirando dele certa exclusividade sobre o fazer historiográfico.

Constatar esse aspecto não quer dizer que narrativas orais, escritas, imagéticas e virtuais não estivessem há tempo sendo produzidas fora da universidade. Porém, a multiplicidade e a velocidade com que isso tem sido feito nas últimas décadas coloca-nos em posição de atenção, prontidão e de necessária reinvenção.

Não é a toa que as discussões em torno da história pública tenham ganhado dimensões cada vez maiores e mais intensas, ampliando espaço e ocupando a agenda de historiadores preocupados com os debates do tempo presente.

É preciso salientar que, em especial no Brasil, estamos todos tomados por certo sentimento de constrangimento e mal estar diante de inúmeros discursos que fazem uso do passado, estrategicamente, para abrigarem interesses de setores conservadores, a fim de legitimarem sua posição política e social em meio a situações de conflitos, violências e desigualdades que se agravam. Discursos que procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-os das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada “verdade” ou “honestidade” histórica. Assim, por meio de redes públicas virtuais e pelas mais diversas formas de difusão, promovem a desqualificação do conhecimento produzido a partir do acúmulo conflituoso de saberes e da objetividade científica na Academia, nomeando-o de “doutrinário” a fim de colocarem-se em seu lugar como legítimos.

Para compreendermos este movimento voltado à possibilidade de se produzir conhecimento histórico em outros espaços e por outros agentes fora das universidades, é necessário que atentemos, também, para a dinâmica que envolve o tempo no qual estamos inseridos e as demandas que emergem no cenário político e social. Pensar novos formatos e novos lugares de se produzir conhecimento nunca foi novidade. Quando as primeiras discussões sobre história pública ganharam maior visibilidade, muitos profissionais questionaram sobre o significado de se trazer à tona algo que, aparentemente, seria parte do próprio ofício do fazer historiográfico e do ensino de História. Afinal, não seríamos todos historiadores públicos ao divulgarmos a história?

No entanto, a produção de conhecimento histórico fora dos parâmetros científicos e fora da Academia sempre foi olhada com certo desdém e desqualificação – talvez “uma coisa menor” – acostumados que sempre fomos a acreditar que monopolizávamos os métodos, as técnicas e a escrita da história, e uma vez que éramos mais preparados para pesquisar, registrar e analisar os acontecimentos. E, de fato, talvez sejamos, mas nunca fomos os únicos a fazer este exercício. Nas últimas décadas, assistimos ao avanço cada vez maior das tecnologias de comunicação, em especial das mídias virtuais; somos tomados pela pressão política de grupos plurais demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história, narradas na primeira pessoa e não mais por outros. Somos deslocados de certo conforto diante de uma temporalidade que exige ações rápidas frente à grande quantidade de informações (muitas

vezes equivocadas ou falseadas) e respostas imediatas a elas. Tudo isso exige um movimento de apropriação de métodos e meios que, ao mesmo tempo em que facilitam a multiplicidade de narrativas e o acesso a elas, podem produzir simplificações, confusões e até mesmo manipulações ideológicas e políticas sobre os usos do passado.

Descobrimos, alguns abismados, que os usos do passado – e também do presente – tornaram-se estratégicos para convencer sobre a relatividade e/ou multiplicidade de verdades que se colocam nos inúmeros espaços públicos, muitas vezes para valorizar histórias, relembrar, celebrar e também fazer esquecer, desqualificar, marginalizar e excluir. A história e a memória tornaram-se, recentemente com maior intensidade, campos de disputas acirradas, colocando os historiadores numa posição por vezes incômoda que exige atenção e revisão de uma postura restrita, elitizante e distanciada do público mais amplo, seja como audiência ou como agente histórico. Sônia Meneses, uma historiadora das comunicações, aponta para este descompasso entre a produção da Academia e sua aproximação com o público que perdurou no Brasil e que, agora, começa a se transformar:

Muito embora tenhamos avançado no processo de construção do conhecimento histórico, alguns velhos problemas pareciam permanecer, tais como o lento e desigual processo de divulgação dessa produção para o grande público, as disputas em torno do ensino, o relativo distanciamento das produções mais inovadoras relativamente ao universo escolar, a dificuldade de adequação das licenciaturas em história no Brasil (ainda bastante bacharelescas). Destaca-se também a pouca inserção das obras dos historiadores no mercado editorial brasileiro, no qual ainda predomina a imagem de que a obra de história não vende ao grande público porque é rebuscada, carregada de informações enfadonhas e feita apenas para uns poucos pares (Meneses, 2018, p. 160).

Meneses aponta para a emergência do posicionamento ativo dos historiadores e da interação maior com o público, com a finalidade de produzirmos formas mais democráticas de elaboração e de aprendizado histórico, imersos que estamos num tempo ao qual precisamos responder numa velocidade que nos desconcerta. Tempo que exige de nós maior movimento, atenção e criatividade em nossas formas de lidar com a história, sem que isso signifique abrir mão dos pressupostos científicos. O desafio que se coloca é o de nos propormos não mais a “traduzir” a história a um público passivo, tratado apenas como audiência, mas nos relacionarmos com o mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes. Sobre este desafio é que pretendo falar neste capítulo.

Os debates sobre história pública: um breve histórico

A história pública tem sido entendida, conceituada e apresentada de formas diferentes nos países que a praticam e pensam sobre ela como desafio. Nos Estados Unidos, como afirmaram Jurandir Malerba (2014) e Ricardo Santhiago (2018), foi defendida como processo de formação e ação, diante da crise de empregabilidade que atingiu o país nos anos 1970, e cresceu baseada na ideia de que os historiadores poderiam/deveriam atuar em espaços públicos que extrapolassem a Academia como modo de se inserirem no mercado profissional mais amplo. Segundo Bruno Leal Carvalho (2017), o conceito de história pública passou a ser empregado nos Estados Unidos em 1976, pelo historiador Robert Kelley, o fundador da revista *The Publican Historian*, com apoio do *Oral History Institute* e o patrocínio do *National Council on Public History* (NCPH), organização interdisciplinar criada em 1979.

Robert Weible (2006), ex-presidente do *National Council on Public History* (NCPH) e curador-chefe do Museu do Estado de Nova York, descreveu-a como um conjunto de procedimentos voltados ao desenvolvimento do conhecimento histórico para além dos muros da universidade: nos lugares históricos de preservação da memória, como arquivos e museus, em projetos de história da comunidade, em agências governamentais, ou em empresas privadas. Desta forma, procurando atender a um potencial de mercado e ampliar espaços de ação pública dos historiadores, a história pública foi entendida como a possibilidade de se trabalhar em acervos, arquivos públicos, museus, bibliotecas, centros comunitários, memoriais, além de voltar-se a uma produção de entretenimento, fazendo usos das televisões, rádios, cinema e internet e ampliando audiências para a História. A partir dali, uma ampla rede de instrução técnica daria suporte ao historiador para atuar em processos de divulgação pública da história, dando origem ao que foi chamado de “historiador público”:

Desde o final dos anos 1990, nos Estados Unidos, a *Public History* encontra-se institucionalizada dentro das universidades. Em 1996, o *National Council on Public History* (NCPH) já arrolava mais de cinquenta programas de pós-graduação (*graduate studies*, nosso *Stricto Sensu*) voltados, em geral, para cursos principais em História e Administração Pública com habilitações em áreas como História Oral, Administração de Arquivos, Planejamento Urbano e História Ambiental (Malerba, 2014, p. 30).

Como apontou Malerba, a concepção estadunidense compreendia – e compreende – a necessária formação do profissional acadêmico por certa especializa-

ção, de maneira a inserir-se nos debates públicos e apresentar à grande audiência leiga uma história “popularizada”, “traduzida” em termos não exclusivamente acadêmicos. Assim, o historiador público se definiria e se diferenciaria dos demais historiadores tendo em vista algumas características, tais como: 1) a experimentação de novas fontes e de novas abordagens; 2) a comunicação com vários públicos; 3) o trabalho em equipe; 4) os vários meios empregados para difundir o conhecimento e 5) o não confinamento temático de suas pesquisas e experimentações (Newell, 2013 apud Carvalho, 2018, p. 151).

Para os historiadores italianos a *Public History*, como assim nomeia a Associação Italiana (AIPH), é percebida como um campo das ciências históricas, uma nova área de pesquisa e ensino universitário que visaria preparar historiadores para atividades voltadas com e para diferentes públicos, seja nas escolas, bibliotecas, nas indústrias de turismo e cultura. Isso exigiria, também, a formação para uma história aplicada fora da universidade, às vezes chamada de “terceira missão”, além do ensino e da pesquisa que, segundo a Associação, manteria vínculos com a tradição historiográfica italiana:

Em nosso país, existem muitas instituições culturais que podem se orgulhar de uma longa atividade de compromisso civil e práticas históricas em público e com as comunidades locais e que contribuíram para inovar com originalidade as formas de comunicação do conhecimento histórico. Na Itália, também é essencial que a história pública seja a lição dos historiadores orais - com reflexões sobre o conceito de “autoridade compartilhada”, sobre o valor das memórias individuais e coletivas e sobre os processos de sua construção - e sobre a micro-história, que inovou profundamente historiografia a partir do estudo das realidades territoriais circunscritas (tradução nossa)¹.

O estadunidense Gerald Zahavi (2011, p. 53), por sua vez, afirma que a história pública seria “uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo e que ainda estão se desdobrando”. Para ele, é um campo sofisticado e variado de atuação, e a profissionalização do histo-

¹ *Esplicito è il riconoscimento e il legame con importanti tradizioni italiane. Nel nostro Paese molte sono le istituzioni culturali che possono vantare una lunga attività di impegno civile e di pratiche di storia in pubblico e con le comunità locali e che hanno contribuito a innovare con originalità le forme della comunicazione del sapere storico. In Italia sono inoltre imprescindibili per la public history sia la lezione degli storici orali – con le riflessioni sul concetto di “autorità condivisa”, sul valore delle memorie individuali e collettive e sui processi della loro costruzione – sia quella della microstoria, che ha innovato profondamente la storiografia a partire dallo studio di circoscritte realtà territoriali. Infine, non si può dimenticare l’esperienza peculiare dell’Italia nella gestione e valorizzazione di un patrimonio storico, archivistico, artistico, architettonico, paesaggistico e archeologico unico nel mondo. (Il Manifesto della Public History italiana).* Disponível em <https://aiph.hypotheses.org/3193>

riador público não deveria deixar de lado três grandes dimensões: a comemoração, a educação e o ativismo. Estas últimas foram compreendidas por Raphael Samuel, na Inglaterra dos anos 1960/70, como fundamentais para se atender a projetos sociais, para mediar e contribuir na organização de saberes locais de grupos que emergiam em sua luta, como as feministas e os movimentos negro e operário ingleses. Por meio da criação do *History Workshop Journal* e de um Mestrado em história pública, manifestava-se a preocupação com a memória popular e a arte visual; defendia-se a produção e a publicização de uma história comunitária, envolvendo professores universitários, *family historians*, trabalhadores e curadores de patrimônio (Liddington, 2011, p. 41). Procurava-se, enfim, um fazer historiográfico mais democrático, que trouxesse a história para a arena pública e para o debate sobre justiça social, valorizando os saberes e fazeres do chamado “homem ordinário”, não apenas como audiência, mas também agente da escrita da história.

Em sentido semelhante ao inglês, Jill Liddington afirma que na Austrália a história pública nasceu mais tardiamente e em contraposição à preocupação predominante com a estabilidade empregatícia dos historiadores estadunidenses. Mostrou-se mais engajada e militante, questionando como adquirimos nosso senso do passado e revendo posicionamentos em relação a ele, no caso a própria história de conquista dos colonizadores europeus sobre os nativos e a exploração dos operários:

Na Austrália, a história pública engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias – mais controvertidamente como ‘historiadores na linha de frente’ em Sidney, entrando no tribunal, subindo sem medo no banco de testemunhas, submetendo-se a arduos interrogatórios pelos conselheiros da cidade, para defender e preservar subúrbios industriais da classe trabalhadora tradicional – literalmente na linha de frente (Liddington, 2011, p. 38).

Como afirmou Ricardo Santhiago (2018, p. 288), e como procurei demonstrar aqui brevemente, as possibilidades de entendimento e de procedimentos da história pública são muitas e estão na ordem do dia como necessidade do tempo presente. Em países europeus anglo-saxões e nos Estados Unidos ela tem se constituído num campo acadêmico e de disputa “no qual estão em jogo postos de trabalho, oportunidades de publicação, posições em associações científicas e culturais, verbas de financiamento à pesquisa, marcadores de reputação e prestígio”. Sobre a América Latina, em especial o Brasil, Jairo Antonio Melo Flórez afirma que a história pública impulsiona os historiadores a buscar caminhos mais ativos a fim de aplicar seus conhecimentos, embora não seja ainda uma prática alargada nos países latinoamericanos:

Na América Latina a história pública se bem que seja praticada por muitos historiadores, não é um campo reconhecido pela academia, ou pelo menos isso se evidencia pela completa ausência de programas acadêmicos (...) Na atualidade é o Brasil quem vem avançando em um processo de discussão e difusão da história pública que busca antes de tudo consolidar diversos núcleos em torno do tema no país, impulsionados principalmente pela Rede Brasileira de História Pública fundada em 2012 (Flórez, 2014, p. 76, tradução nossa)².

Aos poucos, a história pública vai ganhando definições e práticas, de acordo com os contextos, interesses, culturas, movimentos e tensões que remetem, cada vez mais, a exercícios mais inovadores de produção e de difusão história. Mais do que isso, de compartilhamento e de enfrentamento a tentativas de revisionismos, censura e negacionismos de toda forma, como o que vem acontecendo no Brasil. A história pública, que ganha força e se amplia com a Rede Brasileira tem se configurado num dos caminhos que revelam o compromisso para se responder a debates, lutas e ameaças que se fazem vivas e urgentes no tempo presente.

A Rede Brasileira de História Pública

Os debates sobre história pública tiveram início no Brasil, com maior intensidade, no ano de 2011, quando foi desenvolvido o Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo. Ali, diferentes historiadores e outros profissionais se reuniram para falar sobre projetos, conceitos e também procedimentos que passavam a colocar os pesquisadores, cada vez mais, em relação com espaços e públicos distintos da Academia. Não significava, no entanto, que a expressão fosse novidade, uma vez que práticas voltadas à dimensão do público já aconteciam entre pesquisadores, professores e outros intelectuais preocupados com a ampliação e a democratização da elaboração e da divulgação da memória e da história.

Nos debates realizados, evidenciou-se a enorme gama de possibilidades de ações dos historiadores nos estudos e projetos com audiovisual; no gerenciamento de coleções históricas e estudos arquivísticos; em práticas curatoriais; patrimônio material e imaterial; museus e memoriais; memórias institucionais e comunitárias; história digital; estudos de locais comemorativos e de ativismo;

2 En América Latina la historia pública si bien es practicada por muchos historiadores, no es un campo reconocido por la academia, o por lo menos eso evidencia su completa ausencia de los programas académicos. (...). Em la actualidad es Brasil quien viene avanzando em um processo de discusión y difusión de la historia pública que busca ante todo consolidar diversos núcleos em torno al tema em dicho país, impulsionados principalmente por la Rede brasileira de História Pública fundada em 2012.

história oral; intervenções em escolas e associações etc. Em especial, os trabalhos com história oral, já desenvolvidos por boa parte dos profissionais presentes no evento realizado em 2011, apontavam e favoreciam o caráter dialógico e público das memórias e histórias, colocando em evidência a necessidade de reflexão com diferentes temporalidades entrecruzadas e vivas e o posicionamento cada vez mais comprometido do ofício dos historiadores com a multiplicidade de sujeitos voltados, inclusive, à disputa por políticas públicas. A história oral não estaria, necessariamente, associada à história pública, mas teria facilitado o reconhecimento da importância deste vínculo para o tempo presente. Exemplo pioneiro dessa discussão foi o de José Carlos Sebe Bom Meihy (1992), ao tratar do suicídio entre os Kaoiwá, no Mato Grosso do Sul, muito antes do encontro na Universidade de São Paulo, quando o pesquisador apontava para o compromisso do historiador com o registro e a análise de seu próprio tempo, tão emaranhado de experiências diversas e de passados vivos e traumáticos. Preocupado em escutar, registrar e publicizar as memórias dos indígenas, ele defendia, naquele momento, uma história-escuta, uma história-denúncia, uma história-acolhimento; enfim, uma história pública de intervenção social em busca de políticas públicas de reparação. Sobre a origem e o valor desse movimento, ao mesmo tempo acadêmico e político, de vínculo entre a história oral, a história pública e o tempo presente, também apontou Ana Maria Mauad:

a sua origem nos debates metodológicos sobre história oral, um dos domínios em que a escrita da história tem enfrentado desafios significativos associados à questão do tempo presente e da contemporaneidade do fato histórico; da subjetividade do relato face à demanda por objetividade do conhecimento; sobre a autoridade de quem fala sobre a memória dos outros; sobre as questões relacionadas ao estatuto de verdade do conhecimento apoiado na produção fontes, etc. (Mauad, 2016, p. 155).

Desde aquele evento na Universidade de São Paulo muito se caminhou no Brasil: a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), em 2012, a realização de eventos nacionais e internacionais (indo para sua 5ª. versão, em Porto Alegre, no ano de 2020) e a produção de livros - *Introdução à História Pública* (Almeida; Rovai, 2011), *História Pública no Brasil* (Almeida; Mauad; Santhiago, 2016); *História Pública em Debate* (Almeida; Meneses, 2018); *Que história pública queremos* (Borges; Mauad; Santhiago, 2018) e *História Pública e divulgação histórica* (Carvalho; Teixeira, 2019) - além de inúmeras mesas de debate, palestras e criação de disciplinas de graduação e pós-graduação - demonstraram e continuam a dar provas do imenso potencial intelectual e político que esta temá-

tica tem para nos mobilizar em torno da criação de ferramentas de trabalho, de diálogo interdisciplinar constante e da ponderação sobre eles no tempo presente.

As observações sobre história pública no Brasil têm ultrapassado a ideia de formação técnica do historiador como um profissional da Academia atuando fora dela, embora não se tenha ignorado ou recusado a pensá-lo e formá-lo. Recentemente assistimos a criação de Mestrados e concursos em história pública em universidades como as federais do Paraná (UFPR) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras. Porém, este movimento no Brasil evidencia a preocupação cada vez maior com os procedimentos e processos de produção e publicação da história, com questões como a autoria compartilhada e com modelos participativos de se fazer história (Santhiago, 2018), reconhecendo agentes além da exclusividade acadêmica e problematizando as redes de discursos sobre o passado e o tempo presente.

Desde 2011, quando ocorreu o curso de Introdução à História Pública na Universidade de São Paulo, as práticas e ponderações em torno deste conceito amplo e muitas vezes escorregadio, têm se configurado como preocupação sobre o nosso lugar e o nosso papel como profissionais do ofício e os diversos públicos. Diante de tantas reivindicações sociais do presente pelo direito à memória, à história e às inúmeras identidades, somos chamados a nos posicionar e reinventar, pensando formas de transformarmos as tecnologias e, mais do que isso, as comunidades, em nossas aliadas na escrita, na divulgação e na apropriação da História. Desta forma, o convite aos historiadores tem sido o de ponderarmos sobre questões que valorizem as experiências já realizadas, a reelaboração da ciência articulada mais estreitamente com os sujeitos coletivos e o diálogo com outras narrativas que emergem continuamente nas mais diferentes redes de comunicação. Portanto, como afirmou Benito Schmidt (2018, p. 18), o conceito de história pública “veio depois da coisa, mas também ajudou a criar a coisa, visibilizando seus contornos e características e conformando nossas experiências” como desafio constante, seja por meio de congressos, publicações e disciplinas nos cursos universitários, seja por projetos coletivos de educação histórica.

Imersos em meio a tensões sociais e identitárias e a revisionismos do senso comum, tornou-se emergencial problematizarmos as estratégias dos usos públicos da história, dos públicos como audiência e agentes da produção e divulgação e dos processos de mediação e compartilhamento. Como Santhiago (2016, p. 29) apontou, é preciso ter claro algumas dimensões de nosso trabalho, nos perguntando sobre quem pode ou deve fazer história pública e levando em conta seus diferentes engajamentos entrecruzados: a história feita para o público, priorizando a ampliação de audiências; a história colaborativa e de autoria comparti-

lhada, feita com o público; a história feita pelo público de maneira não institucional; e as reflexões sobre a história e o público. Mais do que isso, entendo que é preciso nos perguntarmos sobre as razões e as finalidades para a sua realização: afinal, para que e a serviço de quais interesses e grupos fazemos história pública?

Nesse sentido, as relações da história pública com as intencionalidades mercadológicas também se tornam uma preocupação do historiador. Até que ponto a ideia de divulgação da história deve se submeter – ou se é que deve – ao mercado editorial ou de entretenimento, de forma a atingir uma escuta mais ampla, sem correr os riscos da simplificação grotesca dos processos humanos? De que maneira podemos nos inserir nas redes de comunicação e nas comunidades diversas para sensibilizar, promover a participação ativa e colaborar para a consciência histórica?

Considerando a especificidade brasileira, Santhiago e Mauad não definem a história pública com um campo disciplinar, diferentemente dos historiadores públicos estadunidenses assim chamados por Weible ou Kelley. Estes últimos mais preocupados com a formação técnica de historiadores para intervenções objetivas em espaços públicos defenderam a criação de um campo disciplinar e profissional voltado à ocupação de postos de trabalho e à produção e divulgação de certos produtos e ações a uma grande audiência. Sem desconsiderar esta ocupação, mas ampliando o conceito, Santhiago define a história pública

como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. Não é, portanto, sugerida necessariamente dentro de uma chave prospectiva; para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria deflagradora de um exercício de retrospectão (Santhiago, 2018, p. 294).

Mauad, ainda, procura entendê-la como uma plataforma de observação, definindo-a como uma “atitude historiadora” disseminada em diferentes espaços públicos, instituições e comunidades; ou seja, “a tomada de posse do passado comum como material para dar sentido ao presente e situar-se no fluxo do tempo futuro”, promovendo o entendimento sobre as apropriações e usos coletivos do passado (Mauad, 2018, p. 228); o mesmo exercício de retrospectão apontado por Santhiago. Ao contrário dos países anglo-saxões e dos Estados Unidos, no Brasil a história pública se vinculou, também, às pesquisas não acadêmicas e partiu de uma “problematização dos usos públicos da história, da história e seus públicos e das histórias compartilhadas entre públicos” (Mauad, 2016, p. 154).

Mais do que um campo de estudos (e ela também o é), é possível entendê-la como um movimento em relação à prática historiadora (Mauad, 2016) que não pressupõe um conjunto estável de técnicas a serem absorvidas e colocadas em prática, mas um movimento reflexivo permanente para compreender, colocar em discussão e reconstruir narrativas acerca do passado - e também do presente - e ações na arena pública, estas sempre entendidas em disputa e em relações de tensão e interesse.

A história pública leva a história científica às grandes audiências e abre a Academia para novas narrativas e saberes; também procura constituir “comunidades de escuta” e “historiadores públicos” nas coletividades diversas. Abre-se ao aprendizado diante das narrativas dos chamados “historiadores locais”, sem negligenciá-los ou estabelecer hierarquias, num encontro de saberes que deve permitir, humilde e coletivamente, a democratização do fazer histórico e historiográfico. Amplia-se quanto aos procedimentos, os espaços, as formas e os públicos: ela ganha não apenas sentido teórico-conceitual, mas prático, colaborando para o registro de inúmeras vozes, para confronto de oposições, para a mediação na resolução de problemas sociais e litígios legais (por meio dos testemunhos orais e documentos antes não considerados), para o debate em torno do patrimônio e de questões identitárias, para a construção de arquivos empresariais, de museus comunitários, numa gama tão grande de possibilidades que considera, mas dinamiza e ultrapassa, a textualidade historiográfica.

História pública por que e para quê?

Em tempos tão tensos e intensos, os trabalhos relacionados à história pública colocam questões necessárias aos historiadores, como a pergunta sobre para que, para quem e com quem pretendemos desenvolver nosso ofício, “concorrendo” com outras narrativas num processo em que os “fornecedores do passado para as grandes audiências ignoram os historiadores por sua conta e risco” (Liddington, 2011, p. 50). No Brasil, assistimos ao avanço de argumentos de desqualificação dos historiadores e do conhecimento por anos acumulados; questionamentos que colocam em dúvida os métodos historiográficos e a seriedade e validade da ciência histórica. Recentemente fomos assombrados pela circulação nas redes virtuais de “dossiês” desmerecendo historiadores ligados aos estudos sobre gênero e sobre a ditadura civil-militar, numa clara batalha de narrativas sobre o passado e diante da qual a Associação Nacional de História (ANPUH) posicionou-se em repúdio³.

3 Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5523-anpuh-brasil-nota-de-repudio> - acesso em 20 de novembro de 2019.

Autores como aqueles relacionados a esses falsos dossiês buscam desmerecer intelectuais e sua produção, com a finalidade de defender a existência de “historiadores independentes”, ou um “Brasil paralelo” ou, ainda, uma “história politicamente incorreta”; num processo revisionista perigoso que trata de dissolver a fronteira entre conhecimento científico e o senso comum, num projeto político conservador, embora se apresentem como portadores da “neutralidade”. Esta estratégia tem se apresentado como um grande desafio para nós, historiadores, nos chamando à arena pública para nos posicionarmos e nos desencastelarmos, marcando o compromisso com a defesa da ciência histórica presente nos mais diferentes espaços.

É preciso que se persista na ideia de que a simples ampliação do acesso e da divulgação às inúmeras narrativas sobre o passado, e também sobre a história do tempo presente, não se configura como “fazer história pública”, no sentido que a Rede Brasileira de História Pública (RBHP) entende e defende. Quando assistimos à elevada publicação de vídeos, sites, livros e revistas de divulgação histórica, a difusão em si não se configura como história pública, porque pode se manifestar como mera publicização irresponsável, com o risco de se igualar e simplificar a produção de conhecimento e a simples opinião, tornando inútil a divulgação sem a necessária reflexão a partir da ciência histórica sobre os procedimentos e processos de elaboração. Levar isto em conta não significa tornar monopólio o conhecimento histórico da Academia, mas levar em conta que historiadores precisam ocupar espaços físicos e virtuais e usar ferramentas de comunicação em posição de diálogo com os mais diferentes públicos; precisam agir na promoção de ponderações sobre esses processos discursivos e seus efeitos políticos e na democratização da própria ideia de público participante.

A divulgação, como não poderia deixar de ser, é resultado de processos de construções e de usos do passado por grupos que disputam versões e legitimam verdades, muitas vezes para atender a certa lógica do mercado da memória ou a certos silenciamentos cuja finalidade é combater resistências. Sônia Meneses (2018, p. 181) aponta para uma “história abusiva”, produzida por sujeitos cujo objetivo de manipulação de fontes e de obras históricas procura incentivar a intolerância e mitos de ódio, que “resultam em profundas fraturas na formação de nossa consciência histórica”. Desta forma, público e privado se confundem, o primeiro sendo apropriado muitas vezes por interesses do segundo, por associações empresariais e partidos, também por movimentos sociais, pela militância e por comunidades, o que pode representar possibilidades de democratização, mas também manipulação de informações. Não quero afirmar, mais uma vez, que a história pública seja a salvadora dos conflitos e a criadora de consensos;

pelo contrário, deve servir às controvérsias, evidenciando territórios e interesses particulares e coletivos.

Mais do que se pensar sobre o conteúdo que se aborda e divulga, torna-se necessário compreender os processos que os originam, as razões, a natureza dos conhecimentos e das relações entre os agentes que o constroem e consomem representações, fazem usos estratégicos do passado para dar sentido à sua existência ou à existência alheia, à continuidade de seus interesses e às memórias e lutas identitárias e políticas. O diálogo e a mediação do historiador com diversos sujeitos se tornam fundamentais, não no sentido de controlar, mas de perceber como outras histórias são produzidas e circulam socialmente, responsáveis pela formação do senso comum e pelos sentidos da história. Publicizar, dessa forma, não significa trazer à tona a verdade guardada, mas agir de modo a promover a reflexão das comunidades e dos movimentos sociais sobre sua trajetória e suas agendas presentes e futuras, evitando a tarefa de “traduzir”, “revelar” ou “simplificar” a história, o que pode contribuir, muitas vezes, com exotizações, folclorizações e hierarquizações de experiências múltiplas.

História pública: como? – conhecendo alguns caminhos

A produção e a divulgação de narrativas históricas por grupos e indivíduos não historiadores não são práticas recentes no Brasil e nem se configuram como um problema, se considerarmos que nunca coube aos historiadores a exclusividade sobre elas. No entanto, não podemos ficar passíveis diante do que muitas dessas produções têm defendido em torno de sentidos e explicações para acontecimentos sobre o passado. A divulgação científica que durante anos foi desconsiderada como projeto ou estratégia da Academia – a não ser pela presença de algum historiador em colunas de revistas especializadas – acabou sendo feita por outros profissionais e segmentos sociais e políticos, a fim de entreter ou de formar opiniões, mesmo quando apresentam-se como apolíticas e neutras.

Esses trabalhos de divulgação da história revelam, muitas vezes, o estado da sociedade brasileira que encontra-se, hoje, num processo de tensionamento e confronto de projetos e concepções de mundo que se manifestam, em grande parte, por meio diverso de comunicação: pela televisão, pelos rádios, pelo cinema, por revistas e jornais, mas principalmente pelas redes virtuais. Blogs, sites, vídeos, *podcasts*, jogos eletrônicos, dentre outros, formam um ambiente digital em que múltiplas vozes e versões se apresentam, muitas vezes contribuindo para amplo acesso à informação – o que é importante – mas também

para gerar distorções, reafirmar preconceitos e desmerecer a própria ciência histórica e os historiadores.

Este cenário tem incomodado e provocado a convicção mais intensa de que é preciso realizar este movimento ou “atitude historiadora”, como chamou Mauad (2018), no sentido de nos desafiarmos a ampliar nossa atuação e reafirmar nosso papel no processo de construção e divulgação do conhecimento histórico ao/com o grande público. O passado não pode ser simplificado e reduzido a um produto de consumo, sem que se reflita sobre os processos de leitura, de constituição de narrativas, de procedimentos de acesso e de circulação e seus (in)consequentes efeitos sobre a sociedade e sua consciência histórica. Como questionaram Mauad e Santhiago (2016), é preciso refletir sobre por que o passado se tornou estratégico, um objeto de comunicação, e o que instituições fazem do passado em meio às disputas políticas, religiosas, culturais e geracionais.

Seria impraticável apresentar aqui as inúmeras possibilidades de atuação dos historiadores na criação de formas mais democráticas de produção e divulgação do conhecimento histórico, a começar pelas discussões sobre os próprios livros didáticos e as didáticas de história escolar que são, sem dúvida, os meios mais tradicionais de publicização da História e sobre os quais Sônia Wanderley (2018, p. 102) afirma, dentre outros historiadores, que é preciso pensar como estão sendo afetados pelo descentramento e fragmentação da produção de conhecimento, pela mudança tecnológica e pelas alterações paradigmáticas nas relações sociais, o que exige entendê-los como espaços mediadores de consciência histórica e nos professores que neles atuam como sujeitos de “autoridade compartilhada” com a Academia e a comunidade escolar.

Não pretendo aqui me estender na apresentação das múltiplas considerações feitas de forma tão pertinente por parte de historiadores que pensam a história pública a partir do cinema (Ferreira, 2016), do patrimônio (Oriá, 2018) ou do ensino (Andrade; Andrade, 2016), entre tantos, mas apenas apontar como a história pública tem promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica.

Thaís Nívia Fonseca (2016) chama a atenção para o sentido coletivo dos processos educacionais também na criação dos museus comunitários e dos eco-museus, em que o público deixa de ser passante para atuar ativamente e em que se desenvolvem projetos educativos junto à população de escolas e das cidades ao seu redor. Como exemplo, cabe lembrar aqui a importância da criação de museus comunitários como o do Lomba do Pinheiro, na periferia de Porto Alegre, gerado em 2006 pela parceria de historiadores com a população local, a partir de

objetos cotidianos e narrativas orais; ou, ainda, do Muquifu (Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos), criado e gerido por museólogos e voluntários desde 2012, e que se volta às memórias narradas pelos moradores das comunidades do Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, habitadas predominantemente por pessoas negras, por meio de exposições, debates e oficinas. Memoriais como o da Resistência em São Paulo, criado em 2009, com a colaboração entre historiadores e ex-perseguidos políticos pela ditadura brasileira (1964-84) na organização do acervo e de ações educativas, também evidenciam práticas de história pública que, reconhecidas assim antes mesmo do conceito existir, inspiram novos trabalhos e mostram os sentidos que marcam nossa trajetória como historiadores no Brasil.

A criação de memoriais e a transformação em sítios de consciência de lugares que no passado tiveram como objetivo promover a dor também tornam-se fundamentais para se compreender o que, como sociedade, temos feitos com os considerados loucos, subversivos, criminosos (políticos ou não), tratados como abjetos sociais ao longo de nossa história. Viviane Trindade Borges (2018, p. 85), chama a atenção para como a história pública tem feito diferença na preservação dos chamados “patrimônios difíceis”, aqueles que no passado (e no presente também) se voltaram ao confinamento, como os leprosários, os manicômios e as prisões, fazendo vir a público o que durante anos foi ignorado e calado. Borges lembra que a história pública dos patrimônios difíceis tende a incomodar e ameaçar o presente de forma perturbadora, explicitando problemas sociais marcados por embates éticos, tomados por lembranças que remetem ao sofrimento, a feridas vivas que colocam a sociedade em perspectiva de responsabilização coletiva, repensando seus significados fora das funções originais e exigindo a reparação por políticas públicas voltadas ao dever da memória e ao seu debate cotidiano. No processo de realização dessas intervenções, a história oral e a história digital têm sido fundamentais, associadas à história pública.

Sobre a história oral, em especial, Juniele Rabelo Almeida (2016, p. 53) afirma que seus procedimentos têm se relacionado de forma contundente com a história pública e podem contribuir na promoção de políticas públicas que partam do reconhecimento das reivindicações políticas e identitárias e das disputas socioeconômicas narradas pelos sujeitos coletivos, pois o “trabalho de memória dos movimentos sociais amplia as percepções identitárias e cria condições de legitimidade para a atuação dos seus integrantes no espaço público”. O trabalho com história oral, entendido como uma prática de história pública, requer conduta ética, de estreitamento de laços colaborativos e de responsabilidade com a memória coletiva dos sujeitos e dos movimentos sociais com

quem trabalhamos. Isso significa que a história oral em si não se compromete com a história pública apenas pela divulgação dos conteúdos provenientes das entrevistas realizadas, mas deve levar em conta as dimensões públicas dos procedimentos metodológicos escolhidos para a realização das pesquisas, os debates públicos que deles decorrerão e os efeitos – benéficos ou não – para a comunidade envolvida ou atingida.

A devolução às chamadas comunidades de sentido dos trabalhos resultantes da história oral é parte fundamental da associação entre história oral e história pública. Nos últimos anos, alguns trabalhos de história oral têm sido desenvolvidos por mim com múltiplas comunidades (homens e mulheres violentados pela ditadura em São Paulo; pescadores e pescadoras no Maranhão; homens e mulheres LGBT, em Minas Gerais). Os processos de colaboração no momento da entrevista, de registro e mesmo da divulgação e circulação de suas memórias têm mostrado o vigor desse procedimento ligado à história pública, impactando vidas e acolhendo/gerando reflexões sobre políticas públicas nas coletividades. O compartilhamento dessas experiências promovem, inclusive, fortalecimentos e desejos de narrar de grupos invisibilizados socialmente por sua situação (jamais condição) social, de gênero, sexualidade, religiosidade etc. Ao terminar o trabalho coletivo com o Movimento Gay de Alfenas, em 2019, além de um livro publicado (Rovai, 2019), a demanda pela escuta, registro e publicização das histórias de mulheres e homens trans na cidade foi evidenciada pela comunidade, que reivindicou mediação da Academia para o conhecimento e reconhecimento de suas existências e de seus direitos, além da criação de espaços democráticos de debate frente a versões públicas de ataque às suas vidas. São sujeitos e não um público passivo que pedem pela história pública e por nossa presença como mediadores. Os efeitos de pesquisas como essas transformam a própria Academia e as formas de divulgação, com apresentações, exposições, mesas redondas e formação de grupos para a troca de experiências, exigindo e elaborando políticas públicas, com parcerias entre Estado, universidade e coletividades. Na Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, neste momento, encontra-se em andamento a elaboração de um projeto voltado à saúde de pessoas trans, a partir das narrativas orais dessa comunidade, processo do qual tenho a honra de participar.

Ao contrário de um saber vazio, desprovido de experiências, os movimentos sociais crescentes – de mulheres, negros, homossexuais e transexuais, comunidades tradicionais, jovens e trabalhadores – revelam desejos coletivos que exigem posicionamento entre as disputas pelos usos do passado. Historiadores e não historiadores não se opõem; pelo contrário, se reformulam e se engrande-

cem, não mais preocupados em “traduzir” de forma simplória o que se produziu cientificamente, mas dando a conhecer e reinventando os procedimentos para discuti-los coletivamente, inclusive questionando-os, no sentido de contribuir para a promoção de um conhecimento capaz de sensibilizar e legitimar o direito à memória e à história:

Pensar o papel do historiador como intelectual aqui é considerá-lo como mediador, como ponte entre a universidade e grupos diversos dos quais os significados de existência, a ressonância e as identidades não podem ser simplificados ou reduzidos à sua produção material e a suas possíveis tradições a partir de critérios fixos. Pelo contrário, também é preciso levar em conta suas formas de transgressão e inovação, seus conflitos e disputas internas, seus enfrentamentos sociais contra o mundo do tempo rápido, avassalador e mercadológico, a espetacularização, e em busca por políticas públicas que lhes tragam benefícios e lhes garantam o direito aos direitos (Rovai, 2018, p. 189).

Sobre esta relação que deve se estreitar, entre universidade e comunidades, ainda saliento dois trabalhos importantes, entre tantos que não caberiam aqui pela extensão do texto. Um deles é desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, sob a orientação de pesquisadores como Robson Laverdi, Alessandra Izabel de Carvalho e Evelyn Roberta Nimmo, junto aos cultivadores de erva-mate na região. O processo de escuta das histórias orais de vida tem se desenvolvido de forma coletiva (inclusive com os erveiros e erveiras entrevistando a si mesmos e aos pesquisadores) e tem levado ao debate sobre os saberes tradicionais da agricultura familiar e o papel da erva-mate e dos sistemas de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária. Assim, o registro da história da comunidade e de seus saberes e fazeres tradicionais tem contribuído para a elaboração de ações públicas, por meio de parcerias com órgãos do Estado.

Outro trabalho que procuro destacar aqui é o projeto *Passados Presentes*, desenvolvidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e coordenado pelas historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos. O estudo de história oral junto aos quilombos apresentou uma aguçada consciência do papel que as memórias e as representações do passado têm no tempo presente e na luta pelos direitos de cidadania das populações afrodescendentes. O inventário sobre as manifestações culturais, como o jongo, e os territórios dessas populações gerou a elaboração de quatro filmes, além de um banco de dados num site com informações sobre lugares de memória da escravidão no Brasil, verbetes sobre o patrimônio imaterial e a criação de aplicativos para celular com quatro roteiros: a antiga “Pequena África”, o Parque das Ruínas de São José do Pinheiro

e os quilombos São José e Bracuí, numa parceria com as comunidades quilombolas e jongueiras⁴.

Serge Noiret (2015, p. 35) nos fala da importância da história pública digital como possibilidade da constituição de uma espécie de saber comunitário, engajado e em rede (*crowdsourcing* ou história pública ativista): “a web deve ser compreendida como história ‘viva’ e ‘pública’, praticada de forma interativa por todos, e não mais limitada à atividade dos historiadores acadêmicos, que registram digitalmente, com frequência em formato fechado, as próprias publicações tradicionais”. Este “ativismo digital”, para Noiret, pode ser realizado pelos assim chamados por ele de “historiadores públicos digitais” (*digital public historians*), intermediários na reunião e gerenciamento de diferentes documentos, seleção, conexão de públicos diversos, colocando à disposição os conhecimentos sobre diferentes acontecimentos que afetam o presente, com a colaboração também da comunidade não acadêmica.

Além do projeto *Passados Presentes*, outros trabalhos importantes de história pública digital estão sendo desenvolvidos no Brasil e ganham cada vez mais espaço na arena pública, com a participação de historiadores e de um público mais participativo e interativo, indo de exposições e livros e revistas virtuais a jogos digitais, aplicativos, *webseries*, *blogs* e *sites*. Quero evidenciar, nesse sentido, também o *Projeto Close - histórias LGBT de Porto Alegre: produção acadêmica, acervos, ensino de história e história pública*, desenvolvido pelo historiador Benito Schmidt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo objetivo tem sido articular pesquisas em andamento ou recém-finalizadas sobre a temática LGBT e promover a reunião de acervos documentais e bibliográficos, além de entrevistas orais, para a formação do Centro de Referência sobre História LGBT e elaborar formas de divulgação dos conhecimentos produzidos por meio de exposições públicas e da elaboração de materiais (vídeo e livro paradidático) a serem utilizados nas redes estadual e municipais de ensino da região metropolitana da capital gaúcha, numa articulação entre universidade, comunidade LGBT e espaços escolares.

Quanto à difusão histórica e história digital, o site *cafehistória.com.br*, criado por Bruno Leal P. Carvalho, professor da Universidade de Brasília (Unb), tem se tornado, desde 2008, um espaço midiático digital de construção e de divulgação de conhecimento histórico em que o diálogo e a comunicação com o público faz parte integrante da mídia. Mesmo antes do debate sobre história pública, o pesquisador já procurava criar uma ponte entre História e Comunicação (2019,

⁴ Disponível em <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php> - acesso em 10 de outubro de 2019.

p.109). Contando com a participação do público externo e com diferentes pesquisadores, o *Café História* procura aliar uma apurada organização e exposição digital de textos e imagens com a análise de problemas e contextualizações históricas, que fogem do anedótico e dos simplismos de outras redes digitais.

Ainda voltado à história pública digital, no ano de 2016, o historiador Paulo César Gomes e colaboradores, influenciados pela existência da Comissão Nacional da Verdade e de seu processo de escuta, deram origem ao site *historiadaditadura.com.br*. Por meio dele, construíram uma base de dados para reunir referências de produções em vários formatos sobre o período ditatorial, além de disponibilizar material didático para professores e alunos e comportar um conjunto de entrevistas com pesquisadores e pessoas que vivenciaram o regime militar (Gomes, 2019). Trata-se de um projeto feito para atingir o grande público, no sentido da divulgação científica, devido “ao grande desconhecimento que existe no senso comum sobre o passado ditatorial brasileiro” (p. 98).

O *podcast* é outro formato que tem sido utilizado em busca da difusão do conhecimento histórico e como possibilidade didática e, nesse sentido, cabe destaque ao programa *Sobre História* (soundcloud.com/sobrehistoriapodcast), que tem produzido temáticas que contam com a participação do público na construção das pautas, por meio de e-mails, blogs, bate-papos informais, consulta via *teaser* e pesquisas relacionadas aos debates das salas de aula. O programa *Vozes: Histórias e Reflexões*, *podcast* difundido pela CBN⁵, também conta com entrevistas com historiadores e com pessoas que vivenciaram diferentes momentos da história, buscando não apenas a divulgação, mas a reflexão e a troca de ideias com o público ouvinte. Para Bruno L. P. Carvalho, a história pública digital se expande e se fortalece como:

uma arena aberta de debates e experimentações que envolvem a aplicação das tecnologias digitais às diversas práticas da história. (...) No plano do ensino, plataformas de educação à distância, quadros interativos e aplicativos educacionais estão produzindo novas formas de se conceber o processo de ensino-aprendizagem. No plano da pesquisa, a digitalização de acervos históricos desencadeou uma revolução na produção de dissertações e teses (Carvalho, 2016, p. 153).

Esta transformação na elaboração e difusão do conhecimento histórico por meio das tecnologias digitais, e aqui exemplificadas, nos dão a dimensão da potencialidade da história pública. No entanto, é preciso considerar que as tecnologias não comportam em si a certeza da democratização do conhecimento, pois elas dependem dos processos em que autores e “consumidores” passam a criá-las,

5 <https://audioglobo.globo.com/cbn/podcast/feed/580/vozes-historias-e-reflexoes>

manuseá-las e apropriá-las. Confundida com a mercantilização e a popularização da história em seu sentido mais raso, anacrônico e anedótico, a difusão por meio de filmes, livros didáticos e paradidáticos, literatura de vendagem massiva, *sites*, *podcasts*, e *blogs* pode se transformar num conjunto de práticas que resultem em simplificações de processos de luta e em estigmatizações de sujeitos múltiplos, entendidos como massa, importando menos a reflexão e os embates de memórias e o respeito à diversidade e criando uma ilusão de pluralidade pelo excesso de informações.

Os projetos que procurei apontar não são modelos a serem imitados, mas exemplos da preocupação ética, científica e dialógica que deve permear e inspirar novos trabalhos de história pública. Rogério Rosa Rodrigues (2018, p. 280) lembra que “em tempos de inflação de usos do passado, uma história feita para, com e pelo público é algo tão contemporâneo quanto vigoroso, mas também pode ser um calcanhar de Aquiles”. A história pública sem os princípios teóricos e sem o movimento de reflexão, importantes para orientar os trabalhos nos mais diferentes espaços, pode levar a um tecnicismo limitante das potencialidades das experiências. É necessário, reforça o autor, insistir na construção de princípios a partir de diálogo com o público de forma mais democrática possível e por meio de parcerias interdisciplinares. Isso exige alterações das práticas pedagógicas e a incorporação das dinâmicas culturais e das exigências sociais do tempo presente, em especial aquelas marcadas pela pauta da diversidade e da inclusão cultural. Com essa perspectiva desafiadora sobre a contemporaneidade, concordo aqui com Rogério Rosa e com as afirmações de Juniele R. Almeida e Sônia Meneses de que:

Se o mundo em que vivemos é um mundo repartido, nós, historiadores, somos chamados a atravessar também nossos próprios territórios e fronteiras, desafiados a experimentar os limites de nossa profissão como produtores de conhecimento e professores para irmos além e ajudar a tecer novas compreensões, ainda que provisórias, do nosso próprio tempo. Entender a contemporaneidade talvez seja o nosso maior desafio (Almeida; Meneses, 2018, p. 12).

Considerações finais

Quando Ricardo Santhiago, Sara Albieri e Ana Maria Mauad, entre outros, se propuseram a ampliar e fortalecer a discussão sobre história pública no Brasil – o que se converteu no primeiro livro organizado por Juniele Rabelo e por mim, em 2011 - eles se preocuparam em valorizar aquilo que muitos já faziam,

numa trajetória coletiva que não era percebida ou nomeada, trazendo para a Academia e também para um público diverso a oportunidade urgente de nos reconhecermos e nos repensarmos como intelectuais, pesquisadores e cidadãos de um mundo fragmentado, veloz e repleto de vozes capazes de minar versões históricas únicas e hegemônicas, inclusive entre nós.

Os debates desde então têm nos colocado em posição mais sensível e delicada de escuta, de olhar e de percepções sobre uma rede de narrativas e experiências que circulam e que pedem de nós a prática de uma ciência dialógica que precisa ser reinventada à luz de novas tecnologias e de desafios que exigem maior comprometimento e troca, em meio a uma sociedade que tornou o passado estratégico em seus confrontos.

A série de diálogos que o curso de história pública buscou estimular, em 2011, não objetivava inventar um novo campo disciplinar, mas nos chamava a participar da prospecção sobre práticas que promovessem as relações dialógicas entre historiadores e seus públicos. Desde então, pensamos mais abertamente sobre nossas potencialidades na produção de uma História que incomoda e que movimenta a sociedade e os intelectuais (como parte dela) diante de uma crise ética, com inúmeras incertezas e constrangimentos e para/com a qual os historiadores precisam assumir compromissos; também realizar perguntas sobre as motivações, os processos, as finalidades e os múltiplos efeitos e possibilidades estratégicas dos usos do passado (sempre próximo) no presente por diferentes grupos.

Descobrimos que precisamos questionar mais, interagir mais, ouvir mais, estreitando ou diluindo barreiras entre agentes sociais, espaços e saberes acadêmicos e não acadêmicos, por meio de abordagens e tecnologias que conhecemos, mas muitas vezes desvalorizamos por nos limitarmos a formas tradicionais do fazer historiográfico e da educação histórica. Não se trata mais de abominar as diversas mídias e narrativas múltiplas no processo de se escrever ou difundir a História, mas usá-las a favor da democracia, das memórias e dos direitos identitários, sociais e políticos, colocando-os em confronto com revisionismos de toda forma e estimulando a reflexão coletiva sobre eles, a partir dos princípios éticos, educacionais, dialógicos e historiográficos. A história pública no Brasil se converte, assim, na prática de uma ciência mais plural, rica e humanizada.

Referências

ALMEIDA, Juniele R. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 47-55.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G.O. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História Pública em Debate**, São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ANDRADE, Everardo P.; ANDRADE, Nívia. História pública e educação In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 175-184.

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação de patrimônios difíceis? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 85-100.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: BORGES, Viviane; MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-15) In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 133-147.

FLÓREZ, Jairo A. Melo. Presentacion. Especial Historia pública. **Revista Historia 2.0**, Conocimiento histórico en clave digital. Año IV, Número 8, dic 2014, p.71-77.

FONSECA, Nívia de Lima. Ensino de história, mídia e história pública In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.185 -194.

GOMES, Paulo César. História da ditadura: como tratar de regimes ditatoriais com o grande público In: CARVALHO, Bruno Leal P.; TEIXEIRA, Ana Paula T. **História pública e divulgação histórica**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-51.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **Hist. Historiografia**. Ouro Preto, n. 15, ago 2014, p. 27-50.

MAUAD, Ana Maria. Entrevista concedida a Ligia Conceição Santana e Hamilton Rodrigues dos Santos. **Perspectiva Histórica**. Jan-jun 2016, n.7, p.151-155.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História**

Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENESES, Sônia. In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História Pública em Debate**, São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NOIRET, Serge. História Pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, maio 2015, p. 28-51.

ORIÁ, Ricardo. História pública e monumentos: a narrativa visual do passado nacional In: MENESES, Sônia. In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História Pública em Debate**, São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 33-50.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 277-292.

ROVAI, Marta Gouveia de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História pública em debate:** patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de O. **Que possamos ser o que somos:** memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018). Alfenas: Cria, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados - Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

O “OLHO QUE TUDO VÊ”: REFLEXÕES SOBRE O PLANO URBANÍSTICO E O CORPO EM PALMAS-TO

Jeany Castro dos Santos

Temis Gomes Parente

Considerações Iniciais

Este estudo faz referência aos cuidados com o corpo no contexto urbano de uma cidade planejada. Neste sentido, busca-se refletir sobre o comportamento das pessoas que praticam atividades físicas ao ar livre na cidade de Palmas, capital do Estado Tocantins.

Praticar atividade esportiva ao ar livre passou a ser um comportamento *comum* para a população palmense. Para entender como se desenvolve a relação entre o plano urbanístico de Palmas e a prática de atividades físicas recorreremos ao referencial teórico do panóptico. Etimologicamente Panóptico vem do prefixo *Pan* que quer dizer tudo e do sufixo *optícon* que significa *visível* (Trigueiros, 2011). No modelo proposto por Jeremy Bentham, panóptico significa o *olho que tudo vê* (Bentham, 2008).

É com a compreensão do *olho que tudo vê* inspirado por Jeremy Bentham que buscaremos refletir sobre o desenho urbano de Palmas como uma construção panóptica que atua com o objetivo de moldar comportamentos que resulte em um fim útil, tornar a cidade economicamente viável e socialmente atrativa.

A setorização dos espaços, presente no planejamento urbano de Palmas, foi uma forma de estimar financeiramente o seu custo e de vender um projeto de cidade economicamente rentável aos investidores, todavia a separação dos espaços a partir de funções predeterminadas comprometeu um dos aspectos importantes ao desenvolvimento da cidade, a saber, a vitalidade urbana.

As atividades esportivas realizadas ao ar livre em Palmas serão analisadas como alternativa a um dos seus principais problemas - a ausência de urbanidade.

Mostra-se como uma possibilidade de oferecer vitalidade urbana, característica das urbes, negado pelo planejamento setorializado dos espaços, portanto, de interesse público, visto que a cidade deve ser um ambiente agradável para se viver e deve ainda proporcionar aos seus habitantes um ambiente de pertencimento necessário ao seu desenvolvimento.

Os investimentos na imagem midiática de Palmas como a capital do esporte podem ser explicados a partir do referencial teórico do biopoder que atribui à ideia de cuidado com o corpo¹, uma forma de garantir hábitos saudáveis no contexto urbano das cidades. A ideia defendida é a de prevenir os fatores de risco que resultam no adoecimento da população a partir da adoção de *um estilo de vida saudável*.

Biopoder foi um termo cunhado pelo teórico Michel Foucault (1999) para referir-se às práticas disciplinares sobre o corpo e para a biopolítica sobre o corpo da população, trata-se da utilização de técnicas para obter a subjugação dos corpos e o controle da população. Refere-se a um poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis², atribuindo a ele padrões de normalidade e ao mesmo tempo impedindo-os de se tornarem corpos transgressores³.

O poder disciplinar considera o corpo individual e a biopolítica busca influenciar o corpo coletivo. Um se distingue do outro na aplicação e na finalidade, porém um não coexiste sem o outro. Se por um lado o poder disciplinar atua sobre o corpo no treinamento físico, por outro lado a biopolítica consiste nos procedimentos normalizadores que orientam a população quanto ao que é considerado normal e anormal, que determinam como as pessoas devem ser e se comportar para serem aceitas, que criam estratégias para seduzir e conquistar por meio da promessa de bem-estar e felicidade.

A preocupação com o corpo por meio das atividades esportivas aumentou de forma vertiginosa nas duas últimas décadas em todo o Brasil e em especial em Palmas (Brasil, 2017) neste sentido, faz-se necessário conhecer alguns aspectos sobre a criação de Palmas, bem como sobre o seu plano urbanístico que possa explicar o fenômeno de apropriação das áreas públicas ao ar livre para as práticas esportivas, como será apresentado ao longo deste estudo.

1 A preocupação com o corpo como objeto de estudo “é uma invenção teórica recente: antes da virada do século XX, ele não exercia senão um papel secundário na cena do teatro filosófico onde, desde Descartes, a alma parecia exercer o papel principal” (Coutine, 2013, p. 12).

2 Dócil é um corpo submetido à disciplina como objetivo de ser transformado e aperfeiçoado para servir a um fim específico (Foucault, 1987).

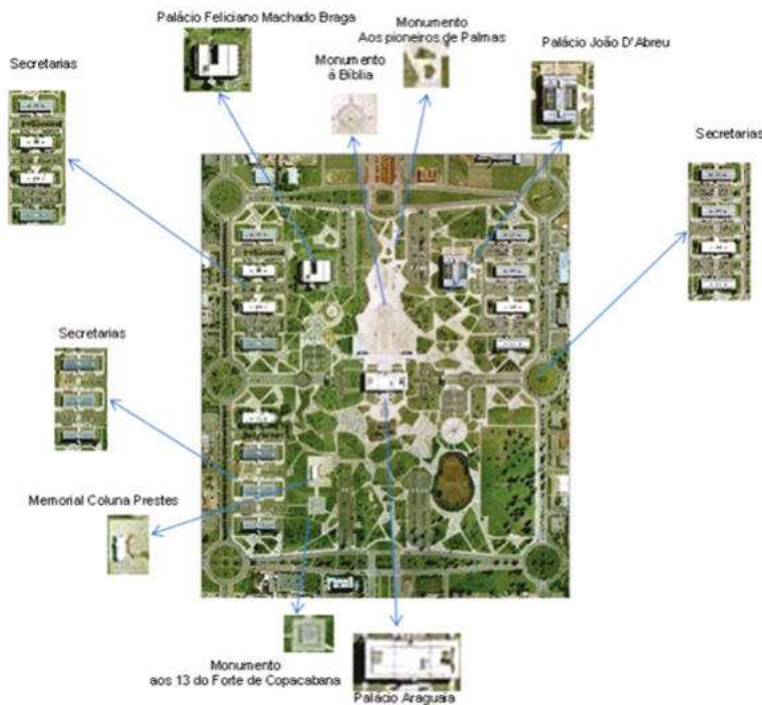
3 Entende-se por corpos transgressores aqueles que são sedentários e gordos.

A elaboração do Plano urbanístico como estratégia para viabilizar economicamente a construção de Palmas

Palmas foi oficialmente criada em 20 de maio de 1989. Considerada a última capital planejada do século XX, contou com um planejamento urbano que deveria ser capaz de autofinanciar-se. A necessidade de viabilizar as condições financeiras para a sua construção, explica, em parte, o planejamento urbano de Palmas, neste sentido, tanto o governo como os empresários do setor imobiliário possuíam interesses comuns – se beneficiarem das obras de construção de Palmas, capital do Estado do Tocantins (Souza, 1995).

Para que as obras de construção da recém-capital fossem viabilizadas, seria necessário tornar o projeto urbanístico um negócio atrativo e economicamente viável. A estratégia para atrair investidores para Palmas, no primeiro momento só existia no papel, por esta razão, o governo estadual em parceria com o governo federal viabilizou a construção de grandes obras públicas como, por exemplo, os prédios do governo, presentes na Praça dos Girassóis, bem como a abertura das duas principais avenidas da cidade, a Av. Teotônio Segurado e a Av. Juscelino Kubitschek, simbolizando, desta forma, a imagem de um centro urbano desenvolvido.

Figura1. Praça dos Girassóis-Órgãos do governo e Monumentos históricos



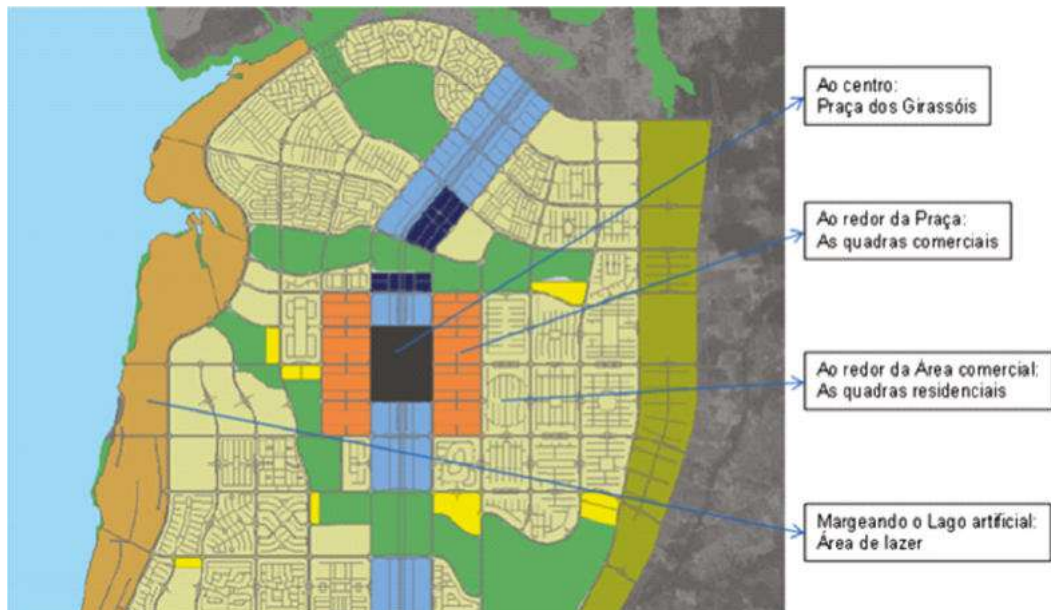
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2005) e Cardoso e Reis (2016).

A Praça dos Girassóis foi projetada para ser construída na parte central do plano diretor, entre o cruzamento a Av. Teotônio Segurado e a Av. Juscelino Kubitschek, nela, ou seja, na Praça dos Girassóis, estão localizados os prédios do governo tais como: a sede do Poder Executivo (Palácio Araguaia), a sede do Poder Legislativo (Palácio João D'Abreu), a sede do Poder Judiciário (Palácio Rio Tocantins) e as Secretarias do Estado, além de alguns monumentos históricos como o Memorial Coluna Prestes e o Monumento aos 18 do forte de Copacabana, como pode ser visualizado na figura 1 (v. página anterior).

A instalação dos prédios públicos na área central da cidade, agrupados em um único local, buscou imprimir uma ideia de centralidade do poder, já os monumentos instalados na praça dos girassóis tinham a intencionalidade de atribuir a Palmas uma historicidade, característica de cidades que se desenvolvem por processos migratórios decorrentes de fatores econômicos ou sociais, diferente do caso de Palmas, que foi criada de um marco zero (Souza, 1995) sem uma história que a antecesse.

Ao redor da Praça dos Girassóis e margeando as Av. Teotônio Segurado e a Av. Juscelino Kubitschek, estão às quadras comerciais, e ao redor da área comercial, as quadras residenciais, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2. Plano urbanístico de Palmas demonstrando a separação do uso dos espaços



Fonte: Bessa (2017) manipulada pelas autoras.

O modelo de setorização dos espaços, presente no planejamento urbano idealizado para Palmas, dificulta que as pessoas transitem pela cidade devido às longas distâncias a serem percorridas e ao forte calor, fazendo com que recorram a mecanismos mais rápidos, como por exemplo, o uso de veículo.

Como forma de valorização dos dois modelos de quadras (comercial e residencial) foram reservados espaços distintos para ambos os tipos, nas quadras comerciais, amplos espaços para estacionamento; nas quadras residenciais, praças para lazer e recreação da população, como pode ser visualizada nas duas imagens da figura 3.

Figura 3. Do lado esquerdo imagem de um dos estacionamentos da Av. Jk e do lado direito imagem da Praça da ARSE 13 (108 sul).



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Os estacionamentos construídos na área comercial tinham como principal objetivo facilitar o acesso e permanência das pessoas. Dadas as distâncias que deveriam ser percorridas para chegarem ao destino, as pessoas precisariam se deslocar de carro e não a pé, como em cidades compactas em que o comércio e as residências estão presentes no mesmo local.

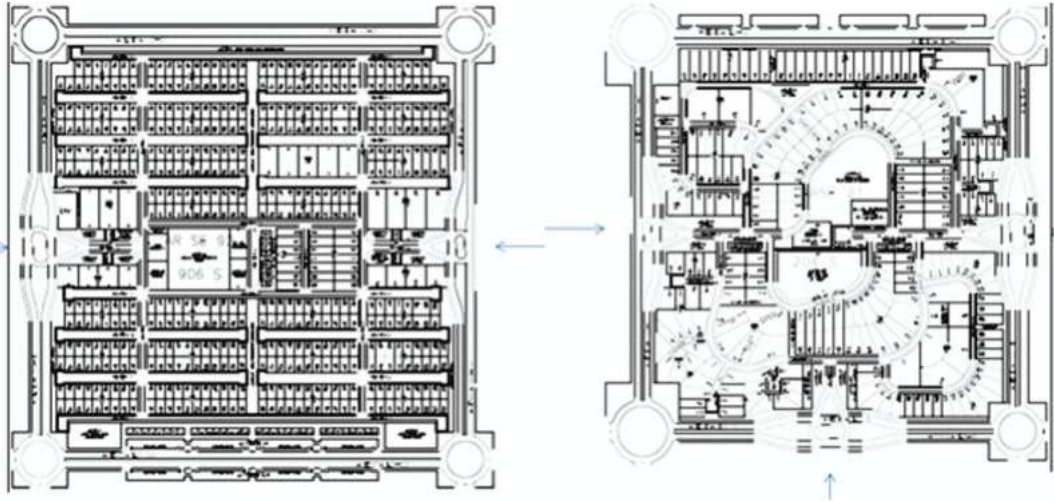
Na área residencial a construção das praças também tinha um propósito, proporcionar espaços de lazer e recreação, visto que, o isolamento das quadras desarticula os *encontros* entre os moradores, tão comuns em cidades compactas, e estes foram inviabilizados pelo desenho urbano projetado para Palmas, em que pese o interesse econômico, em detrimento do bem estar da população.

Como forma de proporcionar a mobilidade urbana foram projetadas largas avenidas que ligariam as quadras comerciais às quadras residenciais, todavia a distância entre uma e outra desencorajam a população a desenvolver uma mobilidade ativa⁴ que permite o fluxo tanto de motoristas quanto de pedestres e ciclistas. As largas avenidas apresentam uma visão funcionalista, na qual a preocupação maior é evitar os congestionamentos característicos das grandes cidades na atualidade.

⁴ Diz respeito ao tipo de mobilidade em que motoristas, ciclistas e pedestres utilizam o mesmo espaço.

As quadras residenciais são contornadas por avenidas secundárias que por um lado facilita o trânsito de veículos e por outro lado inibe o contato entre os moradores das quadras vizinhas, visto que a maioria das quadras residenciais possuem apenas dois ou três acessos, como pode ser observado na figura 4:

Figura 4. Representação gráfica da quadra ARSE 92 (906 sul) do lado esquerdo e ARSE 21 (204 Sul)



Fonte: Imagem gerada pelo geopalmás em 23/10/2019.

Como Palmas é considerada uma cidade espalhada, ou seja, com baixa densidade populacional, a mobilidade urbana se dá predominantemente pelo transporte automotivo (individual e coletivo), uma vez que a área comercial é separada da residencial, bem como as quadras residenciais são separadas entre si por avenidas secundárias. Outro aspecto, que contribui para o espalhamento da cidade são os vazios urbanos que, aliados ao forte calor, à insegurança no trânsito, à descontinuidade ou inexistência de passarelas e ciclovias, desencorajam as pessoas a transitarem pela cidade, comprometendo desta forma a apropriação dos espaços e o seu consequente desenvolvimento.

Nas cidades compactas, modelo em que as residências e o comércio estão presentes no mesmo local, existe a interação entre as pessoas ao longo do dia e por isso são as melhores para se viver, pois há uma forte presença de pessoas nas ruas⁵, o que garante a vitalidade da cidade (Jacobs, 2003). Em Palmas as pessoas

⁵ O significado de rua neste estudo se refere aos locais utilizados pelas pessoas para se locomover a pé ou de bicicleta, visto que no modelo de endereçamento de Palmas, não se utiliza a nomenclatura de rua e sim Quadra, no seu interior Alameda.

vivenciam os espaços apenas de dentro dos carros o que as faz enxergar as imagens da cidade a uma velocidade que as impede de *experienciar* o meio urbano como sujeito caminhante⁶. De acordo com Gehl (2015) para que uma cidade seja considerada humana⁷ é necessário que a mesma garanta uma infraestrutura que estimule e acomode diversas atividades, a este respeito, as áreas públicas ao ar livre de Palmas, tais como as praças, parques e orla, possibilitam o desenvolvimento de diversas atividades sociais, entre elas as atividades esportivas.

O uso do espaço urbano sofreu algumas modificações, os estacionamentos das quadras comerciais, antes pensado exclusivamente para os carros, passaram a ser utilizados pelos grupos de treinamento funcional, no início da manhã e à noite, representando, desta maneira, outras formas de uso do espaço, diferente das inicialmente previstas, a de acomodar os carros. As praças, parques e orla, apesar de pensados como espaços de lazer e recreação, passavam grande parte do tempo vazios, todavia o que se percebe na atualidade é que estes locais estão sendo apropriados para a realização de atividades físicas, permitindo desta forma os *encontros* necessários à vitalidade urbana.

A apropriação dos espaços públicos para as práticas esportivas

A Praça dos Girassóis⁸, as praças presentes no interior das quadras residenciais, os estacionamentos, as passarelas e as ciclovias que margeiam as avenidas, os parques e a orla são locais que produzem e reproduzem comportamentos através das atividades físicas realizadas na cidade ao amanhecer e ao entardecer⁹.

Os cuidados com o corpo, por meio das práticas esportivas, se tornaram um dos grandes símbolos de Palmas, no que se refere ao aproveitamento das áreas públicas ao ar livre. Há pouco mais de uma década a cidade era considerada inóspita (Reis, 2018) devido à ausência de pessoas nos locais acima citados; no entanto, de acordo com dados de 2019 da Firjan, Palmas foi considerada uma das melhores cidades para se morar, de acordo com a pesquisa, este aspecto faz referência aos resultados

6 O termo caminhabilidade foi retirado do autor Jeff Speck no livro cidade caminhável.

7 Representa pequenas distâncias a serem percorridas para atender necessidade do cotidiano (Speck, 2016).

8 A praça foi construída no centro geodésico do Brasil, ponto mais alto da cidade. Intercepta as duas maiores avenidas da cidade: Avenida Teotônio Segurado e Avenida Juscelino Kubitschek (J.K.). Considerada a maior praça da América Latina, abriga o Palácio Araguaia, sede do Executivo, o Palácio João D'Abreu, sede do Legislativo, o Palácio Feliciano Machado Braga, sede do Judiciário, e demais secretarias, apontando desta forma para a centralidade do poder (Corrêa, 2000). A praça conta com monumentos culturais que visam imprimir no imaginário das pessoas as representações simbólicas que marcaram a história do Estado e por consequência da cidade, como o Memorial Coluna Prestes.

9 Este aspecto é decorrente do forte calor predominante em Palmas.

positivos na área da saúde, diretamente associado ao estilo de vida saudável, amplamente disseminado pela área médica e defendido no meio esportivo em Palmas.

As atividades físicas realizadas ao ar livre em Palmas, sejam elas em atividades do cotidiano ou em competições esportivas, em âmbito municipal, estadual ou nacional, são amplamente divulgadas pela mídia jornalística local e por vezes, noticiada pela mídia nacional (Globo Repórter, 2017; Bem-estar, 2017), neste sentido, as atividades esportivas repercutem positivamente para a imagem de Palmas como uma cidade esportiva que proporciona qualidade de vida aos seus habitantes.

No contexto do desenvolvimento urbano de Palmas, a atividade física constituiu-se como um aliado importante, visto que é capaz de proporcionar os *encontros* negados pelo desenho urbano quando separou a área comercial da residencial, bem como quando desconsiderou o plano de expansão da cidade, inicialmente projetado para crescer de forma ordenada, partido do centro e avançando em fita, sentido leste-oeste conforme Oliveira (2016); ocasionando, desta forma um crescimento desordenado¹⁰, produzindo vazios urbanos, especulação imobiliária e elevando o custo dos serviços públicos, além de dificultar o acesso das pessoas às áreas públicas da cidade.

Algumas quadras residenciais, localizadas na parte central da cidade, adquiridas anos atrás por grandes empresas, como forma de especulação imobiliária, estão sendo colocadas à venda, e um dos principais apelos midiáticos utilizados para atrair compradores faz referência ao hábito de praticar atividades físicas, seguindo a tendência da cidade na atualidade de incentivar e oferecer espaços para a realização de atividades esportivas. Nesse sentido, oferecem infraestrutura como passarelas para caminhada/corrida e ciclovias no entorno das quadras, este aspecto representa uma forma de convite a uma prática que tem sido naturalizada em Palmas.

Figura 5. No lado esquerdo imagem da ARSO 24 (209 sul) e do lado direito imagem da ARSO 52 (505 Sul)



Fonte: Banco de dados das autoras 09/04/2019.

10 A estratégia de implantação por etapas do plano diretor a partir do núcleo central foi comprometida já nas fases iniciais pela pressão do mercado imobiliário e devido à privatização do solo urbano com nítido objetivo de especulação (Carvalhêdo; Lira, 2009, p. 60).

É importante notar que as obras recentes de pavimentação das avenidas que contornam as quadras residenciais estão sendo estruturadas com passarelas e ciclovias. A associação entre este tipo de infraestrutura e as atividades esportivas representa um novo modelo de urbanidade para Palmas, ou seja, uma urbanidade que não acontece no uso cotidiano destes espaços, como pode ser notado pelas características do desenho das quadras residenciais em que a frente das casas são voltadas para o seu interior, de acordo com Reis (2018) o que reforça a ideia de utilização destas passarelas para as práticas esportivas, visto que o deslocamento diário dos moradores de Palmas ocorre predominantemente de carro.

Com a cultura de moldar o corpo, a própria dinâmica do comportamento das pessoas em Palmas foi alterada, seja nos investimentos em artigos esportivos ou no consumo de suplementos alimentares, bem como em relação à contratação de profissionais especializados como *personal trainer* e assessor esportivo para acompanhamento nas atividades praticadas em diferentes locais da cidade.

De acordo com os dados do Conselho Regional de Educação Física, em 20 de setembro de 2018, havia cerca de 1.530 educadores físicos atuando em Palmas, demonstrando que há um forte estímulo à fixação destes profissionais na região, o que pode estar diretamente relacionado ao crescimento das atividades esportivas realizadas nas áreas públicas ao ar livre da cidade, contribuindo desta forma com os indicadores positivos de emprego e renda de Palmas, o que torna a cidade cada vez mais atrativa no que se refere às condições sociais necessárias à permanência das pessoas que optaram por Palmas para residir.

O fenômeno de apropriação das áreas públicas ao ar livre será analisado a partir da perspectiva do panóptico, levando em consideração que este comportamento possui um viés utilitarista. Como o fenômeno em questão refere-se ao uso do corpo como mecanismo de moldar comportamentos, recorreremos ao referencial teórico do biopoder, que por sua vez se manifesta em duas dimensões, como uma medida individualizante, característico do poder disciplinar e como uma medida massificante, característica da biopolítica.

Palmas a partir de uma perspectiva panóptica

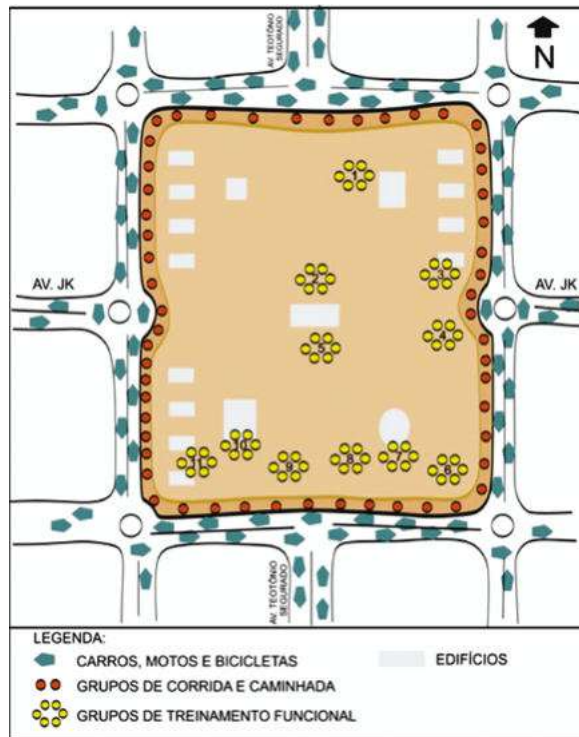
O panóptico é um princípio geral de construção que visa desenvolver no indivíduo um determinado comportamento. No caso analisado em Palmas, o comportamento esperado corresponde à prática de atividades esportivas como medida que garante hábitos saudáveis, e por consequência oferece à cidade um novo tipo de urbanidade, como será discutido ao longo do estudo.

A utilização do Panóptico como lupa para observar o comportamento dos moradores de Palmas que praticam atividades esportivas ao ar livre na cidade atua como uma espécie de antecipação de comportamentos indesejáveis, neste caso, faz referência à ausência de pessoas nos espaços públicos.

A cidade atua como uma estrutura que visa garantir um determinado comportamento, parte do centro e vai se expandindo em camadas, formando sucessivas estruturas de controle e vigilância. No centro estão localizadas as pessoas que realizam atividades esportivas, influenciadas por um conjunto de autoridades como os profissionais da área médica e estética, educadores físicos, comércio de artigos esportivos, alimentação, dentre outros que produzem discursos de verdades absolutas sobre saúde e qualidade de vida, observados por todos os outros moradores da cidade que ora podem estar na condição de vigilantes, ora na condição de vigiados.

Para facilitar a visualização desta estrutura tomemos como exemplo a Praça dos Girassóis, um dos locais utilizados em Palmas por vários grupos que se reúnem para praticar as mais diferentes modalidades esportivas, sendo a atividade mais popularizada o treinamento funcional, como pode ser observado na figura 6:

Figura 6. A Praça dos Girassóis como um espaço de construção do corpo que produz e reproduz comportamentos em diferentes partes da cidade



Fonte: Elaborado pela arquiteta Suheide Neves Cruz.

Para que o controle seja efetivo é necessário que a vigilância ocorra, seja pelo olhar atento das redes sociais, que curte e comenta a postagem de imagens e depoimentos de superação e conquista no esporte, ou pelos apelos midiáticos que exibem corpos difíceis de serem alcançados, bem como pelos grupos formados por esportistas que cobram a presença diária nos treinos, que influencia em relação à aquisição de artigos esportivos, que controlam os alimentos e suplementos que as pessoas devem consumir para alcançar bom desempenho nas competições esportivas e até mesmo no contexto familiar e profissional, em que os apelos são ainda mais recorrentes.

De acordo com a percepção do panóptico o estado de controle deve ser exercido pela própria pessoa pois, mais eficiente que uma vigilância sem interrupção, é criar um estado em que a pessoa se sinta constantemente vigiada. Para Foucault (1987) a vigilância é mais efetiva quando a ela seja garantida a visibilidade e invisibilidade, ou seja, deve ter um símbolo que represente a vigilância e a sensação de que esta vigilância é constante.

Partindo do princípio que as atividades esportivas, orientadas por um educador físico, é uma realidade restrita a poucos, poder-se-ia pensar que estamos nos referindo a uma atividade praticada por uma classe social específica, todavia, a atividade esportiva praticada ao ar livre em Palmas, se popularizou de tal forma, que não é mais possível fazer esta afirmação.

Sobre este aspecto recorre-se às reflexões teóricas da marcação do corpo de Laurent (2013) que define dois tipos de marcação, a marcação da diferença (corpo de classe) e a marcação da semelhança (corpo de ascensão social). A marcação da semelhança aponta que os ideais de corpo na sociedade pós-moderna são voltados para o maior número de pessoas possível, pois neste contexto social estamos diante de um corpo consumidor (Bauman, 2001) que em um processo de tradução¹¹, busca envolver a todos, independentemente das condições financeiras, raciais, de classe e de gênero.

De acordo Bauman (2001) a sociedade pós-moderna é marcada pela fluidez de comportamentos, neste contexto, as pessoas nunca devem sentirem-se prontas e acabadas, devem sempre estar abertas às mudanças, revelando o caráter instantâneo a que os modelos de normalidades¹² estão sujeitos. O padrão de normalidade entendido neste estudo faz referência a um ideal de corpo que se quer disciplinar e de um comportamento social que se deseja alcançar, neste sentido o

11 O termo tradução busca demonstrar que os produtos e serviços são produzidos e oferecidos de acordo com as condições financeiras das pessoas (Laurent, 2013).

12 A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (Foucault, 1999).

biopoder visa obter corpos dóceis, seja pelo poder disciplinar ou pela biopolítica, como será apresentado nos itens subsequentes.

O biopoder como ação individualizante (poder disciplinar)

O comportamento das pessoas em Palmas no que se refere à realização de práticas esportivas, analisadas a partir do poder disciplinar, visa produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis (Bertolini, 2018).

A decisão de adotar hábitos regulares em relação à realização de atividades físicas compreende um comportamento próprio do poder disciplinar, este visa transformar o corpo para fins úteis. O corpo útil que vem da noção de docilidade¹³ compreende aquele que pode ser transformado e aperfeiçoado de acordo com as necessidades: social, política e econômica, ou seja, pode ser manipulado e domesticado com vistas a garantir fins úteis.

A preocupação em modificar o corpo, dando a ele uma nova forma, estimulada por interesse políticos está dentro do escopo dos mecanismos disciplinares que atuam por meio da vigilância e controle, característicos do Panóptico. A este respeito, *virtudes*¹⁴ como disciplina, submissão, perseverança, obediência, comuns nas práticas esportivas realizadas em Palmas são características essenciais à constituição de um poder que condiciona a vida das pessoas à maximização da *felicidade*¹⁵, ou seja, a sua utilidade.

Faz-se necessário entender que o objetivo do poder disciplinar é individualizar para excluir os corpos transgressores. A partir do momento que o comportamento normal para os moradores de Palmas é perseguir os ideais de magreza e juventude, toda uma rede de relações pessoais passa a atuar para garantir este comportamento. À medida que o poder disciplinar conduz a uma tendência de semelhança, ele também homogeneiza os sujeitos, permitindo ocultar suas especificidades (Salztrager, 2011, p. 1141). Ao utilizar os binários gordo/magro, velho/jovem, belo/feio, garante as justificativas para controlar, de forma individual e com vigilância constante, os corpos a serem manipulados, exigindo deles uma rigorosa rotina de treinos.

A disciplina que cria corpos dóceis, corpos que buscam a semelhança (Laurent, 2013) visam produzir corpos submissos, a partir do momento que as pes-

13 Dócil é um corpo submetido à disciplina com o objetivo de ser transformado e aperfeiçoado para servir a um fim específico (Foucault, 1987).

14 Virtude, no que se refere ao controle, vigilância e disciplina, mecanismos que buscam controlar, as pessoas, de forma individual e da população, no que se refere à sociedade como um todo.

15 Felicidade está atrelada aos corpos dóceis, em conformação com os padrões sociais vigentes.

soas passam a praticar atividades esportivas em Palmas, uma rede de influência passa a atuar sobre este indivíduo, convencendo-o a usar a roupa x, adquirir o equipamento y e consumir a alimentação z. A disciplina faz com que o corpo atenda aos imperativos da vigilância, e com isto promova a autodisciplina que resulta num corpo útil, sendo este um corpo controlável que pareça jovem e saudável (Foucault, 1987).

O método utilizado para alcançar este corpo, dispensa atos de repressão e investe em mecanismos de sedução. O método compreende técnicas mais sutis que levam as pessoas a buscarem os ideais de magreza como se fosse um direito e não como uma condição para ser aceita socialmente. Quando uma pessoa deixa de praticar atividade física e frequentar estes espaços, interrompem-se os vínculos sociais com este grupo, passando da condição de influenciador para influenciado, iniciando um novo ciclo para antecipar o comportamento indesejável.

O biopoder como um fenômeno massificante (biopolítica)

A biopolítica não atua pela coerção como no poder disciplinar, a sua estratégia é a sedução,

[...] mesmo achando que estamos realizando determinada atividade durante o tempo disponível por espontânea vontade, sempre haverá a desconfiança de que este anseio surgiu de uma semente que foi plantada em nosso sentimento em alguma ocasião, provavelmente sem que pudéssemos perceber (Nascimento et. Al., 2017, p. 414).

A explicação de Foucault (1987) para o estabelecimento do poder, ao afirmar que não importam as motivações, pois elas são múltiplas, encadeadas e plurais, está na relação de influência que mantém a norma tanto no aspecto individual quanto no coletivo. Através desta relação, a força é dispensada, não é necessário obrigar as pessoas a emagrecerem ou praticarem atividades físicas, basta que elas sejam seduzidas e que se sintam vigiadas para que estabeleça sobre si o controle, e, ao mesmo tempo a sujeição.

Ao transitar pela cidade no início da manhã e no final da tarde é comum presenciar pessoas em trajes esportivos, caminhando ou correndo ao longo do percurso. Ao visitar as praças, os parques ou a orla de Palmas a presença de esportistas é ainda maior. Ao consultar as redes sociais, a imagem de pessoas praticando atividades esportivas também é bastante comum para os moradores de Palmas. Situações como estas evidenciam uma ação política em promover nas pessoas o interesse pelas práticas esportivas.

A biopolítica busca construir um ideal de normalidade em que a responsabilidade por alcançá-la é da própria pessoa, esta deve desenvolver hábitos que garantam padrões de normalidade reconhecidos pela comunidade a que pertence. A moralização da magreza em Palmas é um exemplo de como a mídia atua no sentido de produzir a imagem do corpo saudável. O controle do peso é outra medida que reforça o autocontrole e a autopunição, pois é atribuída à pessoa, a culpa pelo corpo que possui, desconsiderando os aspectos biológicos, sociais e econômicos.

A pessoa passa a ser a única culpada por ter o corpo diferente da norma. A normalização de determinados comportamentos implica no estranhamento do próprio corpo (Silva, 2015), neste aspecto, trata-se como doente aquele que está acima do peso, tendo como referência o indicador de normalidade denominado Índice de Massa Corporal (IMC), que analisa o peso versus a altura.

Medidas massificantes, como a propagação do termo *estilo de vida saudável* aos moradores de Palmas, procuram moldar a conduta da população imprimindo um aspecto positivo à prática de atividades esportivas. Através da naturalização do ato, utilizando-se da sedução para controlar e vigiar a população, uma vez que a intencionalidade desta medida é manter a imagem de uma cidade saudável para garantir o seu desenvolvimento, seja no aspecto ligado à qualidade de vida ou ao crescimento econômico. Interessante notar que por trás da *vontade de cuidar do corpo* há todo um processo que busca estimular o ato e influenciar as decisões.

O discurso midiático afirma que *só é gordo quem quer*, com isto a obesidade passa a ser vista como uma falha de caráter no plano individual, e desconsidera os fatores conjunturais, como no caso de Palmas em que o desenho urbano foi desfavorável à caminhabilidade¹⁶, contribuindo desta forma, para o sedentarismo das pessoas. Na biopolítica, a preocupação é criar estereótipos que concentrem os ideais a serem seguidos, possibilitando que as pessoas se sintam seduzidas a buscá-los sem questionar nem resistir “somos sutilmente envolvidos por uma rede que controla nossa forma de viver, trabalhar, pensar, amar. O assédio chegou num tal ponto refinado que já não sabemos se realmente queremos algo ou se somos impelidos a querê-lo” (Coelho; Fonseca, 2007, p. 66).

No caso dos grupos de treinamento funcional nas áreas públicas de Palmas, a hora da *selfie*, atestando a participação no treino, é o ápice do encontro, representa a prova que se tornará pública e garantirá as relações sociais necessárias para que as pessoas sejam aceitas. Ao postar nas redes sociais que o ato foi realizado,

16 Termo utilizado por Speack (2016) para se referir à necessidade que as pessoas possuem de caminhar pela cidade.

atesta-se que a norma foi cumprida, neste sentido, efetiva-se a legitimação do comportamento socialmente tido como aceitável, todavia ao colocar o corpo em evidência, as pessoas acabam tornando-se presas fáceis dos mecanismos de controle e vigilância.

O aumento na autoexposição tornou-se o *olho que tudo vê*, o mais eficiente dos mecanismos de controle e vigilância, a estratégia é que todos, em algum momento, estão tanto na condição de vigilante quanto de vigiado, nesta relação os dados estão sempre à disposição do julgamento público.

Ao disponibilizar imagens dos locais frequentados nas práticas esportivas, nos treinos diários ou em provas esportivas, os Profissionais de Educação Física, os esportistas e a população em geral residentes em Palmas usam as redes sociais para divulgarem imagens de sucesso e felicidade. Divulga-se imagens de superação, de vitórias, do contato com a natureza, dos lugares visitados, enfim, compartilham as experiências vividas no esporte em diferentes locais em Palmas. Este comportamento é característico da biopolítica, pois é a partir da sedução que o ato de praticar atividades esportivas torna-se a norma que deve ser seguida pelos moradores de Palmas, pois representa uma espécie de urbanidade artificial ou em outras palavras, um modelo próprio de urbanidade.

Algumas considerações

As discussões promovidas ao longo do estudo buscaram evidenciar a relação entre o plano urbanístico elaborado para Palmas e a realização de práticas esportivas como uma possibilidade de oferecer um novo tipo de urbanidade a Palmas. A partir da modificação do uso dos espaços públicos em Palmas, a cidade passou a ser projetada nacionalmente como uma das melhores cidades para se morar, tanto no que se refere aos aspectos ligados à saúde, como ao emprego e renda como é o caso dos Profissionais de Educação Física e de outras profissões que atuam diretamente na promoção de verdades absolutas sobre hábitos saudáveis associados às práticas esportivas.

Para compreender este fenômeno, buscou-se no modelo teórico do Panóptico de Bentham o embasamento para refletir sobre dois importantes elementos deste estudo, o espaço como elemento de transformação dos corpos e os mecanismos de vigilância e controle como forma de garantir um determinado tipo de comportamento. No que se referem ao corpo, as teorizações de Foucault (1987; 1990) sobre o biopoder trouxeram contribuições importantes sobre as medidas individualizantes e massificantes presentes em Palmas.

Ressalta-se que o presente estudo se mostrou válido uma vez que buscou problematizar não só os mecanismos de disciplina, controle e vigilância sobre o corpo, mas também sobre a influência do planejamento urbano da cidade em relação ao comportamento dos seus moradores.

Apresentaram-se as atividades esportivas como uma medida que contribuiu diretamente para a superação de um grave problema do plano urbano elaborado para Palmas, a segregação dos espaços que resultou no desencorajamento dos moradores em relação à necessidade de frequentar os locais públicos ao ar livre da cidade, aspecto que comprometia de forma significativa a vitalidade da cidade. As atividades esportivas realizadas nestes locais mostraram-se como uma possibilidade de oferecer a vitalidade urbana necessária ao desenvolvimento de Palmas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. Tradução: Tomaz Tadeu In: TADEU, Tomaz (org). **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 13-88.
- BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Saberes**. v. 18, n. 3, Natal, p. 86-100, dezembro, 2018.
- BESSA, Kelly. **Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas**: a capital projetada do Tocantins. *Geosp*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2017, p. 496-517.
- Brasil (Vigitel). **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília 2017. Disponível em: http://portalarquivos.saude.gov.br/imagens/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf. Acesso em: 3/09/2017.
- COELHO, Débora de Moraes; FONSECA, Tania Mara Galli. **As mil saúdes**: para quem e além da saúde vigente. *Psicologia & Sociedade*; v. 19, n. 2, p. 65-69, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987, 228p.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999.
- GEHL, J. **Cidades para as pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262p.
- LAURENT, Pierre Joseph. **Belezas imaginárias**: antropologia do corpo e do parentesco. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2013. 416p.

A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL

Airton dos Reis Pereira

Introdução

Eu gostaria de iniciar este texto afirmando que para discutir a luta pela terra no sul e sudeste do Pará, na Amazônia Oriental brasileira, é difícil não discorrer sobre o processo de concentração da terra, por parte de proprietários e empresários rurais, muitos deles provenientes do Centro-Sul do país, que contaram com o apoio político e financeiro do Estado. É igualmente difícil não discutir as dinâmicas em torno do aumento da migração de trabalhadores rurais, garimpeiros, pequenos comerciantes, entre outros, para essa parte da Amazônia. Falo isso porque as maiores transformações sociais da região ocorreram a partir do final da década de 1960 quando o Governo Federal, considerando esse território como um espaço vazio a ser preenchido, passou a construir estradas e fazer propagandas nos diversos meios de comunicação, estimulando a migração de contingentes populacionais para a Amazônia, prometendo terra, trabalho e lucro fácil. Grandes imóveis, com títulos definitivos ou de aforamentos, que foram constituídos passaram a ser ocupados, a partir da segunda metade da década de 1970, por trabalhadores rurais que se identificavam como posseiros.

Para esses trabalhadores rurais, da região ou migrantes de outras partes do território nacional, assumir a condição de posseiro passou a significar requisito básico de sua sobrevivência, de autonomia e de liberdade em face da exploração dos grandes proprietários rurais. Cortava-se, assim, para eles, o arame farpado da sujeição. Ser posseiro era ser dono de um pedaço de terra e da faculdade de decidir e de agir segundo as suas próprias determinações. Ser senhor de seu trabalho, de suas decisões e de suas sociabilidades. Não era difícil ouvir frases como: “Daqui para frente eu não vou mais. Chega de formar fazendas e ser sujeitado à vontade dos outros. Eu decido a minha vida.

Para Vieira (2001), o deslocamento de trabalhadores rurais para a Amazônia Oriental brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, foi em virtude da procura de uma terra para o trabalho. Essa terra aparece então como possibilidade de sobrevivência das famílias de camponeses, de ter autonomia diante dos grandes proprietários rurais e de poder decidir sobre o uso de seu tempo. Ela destaca que os propósitos dos trabalhadores eram: a valorização do *trabalhar para si*, ser *liberto*, ser dono de seu tempo, em oposição a trabalhar em *terra de dono*, trabalhar *de alugado*, ser *cativo*. O *cativeiro*, segundo ela, era associado a diversas situações de dependência e sujeição das quais os trabalhadores rurais procuravam escapar.

No sul e sudeste do Pará, a sujeição, para o trabalhador rural, não se restringia unicamente ao emprego assalariado ou mesmo outros trabalhos para os grandes proprietários rurais, mas estendia-se a qualquer situação em que o trabalhador sentia restrição à sua liberdade. A liberdade aqui é associada, principalmente, à possibilidade de decidir sobre o uso do tempo, sobre as atividades a serem desenvolvidas e sobre as mudanças que se mostrassem necessárias na produção. Quer dizer, ocupar uma terra e resistir nela era lutar para ser dono daquela terra, mas também de seu tempo e de suas próprias decisões. Acabou sendo também uma oportunidade de praticar um outro tipo de agricultura, diversificada e ecologicamente sustentável. Nesse sentido, expulsar os trabalhadores da terra, fatos que ocorreram quase sempre de maneira muito violenta, era privá-lo de decidir pela sua própria vida e de ser dono de seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa.

O propósito deste texto é justamente analisar a luta pela terra, no sul e sudeste do Pará, na Amazônia Oriental brasileira, a partir das experiências dos trabalhadores rurais em contraposição aos interesses dos grandes proprietários de terras e do Estado na região. É uma narrativa que procura privilegiar os pequenos acontecimentos, marcas sutis e singulares dos sujeitos envolvidos na luta, personagens considerados sem nenhuma importância na História. Pessoas que tiveram as suas vidas marcadas por intensos conflitos, violência, sofrimento e dor, “vidas que são como se não tivessem existido” (Foucault, 2006, p.210), vidas singulares, muitas vezes, sem nome e sem rosto que nos deram a conhecer pelo “choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las” (idem). É um estudo que procura afastar-se das vertentes historiográficas produtoras de grandes sínteses e construídas com base na compreensão causal e determinista, submetidas a um tempo linear e cronológico.

No caso do sul e sudeste do Pará, a luta dos trabalhadores pela terra por meio de suas experiências localizadas de contestação, de embates, mas também de solidariedade entre si como trabalhos coletivos e trocas mútuas, puderam

experimental iniciativas que possibilitaram uma outra forma de posse e de uso da terra. Inúmeros grandes latifúndios foram ocupados e divididos em pequenos imóveis e neles implantados uma agricultura de base familiar, em certa medida, diversificada, mais sustentável e ecológica. São práticas que caminham na contramão da lógica produtivista capitalista que degrada a natureza e o trabalho humano em razão do lucro (Santos, 2002; 2011).

Para a realização dessas análises foram fundamentais as informações propiciadas por um conjunto de documentos como panfletos, ofícios, abaixo-assinados, cartas pastorais, relatórios e boletins da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram também indispensáveis os relatos orais de posseiros, religiosos, dirigentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Dinâmicas em torno da migração e da concentração da terra no sul e sudeste paraense

Na área geográfica denominada, hoje, de sul e sudeste do Pará, até aos finais dos anos de 1960, o cotidiano de homens e mulheres, de povoados e de localidades rurais era quase sempre determinado pelas águas. As águas possibilitavam o trabalho, a alimentação, o lazer, mas também os caminhos de uma população escassa que habitava as margens dos cursos das águas. Os rios Araguaia, Tocantins e Xingu eram os principais e mais baratos meios de comunicação entre as cidades de Marabá, Conceição do Araguaia e São Felix do Xingu à capital do estado ou à cidade de Imperatriz, no Maranhão. As transações comerciais entre estas localidades, normalmente, eram efetivadas por embarcações a remo ou a motor: transporte lento e difícil. O deslocamento de ida e volta a Belém, às vezes, demorava vários meses. Os padres da Igreja Católica desenvolviam os seus trabalhos pastorais, as denominadas desobrigas, fazendo missas, casamentos, batizados e confissões, em lombo de cavalos, quando adentravam o sertão, ou em barcos, quando percorriam os rios e igarapés. Voltavam apenas depois de dois ou três meses fora de casa.

Grande parte da população, nessa época, era formada por famílias procedentes do Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Bahia que desempenhavam funções de agregados ou eram peões de grandes fazendas no sudoeste do Maranhão e no norte de Goiás (hoje estado do Tocantins); ou eram trabalhadores que tinham perdido ali as suas terras para empresários e grandes proprietários

do Centro-Sul do Brasil em razão do comércio e da grilagem de terras com a abertura da rodovia Belém-Brasília ou eram descendentes daqueles que trabalhavam como barqueiros e carregadores nas embarcações que aos poucos haviam se fixado às margens dos rios. Ou eram ainda aqueles que tinham sido trabalhadores em garimpos de cristal e de diamante nos rios Tocantins e Araguaia. Eram também fazendeiros, grileiros e comerciantes de produtos extrativos como a castanha-do-pará, madeiras de lei como mogno, ipê, etc. e peles de animais¹.

Quer dizer, o processo de migração para essa parte do território amazônico não é um fenômeno novo, contudo se intensificou a partir do final da década de 1960 com as aberturas das estradas e da propaganda governamental que prometia terra, trabalho e lucro fácil no interior da Amazônia. Foi no final dos anos de 1960 e início da década de 1970 que as rodovias, como a PA-70 (hoje BR-222), a Transamazônica (BR-230), a PA-150 entre outras, foram construídas, possibilitando, assim, uma maior penetração de migrantes de outras regiões do país nessa parte do território amazônico.

Essas estradas passaram, aos poucos, a mudar o ritmo do lugar, impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidades e de vivências. O caminhão, o automóvel e o ônibus transportavam mercadorias, correspondências, pessoas e novos hábitos. Chegavam não só passageiros, mas também caminhões de mercadorias do Centro-Sul que na volta levavam tábuas de mognos explorados nas matas por madeireiros de diversos lugares, especialmente aqueles de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná que tinham um montante de capital investido fortemente na exploração da madeira. Revendedores de confecções, de tecidos e de artigos de luxo (joias, relógios, etc.), entre outros, faziam agora o caminho mais rápido. Se antes compradores de arroz do Sudeste dependiam da intermediação de beneficiadores e comerciantes de Imperatriz (MA), agora podiam negociar diretamente com o produtor de Marabá e de Conceição do Araguaia (Velho, 1972).

Seguindo os cursos das estradas, a população chegante criou vilas e povoados os quais são hoje cidades sedes de municípios, como Redenção, Rio Maria, Xingua, Jacundá, Goianésia do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Tucumã, Ourilândia do Norte, entre outras. Casas de comércio e bancos passaram a ser edificadas apressadamente para atender os migrantes que chegavam quase todos os dias. Em menos de cinco anos, a ro-

1 Foi basicamente essa população que entrou em choque com indígenas de diversas etnias como os Akrâtkatêjê, Parkatêjê, Kýikatêjê, Irã'mranh-re, Suruí Aikewara, Asurini, Kayapó, Parakanã, Karajá, Xikrin, entre outras. Os que não morreram, vítimas das armas de fogo ou acometidos por doenças, perderam ou viram as suas terras serem drasticamente reduzidas. Mais detalhes cf. Karaja & Pereira (2018); Suruí & Pereira (2018); Jópaipaire (2011); Laraia & Da Matta (1967); Turner (1998).

dovia suplantou o rio. As cidades como São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Itupiranga, Tucuruí, Marabá e São Felix do Xingu que nasceram às margens dos rios, com a abertura das rodovias, deixaram de ostentar o *status* de *cidade beira-de-rio* para se tornar *cidade beira-de-estrada*. A porta de entrada e de saída dessas cidades deixou de ser o rio e o principal transporte deixou de ser as embarcações. A “frente da cidade” não foi mais o lugar em que acostavam as balsas, os barcos, as canoas, mas as estradas empoeiradas por onde entravam os caminhões, os automóveis, os ônibus. Embora os rios continuassem sendo importantes, a interação imediata entre terra e água foi, de certa forma, quebrada. As sociabilidades, as vivências, as relações das populações deixaram de estar relacionadas diretamente à interação cidade-rio. É certo que os rios continuam sendo importantes, isso não tenho dúvida, mas a interação imediata entre terra e água foi, de certa forma, quebrada.

Foi nessa época que o governo paraense dividiu as terras em glebas de 4.356 hectares e vendeu com baixos preços às empresas e fazendeiros sulistas que tão logo foram favorecidos com incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA).

Paulo Botelho Almeida Prado, que foi gerente da fazenda Nazaré e advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no início da década de 1970, em um relatório a respeito da chegada de grandes empresas privadas à região assim escreveu:

Desde 1966 mais ou menos, esta região[...] começou a mudar de fisionomia com a concretização dos planos traçados pelo governo federal para a ocupação produtiva da região, através da política de incentivos fiscais da SUDAM. Fortes grupos econômicos do sul do país, para ser mais preciso, de São Paulo, em sua maioria, que haviam adquirido do governo do Estado anterior ao da Revolução de 1964 os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e para aqui se deslocam investindo maciçamente grandes somas de capital, no setor agropastoril (Prado, 1973, p. 6 apud Ianni, 1978, p. 98).

Por meio desse fragmento de Paulo Botelho Prado é possível constatar que o Governo Federal a partir de 1964 passou a potencializar o processo de concentração da terra na Amazônia, com recursos provenientes dos incentivos fiscais, especialmente destinada à criação de gado bovino. Só para termos uma ideia, entre 1960 e 1976, o governo do Pará chegou a vender à iniciativa privada quase 7 milhões de hectares de terras. Os Quagliato, responsáveis pela condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos

Estados Americanos (OEA), em dezembro de 2016, em razão da violação dos direitos humanos pela prática de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde, no município de Sapucaia, por exemplo, detinham, no sul do Pará, cerca de 160 mil hectares de terras. Já os Lanari do Val, em Redenção e Santana do Araguaia, chegaram a concentrar mais de 348 mil hectares. Mas empresas dos ramos financeiro, industrial e da construção também adquiriram grandes extensões de terras e receberam recursos provenientes de projetos agropecuários financiados pela SUDAM como Bradesco, Atlântica Boa Vista, Nixdorf, Volkswagem do Brasil S/A, Manah, Cetenco Engenharia S/A, Andrade Gutierrez etc. Foi um tempo em que o governo elevou a área média de cada terra vendida de 165,5 hectares para 3.585 hectares (Santos Filho & Porto, 1984). Dos 1.199 projetos aprovados pela SUDAM, para serem implementados nos anos que transcorreram entre 1975 e 1989, no estado do Pará, 638 foram destinados à criação de gado bovino (Pará Agrário, 1990). Quer dizer, empresas sediadas no Centro-sul do país adquiriram terras e recursos provenientes dos incentivos fiscais na Amazônia, não para investir em negócios das áreas de suas atuações em suas regiões de origens, mas para criar boi ou tão somente para especulação. A política de incentivos fiscais possibilitou que

empresários sem tradição no ramo se tornassem proprietários de terras na Amazônia. Estes pagavam pela terra, mesmo quando a sua documentação não era lícita, mas, em compensação, recebiam gratuitamente o capital necessário, sob forma de incentivo fiscal, para torná-las “produtivas”, bem como isenção de imposto na compra de mercadorias, implementos e máquinas (Pereira, 2004, p. 46).

Mas nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Jacundá, o processo de concentração de terras por meio da prática de aforamentos perpétuos também foi grande. Entre 1955 e 1966, o governo do estado chegou a expedir 218 títulos de aforamentos perpétuos a proprietários rurais que já vinham explorando a castanha-do-pará na área geográfica desses cinco municípios, concentrando nas mãos de poucas pessoas mais de 795.155 hectares de terras. Embora o tamanho da área para cada requerente não pudesse exceder 3.600 hectares, conforme a Lei nº 913, de 1954, grande parte dessas terras passaram a pertencer a algumas famílias como os Mutran, os Azevedo, os Moraes, os Chamié, os Miranda entre outras (Emmi, 1987; Pará Agrário, 1990).

Como é possível perceber, por meio dos dados acima apresentados, embora a aquisição de grandes extensões de terras, no sul e sudeste do Pará, por muitos empresários e fazendeiros do Centro-Sul do País tenha iniciado antes do golpe civil-militar, de 1964, foi a partir da segunda metade da década de 1960 que

foram implantados ali os primeiros projetos agropecuários com recursos provenientes dos incentivos fiscais (Ianni, 1978; Fernandes, 1999). No final dessa década e início da década seguinte, muitos proprietários rurais passaram a adequar a documentação de seus imóveis conforme a legislação vigente, registrando-as como empresas rurais, para que assim pudessem acessar os recursos financeiros advindos dos incentivos fiscais da SUDAM e, de certa forma, escaparem-se de possíveis desapropriações para fins de reforma agrária². Outros, atraídos por essas facilidades econômicas e pela qualidade das terras, compraram diversos imóveis que já possuíam títulos definitivos, tornando-os aptos a receberem recursos dos incentivos fiscais. Um empresário do estado de São Paulo, dono da Fazenda Bela Vista³, da Gleba Itaipavas, no município de Conceição do Araguaia, em menos de três anos recebeu Cr\$ 13.735.243,00 (US\$ 2.640.620,33)⁴ de incentivos fiscais em razão de três projetos aprovados, em 1970 e 1972, pela SUDAM (Pereira, 2004). Esse dinheiro não foi investido na propriedade. Identificada como improdutiva, foi ocupada por posseiros no início de 1980.

Quanto maior fosse o tamanho da área ocupada, maior seria o volume de recursos provenientes dos incentivos fiscais. Ou seja, o volume dos incentivos fiscais se relacionava diretamente com a extensão territorial. Quanto maior fosse o tamanho do imóvel, maior seria o volume de recursos que poderia se obter com base nele (Costa, 2000a).

Costa (2000b) fazendo análises sobre o montante de recursos dos projetos agropecuários provenientes de incentivos fiscais aprovados pela SUDAM, constatou que até dezembro de 1985 essa superintendência tinha aprovado US\$ 3.928 milhões para 959 empresas, sendo 584 agropecuárias e 44 agroindustriais. Segundo ele, as empresas agroindústrias alocaram cerca de US\$ 215,4 milhões enquanto as empresas agropecuárias foram contempladas com US\$ 632,2 milhões, ou seja, 416,8 milhões de dólares a mais do que as agroindústrias. Para esse autor, as grandes empresas como a Construtora Mendes Jr, Bradesco S/A, Volkswagen do Brasil S/A, etc., em número de 21 (19% do total), detiveram cerca de 47,2% do total de investimentos de todos os projetos de uma amostra de 106 projetos. A média de investimento por projeto foi na ordem de 4,9 milhões de dólares. O segundo segmento que mais recebeu recursos dos incentivos fiscais na Amazônia

2 Cf. Lei nº 4.504, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra), Lei nº 5.178 de 27/10/1966 (Lei que criou a SUDAM) e Decreto-Lei nº 554, de 25 de abril de 1969. Vale observar que, de acordo com o Estatuto da Terra (Art. 19, § 3º, alínea b), as empresas rurais, mesmo localizadas nas áreas prioritárias de reforma agrária, estariam isentas de desapropriação.

3 A Fazenda Bela Vista era constituída por três imóveis denominados de Juruparana Pastoril S/A, Companhia Berocan de Pecuária e Companhia Melhoramentos Pau D'Arco (Camargo).

4 Confira cotação do dólar oficial do dia em Andima (1994, p. 90).

foram os grupos familiares provenientes do Centro-Sul, especialmente de São Paulo e de Minas Gerais, como as famílias Lunardelli, Lanari do Val, etc., Os 29 projetos desse segmento, segundo Costa (2000b), deteve 22,4% dos investimentos totais do conjunto da amostra, com cerca de US\$ 50,5 milhões.

O que se pode verificar, por meio dessas informações, é que se tornou vantajoso para bancos, companhias de seguro, concessionárias de automóveis, mineradoras, empresas da área de transportes, da construção civil e de estradas e grupos familiares do Centro-Sul investir na criação de gado bovino, com subsídios do Governo Federal. Por esta razão não é de estranhar porque até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terras já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará (Kohlhepp, 2002).

Em um outro texto, Costa (1993), fazendo uma comparação entre as microrregiões homogêneas do IBGE, no Pará, quanto a participação delas em valores totais de projetos financiados pela SUDAM, por um lado, e o número de trabalhadores rurais assassinados em razão da luta pela terra, por outro, identificou que, embora na microrregião de Marabá o volume de recursos de projetos agropecuários incentivados não tenha sido fator determinante na intensidade da violência no campo, mas a concentração da terra e o poder de mando da oligarquia castanheira local, o número de trabalhadores rurais assassinados foi maior onde os valores dos incentivos fiscais foram mais alto. Na microrregião Araguaia Paraense, mais ao sul do estado, por exemplo, concentrou cerca de 38,3% do valor dos incentivos e 40,6% do número de assassinatos no campo.

De certo modo, podemos então entender que associado à violência no campo está o fenômeno da concentração da terra, não sendo, portanto, mera coincidência o fato de que as áreas com maiores índices de violência sejam também aquelas que possuem os maiores índices de concentração fundiária e de recursos provenientes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, sobretudo para a criação de gado bovino.

Quer dizer, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil, inclusive aquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de madeiras nobres (mogno, cedro, ipês, angelim, etc.) e comercialização da castanha-do-pará. Para a formação de pastagens esses proprietários derrubaram milhares de hectares de florestas nativas. Para tanto, não se eximiram de escravizar

centenas de trabalhadores, principalmente os que foram aliciados por empreiteiros em vários estados do Nordeste como o Piauí e o Maranhão⁵.

A luta pela terra: ocupações, conflitos e violência no campo

Como foi analisado nas páginas anteriores, nos finais década de 1970 e início dos anos 1980, o sul e o sudeste do Pará já não eram mais uma fronteira de terras devolutas disponíveis, pelo contrário, não havia terras “desocupadas” para todos que ali chegavam. Conforme os dados do INCRA, em 1980, haviam, no sul e no sudeste do Pará, 59 projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, mais do dobro da área do Estado de Sergipe (Pinto, 1982).

Mas grande parte desses imóveis passaram, aos poucos, a ser ocupados por trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do País, que se identificavam como posseiros, colocando em xeque o modelo de desenvolvimento que os sucessivos governos haviam planejado para Amazônia. Ou seja, as famílias de trabalhadores rurais que chegavam de diversas partes do Brasil ao sul e ao sudeste do Pará atraídas pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia, uma vez sem a terra e sem emprego passaram a ocupar as grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos. Ao longo da recém construída rodovia PA-150, que liga Conceição do Araguaia à Belém, passando pela cidade de Marabá, por exemplo, famílias inteiras, que chegaram em busca da terra e do emprego se aglomeravam em vilas e povoados. Não tardaram a ocupar inúmeros imóveis improdutivos e reivindicar, com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) as suas desapropriações.

Esse movimento de ocupações de terras improdutivas pode ser verificado ao longo das quatro últimas décadas. Para se ter uma ideia, segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Diocese de Conceição do Araguaia, 211 propriedades improdutivas foram ocupadas em onze municípios localizados no sul do estado⁶, entre 1975 e 1990, sendo 122 entre os anos de 1975 e 1984 e 89 entre os anos de 1985 e 1990 (CPT de Xinguara - Arquivos). Em quase todas essas ocupações ocorreram violentos conflitos, como foi o caso das fazendas Ca-

5 Segundo os dados da CPT, entre 1995 e 2017, foram resgatados 52.455 trabalhadores em condições análogo à de escravidão no Brasil, sendo que 13.175 (21,1%) foram no estado do Pará. Destes 13.175, cerca de 8.488 (64,42% do total do Pará) foram no sul e sudeste paraense (CPT, 2018).

6 Conceição do Araguaia, Redenção, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra. Cf. Figura na p. xi desta tese. Até maio de 1982, esses municípios pertenciam unicamente aos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

naã, Tupaciretã, Vale da Serra, Jocon/Três Irmãos, Agropecus, Batente, Pecosa, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira, entre outras.

Nesse mesmo período, cerca de 35 castanhais, a maioria com títulos de aforamento perpétuo, foram ocupados nos municípios de São João do Araguaia e Marabá somando nada mais nada menos do que 130.000 hectares de terras (Hébette, 1991).

Mas em razão das crescentes ocupações de seus imóveis, os proprietários e empresários rurais passaram a defender (através das armas) as suas terras, expulsando, ameaçando e assassinando trabalhadores, destruindo plantações e queimando as suas casas. Para tanto, não deixaram de usar os meios de comunicação para denunciar a Igreja Católica e divulgar as suas ameaças contra os trabalhadores rurais. O jornal *O Estado do Pará*, de 11 de setembro de 1979, por meio de uma matéria intitulada “Armas contra os posseiros”, por exemplo, afirmou que o Secretário do Sindicato dos Proprietários de Castanhais e Fazendas de Marabá, João Anastácio Queiroz, havia entregado um documento ao Ministro da Justiça, Petrônio Portela, denunciando a Igreja Católica e a CPT de estarem promovendo as ocupações de terras na região de Marabá. Segundo o jornal, o documento afirmava que havia “um trabalho dirigido e orientado de invasões, com arrebanhamento de elementos em diferentes locais, e posterior distribuição em áreas previamente escolhidas e selecionadas”. Segundo ainda o mesmo jornal, os fazendeiros afirmavam: “se as autoridades não tomarem providências urgentes para evitar essas invasões, seremos obrigados a recorrer a contra-força para expulsar esses invasores”.

Já José Pereira da Nóbrega, o Marinheiro, um dos fazendeiros acusados pelo assassinato do advogado da CPT, Gabriel Sales Pimenta, em 1982, em Marabá, declarou, em 21 de abril de 1985, ao jornal *O Liberal*, 1º Caderno, que “Se não houver providências imediatas para acabar com essa onda de invasões, poderão ocorrer ainda mais mortes em Marabá. Quando eu saí de lá muitos fazendeiros estavam se reunindo para enfrentar os invasores”, e acrescentou: “todos os fazendeiros e donos de castanhais contratam pessoas para cuidar da segurança de suas áreas”.

O caso da fazenda Bela Vista pode ajudar a ilustrar também as discussões sobre essa problemática da violência no campo. Em 1980, quando uma parte da fazenda foi ocupada por posseiros, o proprietário começou ameaçá-los de expulsão e de morte. O conflito prolongou-se por oito anos. Durante esse período, Jurandir Gonçalves Siqueira, proprietário dos 17.486,68 hectares da referida fazenda, contratou pistoleiros e requereu força policial. Diversos trabalhadores foram presos, espancados, torturados e alguns assassinados. Vinte e duas casas foram queimadas. Cereais e plantações foram destruídas.

Para Regina Bruno (2002), dois são os traços que se pode identificar o perfil dos proprietários e dos empresários rurais no Brasil. Um, segundo ela, é a defesa da propriedade como direito absoluto. O outro é a violência como prática de classe. Para Bruno, a propriedade privada aparece aos olhos da classe patronal como direito incontestável, eterno e absoluto. Aparece ainda não só como forma segura de se criar riqueza, mas também como obter reconhecimento político e prestígio social. E associado a essa noção de propriedade da terra está a defesa da violência como prática de classe. E justamente no uso da violência, afirma ela, é que “torna imprecisa a fronteira entre o novo e o velho, entre empresários rurais defensores da competitividade e da negociação e os tradicionais fazendeiros-latifundiários” (Bruno, 2002, p.193).

Ser aceito e reconhecido pelo seu grupo, geralmente os fazendeiros deveriam se mostrar fortes, corajosos e não aceitarem que seus imóveis fossem ocupados por posseiros, mesmo porque a ocupação de uma área poderia desencadear outras ocupações, num efeito cascata. Segundo Gutemberg Alves dos Reis, ex-executor do GETAT de Conceição do Araguaia,

O fazendeiro que não contratava pistoleiros, que não mandava matar dentro de sua fazenda, que não praticava violência ele era, de certa forma, desprezado. Ele tinha dificuldade de estar relacionando socialmente com a sua categoria. [...]. Tinha a UDR [União Democrática Ruralista] naquele tempo. Aí diz olha, de um lado os movimentos sociais, do outro, a UDR. Então desapropriar aqui é uma, é uma ...como se diz, uma derrota para a UDR, uma questão de poder, uma luta pelo poder, uma questão de vaidade inclusive, de prestígio, porque veja bem, teve situações em que fazendeiros de outras regiões ajudavam, fazendeiros que estavam sendo alvo de ocupação, eles ajudavam ali e tal por vários meios para impedir essa ocupação [...] (Entrevista concedida em 25/07/03).

Nesse processo, o Estado, por meio de seus órgãos, como o poder judiciário, a Polícia Militar, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no sentido de garantir o modelo de desenvolvimento apoiado na grande propriedade da terra, em diversos momentos auxiliou os fazendeiros e as empresas privadas na expulsão de trabalhadores rurais das áreas ocupadas. Diversos foram aqueles que conseguiam, facilmente nas comarcas locais, liminares de despejo, quase sempre, executadas por oficiais de justiça auxiliados por policiais e por pistoleiros das fazendas. Mas a grande maioria passou a contratar pistoleiros e grupos paramilitares para expulsar e assassinar trabalhadores rurais e as lideranças ligadas aos STRs. Em dezembro de 1985, por exemplo, o *Jornal do Brasil* publicou uma

matéria dando conta de milícias armadas nas fazendas do sul e do sudeste do Pará, expulsando e assassinando trabalhadores rurais. Segundo o jornal, algumas fazendas chegavam a ter 40 homens armados com carabinas de repetição. Na fazenda de Sebastião das Neves, havia “uma metralhadora ponto 50, armada na traseira de um jipe” (Jornal do Brasil, 12/08/1985, p. 7) e afirmava ainda o jornal que todos estavam se armando “para corrigir o que os proprietários consideravam um descaso total da justiça”.

Segundo os dados da CPT, dos 990 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados por questões de terras no estado do Pará, entre 1970 e 2017, cerca de 700 foram somente no sul e sudeste do Pará (CPT, 2010; 2017). Muitos desses assassinatos foram executados com alto requinte de crueldade, como foram os casos dos massacres. Entre 1985 e 2017, de acordo com a CPT, ocorreram 46 massacres no Brasil, sendo que 9, com 40 vítimas, aconteceram nos estados do Nordeste e do Centro-Sul do Brasil e 38 casos, com 183 vítimas, sucederam-se na Amazônia. Só em 2017 ocorreram quatro grandes massacres de trabalhadores rurais na região amazônica: Pau D’Arco, no Pará (10 mortos), Colniza, no Mato Grosso (9 mortos), Vilhena, em Rondônia (3 mortos) e Canutama, no Amazonas (3 mortos). O Pará é o estado com o maior número de massacres registrados pela CPT, contabilizando 26 casos, com 125 vítimas, ou seja, 55,61% dos casos e 56,02% das mortes nesse tipo de violência.

Nesse sentido podemos compreender que não foi por acaso que Martins (1984) ao analisar os conflitos de terra na Amazônia identificou três tipos de violência contra os trabalhadores rurais. Segundo ele,

Inicialmente, a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão, que foi também o primeiro passo no fornecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública. Em segundo lugar, a violência da justiça, desmoralizada pela execução de sentenças de despejo com jagunços e outros recursos particulares de grileiros e grandes empresas; uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa. Em terceiro lugar, e como consequência dos efeitos contrários e comprometedores para a ordem pública das duas violências anteriores, a violência que é a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político (Martins, 1984, p. 59).

Estamos, assim, diante do que poderíamos chamar, talvez, de uma expansão da privatização dos espaços públicos. Ou seja, de práticas que revelam não só a omissão e a cumplicidade de juízes, de funcionários dos aparelhos de Estado

como o GETAT, a Polícia Militar e Civil do Pará, mas o quanto essas instituições públicas agiram, com violência, contra os trabalhadores rurais à medida que defendiam os interesses dos fazendeiros e empresários rurais.

Mas não é possível identificar os trabalhadores rurais dessa parte do território paraense como passivos diante da violência dos proprietários e dos aparelhos de Estado. Nesse sentido, vale explicar que uma das formas de resistência desses trabalhadores eram as práticas de ocupações de imóveis improdutivos. Normalmente essas ocupações aconteciam paulatinamente e não de maneira organizada como um movimento planejado para ocupar determinados imóveis como as promovidas mais tarde pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷. A iniciativa de cada ocupação partia sempre do interessado e não de uma coordenação centralizada que planejava e dirigia as ocupações de terras. Motivados pela necessidade imediata de sobrevivência, estes trabalhadores rurais formavam pequenos grupos, entravam numa área e, aos poucos, demarcavam os seus lotes no interior das matas. Não se trata de ocupações efetuadas por pessoas desinformadas que vagavam de maneira aleatória em busca da terra. A iniciativa de cada trabalhador rural atraía outros ocupantes. Quase sempre os trabalhadores chegavam a convite de um vizinho, de um compadre, de um amigo de seus lugares de origem ou de um parente. Embora aparentemente fácil, para permanecer na terra, estes trabalhadores necessitavam, muitas vezes, enfrentar o poder e a força dos grandes proprietários, que eram quase sempre maiores do que a suas. A ocupação da fazenda Bela Vista, no município de Conceição do Araguaia, por exemplo, ocorreu nesses aspectos. Diversos trabalhadores rurais da região, mas, sobretudo, migrantes do Nordeste e do Sudeste do país se estabeleceram naquelas terras a partir do início de 1980. Muitos destes trabalhadores já vinham, anos a fio, vagando de fazenda em fazenda, trabalhando como agregados, empreiteiros, diaristas, meeiros e encontraram nessas terras a possibilidade de melhorar as suas vidas e viver longe dos mandos do patrões.

O senhor Divino Rodrigues, um dos ocupantes deste imóvel conta que quando visitou uns amigos que moravam às margens do rio Araguaia, na divisa do Estado de Goiás (hoje Tocantins) com o Pará ficou sabendo que vários trabalhadores rurais tinham iniciado a ocupação dessa fazenda. Ele voltou para casa, na cidade de Colinas, convidou um de seus compadres e em maio de 1980, mesmo sem contatos com os outros ocupantes daquela área, demarcaram, às margens de

7 O MST passou organizar acampamentos e ocupações de propriedades improdutivas na região a partir do início de 1990 como foi o caso das ocupações das fazendas Canarana e Ingá, em Conceição do Araguaia e Rio Branco, em Parauapebas. Cf. Pereira (2015).

um igarapé, os seus lotes de cem hectares cada um e edificaram ali as suas casas⁸. Naquele mesmo ano iniciaram as suas roças. Dois anos depois, a área já estava completamente ocupada. Trezentas famílias, à maneira do Sr. Divino, ocuparam os 17.486,68 hectares de terras dessa fazenda. Depois de oito anos de conflitos estes trabalhadores conseguiram a desapropriação o imóvel. Para tanto, contaram, naquela época, com o apoio da CPT e do STR de Conceição do Araguaia.

Vale dizer que as lideranças dessas comunidades de posseiros normalmente se constituíam no processo da luta. Elas se despontavam, às vezes, pela capacidade de resolver os entrevos internos, de unir os diferentes grupos, de buscar apoio externo às suas lutas e montar “frentes armadas” contra os pistoleiros. As práticas de participação, como reuniões, trabalhos coletivos, entre outras ajudas mútuas e de solidariedade se efetivavam também no processo da luta.

Diversas comunidades de posseiros, fossem elas estabelecidas em áreas devolutas ou em terras particulares, muitas vezes, em função do ambiente estranho à vida que levavam em suas regiões de origem, o isolamento e as dificuldades inerentes à precariedade das estradas, dos serviços de saúde e de educação, a falta de créditos para a produção e até mesmo as ameaças de proprietários ou da polícia, entre outros, encontravam formas próprias de organização. Muitos migrantes traziam consigo experiências de práticas religiosas e de organização social que, uma vez na terra, eram colocadas em relevo, mas aos poucos ressignificadas conforme se desenrolava a luta, como as rezas nas casas dos vizinhos, celebrações dominicais, partidas de futebol entre localidades, a troca de dias de trabalho entre membros da comunidade, a prática dos mutirões e as festas. Eram formas de solidariedade e rompimento do isolamento entre os moradores.

Mas outras ações coletivas eram criadas no conflito. Ou seja, uma vez na área, esses trabalhadores rurais passavam a constituir práticas de resistências muitas vezes consideradas avançadas, com tática de defesa e esquema de segurança, com comunicação interna, trincheiras, roças e trabalhos coletivos entre outras ações. Com relação ao caso da fazenda Bela Vista, por exemplo, segundo o jornal *O Estado de São Paulo* nas edições de 15 e 16 de setembro de 1987, a Polícia Militar e o juiz Dr. Eronides de Souza Primo, da comarca de Conceição do Araguaia, constataram que os posseiros haviam cavado “trincheiras que seriam utilizáveis tanto para a cobertura de um ataque à sede [da fazenda] como numa posição de defesa futura para afastar tropas”. Segundo ainda este jornal, os trabalhadores rurais, em resistência aos pistoleiros e à Polícia Militar, haviam construído “16 trincheiras, algumas delas com pedras e outras cavadas de forma a impedir o acesso de veículos que, ao cair nelas, teriam os pneus furados”.

8 Entrevista concedida em 02/08/2003.

Embora não conste nos dados oficiais, muitos pistoleiros e diversos policiais e fazendeiros foram mortos no confronto com os trabalhadores rurais⁹. Por exemplo, os pistoleiros conhecidos como Chapéu de Aço, Francisco Sales e Joaquinzão (Joaquim Francisco dos Santos) morreram no confronto armado ocorrido no dia 19 de outubro de 1981 com os trabalhadores que ocupavam a Fazenda Tupã-Ciretã, em Rio Maria. E no confronto armado ocorrido no dia 17 de dezembro de 1984, entre pistoleiros da Fazenda Flor da Mata, município de Xinguara, e os trabalhadores que ocupavam esta fazenda, cinco pistoleiros foram mortos e seis outros saíram feridos (Arquivo da CPT Nacional).

Hoje, segundo o INCRA (2018), o sul e sudeste do Pará abrigam 514 Projetos de Assentamentos da reforma agrária, com 72.198 famílias assentadas numa área de 4.683.158 hectares, inaugurando, assim, uma outra forma de posse e uso da terra. Ou seja, os trabalhadores rurais, em diversos momentos de luta pela terra, fizeram com que inúmeros latifúndios fossem desapropriados para fins de reforma agrária e ali fossem assentados. E, embora se possa considerar a existência de grandes imóveis, no sul e sudeste do Pará, indicativo principal, talvez, da permanência dos conflitos e das violências em torno das disputas por terras, a ação política dos trabalhadores rurais trouxe para a cena pública as demandas por terras e, consequentemente, o debate da reforma agrária.

Isso implicou, pelo menos em parte, a reterritorialização do espaço agrário regional à medida em que colocaram em questão o desenvolvimento, pensado pelos sucessivos governos, fundamentado na grande propriedade da terra. Não deixando de considerar que existem entraves que desafiam a permanência dos trabalhadores na terra¹⁰ e que as políticas de criação de Projetos de Assentamentos pelo Governo Federal devem ser vistas de maneira crítica, podemos, de certa forma, afirmar que as ocupações de terra e a transformação de maioria dessas áreas ocupadas em assentamentos significaram a redefinição da posse e do uso da terra nessa parte do território amazônico. Inúmeras são as famílias que estão experimentando uma outra forma de agricultura, de base familiar, diversificada, mais sustentável e ecológica. Por meio de suas lutas e experiências localizadas, de ações coletivas, esses trabalhadores impuseram outras formas de distribuição da terra, de produção e organização social na região.

9 O Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), através de sua revista *Pará Agrário*, procurou registrar, além do número de trabalhadores assassinados, o número de pistoleiros, fazendeiros e policiais mortos em confronto com os posseiros. No entanto, eles são bem aquém da real situação. A CPT optou em registrar somente as baixas do lado dos trabalhadores rurais. Sobre esta questão veja Pereira (2004 e 2015).

10 Excelentes análises sobre as razões geradoras das evasões de trabalhadores rurais dos assentamentos da reforma agrária no Brasil podem ser encontradas em Bruno & Medeiros (2001).

Referências

- ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto). **Câmbio**: de 1989 até 1994 a paridade da moeda brasileira com o dólar americano. São Paulo: Andima, outubro de 1994.
- ARMAS CONTRA os posseiros. **O Estado do Pará**, Belém, 11.09.1979.
- ATÉ TRINCHEIRAS na região do Araguaia, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15.09.1987.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.504, de 30/11/1964. DOU, 31/11/1964.
- BRUNO, Regina ngela Landim. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- BRUNO, Regina ngela Landin; MEDEIROS, Leonilde Servólo. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília: MDA/Incra, 2001.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Assassinatos e julgamentos-1985-2010**. Goiânia: Setor de Documentação, 20/04/2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT/SETOR DE DOCUMENTAÇÃO CPT NACIONAL. **Massacres no campo**, junho 2018.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT/CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. **Estatística 2017**. CPT: 2018.
- COSTA, Francisco de Assis. Estrutura Fundiária, Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Economia**, Belo Horizonte, 01-03/12/1993, pp. 403-418.
- _____. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000a.
- _____. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Paper do NAEA**, n. 145, maio de 2000b.
- EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.
- FAZENDEIROS SE ORGANIZAM para enfrentar invasores em Marabá. **O Liberal**, Belém, 21.04.1985.
- FAZENDEIROS dão voto de confiança condicional a Sarney. Rio de Janeiro, **Jornal do Brasil** 12/08/1985, 1º caderno, p. 7.
- FERNANDES, Marcionila. **Donos de Terras**: trajetória da União Democrática Ruralista-UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, Poder-Saber** (Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991. pp.199-214.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ - IDESP. **Estatísticas Especiais: Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987**. Belém: IDESP, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA/COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO – DTI/SIPRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília, 04/09/2018.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JÓPAIPAIRE, Toprámre Krôhókrenhum. **Me Ikwy Tek Je Ri: isto pertence ao meu povo**. 1ª. Marabá (PA): Gknoronha, 2011.

JUIZ CONFIRMA subversão no Araguaia, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16.09.1987.

LARAIA, Roque de B.; DA MATTA, Roberto A. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

KARAJÁ, Doriel Tarracanã; PEREIRA, Airton dos Reis. O grande caminho: a migração do povo Kyikatêjê da aldeia Xêxêkôkô à aldeia Koyakati. In: Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar; Claudio Emídio Silva; Eliete de Jesus Bararuá Solano. (Org.). **A produção do conhecimento em contextos indígenas: diálogos interculturais para o ensino em ciências humanas e sociais**. 1ed.Belém (PA): Eduepa, 2018, p. 19-42.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v.16, n. 45, 2002, p. 37-61.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

PARÁ AGRÁRIO. A grande empresa e os grandes projetos governamentais (o PGC). In: _____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. **Castanhais**. Belém, Idesp. Edição Especial, 1990, p. 17-21.

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Economia Rural, 2004.

_____. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora da UFPE, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. **Reforma Agrária**, Campinas, v.12, nº. 02, março/abril, 1982, p.03-12.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, outubro 2002, p. 237-280.

_____. Epistemologías del Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Año 16, n. 54 (Julio-Septiembre, 2011), p. 17-39.

SANTOS FILHO, José dos Reis e PORTO, Mayra Yara. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. **Reforma Agrária**, Campinas, v.14, nº 01, Jan/Fev., 1984, p. 03-35.

SILVA, Divino Rodrigues da. Entrevista concedida em 02/08/2003, **Projeto de Assentamento Bela Vista**, Floresta do Araguaia (PA).

SURUÍ, Winurru; PEREIRA, Airton dos Reis. Terra e caminhos dos Aikewara. In: Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar; Claudio Emídio Silva; Eliete de Jesus Bararuá Solano. (Org.). **A produção do conhecimento em contextos indígenas**: diálogos interculturais para o ensino em ciências humanas e sociais. 1ed.Belém (PA): Eduepa, 2018, p. 69-89.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social: De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.311-338.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

O SOCIOAMBIENTALISMO E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE EM RONDÔNIA: VIOLÊNCIA E CONFLITOS

Marco Antônio Domingues Teixeira

Introdução

A história de Rondônia vem sendo construída a partir de dois amplos pressupostos: ondas sucessivas de entrada de colonizadores, ao sabor de oportunidades de sucesso econômico e os conflitos gerados por essas entradas, nos campos socioambiental e agrário. Desde o estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais no século XVIII, até o momento atual, marcado por projetos de construção de grandes hidrelétricas e ampliação da rede viária rumo ao Amazonas; área ainda muito preservada, mas de grande interesse do capital nacional e internacional, todos os projetos colonizadores foram marcados pelo descaso ambiental e pelas populações tradicionais residentes no estado.

Os conflitos se estabelecem em todas as comunidades: ribeirinhos, extrativistas, garimpeiras, sem-terra e camponeses contra ruralistas, quilombolas e indígenas. Esses conflitos se acirraram ao longo do século XX e, atualmente, com a construção de duas grandes hidrelétricas no rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, (doravante UHEs do rio Madeira), que longe de ter seus impactos restritos ao seu entorno imediato, têm trazido graves consequências a todas as populações que residem na calha do Madeira.

Dessa forma, ao optarmos por um estudo desses conflitos, escolhemos o período mais atual, marcado pela implantação de um novo modelo de colonização em Rondônia e a expansão desse projeto entre os anos 1990 a 2019. Trabalharemos com a História do Tempo Presente, numa tentativa de reflexão sobre as relações étnicas e socioambientais entre os agentes dessas empreitadas colonizadoras e as populações tradicionais pré-existentes a essas entradas.

Para nos situarmos no universo teórico da História do Tempo Presente, utilizamos autores como Ferreira (2000), Dosse (2011), Delgado e Ferreira (2013),

Fico (2013) e Neto e Ramos (2014). A busca pelas fontes acerca da História Regional de Rondônia, são mais fluídas, uma vez que grande parte dos arquivos referentes aos séculos XIX e XX se perdeu. Entretanto, é possível acessar um vasto e bem conservado arquivo sobre o seringalismo na bacia do Madeira no Palacio de las Artes de Guayara Merin, na fronteira rondoniense Brasil/Bolívia e nos arquivos de Riberlta, e Trinidad. À escassez de fontes documentais da maior parte do século XX, podemos recorrer a algumas poucas obras de registro de autores de época como Craig (1947), Bouzas (1950), Hugo (1959), Leal (1984), Teixeira (1999), Teixeira (2010), Fearnside (2014), Teixeira e Lima (2015), Teixeira e Xavier (2018), Costa e Silva (2019) e Mota (2019). Como forma complementar de dados recentes utilizamos os recursos da História Oral a partir dos trabalhos de Thompson (1992), Alberti (1996; 2004), Montenegro (2007) e Mehey e Holanda (2018).

A História do Tempo Presente, como nos lembra Ferreira (2000) encontra antecedentes nos primeiros historiadores do Ocidente, tais como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, que registraram fatos e testemunhos de seu próprio tempo e que, mais tarde seriam fundamentais para a concepção das leituras acerca da denominada História Universal. Segundo a autora “não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa” (Ferreira, 2000, p. 111). Ainda, segundo a autora, a desqualificação das fontes orais e contemporâneas aos acontecimentos, deu-se na segunda metade do século XIX, a partir da instituição da História como disciplina acadêmica e da ruptura promovida entre a leitura do passado e do presente, cabendo, especificamente ao historiador formado e qualificado a adequada leitura do passado.

Para Delgado e Ferreira (2013) a leitura do tempo presente se coloca como um novo desafio para o historiador que dedica ao estudo dos fatos recentes da história nacional, permitindo a releitura e reinterpretação de fatos recentes, pouco discutidos na historiografia tradicional, e, ou ainda, sem qualquer debate na produção historiográfica. Para as autoras, leis como o direito de acesso a informações públicas de 2011, legitimam as pesquisas da História dos Tempos Presentes e propõem ao historiador o desafio do enfrentamento de memórias recentes e muitas vezes traumáticas.

Como nos lembra Dosse (2011, p. 5), a História do Tempo Presente tem seus princípios evidenciados em “Pierre Nora na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em 1976, quando ele foi eleito para uma cátedra em ‘História do tempo presente’”. Ainda segundo Dosse, Nora insistia em definir as ambições de sua disciplina sobre a noção de presente em sua obra Lugares de me-

mória (1984). Para o autor, a História do Tempo Presente ganhou visibilidade em obras de pesquisadores do Departamento de História da Universidade de Paris e do Instituto de Estudos Políticos de Paris (doravante IEP), contrapondo-se aos pensamentos e métodos da Escola Positivista que veem na História o estudo do passado, objetivamente registrado (Dosse, 2011, p. 9).

Neto e Ramos (2014, p. 17-18) consideram que a historiografia brasileira abraçou a História do Tempo Presente a partir das experiências da historiografia francesa. Ao abordarem os estudos de Calos Fico (2012), consideram que “a única característica específica da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos”, ou seja, “a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar.”

Levadas em conta tais premissas consideramos que o Contemporâneo em História difere da divisão didática da História Universal mais tradicional que situa o Contemporâneo a partir de 1789, com a Revolução Francesa. Assim, baseados em Neto e Ramos, que utilizam Rousso (1987) e Hobsbawn (2005), nos parece aceitável considerar como Contemporâneo o tempo vivido pelo próprio historiador.

A proposta deste capítulo se vincula a uma visão panorâmica dos conflitos recentes entre as populações tradicionais de Rondônia e as frentes de colonização, tendo como recorte temporal o período 2000 a 2015. Fatos inerentes ao presente e objetos de nossos estudos historiográficos. Como base para estas considerações optamos por iniciar o capítulo estabelecendo uma discussão sobre a historiografia da calha do rio Madeira, que mais do que um estudo meramente geográfico do espaço ambiental, nos apresenta uma situação espacial e étnica amplas com uma miríade de populações e ecossistemas diferentes e portadores de culturas e identidades próprias.

O resultado da abrupta ruptura do equilíbrio socioambiental recente evidencia um amplo mosaico de tensões e brutalidades de toda ordem, desde massacres recorrentes contra camponeses, indígenas e ativistas das causas rurais e socioambientalistas até o estabelecimento de diversas práticas etnocidas contra ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros grupos urbanos e rurais.

A busca pelas fontes históricas em Rondônia

O Estado de Rondônia foi criado pela Lei Complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981, assinada pelo presidente militar General João Batista

Figueiredo. O processo de formação do estado pode ser percebido a partir da criação do Território Federal do Guaporé, através do Decreto Lei Nº 5812 de 13 de setembro de 1943, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e posteriormente pela red denominação desse Território para Território Federal de Rondônia através da Lei Ordinária nº 2731, de 17 de fevereiro de 1956, proposta pelo Deputado Federal do Amazonas, Áureo de Melo e assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Sua história foi marcada por uma sucessão de destruições intencionais de arquivos locais, o que criou sérias dificuldades para os estudos historiográficos. Dentre os mais importantes arquivos destruídos podemos citar o da EFMM em 1972, o dos hospitais da Candelária e São José (1982) e da Prelazia Nullius (1982). Os poucos documentos restantes ficaram mal acondicionados no Centro de Documentação do Estado, atualmente abrigado no Museu Palácio da Memória Rondoniense (MERO).

Outras fontes podem ser obtidas com maior sucesso nos arquivos do Pará e de Mato Grosso, além da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. O período atual requer uma busca mais diversa que pode ser amparada em fontes orais, documentação de migrantes que vieram para a região em diversos surtos consecutivos, jornais, boletins da Comissão Pastoral da Terra (doravante CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (doravante CIMI), além de arquivos documentais de outras Organizações Não Governamentais como o Instituto Socioambiental (doravante ISA) e a ONG Kanindé.

Autores regionais são, sem dúvida, a principal fonte para os estudos locais. No entanto, a literatura produzida por viajantes, padres missionários e militares ainda é um material seguro e de fácil acesso. Para a História do Presente, as fontes variam, desde a documentação disponível em sites diversos, arquivos sobreviventes ao regime militar, até os registros iconográficos, entrevistas, material jornalístico, mídias digitais e narrativas diversas.

Uma história de conflitos socioambientais e agrários

Toda história humana se passa em meio a ambientes naturais e diversos, por isso em sua maior parte pode ser pensada como uma história socioambiental. A história de Rondônia, especialmente, possui um forte viés ambiental em seus mais diversos sentidos: algumas sociedades mantiveram íntegros os ambientes em que viveram ou provocaram pequenas modificações. Outras, no entanto, causaram profundas alterações ao meio natural e aos seus elementos. Rios, flo-

restas, campos e outras paisagens passaram pelas mais variadas intervenções antrópicas em Rondônia, desde a queima de florestas, para o estabelecimento de pastagens, seu corte para a produção legal e ilegal de madeira e agricultura, até o derrame de metais pesados como o mercúrio para a garimpagem de ouro nos rios e a construção recente de duas grandes Usinas Hidrelétricas no rio Madeira. Por outro lado, os espaços urbanos sempre sofreram com a ausência de infraestrutura sanitária, abastecimento adequado de água potável, insuficiência ou inexistência de redes de captação e tratamento de esgoto e de aterros sanitários com condições de reciclagem e aproveitamento.

A primeira grande intervenção ambiental vivenciada nas terras do atual estado de Rondônia ocorreu durante as tentativas e construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), nos anos 1870 a 1912. No entanto, até o início do projeto de abertura e colonização da rodovia 029, posteriormente chamada BR 364, somente 2% das florestas locais haviam sido afetadas. O projeto de colonização agropastoril, associado à diversas formas de mineração e à criação de uma rede urbana ao longo da rodovia BR 364 e, posteriormente, da rodovia BR 429 responderam por um processo acelerado e descontrolado de desflorestamento. No contexto de uma colonização precária e desassistida, colonos, grileiros, posseiros, madeireiros, garimpeiros e populações tradicionais sobreviveram em meio a conflitos e violência.

O sucesso da colonização agrária, iniciado nos anos 1970, não é entendido por todos como um êxito militar na concretização de uma Reforma Agrária, e, sim, na vitória de um projeto de Contra Reforma Agrária, que ao lado de muita violência e criminalidade rural na Amazônia, desafogou áreas do centro sul e Nordeste do país, potencial e socialmente explosivas. De toda forma, a região experimentou por quase três décadas um enorme crescimento demográfico, urbano e econômico. Tal crescimento, por sua vez viria acompanhado dos tradicionais males do colonialismo: modelo importado de colonização que desconsiderava populações e realidades já existentes, dano ambiental irreversível, poluição de lençóis freáticos, rios e mananciais com metais pesados, confrontos armados entre posseiros e grileiros e de ambos contra índios e quilombolas, além da total precariedade dos centros urbanos que se formavam,

A urbanização da Amazônia foi uma estratégia básica do estado para a ocupação da região. As manifestações urbanísticas presentes na Amazônia no início da expansão da fronteira agrícola são denominados, núcleos populacionais especialmente compactados, que possuem caráter rural-urbano. Esses povoados não possuem a complexidade e os critérios para se enquadrarem nas teorias contemporâneas, mas estão vinculados ao padrão global do produto excedente. Essas incipientes manifestações de

urbanismo são os responsáveis por mobilizar o excedente a favor dos grandes centros do centro-sul do país. Os núcleos urbanos são residências e mercado de trabalho alternativo para os trabalhadores agrícolas assalariados; também são residências de pequenos produtores, em sua maioria proletários, atraídos pela presença da escola, por oportunidades de emprego e expectativa de acumulação; é ainda neles que residem temporariamente os migrantes que chegam, antes de redistribuírem em ocupações diversas. A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes (Becker Apud Rocha, 2013)¹.

Não se sabe o número exato e nem as causas da mortandade de colonos das décadas de 1970 a 1990, auge do período de colonização agrária. Contudo, doenças tropicais, violência armada, crimes, acidentes de toda sorte respondem pela intensidade dos índices de óbito tanto nos garimpos fluviais e terrestres, quanto nas frentes de colonização. Por outro lado, danos a modelos milenares e bem sucedidos de exploração dos recursos naturais, praticados por populações indígenas e outros mais recentes, criados por populações tradicionais e quilombolas, como a pesca e a agricultura de várzea voltadas para a subsistência, ou mesmo a exploração extrativista e o manejo dos recursos florestais por seringueiros, castanheiros e poaieiros, deram lugar a pastos, plantações de cacau, café e, posteriormente, soja.

No entanto, a primeira grande riqueza, visível aos milhões, e em todas as partes do estado foi a madeira. As florestas com suas árvores opulentas eram em si mesmas uma riqueza, que tanto o INCRA, quanto os governantes militares insistiam em ver derrubadas. A própria concessão de títulos definitivos de terra pelo INCRA dependia do extenso desmatamento de mais de 50% das propriedades pelos colonos. Logo as madeireiras se instalaram e começaram um negócio nômade de permanecer em cada região na medida em que ela era desmatada e a madeira se mostrava um negócio fácil, prático e muito rentável. Caminhões toreiros (de madeira) percorriam as estradas vicinais durante o dia, embarcando os abates de cada dia de trabalho. À noite, com menores fiscalizações eram vistos nas estradas e BRs principais, sem maiores preocupações em “esquentar” o produto de seu saque à selva.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o desmatamento chegou a níveis tão elevados que, por ocasião dos empréstimos estrangeiros do Banco Mundial, para a

1 ROCHA, Gilberto de Miranda. Fronteira e urbanização na Amazônia: contribuições de Bertha Becker. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFGA. III Simpósio Relações entre Ciência e Políticas Públicas: Propostas de Bertha Becker para o Desenvolvimento da Amazônia Belém/Pará, 09 de 2013.

sáveis. Ao olharmos o mapa da figura 1, fica evidente que as áreas onde a floresta ainda subsiste são aquelas áreas transformadas em Terras Indígenas ou Unidades de Conservação. Mesmo assim, essas áreas, vêm sendo progressivamente invadidas e exploradas de forma ilegal por agentes dos mais diversos. Nas palavras da CPT, em seu *site* Notícias da Terra podemos perceber a dimensão do problema:

É provável que a abertura de um trecho da BR 421, que corta o centro do Parque Estadual CPT Guajará-Mirim no ano de 2014, foi a brecha perfeita para os invasores penetrarem nas reservas indígenas e no parque adentro, tal rodovia também está encravada nas terras indígenas².

A colonização agrária e os conflitos pela terra

Segundo Souza (2011, p. 22), “o crescimento populacional de Rondônia mensurado pelos órgãos oficiais foi vertiginoso. Entretanto o censo não contabilizava a imensa maioria invisível de povos das florestas: como ribeirinhos, castanheiros, seringueiros e povos indígenas”. Em 1970 a população de Rondônia, constante no censo IBGE era de 11.064 pessoas. Em 1980, cerca de 491.069 pessoas; em 2000, cerca de 1.377.972 pessoas. Em 2010, essa população chegou a 1.757.589 habitantes e atualmente, estima-se que vivam em Rondônia cerca de mais de 1.800.000 habitantes em todo o estado. Somente a cidade de Porto Velho passou de 88.856 habitantes em 1970³ para um total estimado de 519.531 habitantes em 2019⁴. O grande salto populacional do estado de Rondônia em geral e do município de Porto Velho, em específico, devem-se à migração, estimulada pela estratégia militar de colonização agrária das rodovias, recém-abertas na Amazônia e à entrada de levas de trabalhadores em função de oportunidades diversas que se apresentavam ao longo do período. Para o caso de Porto Velho, prevaleceram os garimpos de cassiterita e de ouro (no rio Madeira), a implantação de uma estrutura de funcionalismo público para atender às demandas do Estado e, por fim a construção das grandes UHEs, primeiramente Samuel, no rio Jamari (1982/89) e posteriormente as UHEs do rio Madeira Santo Antônio (2008/2016)

2 CPT: em Rondônia a questão ambiental é cada vez mais preocupante. In: Notícias da terra. 24/01/2016. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com/2016/02/em-rondonia-questao-ambiental-e-cada.html> Data de acesso: 20/03/2019.

3 População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> Data de acesso 18/04/2019.

4 IBGE, população estimada para o município de Porto Velho em 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama> Data de acesso 18/04/2019

e Jirau (2008/2016). Toda essa população migrante, chegou a Rondônia embalada nas promessas de trabalho digno, terra acessível e melhoria na qualidade de vida.

Os conflitos rurais decorrentes do modelo colonizador em Rondônia formam um dos elementos cruciais para o entendimento da colonização recente do estado e representa a face mais visível da apropriação das florestas originais, em terras devolutas pelo capital privado, representado por ruralistas de diversos segmentos, como fazendeiros latifundiários, madeireiros e especuladores do mercado de terras para destino agrário. Neste processo, as populações indígenas, quilombolas e outros grupos de populações tradicionais foram completamente ignoradas em sua pré-existência local, muito anterior ao modelo de colonização agrária instaurado a partir do Regime Militar, entre os anos 1970 a 1985. O estabelecimento dos grandes centros de colonização rural deu-se com a expropriação sumária de terras desses grupos e, subsequentemente, com as disputas e conflitos entre os pequenos colonizadores e os grandes proprietários que grilavam as terras e promoviam a expropriação de terras camponesas para fins de estabelecimento do agronegócio ou como bem de reserva de valor no mercado da especulação territorial rural. De acordo com Costa e Silva e Dandolini (2018, p. 465) tal modelo ficou conhecido como “fechamento da fronteira”.

Esse modelo colonizador, operado pelo Instituto de Reforma Agrária (doravante INCRA), que dividiu a estratégia colonizadora em dois projetos os Projetos Integrados de Colonização ou PICS, no qual prevaleceu a colonização realizada por pequenos proprietários assistidos pelo Estado Nacional e os Projetos de Assentamentos Dirigidos ou PADs que atenderam aos grandes proprietários, fazendeiros e ruralistas de grande porte e que podiam assumir os custos de formação de suas propriedades que variavam de 250 a 1000 hectares. “No período de 1970 a 2007 foram implantados 155 projetos de assentamento rural, regularização fundiária e reforma agrária, assegurando acesso à terra para 77.503 famílias, numa área de 5.809.662 de hectares” (Costa e Silva e Dandolini, 2018, p. 470).

A partir da década de 1990, a política agrária de Rondônia mudou sua proposta, evidenciando um viés voltado ao mercado e intensificando os conflitos rurais, a partir da marginalização das populações tradicionais e criminalização dos movimentos sociais rurais. O crescimento das unidades agropecuárias foi intenso e demonstra as mudanças ocorridas em Rondônia neste período. De pouco mais de 7000 estabelecimentos agropastoris em 1970 chegou-se a mais de 86 mil estabelecimentos em 2006 (Costa e Silva e Dandolini, 2018, p. 470). Desse total, mais de 80% foi formado por pequenos proprietários ligados a agricultura familiar, mas que ocuparam apenas 27% das áreas rurais agropastoris do estado. O restante, ficou para médios proprietários, que possuíam áreas entre

100 e 1000 hectares, e ocuparam cerca de 39% das áreas de produção, e os grandes proprietários, com mais de 1000 hectares que, correspondente a 1% dos proprietários e que ocuparam cerca de 35% da área agrícola do estado (Costa e Silva e Dandolini, 2018, p. 472).

Diante dessa situação, os conflitos agrários vêm marcando a história do tempo presente no estado de Rondônia. O projeto colonizador alterou as formas tradicionais de produção, baseadas no extrativismo, coleta e agricultura de subsistência e implantou um modelo avançado do agronegócio, baseado na indústria madeireira, pecuária e na grande lavoura, que passou por etapas distintas desde 1970, iniciando-se com o cacau, e passando ao café, milho, arroz e, por fim, a soja.

A disputa por terras, entretanto, não cessou e os conflitos entre camponeses, latifundiários, Movimento Sem Terra (MST) e Liga dos Camponeses Pobres (LCP) adquiriram vulto e passaram a afetar, para além dos próprios segmentos rurais, outros como as Terras Indígenas, fortemente impactadas e invadidas por segmentos ruralistas que se utilizam de “exércitos de mão de obra ociosa” para a invasão de Terras Indígenas, Quilombolas e de outros grupos tradicionais que, progressivamente são forçados a recuar ou abandonar seus territórios originais.

Segundo a CPT, existem mais de 200 focos de conflitos agrários no estado de Rondônia no ano de 2019. Em 2016, 20 pessoas foram assassinadas por questões ligadas ao setor agrário, em 2017 foram 17 os assassinatos pelo mesmo motivo e, em 2018, 06 mortes ligadas à questão agrária foram registradas. Embora os dados demonstrem uma queda, Rondônia é o segundo estado do Brasil em número de mortes no campo, perdendo apenas para o Pará, mas se observarmos em termos percentuais de área e população, o estado salta para o primeiro lugar nos índices da violência no campo⁵.

Terras Indígenas e invasões, uma tensão permanente

Em 2019, novos focos de violência foram registrados no estado de Rondônia: as intermitentes invasões de Terras Indígenas têm se mostrado muito mais frequentes e agravadas por sua ampliação e ameaças diretas contra as lideranças de cada etnia. Favorecidos pelas declarações acerca da legitimidade da defesa da propriedade, ruralistas se armam contra camponeses e movimentos sociais ligados ao campo. Nessa mesma esteira de pensamento, novas frentes de invasores de

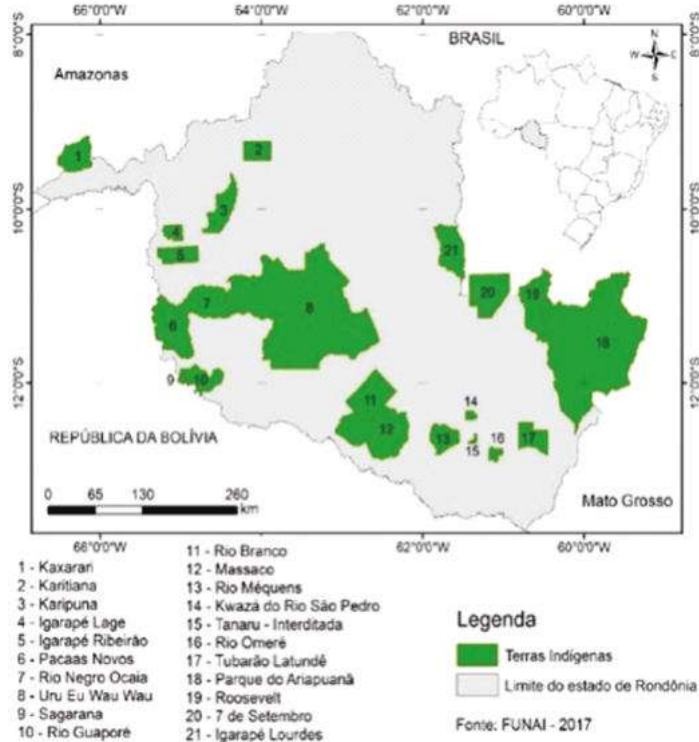
5 Números da violência no campo são divulgados em RO em caderno de conflitos agrários. G1 Rondônia. Reportagem de Maríndia Moura para a Rede Amazônica de Televisão, 13/07/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/numeros-da-violencia-no-campo-sao-divulgados-em-ro-em-caderno-de-conflitos-agrarios.ghml> Data de acesso: 16/05/2019.

terras ameaçam a integridade territorial e física de populações indígenas locais, e de unidades de conservação em todo o Estado. Alimentados pelo discurso governamental e pelas ações de parlamentares do estado de Rondônia que retrocederam em processo de criação de Unidades de Conservação e vêm estimulando a invasão dessas áreas para fins de garimpo, extração de madeira, criação de gado e produção agrícola, os indicadores de uma possível intensificação dos conflitos rurais são uma realidade no estado. Assim se expressou o jornalista Solano Ferreira em sua coluna no jornal Diário da Amazônia na edição de 29/03/2019:

O atual governo brasileiro já deu indício também, de que não se interessa pela causa dos quilombolas (comunidades tradicionais negras oriundas de antigos escravos), além dos indígenas que necessitam de terras amplas por conta da vida nômade. Juntando mais essas demandas, o risco de ondas de conflitos pode se agravar. São situações que necessitam de atenção para promover o que é de direito e ao mesmo tempo para preservar direitos.

Durante o abril indígena de 2019 foram registrados diversos ataques às TIs Uru Eu Wau Wau, Karipuna e Tenharim. Abaixo apresentamos alguns mapas que demonstram tais situações.

Figura 2. Terras Indígenas de Rondônia.



Fonte: Mota, 2019.

Os interesses dos novos colonizadores vincularam-se aos do projeto militar para a ocupação da Amazônia: desmatar, explorar a madeira natural até a inviabilização do negócio, adentrar as áreas em desmatamento ou já desmatadas com a pecuária, a agroindústria e, por fim, a mineração, que se manifesta presente em todos os processos intrusivos. Tais práticas se agravam, na medida em que os pequenos agricultores são substituídos por grandes empresas de mineração, empreiteiras para a construção de enormes hidrelétricas e grupos ruralistas ligados às monoculturas de exportação, cuja maior expressão, no momento, tem sido a soja.

Em todos esses casos, historicamente, populações indígenas são o primeiro alvo a ser afastado ou eliminado. Somente em Rondônia, estimou-se que no início dos anos 1940, existiam, cerca de 100.000 indígenas vivendo de forma autônoma nas florestas locais. Levi Strauss, ao percorrer os rios Pimenta e Machado, declarou que “se fosse contar quantos indígenas ele encontrou pelas barrancas desses rios calcularia mais de 50 mil, o que ele denominou de Império Kawahib”⁶.

O processo de destribalização e desterritorialização, já era mais antigo, datando dos períodos missionários da Colônia e do Império. Com a abertura das linhas telegráficas (1907/1915) o General Rondon ampliou essa prática, implantando a Colônia Agrícola Rodolfo Miranda na localidade de Vila Velha, atualmente Ariquemes. Sua função deveria ser prestar socorro aos indígenas já afetados pelo contato e pelas doenças e males decorrentes e, ainda, profissionalizá-los para que se tornassem úteis. Essa colônia agrícola, funcionou de forma precária e marcada pelas práticas abusivas contra indígenas e permitidas, de forma velada, e, muitas vezes ostensivas pelos funcionários do SPI.

Coube ao general Rondon propor um projeto de reorganização das relações entre a sociedade, o estado e os povos indígenas, desta vez não mais norteado pela perspectiva religiosa, mas pelo ideário científico da época, que deveria assimilar o indígena ao vasto processo de inserção dos trabalhadores aos sistemas produtivos do Estado, sem eliminá-los fisicamente, mas conduzindo-os adiante em uma espécie de processo civilizatório ocidental. Rondon fortalece a dicotomia Selvagem/Civilizado, mas sustenta a necessidade de utilização, parceria e apropriação sobre a população indígena, levando-a a um novo patamar de agentes integrados à sociedade e conduzidos a civilização, pela via da integração ao trabalho. Através de seu projeto “Grande Cerco da Paz”, Rondon estabelecia a tutela do Estado sobre as questões indigenistas e os esforços para a sua integração à sociedade nacional. Segundo Cunha “podemos questionar qual o lugar do indígena nessa formação”⁷.

6 Ferreira (2019).

7 CUNHA, Eliaquim Timóteo da. “Quando esse tal de SPI chegou”. O Serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, PPGAS. 2016.

O SPI adaptou-se a cada momento político da República, mas muito pouco em relação aos povos indígenas, servindo, dessa forma, mais como um mecanismo de governo, do que uma verdadeira política de estado para os povos indígenas. No entanto, na medida em que avançava o projeto colonizador, mais era intensificado o massacre de populações indígenas em Rondônia, com total convivência de servidores do SPI.

De todas as chacinas praticadas, a mais terrível da história recente ficou conhecida como Massacre do paralelo 11, quando 3.500 Cinta Larga foram surpreendidos por um assalto de assassinos contratados pelo ruralista Antônio Mascarenhas Junqueira, que abriram fogo contra a população utilizando metralhadoras e winchester 44. Além disso praticaram estupros contra as mulheres, envenenamento de parte da população com bebida e comida misturadas com arsênico ou entregaram presentes aos índios, infectados com sarampo, gripe e varíola. A ação genocida contou com o apoio estratégico do chefe do SPI em Rondônia, major Luiz Vinhas Neves e depois, foi narrada em juízo pelo indigenista Ullisses Capazzoli⁸. O relatório, produzido por uma comissão criada para estudar o caso, afastou 200 funcionários do SPI, indiciou 134, incluindo dois ex-ministros, dois generais, um tenente-coronel e dois majores. Dos acusados, 38 foram demitidos a bem do serviço público e 17 presos, entre eles Vinhas Neves.

Em meados dos anos 1980, do total de, aproximadamente, 100.000 índios existentes nas florestas de Rondônia, restavam pouco mais de 2000. Os massacres e chacinas foram recorrentes no período da borracha e posteriormente, mas acentuaram-se e pulverizaram-se com a colonização agropastoril. Como ressalta Ferreira (2019), um terrível genocídio se abateu sobre toda a população indígena, na medida em que avançava o projeto de colonização agrária do regime militar. Com a retomada do processo democrático (1985/2016) pode-se observar a lenta recuperação das populações indígenas locais. O crescimento foi significativo, mas não chega nem perto das chacinas ocorridas no período entre 1950/1985.

Populações quilombolas e conflitos territoriais no vale do Guaporé

As populações remanescentes de quilombo em Rondônia, situam-se no vale do médio e baixo Guaporé. Atualmente encontram-se em processo de rápido e

8 ISA. Povos Indígenas no Brasil. Massacre do Paralelo 11 extermina 3500 índios. 10/02/2006. Fonte: Estadão do Norte/Porto Velho. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=17879> Data de acesso: 02/05/2019.

acentuado declínio, em função da intensificação das ocupações e colonizações em terras que se situam em áreas adjacentes aos seus territórios tradicionais ou que se sobrepuseram-se a elas. Dessa forma, Teixeira explica que: “a formação das identidades quilombolas vincula-se ao pertencimento a uma dada territorialidade. Assim, a identidade quilombola é o elemento-chave para o entendimento da questão seguinte, o território e a territorialidade. A territorialidade e a definição de território são essenciais para a compreensão da constituição da comunidade de remanescentes de quilombos”⁹.

A questão quilombola, em Rondônia, veio à tona tardiamente, em 2004 a partir da defesa da tese de doutoramento defendida por mim em 2004, junto ao NAEA/UFPA, denominada “Campesinato Negro de Santo Antônio do Guaporé: Identidade, territorialidade e sustentabilidade”¹⁰, onde estudei as origens e formação das atuais comunidades de remanescentes quilombolas do Vale do Guaporé, em Rondônia, e, tomei como caso específico a Comunidade de Santo Antônio, então, envolvida em um forte conflito com o antigo IBAMA, que em 1982, criou, sobre os territórios quilombolas de diversas comunidades negras e algumas indígenas das TI Massaco e Rio Branco, a Reserva Biológica do Guaporé (REBIO Guaporé), e passou três décadas em procedimentos de expulsão dessas comunidades de seus territórios ancestrais.

No caso indígena, houve enormes prejuízos para os povos Puruborá e Migueleño que residiam na localidade extinta do Limoeiro, no vale do São Miguel. Para as comunidades quilombolas, a situação foi ainda pior, pois foram destruídas e nunca reassentadas, como as comunidades: do Bacabal, Bacabalzinho, Seu Antelmo, Três Casas e outras pequenas comunidades. De todas as populações residentes na área da atual REBIO Guaporé, somente Santo Antônio se manteve resistente, mas sofrendo uma brutal perseguição, sobretudo nos anos 1986/2008. A população recuou a menos de 20% da população residente na área em 1982, e todos os serviços essenciais como energia elétrica, água tratada, posto de saúde, escola e produção para sustento foram interrompidos total ou parcialmente, ou sequer puderam ser implantados. A comunidade permaneceu resistente, vivendo um parâmetro de pobreza absoluta, que a aproximava dos segmentos mais pobres do século XIX.

9 TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Comunidade de remanescentes de quilombo de Pedras Negras do Guaporé: identidade e manejo de recursos naturais. In: Afros e Amazônicos. Estudos sobre o negro e o indígena na Amazônia. Vol II. Porto Velho: MC&G Editorial, 2016. P. 24.

10 TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Campesinato Negro de Santo Antônio do Guaporé. Identidade, territorialidade e sustentabilidade. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

Até o presente momento a situação de Santo Antônio não foi resolvida, havendo, em 2019, o reconhecimento pelo INCRA dos territórios que deverão ser entregues à comunidade, após um longo processo de tramitação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação/RTID (2006/2019) que ainda não se concluiu.

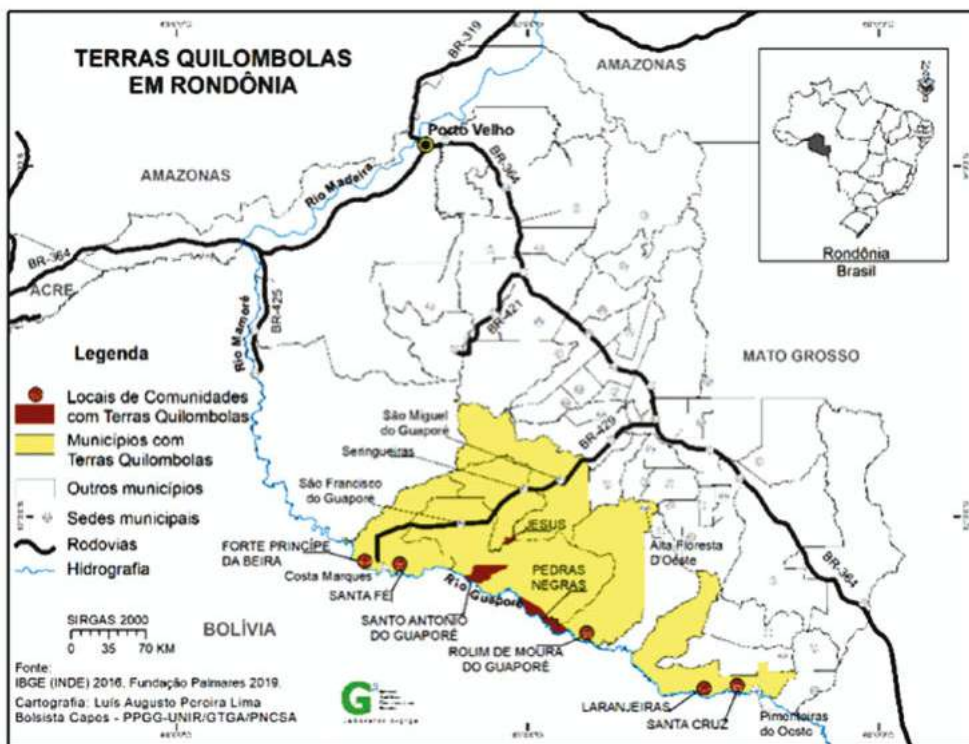
No Guaporé rondoniense encontram-se, ainda as comunidades de: Pedras Negras (sem conclusão de seu RTID desde 2006); Jesus (com sua territorialidade definida e repassada à comunidade através do INCRA - RTID iniciado em 2006 e entrega do território em 2011); Santa Fé, com territorialidade definida e área entregue à comunidade pelo INCRA em 2014; Forte Príncipe da Beira, onde os estudos foram impedidos de obter continuidade por ação de força do comando local do Pelotão Especial de Fronteira Forte Príncipe da Beira em 2018. A situação dessa comunidade apresenta elevado indicativo de tensão, tendo o Exército Brasileiro dado demonstrações sequenciadas de uso da força, intimidação e violência, não reconhecendo a validade dos estudos históricos e nem permitindo a elaboração do Laudo Técnico (RTID).

Esse último caso se configura em um dos três grandes casos nacionais que envolvem as Forças Armadas. Os outros dois são: Alcântara (MA) onde a base de lançamentos de foguetes foi construída em território quilombola e que, agora, se encontra sob a ameaça de instalação de uma base norte americana, a partir de tratativas do presidente do Brasil que em visita ao presidente dos EUA (2019) sinalizou seu desejo de que a implantação da base espacial norte americana seja implantada na localidade. O terceiro caso, é o do Quilombo Rio dos Macacos, localizado em área do município de Simões Filho, na grande Salvador/BA. A comunidade tem sido alvo de ações violentas por parte da Marinha Brasileira, que disputa com 85 famílias quilombolas a posse do território.

No Guaporé rondoniense, ainda existem outras comunidades remanescentes de quilombo, sem regularização fundiária: Porto Rolim de Moura do Guaporé, Laranjeira, Santa Cruz e Tarumã. Em todas essas comunidades é notável a presença dos caburés (indivíduos que trazem consigo os traços de sua herança genética indígena e africana). “A coexistência desses grupos distintos, tanto no contexto da escravidão colonial no Vale do Guaporé, quanto nas formas de resistência e superação do escravismo na região guaporeana”¹¹.

11 TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Comunidade de remanescentes de quilombo de Pedras Negras do Guaporé: identidade e manejo de recursos naturais. In: Afros e Amazônicos. Estudos sobre o negro e o indígena na Amazônia. Vol III. Porto Velho: MC&G Editorial, 2016, p. 15.

Figura 03: Mapa das áreas dos Quilombos do Vale do Guaporé.



Fonte: Luis Augusto Pereira Lima e Ricardo Gilson da Costa e Silva, PPGG/UNIR/GTGA/PNCSA, 2019.

Contudo, em todas observamos uma série intermitentes de conflitos, todos motivados pela territorialidade e envolvendo atores diversos: fazendeiros e colonos assentados (Jesus, Santa Cruz, Tarumã e Santa Fé), autoridades ambientais e sobreposição de unidades de Conservação (Santo Antônio, Laranjeira, Pedras Negras), criação de núcleos urbanos por populações oriundas dos projetos de colonização agrária (a partir de 1985), como no caso de Porto Rolim e Costa Marques, onde a comunidade negra local, embora se reconheça como parente das demais comunidades quilombolas ainda não conseguiu, sequer se organizar para solicitar a certificação de auto reconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Considerações finais

Os conflitos são uma realidade permanente na História do Tempo Presente em Rondônia. Longe de soluções possíveis, assistimos ao seu agravamento em diversas instâncias. Para além dos sujeitos acima identificados, ribeirinhos, indí-

genas e quilombolas, temos ainda um enorme leque de outros sujeitos e atores a analisar. Relações de tensão e conflito estão sendo constituídas no atual momento, quer dentro das comunidades aqui apresentadas, quer em outras. Atores importantes como o próprio governo federal, grandes empreiteiras e operadoras das UHEs do rio Madeira, ruralistas, madeireiros, garimpeiros, Forças Armadas, colonos que se estabelecem em áreas de proteção ambiental e Terras Indígenas e grupos camponeses, expostos a toda sorte de violência necessitam de estudos particulares e pormenorizados, algo impossível diante dessa proposta, mas viável em trabalhos de maior fôlego.

Rondônia tem uma história periféricamente construída, tanto no contexto regional, onde dominam os estudos sobre o vale do Amazonas, quanto no contexto nacional, onde pouco ou nada se falou sobre o estado e suas sociedades e ainda menor em âmbito mundial, mesmo sendo a história local, uma história de permanentes interações de populações de todo o mundo com essa região localizada na gigantesca calha do rio Madeira.

Neste capítulo, procuramos evidenciar o rico contexto histórico, ainda esperando por trabalhos que possam se debruçar sobre o tempo presente e analisar as diversas histórias decorrentes de modelos violentos e autoritários de colonização, eliminação do outro e imposição de um modelo hegemônico, internamente colonialista, no qual o estado brasileiro atua como as antigas metrópoles em relação às suas colônias americanas. Truculência, crimes, mortes, assassinatos e agressões ambientais são a massa e o amálgama dessas histórias, disponíveis, mas ainda aguardando por estudiosos que se determinem ao seu esclarecimento.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **O que documenta a História Oral?** Possibilidades para além da construção do passado. II Seminário de História Oral, FFCH/UFMG. Belo Horizonte, 1996.

BOUZAS, Benigno Cortizo. Del Amazonas al infinito: una vida, apuntes, nueva teoria. Recife: **Diário da Manhã**, 1950.

CANOVA, Loiva. Os Apurinã e a Última Fronteira. **Palestra apresentada no Congresso do I Abril Indígena IFRO/UNIR: A História Que a História Não Conta**. Porto Velho, 29 e 30 de abril de 2019.

COSTA E SILVA, Ricardo Gilson da. Cartografia dos Conflitos no Campo na Amazônia. **Palestra apresentada na Audiência Pública de lançamento do Caderno Conflitos no**

Campo: Brasil. 2018. Porto Velho, Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, 25 de abril de 2019.

CPT. Notícias da Terra. **Em Rondônia:** a questão ambiental é cada vez mais preocupante. 24/02/2016. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com/2016/02/em-rondonia-questao-ambiental-e-cada.html> Data de acesso: 12/04/2019.

CRAIG, B. Neville. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:** A História Trágica de Uma Expedição. Tradução de Mocir N. Vascolcelos. Série Brasileira, vol. 242. São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **“Quando esse tal de SPI chegou”.** O Serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, PPGAS. 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e Ensino de História. In: **Revista História Hoje**. v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

FEANRSIDE, Philip. Brazil's Madeira River dams: A setback for environmental policy in Amazonian development. In: **Water Alternatives**, v. 7(1), p. 154-167. February of 2014.

FERREIRA, Iremar Antônio. Povos indígenas de Rondônia: rumo aos 518 anos de resistência. Edição 167 - 18/12/2017. In: **Teoria e debate**. Edição 184, maio de 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente:** Desafios. Petrópolis: Cultura Vozes, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun 2012.

HOBBSAWM, Eric. O Presente como história. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUGO, Vitor. **Os desbravadores**. 2 vols. Humaitá: Missão Salesiana, 1959.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos E Processos Diferenciados De Territorialização:** Os Conflitos Pelo Uso Dos Recursos Naturais No Rio Madeira (1861-1932). Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade da Amazônia, Manaus, 2013.

LEAL, Paulo Nunes. **O outro braço da cruz**. São Paulo: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.

MEHEY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**. A cultura popular revisitada. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MOTA, Alex. As Resistências Indígenas na Amazônia Ontem e Hoje. **Palestra apresentada**

no Congresso do I Abril Indígena IFRO/UNIR: A História Que a História Não Conta. Porto Velho, 29 e 30 de abril de 2019.

NETO, Sydenham Lourenço; RAMOS, Vinicius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. *Aedós*, n. 15, v. 6, Jul./Dez. 2014.

NORA, Pierre. (Org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Editeur Gallimard, 1984, Tomo 1.

ROUSSO, Henry. **Le syndrome de Vichy**: de 1944 à nos jours. Paris: Editeur Points, 1987.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese de Doutorado em História/UNESP, 2011.

TEIXEIRA, Carlos Correa. *Visões da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia*. São Paulo: FAPESP, 1999.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; LIMA, Uilian Nogueira (orgs). **Afros e Amazônicos**: estudos sobre o Negro e o Indígena na Amazônia. Vol. II. Porto Velho, UNIR e IFRO: MC&G Editorial, 2016.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; LIMA, Uilian Nogueira (orgs). **Afros e Amazônicos**: estudos sobre o Negro e o Indígena na Amazônia. Vol. III. Porto Velho, UNIR e IFRO: MC&G Editorial, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

AS REVOLUÇÕES ANTICOLONIAIS: UMA PERSPECTIVA GLOBAL¹

Raquel Varela

Roger Casement, na luta contra o trabalho forçado, denuncia soldados ao serviço do Rei Belga, no Congo em finais do século XIX, que tinham torturado e espancado um homem, e dirige-se a um deles: “Se este rapaz morrer por culpa das chicotadas, carregará um crime na sua consciência”. O soldado da Força Pública responde-lhe: - “Quando vim para o Congo tomei a precaução de deixar a minha consciência no meu país – disse o oficial”.

O Sonho do Celta, Mário Vargas Llosa²

O Movimento Anticolonial

Nem os EUA nem a URSS tinham colônias. Como se veio a revelar durante a Guerra Fria, tinham todo o interesse em disputar esses territórios, mercados de matérias-primas e de força de trabalho, aos velhos impérios inglês, francês, português e holandês. Com a conscrição para a guerra dos povos coloniais há uma expansão das ideias que vingaram contra o nazismo³; o direito à autodeterminação. Direitos que se tinham aprofundado com a ideologia socialista, já na Primeira Guerra Mundial, mas que na Segunda Guerra Mundial vão ampliar-se. Na ONU mais do que duplicam, após as revoluções do pós-45 nas colônias o número de novos Estados representados.

É difícil, porém, falar de um único movimento anticolonial. Eles são muito distintos e remetem à relação de forças internas dos Estados. E às relações entre os Estados no mundo global.

1 Publicado anteriormente com o título Das revoluções anticoloniais à exploração capitalista dos recursos naturais. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 22, n.41, p. 207-223, jul./dez. 2018.

2 LLOSA, Mário Vargas. **O Sonho do Celta**, Lisboa, Quetzal, 2010, p. 57.

3 VADNEY, T. E. **The World Since 1945**, London, Penguin Books, 1998, p. 90.

Amílcar Cabral⁴, do Partido Agricano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné portuguesa, espelha a ideia socialista mais do que a pan-africanista de um Sékou Touré ou a nacionalista-religiosa da Frente de Libertação da Argélia; o grito internacionalista de Che Guevara na XIX Assembleia da ONU em 1964, “Um, dois, três Vietnames!”, traduzia a vontade de levar a revolução socialista ao “terceiro mundo”, pelo apoio à construção de partidos-guerrilha locais.

O internacionalismo é minoritário entre as lideranças dos movimentos que vencerem nas colônias. Justamente em países onde o movimento nacionalista burguês é mais forte, como na Índia (independente em 1947), a independência recorre menos às armas; em países onde a corrente comunista é dominante, a guerra foi muitas vezes a resposta⁵. O caso mais devastador foi a Guerra do Vietnã⁶ e do conjunto da província da Indochina, cujos líderes tinham não só a experiência adquirida na guerra contra o Japão como aderido às ideias socialistas, inspirados pela Revolução Chinesa bem-sucedida de 1949.

Nos países árabes, uma forma de nacionalismo burguês progressista laico, como o nasserismo e o baathismo⁷, vence durante alguns anos nas décadas de 1960 e 1970. O tipo de regimes que surge destas lutas é muito variável. Desde democracias moderadas como de Soekarno na Indonésia, a regimes semi-bonapartistas com modernização política e social como no Iraque do partido Baath, a regimes ditatoriais macabros como o Camboja dos khmer vermelhos.

De acordo com Vadney os EUA contribuíram mais para a descolonização do que a URSS⁸, ocupada em consolidar o poder na Europa de Leste. É difícil afirmá-lo, cremos, o que é um facto é que as revoluções anti coloniais tiveram, pelo menos no seu início, em grande parte dos países, a desconfiança ou a lenta adesão da URSS, mesmo no caso da China de 1949, e de Cuba 10 anos depois⁹. A este respeito vale a pena ler o testemunho de Jiri Pelikán, dirigente da “Primavera de Praga” em 1968 e com responsabilidades na liderança mundial da União Internacional de Estudantes (UIE), organizada a partir da URSS. Pelikán recorda que a defesa entusiástica da juventude dos partidos comunistas da revolução

4 CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?**, Lisboa, Relógio D'Água, 1995.

5 Vadney (1998, p. 99).

6 NEALE, Jonathan. **La Otra Historia de la Guerra de Vietnam**. Madrid, El Viejo Topo, 2003.

7 ACHCAR, Gilbert. **Morbid Symptoms, Relapse in the Arab Uprising**. Stanford, Stanford University Press, 2016; MAKDISI, Karim; PRASHAD, Vijay. (eds). **Land of Blue Helmets: The United Nations and the Arab World**. Oakland, University of California Press, 2017.

8 Vadney (1998, p. 97).

9 Vadney (1998, p. 97).

cubana e da luta de libertação nacional da Argélia criaram incómodos internos nas altas esferas da URSS:

A política de coexistência-pacífica criou os primeiros problemas dentro da União Internacional dos Estudantes [...]. Por exemplo, nós estávamos profundamente envolvidos no apoio à luta de libertação nacional da Argélia. Mas quando Krutchev foi a França, os representantes soviéticos ficaram relutantes em votar a favor da Argélia nas resoluções da UIE, porque isso ia criar problemas ao governo francês¹⁰.

Os EUA tinham saído da Segunda Guerra Mundial a defender a independência das colônias. No quadro mundial de luta inter-imperialista, era prejudicial ao comércio norte-americano que países como a Inglaterra e a França mantivessem colônias porque isso significava mercados privilegiados para estes países, onde os EUA tinham mais dificuldade em penetrar. Essa atitude foi também preponderante, embora com ziguezagues consoante os humores da guerra fria e a política interna norte-americana, face às colônias portuguesas¹¹.

A Conferência de Bandung começou a 18 de Abril de 1955, em Java, na Indonésia, ex colônia Holandesa, com um discurso de Soekarno, presidente da Indonésia. Soekarno será deposto por um golpe patrocinado pelos EUA em 1967 que levou Suharto ao poder. Ao todo, participaram na Conferência 29 países, representando um total de 1 350 milhões. Estavam presentes os seguintes Estados: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Indonésia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnã, Irão, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iémen do Norte, Etiópia, Líbia, Libéria e Egito.

Nos planos de reconstrução do após-guerra (os povos da Ásia) tomaram mais nitidamente consciência da sua situação económica, do anacronismo da estrutura social, mas já integrada numa visão de conjunto. Para além da existência de diversas civilizações, religiões, línguas e influências estrangeiras, a situação era comum a todos os povos asiáticos¹², notícia, aquando da conferência (Observer, 1955).

A Conferência veio a ser a institucionalização de uma nova realidade: a emergência de nações independentes, com um programa político fortemente marcado pelo anticolonialismo. Nos objectivos da conferência estava: a autodeterminação dos povos, a rejeição do colonialismo e do neocolonialismo ou seja,

10 PELIKÁN, Jiri. The Struggle for Socialism in Czechoslovakia. In: **New Left Review**, n. 71, January-February, 1972, p. 6.

11 ROSAS, Fernando. (org.). **Portugal e o Estado novo**. (Nova História de Portugal, vol. xii). Lisboa: Editorial Presença, 1992.

12 Observer citado in República, no dia 22 de Abril de 1955.

domínio econômico; o não-alinhamento com nenhuma das duas superpotências, EUA e URSS; a solução dos conflitos internacionais por meios pacíficos de acordo com a carta da ONU; o direito a cada nação defender-se de uma agressão.

A Conferência de Bandung é a primeira grande cimeira que apresenta o racismo e o imperialismo como crimes. Alguns sectores presentes chegam mesmo a propor um Tribunal para julgar os crimes da colonização, uma ideia que nunca passará à prática, sobretudo por pressão dos países centrais europeus e dos EUA.

Bandung introduziu um novo jargão político: “não-alinhamento”, conflito “norte-sul” e não mais só um conflito ocidente-oriental. Nasce o “terceiro mundo”. Vijay Prashad acredita que o Terceiro Mundo

não é um lugar. É um projecto. Durante as aparentemente intermináveis batalhas contra o colonialismo, os povos da África, Ásia e América Latina sonharam com um novo mundo. Anseiam por dignidade acima de tudo, mas também as necessidades básicas da vida (terra, paz e liberdade). Eles reuniram as suas queixas e aspirações em vários tipos de organizações, e as suas lideranças formularam uma plataforma de exigências comuns¹³.

A ideia de um “terceiro mundo” é controversa. O primeiro mundo seria o mundo capitalista; o segundo o mundo soviético e satélite deste; e um terceiro, de desalinhados e pobres, revelou-se uma hipótese imprecisa¹⁴. Mas isso não correspondeu à realidade. O mundo era um todo, com um sistema internacional de Estados, atravessados por contradições internas e divididos entre si. De fato, as economias estavam interligadas de tal maneira entre si que a crise econômica dos anos 1970 levou ao fim da URSS e ainda hoje o chamado primeiro mundo não vive sem a relação neocolonial que estabelece com aquilo que se chamava então “terceiro mundo”. Por outro lado politicamente os países eram atravessados por contradições e classe profundas: a adesão ao neoliberalismo pelas classes dirigentes nos países descolonizados a partir dos anos 80 demonstrou que dentro do terceiro mundo havia uma parte importante do primeiro mundo - poderoso e centralizador dos recursos produtivos; altamente corrupto no caso. E a solidariedade mundial contra a guerra do Vietnã que encheu as ruas de Nova Iorque a Paris mostrou que havia no “primeiro mundo” partes do “terceiro”.

A dimensão da Conferência de Bandung é, sem dúvida, um reflexo da mobilizações, em alguns casos, insurreições, de milhões de seres humanos, sobretudo de camponeses. Um mundo dominado pela colonização - da Inglaterra e

13 PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations: A People's History of the Third World**. New York, London: The New Press, 2007. (Tradução nossa).

14 WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Porto: Afrontamento, 1990.

da França, de Portugal, Espanha, Holanda -, que com a Segunda Guerra Mundial rebela-se. No caso de Portugal, que ficou fora da Segunda Guerra Mundial (embora com cumplicidades evidentes de Salazar com o regime Hitleriano nos primeiros anos¹⁵), só na década de 1960 o Império vai ser questionado pelos movimentos de libertação. Foi essa reacção que chegou às ruas de Londres e Lisboa, mas dividir o mundo em zonas geográficas cria um jogo de espelhos que oculta que importantes contradições de classes sociais atravessaram estas zonas.

“Um, dois, três Vietnãs”

Os problemas para a França nas colónias aumentavam de dia para dia, logo a seguir à Guerra. Em princípios de Dezembro de 1952 o secretário-geral do sindicato União Geral dos Trabalhadores Tunisinos, Fehrat Hached, é assassinado. O acontecimento marca o início de violentos confrontos contra o colonialismo francês nas ruas da capital Tunes.

O conflito estende-se a Marrocos, que também exige autonomia face à França (e uma parte no sul face à Espanha). Numa manifestação em Casablanca, um marroquino é morto. No dia seguinte, uma greve geral de 24 horas convocada pelos sindicatos comunistas e nacionalista, desponta com uma enorme força contra o país ocupante. Duas bombas rebentam em estabelecimentos comerciais de franceses e sete europeus são mortos, de forma brutal. Casablanca é rodeada por tropas europeias. O dia termina com 51 mortos pelas tropas francesas.

Em 1958 o general De Gaulle, já com grande dificuldade para conter o avanço da luta de libertação da Argélia, convoca, em 1958, um referendo para constituir a V República Francesa. A consulta popular tinha como objetivo legitimar a sua política face à Argélia, pérola do colonialismo francês; tirar votos aos comunistas, sobretudo nas regiões agrícolas francesas onde estes tinham ganho força devido ao seu papel corajoso e preponderante na resistência contra a ocupação alemã; testar todas as colónias de França, que agora tinham o momento para se pronunciarem.

E no dia 28 de Setembro de 1958, os franceses e todos os habitantes das colónias que votavam foram em massa participar no referendo. A estratégia de De Gaulle teve alguns dos resultados esperados: os comunistas perderem em algumas regiões quase 30% dos votos que tinham até aí; na Argélia, o sim tem 96% de votos, apesar da oposição da Frente de Libertação Nacional.

A Guiné expressou o seu desejo de independência. A favor do não votaram 346.058 e só 10.335 a favor do sim. Parecia claro que economicamente a França

15 António Louçã (1997; 2000).

permaneceria no país, mas politicamente a Guiné tornava-se independente. O líder da luta anticolonial era Ahmed Sékou Touré, fundador em 1945 da União dos Sindicatos de Trabalhadores Guineenses e líder do Partido Democrático da Guiné. Touré era um homem ligado à União Soviética - em 1961 recebeu o Prémio Lenine da Paz - e tinha viajado para Moscovo e Varsóvia enquanto líder da União dos Sindicatos.

O ato de formalização da independência foi a 02 de outubro de 1958. A França reage eliminando imediatamente qualquer tipo de ajuda econômica à Guiné e esta volta-se para a União Soviética, que no imediato também não ajuda economicamente o país. No dia 12 de dezembro de 1958, as Nações Unidas reconhecem a República da Guiné, mas a França nega-se a fazê-lo e inicia um embargo ao país, o que só vai radicalizar as forças anticoloniais, amplamente apoiadas na população local.

Os resultados do referendo – em que condições reais de democracia e com taxas de participação efectiva nas colónias tinha sido realizado? - foram aparentemente favoráveis à França na Argélia. Mas a resistência argelina mostrou que não seria administrativamente resolvido o problema do colonialismo e em 1962, apenas 4 anos depois, a França perde a guerra e é forçada a abandonar o país.

Depois de insistirem numa guerra sangrenta, são obrigados a iniciar negociações, para a independência, com a Frente de Libertação Nacional, o exército anticolonial argelino, coligação das organizações nacionalistas. As conversas têm lugar na vila termal de Evian, em França. Os setores ultrafascistas franceses reagem com desagrado à possibilidade de uma Argélia independente e criam, em Abril de 1961, uma organização terrorista, a OAS, Organização do Exército Secreto, formada por políticos e militares franceses e alguns argelinos que se opunham à independência. Entre eles um homem que viria a ser muito famoso nos novos grupos fascistas na Europa do fim do século XX, Jean Marie Le Pen.

As bombas da OAS fazem-se ouvir, e matam, em Paris, Argel e Evian. Povoados muçulmanos na Argélia sofrem ataques do OAS, várias ameaças de morte e o comissário principal de Argel, Roger Gabory, é assassinado na sua casa. O terrorismo não inverteu a situação. O apoio à FNL era massivo, como retratou de forma magistral Gilo Pontecorvo no seu épico filme *A Batalha de Argel*¹⁶.

Em 1962 Ben Bella, que tinha sido preso em 1956, torna-se presidente da Argélia independente.

16 Filme A Batalha de Argel, Gilo Pontecorvo, 1966.

A “Ingerência Humanitária”, a política por outros meios

Poucos europeus sabiam em 1967 situar o Biafra no mapa. Esta região no sudeste da Nigéria, atravessada pelo rio Níger, era desconhecida da maioria da população mundial que, em 1967, se chocou com a guerra que aí alastrou. Foi de tal forma marcante que a geração que assistiu à guerra recorda a “fome do Biafra” como as gerações seguintes recordariam a Etiópia ou o Darfur.

A Nigéria, país mais populoso de África, situa-se no Golfo da Guiné. Logo em 1901 a Nigéria tornara-se num protetorado do Reino Unido e em 1914, no dealbar da Grande Guerra, que disputou os territórios coloniais, a Nigéria tornara-se oficialmente uma colônia britânica. As lutas anticoloniais na Nigéria radicalizaram-se depois da Segunda Guerra Mundial e o governo britânico preparou rapidamente uma transição para um regime neocolonial, apoiando-se em grande medida na população da região norte. O homem de confiança dos ingleses era Abubakar Tafawa Balewa, Sir Abubakar, depois de condecorado pelo Império Britânico.

Em Janeiro de 1966, um grupo de oficiais ligados à etnia Ibo fez um golpe de Estado, depondo o regime federal e assassinando Abubakar. No norte começou imediatamente o assassinato indiscriminado dos Ibo que aí viviam. Seis meses depois um contragolpe organizado por homens do norte, ligados a Abubakar e aos ingleses, retira o poder aos Ibo. Estes começaram a fugir em direção à região onde eram majoritários, o sudeste – que dominava o delta do rio Níger, onde tinham sido descobertas importantes jazidas de petróleo. No dia 30 de maio de 1967, declararam a secessão do resto da Nigéria e proclamaram a República do Biafra. O governo federal, apoiado pelos ingleses, opôs-se de imediato à secessão. Começou aí a guerra do Biafra, que só terminaria em 1970.

Os ingleses e os norte-americanos apoiavam o governo federal da Nigéria, para que pusesse fim à rebelião no Biafra, mas a maioria dos países de África também o faziam (temendo que o secessão do Biafra fosse um precedente para outros países). Por outro lado a própria URSS apoiou o governo nigeriano.

Do outro lado estavam os países abertamente colonialistas, a começar pela África do Sul e Portugal – foi a partir de São Tomé que se forneceu alimentos e armas aos homens do Biafra. A França e Alemanha, com óbvios interesses no petróleo, também apoiavam o Biafra.

Em muito países como Portugal e Espanha popularizou-se ao dito de que “passa mais fome do que no Biafra”. Segundo um relatório publicado pela UNICEF no dia 23 de janeiro de 1969, já havia, fruto da guerra, um milhão e meio

de vítimas, a maioria mulheres e crianças. A guerra do Biafra foi a antecâmara da guerra televisada – que seria de fato a do Vietnã. É também na tragédia do Biafra que é inaugurada a *ingerência humanitária*¹⁷, como forma de expandir a influência dos países centrais, contornando a oposição anticolonialista de grande parte dos europeus, sobretudo dos organizados em torno de movimentos de esquerda. É a “política por outros meios”.

Na sequência da guerra do Biafra é criada em França a organização *Médicos sem Fronteiras* que inaugurou este tipo de ajuda aos países periféricos e pobres. A França apoiou a ida de vários médicos franceses para a região, como forma de conseguir simpatia mundial para com a secessão deste território. Entre estes voluntários estava o médico francês Bernard Kouchner que, ao regressar a França, criticou a fome generalizada provocada pelo bloqueio nigeriano ao Biafra e a “conivência” da Cruz Vermelha. Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) são criados em 1971 e o seu princípio, adquirido na mediatização da fome provocada pelo bloqueio ao Biafra, era o de que uma organização não devia ser neutral – defeito que apontavam à Cruz Vermelha. Os MSF defendiam que era necessário criar uma organização que, para além de tratar dos feridos e da ajuda humanitária, devia sensibilizar a população mundial para os conflitos e ter influência junto do poder político. O princípio era o de que a neutralidade podia significar cumplicidade.

A 12 de maio de 1971 um terramoto devastou o Paquistão oriental – actualmente o Bangladesh - e a França começou a enviar para o território medicamentos sob o nome dos MSF. No final da década de 1970, perante as atrocidades ocorridas no Vietnã e a campanha internacional contra a guerra, os MSF promovem a campanha *Um barco para o Vietnã*, que, para além de levar medicamentos, levava dezenas de jornalistas. Alguns médicos da organização opõem-se a esta ideia, por acharem que o espectáculo se está a sobrepor à ajuda humanitária, e há uma cisão nos MSF. Kourchenr e outros 15 médicos criam a organização Médicos do Mundo, para levar a cabo a campanha. Hoje os Médicos sem Fronteiras estão presentes em mais de 70 países do mundo.

O prolongamento do conflito do Biafra começa a pôr em causa a relação da França com outros países africanos e De Gaulle começa a retirar o apoio ao Biafra em 1969. No fim desse ano a República do Biafra é reintegrada na Nigéria. A guerra termina oficialmente em 1970.

No dia 12 de março de 1966, o *Diário de Lisboa* abre com a notícia da proibição do Partido Comunista da Indonésia (PKI) e com a chegada ao poder do general Suharto. O golpe, apoiado pelos EUA, Grã-bretanha e Austrália, iniciou

17 François Chesnais (1997); Joana Coutinho (2005); Carlos Montañó (2002).

aquilo que o historiador Eric Hobsbawm chamou, na *Era dos Extremos*, “provavelmente a maior carnificina política da história”¹⁸: calcula-se que morreram, no seguimento do golpe, meio milhão de comunistas e opositores ao novo regime de Suharto. O regime indonésio desde a independência resultava de uma frágil frente nacional, constituída por aliança entre nacionalistas burgueses e o Partido Comunista Indonésio.

Suharto manteve-se no poder até 1998, substituído numa operação de cosmética por Habibie. O regime só tremeu quando a crise econômica asiática, a resistência timorense e as mobilizações populares contra a ocupação de Timor Leste pela Indonésia – que em Portugal levaram à rua centenas de milhar de pessoas em 1999¹⁹ – obrigaram os EUA, pela mão da então secretária de Estado Madeleine Albright, a pressionar a Indonésia. Timor Leste torna-se independente em 2002, estando hoje a sua economia dependente sobretudo da Austrália.

O Oriente-médio e o Norte de África

As peças mais importantes no puzzle imperialista do pós-guerra e no modelo neocolonial foram o Oriente-médio e o Norte de África, pelas importantes reservas de petróleo.

No dia 31 de agosto de 1969, um golpe de Estado levado a cabo por um movimento de oficiais, liderado por Muammar el-Kadhafi, derrubou a monarquia na Líbia, pondo fim ao regime reacionário, pro-ocidental de Idris e iniciando um novo período da história deste país do Norte de África.

Até 1911, a região que corresponde hoje à Líbia, no Norte de África, era ocupada, quase na totalidade, pelo Império Otomano. Nesse ano, a Itália invadiu esta região dando início a uma guerra que durou um ano. A Itália ocupou o território, que, até 1927, ficou conhecido como Norte da África italiano. Em 1927, a colônia foi dividida pelos italianos em dois territórios, a Cirenaica italiana e a Tripolitana italiana. Será só em 1934 que o governo italiano, liderado por Mussolini, passa a designar esta colônia como Líbia – uma recuperação do nome dado pelos gregos ao norte da África (excluindo o Egito).

Durante a Segunda Guerra Mundial formou-se na Líbia um movimento de resistência à ocupação que ajudou a derrotar a Itália. Com o fim da guerra os aliados são obrigados a aceitar a independência da Líbia mas da forma mais suave possível, transferindo o poder para o rei Idris e formando uma monarquia

¹⁸ Éric J. Hobsbawm (1996, p. 425).

¹⁹ Miguel Vale de Almeida (1999, p. 7-26).

constitucional e hereditária. Formalmente o Reino Unido da Líbia nasce a 24 de dezembro de 1951.

A grande mudança da Líbia dar-se-á, porém, a partir do final da década de 1950, com a descoberta de importantes reservas petrolíferas e com a radicalização das lutas anticoloniais, do movimento nacionalista árabe e do nasserismo, depois da guerra do Suez. Apesar das riquezas naturais a Líbia continuava a ser tratada como uma colônia no sistema internacional de Estados e a maioria da população vivia na pobreza. Cresciam os grupos políticos que denunciavam a concentração de dinheiro no rei, na sua família e numa pequena elite do país. Foi este contexto que originou, em 1969, o golpe liderado por Kadhafi, que nessa altura tinha 27 anos e liderava um pequeno grupo de oficiais que tomou o poder quando o rei Idris se encontrava em visita oficial à Turquia.

Éric Hobsbawm, em a *Era dos Extremos*, defende que o golpe de Kadhafi tem em comum com outros golpes pós-Segunda Guerra Mundial o carácter colonial dos regimes, a maioria da população camponesa e a participação de oficiais de origens humildes:

Na verdade, a típica revolução pós-outubro do século XX, à parte alguma explosão localizada, seria ou iniciada por um golpe (quase sempre militar), capturando a capital, ou o resultado final de uma luta armada extensa e em grande parte rural. Como os oficiais subalternos – muito mais raramente sargentos – de simpatias radicais ou esquerdistas eram comuns em países pobres e atrasados, onde a vida militar oferecia perspectivas de uma carreira atraente para jovens saudáveis e educados de famílias sem bons conhecimentos nem riqueza, essas incitativas costumavam ser encontradas em países como o Egipto (a revolução dos Oficiais Livres de 1952) e outros do Médio Oriente (Irake em 1958, Síria em vários momentos a partir dos anos 50 e Líbia em 1969)²⁰.

O grupo de oficiais liderados por Kadhafi declara, logo no dia do golpe, a 01 de setembro, a abolição da monarquia e a proclamação da nova República Árabe da Líbia.

O regime líbio manteve-se relativamente fechado ao mundo até 2003, altura em que assinou acordos internacionais que previam a liberalização da economia. Nesse ano, depois dos acordos, as Nações Unidas levantaram as sanções económicas à Líbia e o país pediu a adesão à Organização Mundial do Comércio. No auge das revoluções anti ditatoriais das Primaveres Árabes Kadafi foi deposto por uma coligação militar norte-americana com apoio de alguns países europeus.

²⁰ Éric J. Hobsbawm (1996, p. 85).

No dia 02 de junho de 1964, em Jerusalém leste, o Congresso Geral Palestino aprova a criação da Organização de Libertação da Palestina (OLP)²¹, com o intuito de lutar por um estado palestino democrático e laico, onde cristãos, judeus e muçulmanos pudessem conviver em paz. A OLP nasce patrocinada pela Liga Árabe, mas na sua génese está a necessidade dos próprios palestinos criarem uma organização independente dos árabes vizinhos. O primeiro comité executivo foi formado no dia 08 de agosto de 1964 e tinha como líder Ahmad Shuqeiri.

Desde os anos 1950 do século XX que se multiplicam as organizações a favor de um estado palestino. Nessa década foi formada a Federação dos Estudantes palestinos, o Movimento Nacionalista Árabe - fundado em 1951 pelo médico Geroge Habash (que em 1967 iria formar a Frente Popular de Libertação da Palestina) -, a Liga dos Poetas em 1952, a associação al-Ard (A Terra).

Israel tinha saído fortalecido da Guerra dos Seis Dias em 1967. A situação dos palestinos, expulsos do seu território (literalmente das suas casas) agravava-se. Muitos palestinos são colocados em campos de refugiados nos países vizinhos. Entre eles a Jordânia, cuja aliança com os Estados Unidos, fez expulsar do seu território a Organização de Libertação da Palestina (OLP) que foi fixar-se no Líbano. É nesta expulsão que se funda a organização *Setembro Negro*, vinculada directamente à OLP e a *Al Fatah*, liderada por Yasser Arafat. A primeira acção de peso da *Setembro Negro* foi a morte, em 1971, do primeiro-ministro jordano, Wasfi Tel.

Em setembro de 1972 tiveram lugar na Alemanha, em Munique os primeiros jogos olímpicos realizados em solo alemão desde a era nazista. Chamaram-lhes simbolicamente Olimpíadas da Paz. São inaugurados a 26 de agosto de 1972. Na madrugada de 05 de setembro de 1972, um grupo de guerrilheiros da organização *Setembro Negro* entra no edifício israelita da Vila Olímpica e mata dois membros da equipa e sequestra nove.

O grupo torna públicas as suas exigências: a libertação de mais de duas centenas de presos palestinos encarcerados em território israelita e um avião para abandonar a Alemanha Federal. Israel oferece-se para enviar um grupo de operações especiais mas o governo alemão recusa. Nas negociações, os alemães conseguem convencer os palestinos que as suas reivindicações foram aceites e que vão levá-los ao aeroporto, para abandonarem a Alemanha. O comando palestino, 9 atletas sequestrados e a polícia partem em direcção ao aeroporto. Quando chegam, os palestinos concluem que é um *bluff* e começa um tiroteio. No conflito morrem os atletas e os 3 palestinos sobreviventes são presos.

21 Ilan Pappé (2006).

1972 não foi a primeira vez que os jogos serviram de palco de protesto político. Em 1936, nos jogos olímpicos de Berlim, formou-se uma coligação de organizações de judeus e de sindicatos de trabalhadores contra o nazismo. Exigiam a não participação dos EUA. O mais marcante momento político veio, porém, em 1968, nos jogos olímpicos da Cidade do México, quando dois atletas negros, afroamericanos, Tommie Smith e John Carlos, foram ao pódio receber as medalhas erguendo o punho. Na mão uma luva negra, simbolizando o *Black Power*, a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e a igualdade. O presidente do Comité Olímpico Internacional exigiu de imediato a sua expulsão dos jogos, o que acabou por concretizar-se. De volta a casa foram alvo de ameaças de morte e ostracizados no meio desportivo. Mas nos meios de esquerda do mundo inteiro, no ano do maio de 1968, foram aclamados como heróis. Em 1980 os Estados Unidos da América boicotaram, levando consigo dezenas de aliados, os jogos olímpicos de Moscovo. Em 1984 a URSS respondeu boicotando os de Los Angeles.

Em 1967, uma coligação de países árabes foi derrotada por Israel. Esta derrota abriu espaço a que Arafat se consagrasse como líder da OLP – o que viria a acontecer em Fevereiro de 1969 -, em detrimento de outros dirigentes, como Habash, que estavam politicamente mais próximos do nacionalismo árabe. Cinco anos depois da eleição de Arafat a Liga Árabe reconhece a organização como a legítima representante do povo palestiniano. Na proclamação ao Congresso de fundação da OLP, na sua *Carta Nacional*, foi defendido o “direito do povo palestiniano à sua pátria, Palestina” e afirmada a “batalha inevitável para libertar a parte da sua terra usurpada” por Israel. Até aos acordos de Oslo, em 1994, a OLP nunca reconheceu o Estado de Israel.

A OLP nasceu já com contradições internas importantes, espelhadas aliás na sua Carta Nacional. Por um lado a OLP apoiava a ideia de um estado árabe único no Médio Oriente, que unisse a nação árabe, um projecto dirigido por Gamal Abder Nasser, líder egípcio. Por outro lado a OLP defendia e lutava pela criação de um estado palestiniano. Isso não tinha o acordo, por exemplo, da Jordânia, que reclamava o território da Cisjordânia. Mais ainda, para além das divisões entre árabes e judeus, havia profundas contradições de classe entre os próprios árabes que, com a crescente importância do petróleo, criaram burguesias autóctones que olhavam com desconfiança movimentos de massas contra Israel.

Acabaram aliás, os nacionalismos árabes laicos e progressistas, por abraçar políticas neoliberais que levaram à crise das direcções laicas, e à emergência de direcções ultras reaccionárias, como o fundamentalismo islâmico, que derrotou as Primaveras Árabes de 2010/11. Incentivando e piorando uma das maiores

crises que esses povos – e secundariamente a Europa enfrentaram – até hoje sem solução, a crise dos refugiados.

No Cais de Esmirna

“Elas gritavam”. Era o pior. As mães e os seus gritos no cais. O relato do conto *No Cais de Esmirna* é de Ernest Hemingway, regressado às armas – agora à Guerra greco-turca de 1919-1923. Esmirna, de onde foram expulsos 1,5 milhões de gregos da Ásia Menor depois da I Guerra Mundial. Atenas moderna, hoje símbolo do declínio do projeto da União Europeia, foi construída por estes refugiados. Desde 2008, cresceu exponencialmente o número de refugiados e deslocados – são hoje 52 milhões, a maioria de zonas ricas em matérias-primas. À Europa chega apenas a ponta do icebergue, que são os que têm capacidade de pagar a intermediários ilegais.

Esmirna fica a 230 quilómetros de Bodrum, a praia de onde partiram, a 02 de setembro de 2015, Aylan e Galib, com a mãe e o pai, num barco de borracha, para chegar à ilha de Kos, a quatro quilómetros de distância. Terão navegado 500 metros – a 20 minutos de braçadas de terra, morreram. Aylan, 2 anos, morreu, vestido com doçura, na posição semifetal. A caminho da Europa. Aylan “era um homem” – homenagem aqui Primo Levi – e a sua fotografia entrará para a história como a de Kim Phuc, a menina nua que gritava fugindo dos horrores da guerra do Vietnã, há quatro décadas. Hoje uma senhora que vive no Canadá, o mesmo país onde Aylan se tornaria homem se o asilo à família não tivesse sido concedido depois de mortos.

O filme *Rambo III* terminava, antes de ser mudado uns anos depois, com uma dedicatória final a “todos os combatentes pela liberdade, *mujahedins* do Afeganistão”, armados pela monarquia absoluta teocrática da Arábia Saudita e pelos EUA, contra a URSS na guerra civil que se seguiu à invasão soviética de 1979.

É esta a origem mais remota dos grupos terroristas que encheram as páginas dos jornais da Europa depois dos terríveis atentados em várias cidades da Europa, Londres (2005), Paris (2015), Nice (2016), entre outros, que mataram centenas de pessoas. Em rigor ninguém sabe hoje qual é a dimensão destes grupos, quantos são, de onde vêm, quem os financia.

O processo histórico é o resultado de uma combinação complexa entre fatores subjetivos e objetivos, mas um barril de gasolina raramente tem dificuldades para encontrar um fósforo. A história encontra os seus loucos se for feita para tal.

O grande salto da urbanização nas sociedades periféricas dá-se na segunda metade do século XX na Índia, na África, no Oriente-médio. O fim das sociedades camponesas, em pleno auge do falhado nacionalismo árabe²², e sua evolução posterior para políticas liberais encheu as cidades destes países de mega bairros de lata e milhões de desempregados a viver em condições sub-humanas. O Estado Social era inexistente nestes lugares - expressão que quiçá nem se pronuncie nestes territórios -, existem velhas solidariedades familiares e os lugares de culto passaram a ser espaços de educação, saúde, serviços de reprodução social da força de trabalho.

As universidades ocidentais mudaram o nome às disciplinas de estudo dos países periféricos, *de coloniais para pós-coloniais*²³. Acomodação acrítica - sem excepção são todas sociedades neocoloniais, com mais dependência económica hoje dos países centrais do que na década de 1960 e 1970, quando essa subordinação já era manifesta.

Falamos de países devastados por uma política neocolonial que assenta: 1) na exploração maciça dos seus recursos naturais; 2) na destruição da sua soberania alimentar, pelo domínio da monocultura do chá, café, cacau, etc. e apoio na Europa aos excedentes alimentares que financiam as rendas agrícolas dos grandes proprietários, ao abrigo da PAC, excedentes que para evitar que entrem no mercado baixando o preço dos alimentos, são comprados pelos Estados europeus, doados às agências humanitárias, que os despejam em África, arrasando os agricultores locais²⁴; 3) muitos destes países, sobretudo nas zonas ricas em petróleo, são “alvos perfeitos” para o complexo industrial-militar norte-americano.

No seu discurso, para receber o prémio Nobel, Harold Pinter recordou: “Os EUA ocupam 732 instalações militares em 132 países [...]. Os EUA possuem 8000 ogivas nucleares, 2000 estão em alerta máximo prontas a ser lançadas em 15 minutos”²⁵. A lista de produtos a serem consumidos – aviões, aço, *drones*, electrónica, tecnologia diversa, informática – é proporcional ao número de países que são bombardeados, lista que aumenta todos os anos: Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Mali, Palestina²⁶. A maior indústria do mundo de armas, o seu coração está nos EUA e é a partir da sua evolução – em conjunto com a indústria automóvel - (composição da capacidade instalada e custo do trabalho) que hoje os mais sérios economistas avaliam o desencadear da próxima crise cíclica²⁷. Nes-

22 Tariq Ali (2003).

23 Atilio A. Boró (2007).

24 Oxfam Report “An Economy for the 1%. How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped”, 18 January 2016.

25 Harold Pinter (2006, p. 35).

26 Martins (2005).

27 Roberts (2018).

tas guerras, os governos europeus têm sido cúmplices, companheiros de armas, ou simplesmente inábeis, malgrado a maior manifestação da história da humanidade, em 2003, ter mostrado a rejeição a estas políticas por parte dos povos da Europa. No dia 15 de fevereiro de 2003, as maiores manifestações da história da Europa tiveram lugar com 2 milhões de pessoas em Londres, 1 milhão em Madrid, contra a invasão do Iraque pelos EUA, numa coligação internacional. Em Lisboa participaram 80 mil pessoas.

O grosso do comércio e valor era entre países europeus e não entre estes e as colônias. Mas, na cadeia produtiva de acumulação do centro, há uma dependência de matérias-primas da periferia (e do trabalho barato ou forçado). Os mercados coloniais e neocoloniais são vitais às economias europeias. O “petróleo e sangue” do Oriente-médio são parte integrante da cadeia produtiva automóvel da Alemanha de hoje; como o algodão angolano do trabalho forçado usado por Portugal (e pelas empresas inglesas nas colônias portuguesas), foi até 1974, parte do impulso do crescimento da indústria têxtil do norte do país. São trocas desiguais profundas entre centro e periferia. Numa palavra, neocolonialismo. A renda destes territórios periféricos, correspondentes ao “terceiro mundo”, era 1/5 do primeiro mundo em 1850 e 1/14 em 1970²⁸.

Concluimos, por isso, com as palavras de Prashad:

Na década de 1970, as novas nações já não eram assim tão novas. (...) As exigências populares de terra, pão e paz foram ignoradas em nome das necessidades das classes dominantes. Guerra interna, falta de controle dos preços das *commodities* primárias, incapacidade para superar a sufocação do capital financeiro levou a uma crise nos orçamentos de grande parte do Terceiro Mundo. (...) O patriotismo da linha de fundo superou a solidariedade social obrigatória. (...) Activistas de todos os tipos surgiram para preencher o espaço que outrora tinha sido assumido por várias formas de socialismo. Religião fundamentalista, raça, e formas não-construídas de poder de classe emergiram de destroços do projeto do Terceiro Mundo. A morte do Terceiro Mundo foi catastrófica²⁹.

Referências

ACHCAR, Gilbert. **Morbid Symptoms, Relapse in the Arab Uprising**. Stanford, Stanford University Press, 2016.

ALI, Tariq. **The Clash Of Fundamentalisms: Crusades, Jihads And Modernity**, London, Verso, 2003.

²⁸ Vadney (1998, p. 90).

²⁹ PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations**. A People's History of the Third World. New York, London, The New Press, 2007. (Tradução nossa).

ALMEIDA, Miguel Vale de. Epílogo do Império: Timor leste e a catarse Pós-colonial Portuguesa, **Novos Estudos**, nº 55, 1999.

ARCARY, Valério. **As Esquinas Perigosas da História**. Situações Revolucionárias em Perspectiva Marxista. São Paulo, Xamã, 2004.

BORON, Atílio. et al. (Org). **A Teoria Marxista hoje Problemas e Perspectivas**. Buenos Aires, Campus Virtual, 2007.

CARCHEDI, Guglielmo. **Frontiers of Political Economy**. London, Verso, 1991.

CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?**. Lisboa, Relógio D'Água, 1995.

CHESNAIS, François. **La Mondialisation Du capital**. Nouvelle édition augmentée. Paris, Syros, 1997.

COUTINHO, Joana. ONG's: caminhos e (des)caminhos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 13/14, p. 57-64, 2005.

HARDOON, Deborah; FUENTES-NIEVA, Ricardo; AYELE, Sophia. An economy for the 1%. How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped. **Oxfam**: Policy and Practice, 18 jan. 2016. Disponível em: <<https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/an-economy-for-the-1-how-privilege-and-power-in-the-economy-drive-extreme-inequ-592643>>. Acesso em 23 jan. 2016.

HEMINGWAY, Ernest. On the Quai at Smyrna. In: **The Complete Short Stories of Ernest Hemingway**. The Finca Vigía Edition. Nova York: Scribner, 2003.

HOBSBWAM, Éric J. **A Era dos Extremos**. Lisboa, Presença, 1996.

LINDEN, Marcel van der. Edward L. Sard (1913–99), Theorist of the Permanent War Economy, In: **Critique**, v. 46, n. 1, 2018.

LLOSA, Mário Vargas. **O Sonho do Celta**. Lisboa, Quetzal, 2010.

LOUÇÃ, António. **Negócios com os nazis**. Ouro e outras pilhagens 1933-1945. Lisboa, Fim de Século Edições, 1997.

_____. **Hitler e Salazar: Comércio em Tempos de Guerra, 1940-1944**. Lisboa, Terramar, 2000.

MAKDISI, Karim; PRASHAD, Vijay. (eds), **Land of Blue Helmets: The United Nations and the Arab World**. Oakland, University of California Press, 2017.

MARTINS, José. **Império do Terror, Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do Século XXI**. São Paulo, Sundermann, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**, São Paulo, Cortez, 2002.

NEALE, Jonathan. **La Outra Historia de la Guerra de Vietnam**. Madrid, El Viejo Topo, 2003.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples**, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

PELIKÁN, Jiri. The Struggle for Socialism in Czechoslovakia. In: **New Left Review**, n. 71, January-February, 1972.

PINTER, Harold. **A Teia**. Lisboa, Dinossauro, 2006.

PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations**. A People's History of the Third World. New York, London, The New Press, 2007.

ROBERTS, Michael. **The Long Depression**. Chicago, Haymarket Books, 2016.

ROSAS, Fernando; SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. **Portugal e o Estado Novo**: Nova História de Portugal. Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

VADNEY, T. E. **The World Since 1945**. London, Penguin Books, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Porto, Afrontamento, 1990.

MIGRANTES, “REFUGIADOS VENEZUELANOS”:
CONFLITOS E POLÍTICAS DE ESTADO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Amarildo Ferreira Júnior

Introdução

desde que cheguei	
um cão me segue	[...]
	&
	desde que cheguei
	um cão me segue
mesmo que haja quilômetros	
mesmo que haja obstáculos	&
entre nós	esse cão, eu apelidei de
	imigração
sinto seu hálito quente	(Prates, 2018, p. 33-34).
no meu pescoço.	

Venezuelanos atravessam a fronteira do país em deslocamentos terrestres para Colômbia e Brasil e, desde os respectivos territórios fronteiriços nacionais, marcam os fluxos no interior do subcontinente; por essa via, no rumo de Peru e Equador; desde esses países, o direcionamento por estradas orienta para Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Os migrantes correspondem a trajetórias, perfis sociais e posição diferenciada nas desigualdades estruturais globais, o que tem relação com os graus de autonomia socioespacial e com as especificidades dos marcos legais e administrativos e seus constrangimentos sobre o migrante, de acordo com o estudo de Anja Weiß (2018).

Esses movimentos migratórios podem ser examinados a partir das estratégias, das trajetórias, da posição social desigual dos migrantes e daqueles classificados como refugiados, das reações que geram no interior das sociedades onde passam a viver. A mídia, a academia e as agências internacionais enquadraram esses deslocamentos como *crise migratória*, adicionada de vários adjetivos, comparações e indicação de fatores causais. A situação da Venezuela seria provocada pela *crise humanitária* que justifica uma “ajuda humanitária”, ambas as noções inspiradoras de intervenções políticas que exigem debates e posicionamentos.

As observações sobre a fronteira terrestre entrelaçam-se com o estado de alerta, os conflitos, as formas de repulsão, a xenofobia e os discursos políticos posicionados pelos Estados vizinhos. Suriname e a República Cooperativista da Guiana estavam em estado de vigilância em abril de 2018, pois notícias de aumentos das tensões internas na Venezuela indicavam perigos. Foi divulgado por autoridades¹ da cidade de Nieuw Nickerie, a terceira maior do Suriname, que seria fácil atravessar a fronteira da Guiana e, rapidamente, estabeleceram-se pontos de vigilância no rio Courantyne, por onde podiam entrar “imigrantes ilegais”. Em Paramaribo, os funcionários avaliaram que a “entrada de venezuelanos no Suriname tem caído bastante e a maioria escolhe outra direção, como Colômbia ou o Brasil. No entanto, as autoridades do Suriname vão permanecer em alerta” (Autoridades, 2018). Nesse discurso não é alardeada a suposta ameaça de “invasão” da Venezuela na zona do Essequibo, movida por notícias sobre as jazidas de petróleo descobertas pela multinacional estadunidense ExxonMobil nessa região em 2015, o que provocou uma crise entre Guiana e Venezuela.

Discursos provenientes de meios acadêmicos e militares colombianos têm quase unanimidade no argumento: *Venezuela é uma fonte de instabilidade e perigo para a segurança regional*, repercutindo o conteúdo de ordem executiva aprovada em março de 2015 pelos Estados Unidos, durante a administração de Barack Obama (2009-2017), e recém-renovada, na qual a Venezuela é classificada como uma não usual e extraordinária ameaça à segurança nacional estadunidense.

Desde essa visão, adotam posição muito próxima da política do Estado colombiano e estão convencidos que a *crise política, econômica e social* venezuelana coloca novos desafios para Colômbia, relacionados à sua capacidade institucional, à população imigrante que diariamente atravessa a fronteira, à sua relação bilateral e à segurança na região, entre outros (Acosta Varón; Álvarez Calderón; Ângelo, 2019, p. 9 e contracapa).

1 A notícia veiculada destacou a afirmação da autoridade distrital de Nickerie: “[...] até o momento não houve razão real para justificar essa preocupação, mas se essa realidade mudar, o comissário informou que todas as providências já estão sendo tomadas para o controle na fronteira” (Autoridades, 2018, s. p.).

Nesse discurso, mais do que tratar da situação humanitária, o foco é a situação de alarme e a necessidade de proteção face à *crise migratória da Venezuela* e os efeitos que tem na Colômbia e no subcontinente. Contudo, as noções em uso de migrantes e refugiados pouco têm contribuído para compreender os processos e muito favorecem ao descrédito daqueles a quem denominam.

Nada mais incongruente é ignorar que a Colômbia se encontra em aberta e, apesar do acordo de paz que em setembro de 2020 completa quatro anos, continuada guerra interna, desencadeada pelo conflito político, social e armado responsável por 8.376.463 vítimas. Situação ainda notabilizada pelo *desplazamiento*² interno e internacional de cerca de 6.044.420 **migrantes forçados** até dezembro de 2014. Colômbia atinge a posição de segundo país no mundo de pessoas nessa situação, no que somente é superada por Síria (Medina Carrillo, 2018, p. 5). Destacam Ortiz e Kaminher (2014, p. 46) que cerca de quatro milhões de camponeses fugiram dos seus territórios para salvar suas vidas diante às atrocidades e abusos massivos de direitos humanos gerados pela violência social e política nesse país. De acordo com esses autores, os deslocamentos de colombianos foram direcionados principalmente à Venezuela (52%), seguido de Equador (32%).

O capítulo inacabado da guerra colombiana ultrapassou as fronteiras e aumentou as tensões diplomáticas, chegando à ruptura de relações dos governos de Equador e Venezuela com Colômbia. Todavia não houve declarações de “emergência humanitária” pelos deslocamentos massivos de colombianos em busca de refúgio. Esses dados obrigam a refletir os conflitos desatados, os efeitos que estão sendo denominados de *crise migratória*, a existência de *migrantes* e *refugiados* da Venezuela em Colômbia e a política de Estado que pretende ocultar a própria conflitualidade.

No Brasil, por sua vez, os discursos sobre a crise migratória da Venezuela que ecoam desde Brasília e rebatem na região Norte, em especial no Estado de Roraima, também estão impregnados do senso de ameaça representada pelos migrantes, refugiados e, mais abrangente, o “regime” político venezuelano. Nesse discurso também se ignora que a *crise política, econômica e social* não existe apenas em Venezuela, assim como é desconhecida a história dessa fronteira política e os conflitos internos da sociedade local.

Os motivos para o Brasil clamar pelo estado de emergência e alardear o perigo externo representado por Venezuela são de natureza da história política de seu Estado, de suas fronteiras e interesses regionais e globais, que, como veremos,

2 *Desplazamiento* é um termo que denomina os deslocamentos forçados de contingentes populacionais humanos ocorridos no contexto da guerra interna colombiana.

encaixam-se como problemática própria de um enquadramento da experiência do tempo presente sem, contudo, dotá-lo de uma valorização que o contrapõe ao passado, afinal, opera-se, ao recorrermos à história do tempo presente, uma intersecção do presente e da longa duração (Dosse, 2012; Hartog, 2003).

Em uma entrevista realizada em 2017, Gustavo da Frota Simões, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) no curso de Relações Internacionais, afirmava observações sobre o Estado de Roraima, foco de debates dos migrantes venezuelanos: “a meu ver, essa situação de emergência foi utilizada como um mecanismo para negociar dívidas e receber mais recursos, além de justificar as falhas em serviços públicos que já aconteciam anteriormente à chegada dos venezuelanos” (Simões, 2017, s. p.). Ainda, destacou a *atuação desastrosa* das esferas de governo federal, estadual e municipal em relação aos migrantes venezuelanos e frisou, também de forma crítica, a cobertura midiática no Brasil sobre o tema, que tem superestimado a dimensão da presença venezuelana e ajudado a reforçar estereótipos sobre os migrantes.

Gustavo Rocha e Natália Ribeiro (2019) apontam que, até 2018, 67% dos migrantes venezuelanos deixaram seu país por razões econômicas e laborais, e 22% por falta de acesso a alimentos e serviços médicos (Brasil, 2018, apud Rocha; Ribeiro, 2019, p. 556). Esse fluxo intensificou-se entre 2016 e 2018, fazendo com que a impropriedade na redução do atual fluxo migratório venezuelano no Brasil seja repercutida na ideia de crise migratória. Os autores estabelecem a limitação de atrelar essa noção a algo que foge da normalidade e, portanto, exime de responsabilidade, o que retira o debate sobre estratégias para melhor acolher.

Dessa maneira, cientes que muitas das noções da história das migrações estão sendo colocadas em questão e que as definições jurídicas nacionais e internacionais são insuficientes para compreender processos complexos (Weiß, 2018), apresenta-se a necessidade de ampliar o debate sobre refugiados, crise migratória e ajuda humanitária, admitindo que a tendência atual produz a despolitização da vida do migrante/refugiado, provocando sua desumanização e acionando práticas de inclusão aparente, pois geram exclusão e limitam a capacidade ou liberdade dos indivíduos, conforme refletem autores como Giorgio Agamben (2002).

Nesse artigo, o objetivo é discorrer sobre as categorias (*refúgio, refugiado, migrante, migração, crise migratória, crise humanitária e ajuda humanitária*) inseridas nos discursos midiáticos, acadêmicos, jornalísticos e jurídicos que se utilizam, redefinem e reinterpretam no tempo presente, e, para isso, nos orientamos a documentos de fontes próprias a cada autoria discursiva.

Sustentamos, para tanto, a inserção de nossas reflexões no campo historiográfico da história do tempo presente, o qual tanto remete a uma noção que carrega

certa banalização, controvérsia e instabilidade, conforme sinalizou François Dosse (2012), quanto permite, nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira (2000), uma reflexão histórica menos segura de si, porém mais viva³. Com isso, enfatizamos a espessura temporal do espaço de experiência e o presente do passado incorporado na experiência desse deslocamento humano analisado, cujas fontes selecionadas colocam como problema subjacente a busca por saber como esse presente é construído no tempo, o que impõe um dever de mediação (Dosse, 2012).

Recorremos a esse campo por uma imposição implícita na continuidade temporal entre o período estudado, especificamente a segunda metade da primeira década do século XXI, e a redação do objeto, o que faz coincidir a constituição do tema abordado com nossas trajetórias intelectuais, além de nos permitir desenvolver e trazer à tona uma particular sensibilidade ao peso dos traumáticos acontecimentos circunscritos a esse mesmo tema e à sua confrontação com as demandas sociais e o espaço público onde ele se expressa (Motta, 2012).

Ambicionamos restituir, dessa forma, a historicização de uma experiência transversalizada (Dosse, 2012) que se anuncia contundentemente quando, em ruas de cidades do norte do Brasil (Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém, Belém) e Colômbia (Cúcuta, Cartagena, Bolívar, Cali, entre outras⁴), algumas mulheres e homens adultos informam a nacionalidade em cartazes; apresentam-se de forma sintética “Sou venezuelano” e, na frase seguinte, solicitam ajuda monetária. Em algumas avenidas da cidade de Cali esse grupo podia ser de colombianos que receberam a identidade de venezuelanos em anos passados e retornaram após os triunfalismos da pacificação e as promessas de nova vida, que de fato não os incluem e nem garante o fim da violência na Colômbia, pelo contrário, tem ocorrido o recrudescimento. Essa presença provoca os sentimentos de repulsa ou compaixão, fartamente divulgados em jornais e redes sociais, sem abrir espaço para compreender e explicar a existência de direitos e questões políticas complexas.

3 Ferreira (2000) discorre, a respeito da história do tempo presente, que nem sempre a história dos fatos recentes foi vista como problemática. Ao contrário: para essa autora, o foco central dos historiadores na Antiguidade clássica era a história recente, o que se alterou quando ocorreu o “[...] triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária” (p. 111), ocasionando uma ruptura entre passado e presente e instaurando distintos regimes de historicidade (Hartog, 2003). Dosse (2012) e Motta (2012) se direcionam na mesma linha ao buscar apresentar definições e reflexões sobre as possibilidades e desafios da história do tempo presente, demarcando uma reintrodução da história ao presente a partir dos anos 1930, com emergência mais significativa em fins dos anos 1970.

4 A Colômbia, por meio de agências estatais e organizações internacionais, indica catorze regiões impactadas, incluindo departamentos e cidades, pela *crise migratória* procedente da Venezuela. Ver: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-caribe-es-la-region-con-mas-presencia-de-refugiados-venezolanos-cartagena-la-mas-receptora-303862>. Acesso em: 26 mai. 2019.

Nas cidades do norte do Brasil mencionadas parte desses grupos que estão na rua está identificada como indígenas pertencentes à etnia Warao. Assim, de forma mais atenta, apresentamos uma compreensão da história recente dos deslocamentos da etnia Warao e de como está operando a ajuda humanitária em relação a esse grupo étnico.

“Refugiado venezuelano”, migrante: categorias classificatórias, ações e processos da política

A literatura das ciências sociais, jurídicas e da filosofia abordando os refugiados está em expansão e busca romper com o discurso das instituições de Estado e de organizações internacionais que desde o século passado detêm no monopólio do corpo normativo a justificativa de suas próprias políticas e ações, o que sinaliza uma nova teoria e ética discursiva, como escreve a filósofa Seyla Benhabib (2005). A autora analisa a problemática filosófica e política que surge com a chegada de estrangeiros, imigrantes, asilados, refugiados e forasteiros às entidades políticas existentes.

A partir da noção de fronteiras da comunidade política, Benhabib (2005) analisa o movimento de gentes focando no conceito de *membresía política*, a qual determina os princípios e as práticas de incorporação dos recém-chegados. Segundo a autora, a fronteira política define quem são os membros e quem são estrangeiros. A condição de membros é significativa e é acompanhada de *rituais de ingresso, permanência e privilégio*. Benhabib chama atenção para as novas modalidades de membros da comunidade política que já não são definidas pelo sistema de estados nacionais, desde que as migrações transnacionais e os assuntos constitucionais como os políticos sugeridos pelos movimentos das gentes através das fronteiras dos estados são centrais para as relações interestatais e, portanto, para uma teoria da justiça global (Benhabib, 2005, p. 13-14).

A autora assinala que a formulação de uma teoria da justiça internacional e global tem mantido silêncio sobre a questão da migração. Os teóricos silenciam, pois, esta questão interfere nos pressupostos do Estadocentrismo, que tem seu fundamento no controle político e na proteção das fronteiras do Estado contra os estrangeiros, intrusos, refugiados e solicitantes de asilo. Desse modo, o controle da migração é crucial para a soberania do Estado.

Desde un punto de vista filosófico, las migraciones transnacionales destacan el dilema constitutivo en el corazón de las democracias liberales entre las afirmaciones de la autodeterminación soberana por un lado y la adhesión a los principios universales de los derechos humanos por el otro (Benhabib, 2005, p. 14).

Outro argumento é sobre a crise do modelo westfaliano da soberania estatal, que considera que há uma autoridade política dominante e unificada com jurisdição sobre um pedaço do território claramente demarcado. Contudo, a globalização coloca as funções do Estado em “contextos voláteis que excedem a capacidade de qualquer Estado individual de influenciar em decisões e resultado” e a *territorialidade* se torna uma delimitação anacrônica de funções materiais e identidades culturais, apontando, ainda, para o colapso de conceitos tradicionais de soberania e de exercício do monopólio sobre o território através de políticas imigracionistas e de cidadania (Benhabib, 2005, p. 16).

Medina Carrillo (2018) desenvolve estudo sobre a luta política de colombianos refugiados no Equador e Canadá por serem reconhecidos como sujeitos de proteção internacional e, simultaneamente, como sujeitos com agência política nos países de destino. Entende que os processos de resistência de população refugiada são chave nos estudos sobre migrações forçadas. O Direito Internacional dos Refugiados (DIR) apresenta a condição de refugiado como excepcional, o que fez que fosse excluída da dimensão política de direitos, visto como um contra sentido, pois os elementos humanitários desligados do político produzem uma inclusão que gera precisamente sua exclusão. Esse contra sentido é entendido por Medina Carrillo (2018, p. XV) como o paradoxo do refúgio.

Segundo assinala Medina Carrillo (2018), o refúgio é uma situação paradoxal na apreensão de Giorgio Agamben e Hannah Arendt (1906-1975). Os refugiados são sujeitos de proteção internacional, mas o reconhecimento depende da normatividade dos Estados de destino. A resposta política ao paradoxo do refugiado atende pelas representações do refúgio: a) problema humanitário; b) fluxos migratórios desordenados; c) questão de seguridade mundial. E nessas representações não há espaço para a agência política e participação dos refugiados nas comunidades de origem e de destino (Medina Carrillo, 2018, p. XVI). Nas narrativas dos refugiados situa a autora os estudos sobre migração forçada, e, na perspectiva desse estudo, *desde baixo*, identifica suas iniciativas em meio ao paradoxo do refúgio.

Weiß (2018) entende que a categoria “refugiado” está contaminada por políticos que refutam a veracidade das alegações dos refugiados. Por isso, a autora insiste na contribuição de historiadores e cientistas sociais para o debate com base em conceitos claramente definidos, por uma reflexão crítica de categorias e por descobertas empíricas.

Com isso, a análise da categoria refugiado sob um marco geral de estudos sobre migração contribui a entender como ela é acessada e atribuída. Dessa forma, refugiado está sendo destacado de processos de migração que se organizam

na forma de ciranda de estatísticas e de discursos, o que apenas reitera a relação conhecida com *a crise política, econômica e social*, gerando espasmos de análise impressionista e de senso comum.

De acordo com Weiß, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) assume uma posição clara contra a confusão entre migrantes e refugiados: “em primeiro lugar, refugiados não são migrantes. Em segundo lugar, é perigoso, e prejudicial à proteção de refugiados, confundir os dois grupos, terminologicamente ou de outro modo” (Feller, 2005, p. 27, apud Weiß, 2018, p. 112). Weiß considera a afirmação compreensível em termos políticos, mas não responde ao objetivo de revisão de categorias e avaliação do potencial de outras denominações. Isso porque, no “campo da proteção de refugiados, interesses políticos e conceituais se interpõem”, o que mina o baixo grau de proteção que foi alcançado. A questão situa-se no tratamento das migrações, pois as interferências de interesses políticos podem não coadunar com a proteção dos direitos humanos.

O ACNUR tem sido categórico em classificar os venezuelanos como refugiados e não como migrantes, pois interpreta que desta forma salvaguarda os direitos destas pessoas. Em dezembro de 2018, o senhor Felipe Muñoz, Gerente da Fronteira com Venezuela da Presidência da Colômbia, afirmou que

La Acnur capacitó en Cartagena a un grupo de periodistas en el manejo de la información relacionada con estas crisis, y aseguró que se debe hablar de refugiados, cuando la prensa haga mención a la migración venezolana, pues la gran mayoría están huyendo de su país debido a la falta de alimentos, trabajo, salud, educación y de un gobierno que no está garantizando los derechos humanos y a la vida de sus ciudadanos, por lo tanto su condición es la de refugiados (El Caribe, 2018).

Lê-se nessa notícia o discurso sobre o refugiado inserido na política de “flexibilização migratória” do governo que, nas palavras de Christian Krüger, Diretor de Migração Colômbia, exprime uma condição desacreditada⁵.

Lo que queremos es abrirles la puerta a los venezolanos pero que cumplan, para eso venimos flexibilizando; y aquellos que no vengan a cumplir, sino a delinquir serán expulsados, se les aplicará la sanción penal y las medidas administrativas migratorias más severas. Queremos darle orden a este proceso migratorio, porque va a continuar y la única forma de atenderlo es saber quién está saliendo y quién está entrando al país (El Caribe, 2018).

5 Na notícia antes citada é feita menção à categoria “*população colombiana retornada*”, que faz supor os milhares de colombianos que realizaram uma migração forçada desde a década de 1980 para fugir da guerra interna na Colômbia.

Os noticiários, relatórios e artigos acadêmicos registram diferentes números sobre venezuelanos que emigraram. Rocha e Ribeiro (2019) explicam que se eleva a mais de 2,6 milhões de venezuelanos e 186.800 pediram refúgio em outros países. No Brasil, entraram 199.365 venezuelanos através da fronteira com Pacaraima, em Roraima, menos de 4% do fluxo geral de venezuelanos que deixaram o país. Conforme os autores, para o ano de 2018, 100.928 destes têm registro de saída do Brasil e 98.437 ainda estaria em território brasileiro, o que lhes permite concluir que o Brasil não é o destino preferencial desse fluxo, sobretudo devido à questão linguística (Rocha; Ribeiro, 2019, p. 543 e 548). Simões (2017), cuja pesquisa entrevistou 664 pessoas entre 27 de julho e 9 de agosto de 2018, indo ao seu encontro nos bairros de Boa Vista, elabora o perfil sociodemográfico e laboral migratório e destaca o caráter pendular desse fluxo, isto é, constata migrantes que entram no Brasil e depois de um período retornam à Venezuela, o que caracteriza essa migração pendular enquanto forma de migração laboral.

Enquanto isso, os posicionamentos do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), do governo venezuelano, e de setores políticos e acadêmicos entram em uma disputa de posições sobre as cifras da migração venezuelana que afirmam ou contestam a crise migratória. Em novembro de 2018, foi divulgado o anúncio de novo número de “refugiados e de migrantes”.

O ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados e a OIM, a Agência da ONU para as Migrações, anunciaram hoje que o número de refugiados e de migrantes oriundos da Venezuela já atingiu a soma de três milhões de pessoas no mundo todo.

[...]

A Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes da Venezuela, um total de mais de um milhão de pessoas. Em seguida vem o Peru, com mais de meio milhão de venezuelanos, o Equador com mais de 220 mil, a Argentina com 130 mil, o Chile com mais de 100 mil e o Brasil com 85 mil (ACNUR; OIM, 2018, s. p.).

Seis meses depois, fevereiro de 2019, ACNUR e OIM divulgaram outra cifra – 3,4 milhões –, e informavam o número de 5 mil pessoas que deixavam o país todos os dias “em busca de proteção ou de uma vida melhor”, conforme as palavras de Eduardo Stein, Representante Especial Conjunto ACNUR/OIM para Refugiados e Migrantes da Venezuela, quem fazia apelo para “uma resposta mais robusta e imediata da comunidade internacional, para que essa generosidade e solidariedade possam continuar”.

As autoridades da Venezuela, em resposta a outra cifra anunciada de quatro milhões de imigrantes, opinam que essas cifras se contradizem entre si e com as

de organismos internacionais. Em 2018, concomitantemente foram publicados comentários sobre os 5,6 milhões de colombianos, 400 mil equatorianos e 500 mil peruanos que vivem na Venezuela, sem que tivesse sido decretada “emergência migratória” nem recebimento de recursos financeiros. Citava-se o estudo da OIM e do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, que apresentava os movimentos fronteiriços nos municípios de Cúcuta, Villa del Rosario e Arauca, e salientavam que 67% das pessoas que cruzavam a fronteira tinham a nacionalidade colombiana e 33% eram venezuelanos. Entre as pessoas entrevistadas, 69% declararam que retornariam a Venezuela no mesmo dia e haviam feito esse percurso para fazer compras e visitar familiares.

Rocha e Ribeiro (2019) assinalam que a imigração de venezuelanos é terrestre, de caráter precário e emergencial, com baixo nível de segurança e elevado grau de vulnerabilidade. Informam que os migrantes tinham documentação insuficiente, isto é, sem condições de obter passaporte ou de atualizar esse documento, e desta forma optam pela condição de refugiados, o que diz respeito aos migrantes e às posições desiguais estruturais globais. Relato de profissional médico informava ter ingressado como migrante enquanto sua filha foi registrada como refugiada por não disponibilizar de passaporte, documento que não foi acessado por falta de materiais de confecção no país.

Assim, apesar da posição assumida pelo ACNUR a fim de não confundir migrantes e refugiados, por não ter condições de revisar as categorias vigentes e avaliar o potencial de novas, o discurso público acaba por utilizar categorias científicas enquanto “[...] novas abordagens para estudar refugiados podem ser e têm sido subvertidas pelo discurso público e político, minando assim o já baixo grau de proteção que foi alcançado” (Weiß, 2018, p. 112).

Desse modo, os estudos sobre as migrações de venezuelanos não podem ser confundidos com estatísticas, como as do ACNUR, que necessariamente seriam desinteressadas e objetivas. Marc Abélès (2008, p. 119) observa que pesquisas conduzidas por antropólogos sobre os conflitos armados e sobre intervenções humanitárias permitem penetrar em uma dimensão da política. Essas formas de ingerência humana provocam um verdadeiro investimento⁶ de parte de órgãos

6 Esses investimentos em relação à Venezuela são identificados pela autoridade do ACNUR. “Es por eso que 95 organizaciones de 16 países, entre ellos Uruguay, se acaban de unir a un Plan Regional de Respuesta de Refugiados y Migrantes (RMRP) que impulsan las agencias de Naciones Unidas especializadas en migración. Es un plan para “responder a la urgencia humanitaria”, pero también es un “llamado a la comunidad de donantes”, dijo Eduardo Stein, exvicepresidente de Guatemala y enviado de Naciones Unidas para la migración venezolana. Es que la hoja de ruta trazada requiere una inversión de US\$ 738 millones” (Urwicz, 2018).

transnacionais que desenvolvem estratégias que especificam e tendem a estender seus controles sobre as instituições locais.

Em princípio eles são considerados como apolíticos, mas sua ação se inscreve em uma relação de forças que eles conseguem modelar, com o concurso de interesses de grupos que localmente se instituem como seus interlocutores legítimos. Isso leva a pensar os conceitos de soberania, sendo que eles propõem uma pragmática da governamentalidade.

A ajuda ou intervenção humanitária é aqui sinalizada também com apoio na abordagem referente às teorias e práticas de intervenções humanitárias, lembrando que este foi o apelo dos Estados Unidos e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para justificar suas ações contra a limpeza étnica e crimes contra a população de Bósnia e Kosovo, em nome da obrigação moral generalizada de terminar com ações como o genocídio e crimes contra a humanidade (Benhabib, 2005, p. 20).

As questões do povo Warao: entre ajuda assistencialista e busca de direitos políticos

Os Warao são também vistos como agentes “invasores” e “concorrentes” que, nas cidades aonde chegam, cobram atenção e respeito à sua dignidade. Cecilia Ayala Lafée-Wilbert e Werner Wilbert (2008) nos informam que os Warao constituem uma sociedade indígena de pescadores e coletores, habitantes do delta do rio Orinoco (região nordeste da Venezuela)⁷. Conhecidos como “gente de las aguas”, eles possuem narrativas que dão conta do surgimento de seus ancestrais a partir do fruto da palmeira do buriti (*Mauritia flexuosa* L.f)⁸.

Essa etnia possuía relativa autonomia durante um período pré-agrícola e, ao adotar a agricultura, passou a formar aglomerações às margens da região conhecida como Caño Winikina. Tendo desenvolvido sofisticadas técnicas de constru-

7 Terceira maior bacia hidrográfica da América do Sul, o Orinoco é o principal rio da Venezuela, da qual abrange cerca de quatro quintos do território, e seu delta constitui a principal desembocadura do país ao oceano Atlântico.

8 Conhecida na Venezuela por *moriche* e por *Odiju* entre os Warao, termo que significa “avó” em sua língua materna e que se relaciona à fonte da vida, o buriti possui considerável centralidade na cosmologia e na vida social dessa etnia. Ferreira Júnior (2017) assinala que os Warao utilizam o estipe e as folhas dessa palmeira na construção de habitações e embarcações e na criação de redes e artefatos de cesterias. Em sua cultura alimentar, eles extraem uma larva rica em gordura presente no estipe da palmeira, produzem bebidas com seu fruto ou deixam sua polpa secar e o comem tostado, e extraem-lhe a *yuruma*, um tipo de farinha que utilizam na elaboração de alimentos e, a partir de sua fermentação, de uma bebida denominada de *nojobo*. Além disso, utilizam as raízes da palmeira na produção de xaxim, na fabricação de colares ou em sua medicina tradicional.

ção de embarcações e de navegação, assim como de pesca e manejo dos manguezais, os Warao estabeleciam trocas e comércio com Trinidad & Tobago, as quais cessaram por proibição do Estado venezuelano na década de 1950, quando já estavam em um progressivo e paradigmático processo de mudança social que os tornou gradualmente dependentes e os levou a se adaptar a um mercado de bens, serviços e trabalho informal (Moreira; Camargo, 2017; Ayala Lafée-Wilbert; Werner Wilbert, 2008).

Possuindo uma população de 48.771 pessoas distribuídas nos estados Delta Amacuro, Monagas e Sucre, conforme o censo demográfico de 2011, Elaine Moreira e Júlia Camargo (2017) informam que esse processo histórico iniciou-se nos anos 1920, quando missões católicas passaram a se estabelecer na região do delta do Orinoco, levando-lhes escolarização formal e buscando fixá-los mediante a agricultura, a qual diminuiu o ritmo de coleta de produtos de seu habitat, especialmente mel e caranguejos, e introduziu em sua dieta um tubérculo rico em carboidrato conhecido por *Ocumo Chino* (*Colacasia esculenta*).

Posteriormente, como efeito do chamado *Reventón*, como ficou conhecido a descoberta das faustosas reservas de petróleo venezuelanas a partir de 1922, a exploração desse combustível fóssil passou a dificultar o acesso livre aos territórios ancestrais Warao, além de iniciar um acelerado processo de destruição dos recursos pesqueiros e de manguezais e de contaminação fluvial, responsáveis pelo início do deslocamento de pessoas dessa etnia no interior do território venezuelano, em especial para os espaços urbanos do país (Moreira; Camargo, 2017).

Sucessivas mudanças estruturais passaram a ocorrer na região do delta do Orinoco e subjacentes, decorrentes de processos que objetivavam dinamizar o capitalismo tardio venezuelano, entre as quais se destacam o *Programa de Desarrollo del Sur*, conhecido como *La Conquista del Sur*⁹, e o fracassado plano de abertura econômica conhecido como *Gran Viraje* (1989-1992), programa de reajuste estrutural impulsionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Sobre esses processos, Diosey Lugo (2007) assinala que a voragem local e a carência de força política impossibilitaram a incorporação e a melhoria da estrutura social da sociedade deltana, deteriorando suas condições de vida, em especial do povo Warao.

9 Impulsionado no primeiro governo do presidente Rafael Caldera (1969-1974), esse programa se orientava por uma ideologia de integração, soberania e segurança nacional, colocada em prática por meio de grandes obras que visavam fortalecer comunicações terrestres, fluviais e aéreas dos territórios ao sul do Orinoco com o restante do país, a exemplo da abertura de estradas e rodovias, como a Troncal 10, que une a cidade de Puerto Ordaz e Santa Elena de Uairén, ambas no estado Bolívar, a última fazendo fronteira com o município de Pacaraima (Roraima, Brasil), e da conexão terrestre entre as cidades de Maturín, Barrancas e Tucupita (Moreira; Camargo, 2017; Aragón, 2013).

Sucessivas atividades econômicas propostas para a área, tais como a indústria madeireira, plantações de arroz e indústria de alimentos, inicialmente passaram a empregar mão de obra indígena, mas rapidamente reduziam sua produção ou deixavam de operar, ocasionando desemprego entre os Warao que delas participavam, além de danos ambientais, sobretudo a partir da construção da barragem no canal Manamo (1965-1967), que contribuiu para um processo de salinação das águas e acidificação dos solos (Moreira; Camargo, 2017).

Com isso, já nos anos 1980 têm-se registros de deslocamentos de famílias Warao para centros urbanos do país, como Caracas, Puerto La Cruz, Tigre e Valencia, conforme apontam Moreira e Camargo (2017), apesar das fracassadas tentativas de contenção do movimento empreendidas pelo Governo, as quais se intensificam nos anos 1990 por ocasião de uma epidemia de cólera que afetou fortemente os Warao e diante da qual o Estado venezuelano, fragilizado com a deterioração do Pacto de Punto Fijo¹⁰, não foi capaz de dar respostas eficientes.

Segundo Lugo (2007), a migração Warao em território venezuelano se agrava por conta da deterioração das organizações de base em seu território e devido à escassa participação das comunidades indígenas no sistema político, embora o autor reconheça a abertura de novos cenários de interlocução a partir da promulgação da Constituição Bolivariana (1999), tendo o Estado reconhecido as graves condições de marginalização e exclusão enfrentadas por esse povo (Defensoría Del Pueblo, 2016).

No entanto, embora esses novos cenários tenham inicialmente permitido uma abertura simultânea de diálogos entre o Estado e os povos indígenas na Venezuela, e entre estes e a opinião pública nacional, conforme Nelly Arvelo-Jiménez (2014) assinalara em suas discussões sobre o que denominou de *Sistema de Interdependencia Regional del Orinoco* (SIRO), eles não renderam os frutos esperados e têm experimentado um refluxo, sobretudo a partir de 2013 e do agravamento do que tem se chamado de *crise política, econômica e social* venezuelana.

Foi diante de tal *crise* que os deslocamentos dos Warao, os quais, considerando o processo histórico brevemente exposto acima, passaram a constituir o segmento de pobreza estrutural da região do delta do Orinoco, por primeira vez ultrapassaram as fronteiras do país, adentrando ao Brasil pelo marco fronteiroço Brasil-Venezuela número 8 (BV-8), que delimita o município de Pacaraima (norte de Roraima) com a cidade de Santa Elena de Uairén, capital do município Gran Sabana, no Estado Bolívar.

10 Firmado em outubro de 1958, o Pacto de Punto Fijo foi um acordo político realizado após a queda da ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez (1914-2001) que ensejou um período de alternância bipartidária no poder central até sua deterioração em 1989.

Migração Warao no tempo presente: assujeitamento e subjetivação

É importante, ao se tratar da migração Warao no tempo presente, isto é, do processo de deslocamento territorial, a partir do ano de 2014, para fora do território venezuelano de grupos de pessoas dessa etnia, dar destaque que essa “nova” movimentação não está desconexa ao conjunto de mudanças sociais decorrentes de processos históricos mais recentes ocorridos na região amazônica e no delta do Orinoco, conforme apresentado anteriormente.

Tais questões do povo Warao, que no Brasil ficam demarcadas entre a ajuda assistencialista e a busca de direitos políticos, possuem uma espessura histórica que, se devidamente considerada, coloca em evidência a conflituosidade que o Estado pretende ocultar por meio da busca de formação de consensos em torno de marcos que se tornem reconhecíveis e, a partir de então, possam entrar de maneira mais ou menos permanente na história desse mesmo Estado.

O consenso que tem sido operacionalizado é a própria concepção de *crise política, econômica e social* na Venezuela, a qual seria o marco zero e a explicação última para o entendimento do fenômeno, uma vez que tende a enfatizar ou reduzir o tratamento oficial dado à migração Warao para além do território venezuelano ao levantamento de dados estatísticos. Essa operação se realiza no intuito de reservar a exclusividade das dimensões conflituosas desses deslocamentos ao Estado venezuelano, enquanto ao Estado brasileiro e à ingerência humanitária de diferentes instituições caberia somente realização de exercícios de governamentalidade para o acomodamento ou, no léxico dominante, acolhimento desses migrantes, sempre realizando medições que permitam balanceá-lo com os desafios no atendimento de direitos dos cidadãos nacionais.

Apesar das diferentes técnicas que emprega, a governamentalidade acaba por expor a conformação política que busca negar ao realizar uma estruturação da “acolhida” enquanto um “paternalismo punitivo” (Wacquant, 2012). Em um movimento de revelação por contraste, essa dimensão se manifesta mais claramente pelas práticas engendradas pelos Warao a fim de efetuarem sua participação na comunidade de destino, o que afirma o espaço de sua agência política ainda que as representações feitas do refúgio busquem eliminá-lo.

É isso o que demonstra a breve análise desse processo nos estados de Roraima e Pará, na porção brasileira da Amazônia, que realizamos a partir de uma forma de compreensão legada pela história do tempo presente e que nos permite colocar em movimento uma alteridade sobre o entendimento do tempo histórico que também vivenciamos (Hobsbawm, 1995).

O primeiro grupo Warao chega a Boa Vista no ano de 2014, onde permanece em situação de rua até ser deportado pela Polícia Federal. Elaine Moreira (2018, p. 57) comenta que, no contato com essas pessoas,

A primeira cena trazia algo de *déjà vu*: indígenas, especialmente mulheres com seus filhos ou netos, no centro da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Falavam uma língua própria e pediam dinheiro ou algum apoio material nos semáforos ou em outros pontos de grande circulação na cidade. As primeiras notícias nos jornais indicavam que indígenas venezuelanos haviam sido expulsos por estarem indocumentados. Por alguns dias a cena desaparecia. Pouco tempo depois, estas mulheres com roupas coloridas voltavam, e eram cada vez mais, cores e pessoas.

Essa *aparição* e a medida de deportação adotada evocam a tensa relação existente em Roraima pela presença de povos indígenas em contexto urbano. É que, se as pessoas autodeclaradas indígenas justificam sua presença na cidade “[...] por meio de uma compreensão de território que transcende os limites políticos de fronteiras estabelecidos pelo Estado brasileiro”, os demais cidadãos e os agentes de Estado não compartilham esse entendimento (Melo, 2019, p. 163). Por isso, consideram “estranhas” ou ilegítimas essas presenças na cidade, estranheza e convicção de ilegitimidade que recai de forma mais repulsiva sobre indígenas oriundos do país vizinho.

À medida que o fluxo dos Warao para o Brasil aumenta, apesar de sua oscilação ao longo do ano¹¹, com eles se “estabelecendo” nas ruas, em terrenos baldios, na rodoviária e em feiras públicas da cidade de Boa Vista, seguem sendo realizadas operações de deportação. Uma dessas operações, deflagrada no dia 9 de dezembro de 2016, pretendia realizar a deportação coletiva de cerca de 450 Warao, que seriam embarcados em um ônibus estacionado no pátio da Superintendência da Polícia Federal em Roraima, de onde seriam levados à fronteira com a Venezuela para o seu retorno ao país de origem.

A referida operação foi embargada por liminar obtida na Justiça Federal pela Defensoria Pública da União (DPU), fato que ganhou grande repercussão em meios de comunicação de todo o Brasil e que fomentou o início da constituição do processo de abrigamento dos Warao vindos ao país. O Ministério Público Federal (MPF) lançou nota pública, da qual foram signatárias algu-

11 A oscilação constatada na entrada dos Warao no Brasil é atribuída a fatores como o fechamento/abertura da fronteira Brasil-Venezuela; a sazonalidade ou alternância das práticas de pesca, agricultura e coleta em suas comunidades de origem; e, principalmente, a dinâmica de formação das redes de relações sociais entre os membros da etnia em processo de deslocamento e com aqueles que permanecem na Venezuela (BRASIL, 2017d).

mas organizações da sociedade civil, criticando o emprego do expediente de deportação, que não seria

condizente com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O país está sendo solicitado a firmar sua postura humanitária, com soluções adequadas de acolhida e proteção aos venezuelanos e venezuelanas que buscam o país.

[...]

Ora, ações como a realizada em Roraima estão em dissonância com a política que vem sendo construída no Brasil e que já reconheceu o acolhimento de migrantes e refugiados como responsabilidade compartilhada dos Estados (Brasil, 2016, s. p.).

No dia 14 de dezembro de 2016, uma reunião foi realizada na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), com participação da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR/MPF), da Procuradoria da República em Roraima (PRRR/MPF) e de diversos órgãos governamentais e da sociedade civil. Uma das demandas apresentadas nessa reunião foi elaboração de parecer técnico sobre a situação dos Warao nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, com objetivo de qualificar as informações usadas nas iniciativas de acolhimento e abrigamento em território brasileiro.

Elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas e de trabalho de campo, ocorrido entre 8 e 16 de janeiro de 2017, o Parecer Técnico/SEAP/6ªCCR/PFDC N.º 208/2017 (Brasil, 2017d) apresenta detalhadas informações acerca do povo Warao, do deslocamento de pessoas pertencentes a essa etnia para o Brasil e da situação em que se encontravam nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, recorrendo, também, sobre as ações então realizadas por instituições estatais dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e por organizações da sociedade civil, a exemplo da Fraternidade Federação Humanitária Internacional¹².

O referido parecer apresenta doze sugestões que compreendem pontos como a construção de uma política migratória orientada aos Warao e à garantia

12 Organização não governamental sediada em Minas Gerais, a Fraternidade iniciou sua atuação com os migrantes venezuelanos em Roraima em novembro de 2016, tendo idealizado, junto à Diocese de Roraima, à Pastoral do Migrante e outras instituições, o Centro de Referência ao Imigrante (CRI), espaço de prestação de serviços de assistência social, alimentar e médica que inicialmente funcionou na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil e Imobiliário, no bairro São Vicente, sendo posteriormente transferido para um ginásio poliesportivo no bairro Pintolândia, afastado do centro da cidade, onde passou a servir também como local de abrigo de migrantes por determinação da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Roraima. Atualmente, a Fraternidade tem atuado em cinco dos treze abrigos destinados a migrantes venezuelanos em Roraima: Abrigo Indígena Janokoida, em Pacaraima; Abrigo Indígena Pintolândia, Abrigo Nova Canaã, Abrigo Tancredo Neves e Abrigo Casa do Acolhimento, em Boa Vista.

de seu direito de ir e vir; a criação de espaços de abrigamento específicos como alternativa à permanência noturna em rodoviárias e espaços públicos nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus – para onde passaram a se deslocar a partir de fins de 2016 –; a garantia ao direito à alimentação adequada e etnicamente orientada; o estabelecimento de protocolo de consulta sobre políticas que garantam sua ampla participação e que considerem sua mobilidade; entre outras (Brasil, 2017c; 2017d).

O MPF passou a acompanhar mais detidamente o deslocamento Warao para o Brasil, realizando várias reuniões com diferentes instituições e organizações e sobre diferentes aspectos da situação, a exemplo de encontro com o Itamaraty e a Fundação Nacional do Índio (Funai), realizado em 21 de março de 2017, no qual foi discutida a isonomia no tratamento com indígenas fronteiriços em relação à situação documental dos Warao.

Essas ações e reuniões originaram recomendações feitas com objetivo de orientar o Estado brasileiro a assegurar direitos básicos aos Warao, indicando a necessidade de disponibilização de centros de abrigamento e de assegurar espaço reservado exclusivamente para eles, com objetivo de aplacar os conflitos com os migrantes não indígenas e garantir condições mínimas de reprodução de suas práticas culturais. No entanto, tais sugestões e indicações não foram suficientes para lhes garantir o direito a manifestar e gozar de seus direitos sociais e políticos, decorrendo, também a partir do embargo à deportação coletiva, uma série de manifestações contrárias e que dificultavam sua presença em Roraima.

Ainda que fossem seguidas algumas das recomendações, heterogêneos dispositivos de assujeitamento dos migrantes passaram a ser operacionalizados no discurso e no tratamento dispensado a eles por parte da população de Roraima e, principalmente, pelas instituições representantes do Estado ou envolvidas no processo de acolhimento realizado.

Esses dispositivos implicam na realização de diversas formas da exploração dos migrantes e de sua experiência migratória no âmbito do próprio processo migratório e de sua experimentação, confrontando-os com agenciamentos e condições produzidas pelo regime de controle manifesto em um sistema estratificado de cidadania e “irregularidade” claramente racializado (Mezzadra, 2012). Decorre disso um paternalismo punitivo que impõe onerosas obrigações aos migrantes e que constantemente busca retificar seus comportamentos – sobretudo os relacionados à mobilidade –, orientar suas escolhas e reformar sua moral, transmutando o apoio social em vetor de disciplinamento (Wacquant, 2012).

Alguns casos são emblemáticos da operacionalização desses dispositivos, acionados mediante acobertamento de suas intencionalidades por discursos que

se orientam à exaltação de uma responsabilidade individual e coletiva em relação a uma idealização do passado recente de Roraima, o qual supostamente foi perdido após o início da migração venezuelana, e do risco que se coloca à realização de um anunciado futuro aurífero.

No dia 13 de abril de 2018, a então Governadora do Estado, Suely Campos, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Civil Originária (ACO), com pedido de tutela provisória, visando o fechamento temporário pela União da fronteira entre Brasil e Venezuela, com objetivo de impedir a “desordenada” entrada de *cidadãos* venezuelanos em Roraima e o descontrole político e sanitário.

Cerca de um ano depois, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) apresentou um relatório que se propunha a levar “[...] a conhecimento da sociedade e das autoridades competentes os impactos gerados pela imigração em massa de Venezuelanos no Estado de Roraima em decorrência da crise social, humanitária e financeira em que se encontra aquele país vizinho” (Roraima, 2019, s. p.).

Segundo esse documento, a migração fizera o Estado vivenciar uma situação de insegurança generalizada e acarretara “problemas até então só vividos nas grandes metrópoles”, o que estaria causando o crescimento da desesperança dos roraimenses. O relatório também enfatiza que o Brasil estaria deixando de exercer sua soberania ao não selecionar as pessoas que ingressam em Roraima vindo da Venezuela e acusa a Operação Acolhida de ser programa voltado exclusivamente para o auxílio dos estrangeiros, concluindo que “[...] **o povo roraimense não pode ser esquecido em detrimento de todo o auxílio que vem sendo oferecido para os imigrantes venezuelanos**” (Roraima, 2019, s. p., negrito no original).

Esses casos descortinam a forma como a situação tem adentrado também nos discursos institucionais, cujas incursões na arena pública agenciam o assujeitamento dos migrantes e ecoam formas de repulsão que propiciaram casos de hostilidade e conflitos deflagrados contra os migrantes, como os que ocorreram na cidade de Pacaraima, quando, em agosto de 2018, moradores do município saíram às ruas expulsando migrantes de barracas e abrigos.

A própria Operação Acolhida, cuja criação em 2018 pelo Governo Federal intensificou o uso de dispositivos institucionais de assujeitamento, recebe críticas, mas não por seu esquema de gestão do fluxo migratório, que visa enquadrá-lo à lógica neoliberal ao tentar transformá-lo em um processo *Just-in-time* e pontual (Mezzadra, 2012), mas por dispor aos migrantes o acesso a poucas

prerrogativas de direitos previstas na Constituição Federal, na Lei de Imigração e nos tratados e convenções das quais o Brasil é signatário.

Coordenada pelas Forças Armadas e tendo apoio de agências da Organização das Nações Unidas (ONU), essa operação pode ser vista como um laboratório de produção de diferenças que condiciona a assistência social a políticas sociais disciplinadoras (Mezzadra, 2012; Wacquant, 2012) divididas em três eixos: 1) ordenamento da fronteira, que se responsabiliza por processos de triagem, auxílio médico e expedição de documentação no Posto de Recepção e Identificação (PRI), em Pacaraima; 2) acolhimento, que consiste na oferta de alojamento, alimentação e atenção à saúde em um dos treze abrigos do estado; e 3) interiorização, que trata do deslocamento “voluntário” de migrantes para outras unidades da federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

Contudo, em resposta ao assujeitamento que sofrem, os Warao utilizam de sua histórica prática de mobilidade como forma de subjetivação, que lhes permite fazer fruir e apresentar publicamente essa fruição de seus desejos, comportamentos e expectativas, que vem carregada da ambivalência de suas práticas e experiências subjetivas (Mezzadra, 2012). Assim, após a chegada inicial ao estado de Roraima, eles passam a se deslocar também no interior do país, tendo-se informações de que atualmente já alcançaram mais de uma dezena de cidades, entre as quais Manaus (Amazonas), Altamira, Belém, Itupiranga e Santarém (Pará), São Luís (Maranhão) e Cuiabá (Mato Grosso), na Amazônia brasileira; e Rio de Janeiro, Salvador (Bahia) e Teresina (Piauí), chegando a estas últimas a partir de maio de 2019.

Iniciaram esse movimento no interior do país de forma autônoma a partir de seu deslocamento de Roraima para o Amazonas, em fins de 2016, sempre se utilizando da constituição de uma rede de relações. Um parecer técnico elaborado pela Procuradoria da República no Amazonas informa que

Os indígenas que haviam permanecido por algum tempo em Boa Vista me relataram que as condições de permanência ali não eram tão favoráveis, o que estimulou seu deslocamento para Manaus. Dentre as várias razões alegadas para a mudança de uma cidade para a outra é possível citar: 1) a disseminação de um discurso que desestimulava os cidadãos de Boa Vista a dar dinheiro para os indígenas, o qual era reproduzido pelos administradores do CRI (o que era apontado pelos Warao como a proibição de pedirem dinheiro nas ruas); 2) as condições de abrigo no CRI, sobretudo no que diz respeito à convivência conflituosa com os *criollos* (não indígenas) e à alimentação disponível, a qual era vista como insuficiente e incompleta (serviam apenas arroz e macarrão, sem nenhuma carne); 3) a grande dificuldade por parte dos homens Warao em obter trabalho; e 4) a concorrência para venda de artesanato, gerada pela grande quantidade de indígenas Warao na cidade (Brasil, 2017c, p. 21).

Nesse deslocamento, as situações pelas quais passam nas localidades em que chegam possuem semelhanças, sempre contando com a atuação de instituições como o MPF na orientação da forma de acolhê-los e de garantir seu acesso a direitos básicos. No entanto, pouco se considera os direitos políticos que a afirmação e reafirmação de sua histórica mobilidade reivindicam enquanto prática de produção de subjetividade que se relaciona de forma conflitual com os dispositivos de assujeitamento no cotidiano da situação migrante. É o que evidenciam algumas situações ocorridas no Estado do Pará.

Em 29 de setembro de 2017, a DPU, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPPA) e o Ministério Público da União (MPU) propuseram a Ação Civil Pública (ACP) n.º 1002229-89.2017.4.01.3900 à Seção Judiciária do Pará (SJPA), com pedido de tutela de urgência, na qual figuravam como réus a União Federal, a Funai, o Estado do Pará, a Fundação Papa João XXIII (Funpapa)¹³ e o Município de Belém.

Tendo por assunto moradia e sendo uma ação de responsabilidade por danos causados a interesse difuso e coletivo, o referido processo possuía como objeto “[...] a obtenção de provimento jurisdicional para que a União, Estado do Pará, Município de Belém e Funpapa disponibilizem, de imediato, **abrigo emergencial, provisório e adequado aos indígenas Warao**, migrantes da Venezuela, em Belém/PA” (Brasil, 2017c, p. 2, negrito no original).

A petição relata a chegada de três grupos de indígenas Warao a Belém, entre os meses de julho e setembro de 2017¹⁴, os quais se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade, com nove pessoas do primeiro grupo tendo se abrigado em albergue localizado em zona de prostituição e tráfico de drogas da cidade, de onde teriam sido despejados pelo proprietário do imóvel que, segundo informações oficiais, não aceitaria indígenas e crianças, o que ele refuta, alegando como motivação as condições insalubres do prédio.

Esses mesmos indígenas passaram a ser abrigados na Casa de Passagem do Imigrante em Trânsito Domingos Zaluth, vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social (SEASTER), espaço essencialmente provisório que não comporta a quantidade de migrantes Warao que chegaram à cidade de Belém e onde

13 Órgão da administração indireta da Prefeitura Municipal de Belém que possui como responsabilidade o desenvolvimento da Política Pública de Assistência Social no âmbito do município.

14 O primeiro grupo formado por três homens, cinco mulheres e sete menores, cuja chegada em Belém ocorreu em 2 de julho de 2017; o segundo grupo composto por dois homens, sete mulheres e treze menores, dos quais dois nasceram em território brasileiro, com chegada no dia 7 de setembro do mesmo ano; e o terceiro grupo de dezessete pessoas, em 15 de setembro de 2017. Além dessas informações, a petição reporta que a Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas informou que mais oitenta e dois indígenas estariam em trânsito para Belém.

também estavam abrigados outros “refugiados”, em especial colombianos e haitianos, enquanto os membros dos outros dois grupos estavam em situação de rua, sem qualquer abrigo, alojando-se precariamente na Praça do Pescador, no Complexo do Ver-o-Peso¹⁵.

Na ACP é informada a submissão dessas pessoas às intempéries do tempo amazônico e à violência, insegurança, discriminação, não recebimento adequado de água e desnutrição (sobretudo em mulheres e crianças), com realce de informações indicativas de tráfico de pessoas e de exploração sexual de mulheres indígenas, sem que os réus supracitados disponibilizassem abrigo adequado. Esses fatos são exemplificados com a informação do falecimento de uma criança Warao com menos de um ano de idade, por conta de complicações de uma condição de cardiopatia congênita agravada por um quadro de pneumonia, e da retirada à força do colo da mãe de outra menor de dois anos de idade, sob o argumento de que a menor não poderia ficar na rua.

Desse modo, os autores da ação defendem a “necessária concretização de uma política integrada de acolhimento do imigrante” e a imperativa disponibilização de abrigo emergencial, provisório e adequado (Brasil, 2017b, p. 9), enfatizando que, em reunião realizada no dia 21 de julho de 2017 pela DPU, não houve comprometimento dos órgãos públicos responsáveis e que os ofícios dessa defensoria não foram respondidos com soluções concretas, assim como nenhum dos órgãos públicos presentes¹⁶ se dispuseram a acatar a solicitação do MPU de que fosse elaborado plano emergencial para locação provisória de imóvel que servisse de abrigo aos indígenas, acompanhado de levantamento preliminar, orçamento detalhado e indicação de especificidades que possibilitassem solicitação de recursos ao junto ao Governo Federal.

Diante dessas solicitações e recomendações, os réus argumentavam a falta de vagas nos espaços públicos de acolhimento ou a inadequação dos locais onde há vagas, os quais não poderiam receber indígenas junto a outros perfis de pacientes, tais como dependentes químicos e pessoas doentes ou com problemas psiquiátricos, sem, contudo, aventar alternativas, deixando em evidência o não cumprimento pelas partes citadas como rés de suas obrigações de prestação de acolhimento adequado aos indígenas Warao na cidade de Belém.

Em contestação conjunta aos termos da referida ação, o Município de Belém e a Funpapa informaram que desde a chegada dos imigrantes realizam me-

15 Conjunto arquitetônico e paisagístico, situado no bairro da Cidade Velha, em Belém, que compreende uma série de construções históricas e uma feira aberta, um dos principais atrativos turísticos da cidade.

16 São citados a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEJUDH), a Funpapa, a SEASTER e o Consulado da República Bolivariana da Venezuela.

didadas de acolhimento, a exemplo da disponibilização de um dos pavimentos de um abrigo para recebê-los, com instalação de redário, além de tratamento de saúde e acompanhamento social, não havendo, segundo informam, omissão no atendimento aos imigrantes (Belém, 2018b).

Nesse mesmo documento, datado de 11 de junho de 2018, os contestantes requereram a improcedência total da ação e destacaram a necessidade de que a União assumisse papel de maior destaque na *crise*, ressaltando os sérios prejuízos que a entrada de imigrantes vinha causando a Estados e Municípios mais próximos à Venezuela, sobretudo o Estado de Roraima. Ainda de acordo com o Município de Belém e a Funpapa, a União estaria limitando-se a oferecer insuficiente e incapaz ajuda financeira diante de um problema que não é simplesmente local, o que não permitiria a adoção de política específica em benefício dos Warao.

Uma decisão proferida em 1º de novembro de 2017 pelo juiz federal substituto Henrique Jorge Dantas da Cruz – anterior à contestação, portanto –, estabeleceu que *ainda* não era caso de deferir o pedido liminar para a tutela de urgência solicitada pelos entes públicos demandantes, devendo o Município de Belém apresentar objetivamente sua situação financeira e as condições reais de cumprimento dos pedidos, embora o magistrado tenha reconhecido que a situação apresentada configurava inescusável omissão estatal e inexistência de violação de separação dos poderes e de discricionariedade administrativa (Brasil, 2017a).

Tanto MPF quanto a sociedade civil organizada continuaram acompanhando a questão, tendo promovido medidas judiciais e extrajudiciais a fim de garantir os direitos solicitados, apurando o fluxo migratório, fiscalizando a atuação dos órgãos responsáveis e realizando a expedição de recomendações. Na continuidade do caso, foram realizadas duas audiências de conciliação – a primeira, no dia 25 de novembro de 2017, na qual não foi possível a realização de um acordo, sendo efetivada nova audiência no dia 28 de fevereiro de 2018, quando se chegou ao consenso acerca da suspensão do processo por cerca de sessenta dias, com objetivo de formulação de proposta de acordo.

Entre janeiro e fevereiro de 2018, reuniões técnicas foram realizadas, durante as quais se elaborou Termo de Concretização de Direitos Humanos, enquanto o Município de Belém fazia o levantamento dos requisitos para a decretação de estado de emergência social, “[...] em virtude da presente e intensa migração de indígenas venezuelanos da etnia Warao, submetidos à situação de risco pessoal e social, em especial, crianças, adolescentes e idosos [...]”, o qual foi instaurado mediante o Decreto n.º 91.614, de 17 de julho de 2018 (Belém, 2018a).

Esse decreto, cuja vigência era de cento e oitenta dias, também previa que

Art. 3º. O atendimento de tais imigrantes será realizado por meio de ações previstas no Plano de Trabalho a ser apresentado conjuntamente pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) que viabilizará a inclusão dos indígenas nos programas sociais existentes e naqueles que forem criados, especificamente, para a situação de emergência existente.

Art. 4º. É prioridade, no plano de trabalho que será executado, o atendimento das crianças indígenas, visando evitar que sejam submetidas à situação de risco, bem como assegurar o respeito mínimo aos direitos à educação e saúde, observando a legislação brasileira sobre a matéria (Belém, 2018a, p. 3).

A coordenação da implantação do plano de trabalho emergencial citado seria de responsabilidade da Funpapa, sendo dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários a sua execução. Finalizado em agosto de 2018 e encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o qual aprovou suas diretrizes e liberou, em 25 de setembro de 2018, recurso correspondente à instalação do espaço de acolhimento concebido, esse Plano Municipal de Atendimento aos Indígenas Venezuelanos da Etnia Warao previu o acolhimento e atendimento de trezentos indígenas, tendo como um dos documentos de referência um relatório antropológico elaborado pelo Município entre agosto e outubro de 2018.

Nota-se, portanto, que somente um ano após o início da presença dos Warao na cidade de Belém foram solicitados ao MDS os recursos de que os entes municipais informavam carecer, enquanto o Termo de Concretização de Direitos Humanos elaborado nos primeiros meses de 2018 foi assinado apenas em dezembro do mesmo ano. Em novembro de 2019, a 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Pará (SJPA) emitiu pedido de cumprimento de sentença à Fazenda Pública no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), uma vez que foi verificado descumprimento do acordo de concretização de direitos que fora estabelecido com objetivo de “[...] implementar medidas para abrigamento e assistência humanitária aos migrantes/refugiados indígenas na cidade de Belém/PA [...]” (Brasil, 2019, p. 2).

Incongruências, paradoxos da “intervenção”/“ajuda” humanitária e discursos sobre migrante desqualificado como refugiado

As posições dos governos em relação às políticas migratória e de refugiados destacam como cruciais os grupos sociais deslocados em circunstâncias políticas

e econômicas que acintosamente implicam a negação de direitos, a desqualificação e a xenofobia, como também se observa no Brasil. No plano mundial, conferem-se as reações violentas e posicionamentos contrários dos países na produção e o acompanhamento de convenções internacionais sobre essa matéria, com ações de reconhecimento da dignidade do agente social. A ideia da ameaça e a de filantropia em relação às pessoas sobrepõe-se a uma ideia de universalismo interativo e solidariedade social. Assim, estamos em face de um conjunto de informações e observações tomadas como interpretações que se repetem e correm o risco de, por sua recorrência, dificultar a compreender as necessidades dessa parcela dos que não tem parcela.

Antes que afirmações peremptórias, formular questões e reflexões impõe-se como parte do saber histórico baseado na contemporaneidade desses processos migratórios. Ainda, é necessário fazer precisões em relação aos recentes deslocamentos da etnia Warao: em que consiste essa resistência do povo Warao ante uma política de genocídio de Estado – a qual é preciso destacar –, que adotam Venezuela e, igualmente, o Brasil? Como entender que se trata de uma situação histórica e social específica que, é importante enfatizar, permite deslocar a atenção para outras situações e ações no momento de sua realização? Indígenas “Warao” que se deslocam provocam, e isto é o notável, a marca étnica desses deslocamentos e alteridade? Parece que sim, e o fazem com a visibilidade de sua organização e formas de ocupar a cidade, que, no encontro/desencontro entre “brasileiros” e “Warao”, colocam de manifesto os sentimentos mais controversos (filantropia, compaixão, medo, ameaça, discriminação, estigmatização).

Tratando-se de compreender outras situações no Brasil referidas aos povos indígenas, confere-se que não são tão diferentes dos povos indígenas da Venezuela. De imediato, exemplifica-se com a visão e comportamentos em relação a mulheres indígenas Guarani que vendem artesanato em Florianópolis (Santa Catarina), no centro da cidade, próximo aos mercados, igrejas e praças, as quais não raro são vistas como mendigas e contestadas porque levam seus filhos para a rua. Indígenas Guarani ocuparam o Terminal Rodoviário de Saco dos Limões, bairro próximo ao centro de Florianópolis, e a prefeitura examina como um problema, propondo-se e pressionada a produzir a “limpeza” desses espaços. A denominada “cultura da mendicância” parece confrontar fortemente o cidadão que manifesta estar chocado diariamente com essa presença. Assim, a reflexão sobre o deslocamento Warao para o Brasil enquanto outro processo na história recente da migração dessa etnia e, de forma mais ampla, no campo da história das migrações em geral, oferece outra porta de entrada também para a discussão acerca da formação de sentidos sobre o que vêm a serem as cidades e a urbanidade.

Nos Estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, relatório publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou a violência e assassinato de indígenas¹⁷. Atualmente, o Governo Federal e os estaduais adotam posição totalmente contrária aos povos indígenas, que, na sua defesa, se valem de dispositivos legais aprovados na Constituição Federal e Convenções Internacionais, nos quais não está contemplado o indígena “refugiado”, o indígena migrante.

Isto nos leva a apontar os limites das ações que têm sido operadas no âmbito judicial para garantir-lhes acesso a direitos, algumas das quais foram colocadas em evidência pelas fontes a que recorremos, e que guardam entre si, nos diferentes espaços aos quais se orientam (Roraima, Amazonas e Pará, no nosso caso), o mesmo *modus operandi*. Nesse sentido, realiza-se uma interpretação que, ao fazer emergir a análise crítica dessas fontes, reconstruindo-as à luz de uma perspectiva teórica, corrobora que, no fazer histórico, o que importa não é apenas a noção de um consenso, aqui denunciado como a concepção de *crise política, econômica e social* na Venezuela, mas, principalmente, a do conflito (Motta, 2012).

Como vimos, esse consenso pretende se estabelecer como um marco que operacionaliza uma divisão entre os problemas que devem ser absorvidos pela história oficial do Estado brasileiro e aqueles que se constituíram unicamente como problema do seu homônimo venezuelano, instaurando um regime de governamentalidade que realiza um encobrimento da relação entre a historicidade desse processo migratório e as dinâmicas históricas e políticas das relações internacionais entre ambos os Estados e deles com organizações internacionais.

É isso que desnuda a autonomia assumida e reivindicada, na prática, pelos deslocamentos Warao, que colocamos como caso específico de uma questão-chave nas lutas sociais contemporâneas, a qual diz respeito ao evidenciamento de políticas de exceção fomentadas a partir da estrutura do Estado e com apoio de instituições supranacionais.

É evidente que essas políticas de exceção se orientam ao migrante, embora não a qualquer migrante ou não da mesma maneira a todo migrante. Porém, são perceptíveis também seus efeitos sobre o “nacional”, uma vez que gera uma gramatologia de direitos demarcada em torno ao seu acesso – a interdição de direitos ao migrante e a consequente instauração de práticas e ações reivindicatórias ou garantistas termina por revelar o embargo que também sofrem os membros estabelecidos da comunidade receptora, embora essa revelação frequentemente ocorra pelos conflitos que se instauram entre migrantes e “locais”.

17 O referido relatório indica o aumento do número de assassinatos (135) registrados em 2018, com maior número de casos em Roraima, 62, e Mato Grosso do Sul, 38 assassinatos (CIMI, 2019).

Desse modo, dessas relações e desse encobrimento originam-se interpretações conflitantes sobre os Warao, em particular, e sobre o indígena em contexto migratório, de forma mais ampla, que buscamos demonstrar que somente podem ser refletidas com maior rigor se forem observadas as mediações que a factualidade e a historiografia permitem questionar.

Referências

- ABÉLÈS, Marc. Michel Foucault, l'anthropologie et la question du pouvoir. **L'Homme**, n. 187-188, Paris, p. 105-122, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lhomme/29218>>. Acesso em: 26 mai. 2019.
- ACNUR; OIM. Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões. **ACNUR**, Genebra, 9 nov. 2018, s. p. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.
- ACOSTA VARÓN, Laura Sofia; ÁLVAREZ CALDERÓN, Enrique; ÁNGELO, Paul. **La crisis venezolana: impactos y desafíos**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- ARVELO- JIMÉNEZ, Nelly. Movimientos etnopolíticos contemporaneos y sus raices organizacionales en el Sistema de Interdependencia Regional del Orinoco. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 133-160, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6823>>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- AUTORIDADES do Suriname se preparam para a chegada de imigrantes da Venezuela. **LPM News**, 9 abr. 2018. Disponível em: <<https://lpmnews.com/autoridades-do-suriname-se-preparam-para-a-chegada-de-imigrantes-da-venezuela/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.
- AYALA LAFÉE-WILBERT, Cecilia; WILBERT, Werner. **La Mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología, 2008.
- BELÉM. Decreto n.º 91.614, de 17 de julho de 2018. **Diário Oficial do Município de Belém**, Ano LIX, n. 13.567, p. 3, 3 ago. 2018. Belém, 2018a. Disponível em: <<http://sistemas.belem.pa.gov.br/diario/painel>>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- BELÉM. **Contestação aos termos da referida ação**, de 11 jun. 2018. Contestação à Ação Civil Pública N.º 1002229-89.2017.4.01.3900, de 29 set. 2017. Belém, 2018b.
- BENHABIB, Seyla. **Los derechos de los otros**. Extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona, Gedisa, 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos; Organização Internacional para as Migrações; Agência das Nações Unidas para as Migrações. Monitoramento do fluxo migratório venezuelano. **Relatório**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/estudo-oim-onu-monitoramento-do-fluxo-migratorio-venezuelano/view>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Seção Judiciária do Estado do Pará. 1ª Vara Federal Cível da SJPA. **Decisão liminar**, de 1 nov. 2017. Provisão jurisdicional para que a União, Estado do Pará, Município de Belém e Funpapa disponibilizem, de imediato, abrigo emergencial, provisório e adequado aos indígenas Warao, migrantes da Venezuela, em Belém/PA. Belém, 2017a.

BRASIL. **Ação Civil Pública N.º 1002229-89.2017.4.01.3900**, de 29 set. 2017. Proposta pela Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Pará e Ministério Público da União contra a União Federal, Estado do Pará, Funpapa - Fundação Papa João XXIII, Fundação Nacional do Índio e Município de Belém, que trata de provimento jurisdicional para que a União, Estado do Pará, Município de Belém e Funpapa disponibilizem, de imediato, abrigo emergencial, provisório e adequado aos indígenas Warao, migrantes da Venezuela, em Belém/PA. Belém, 2017b.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Parecer Técnico N.º 10/2017 – SP/MANAUAS/SEAP**, de 30 de maio de 2017. Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Manaus: Ministério Público Federal, 2017c.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Parecer Técnico/SEAP/6ªCCR/PFDC N.º 208/2017**, de 14 de março de 2017. Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Brasília: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, 2017d.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **Nota pública Venezuelanos em RR**, 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/hotsites/diversos/Nota-Publica-Venezuelanos-RR.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2018**. Brasília: CIMI, 2019.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Patrones culturales vigentes del pueblo indígena Warao en materia de salud sexual y reproductiva, desde la perspectiva de los derechos humanos de los pueblos indígenas, y recomendaciones para las políticas de prevención del VIH/SIDA, ITS y embarazo en adolescentes**. Caracas: Defensoría del Pueblo, 2016. Disponível em: <http://190.9.128.123/images/pdfs/librosDDHH/Estudio_VIH-Warao.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>>. Acesso em: 12 out. 2019.

EL CARIBE es la región con más presencia de refugiados venezolanos. **El Tiempo**, Cartagena, 11 de setembro de 2018, s. p. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/colombia/>>

otras-ciudades/el-caribe-es-la-region-con-mas-presencia-de-refugiados-venezolanos-cartagena-la-mas-receptora-303862>. Acesso em: 26 mai. 2019.

FELLER, Erika. Refugees are not migrants. **Refugee Survey Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 27-35, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/rsq/hdi077>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, mai.-jun 2000. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6842>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. **Entalhadores do Efêmero**: artesanato, processo criativo e vida associativa na Amazônia. Belém: NAEA, 2017.

HARTOG, François. Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 9-34, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952>>. Acesso em: 13 out. 2019.

HOBBSBAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, p. 103-112, nov. 1995. Tradução Heloísa Buarque de Almeida.

LUGO, Diosey. Economía indígena y estrategias de reproducción en el grupo indígena Warao. **Cayapa**. Revista Venezolana de Economía Social, Mérida (VE), v. 7, n. 13, p. 59-75, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62271304>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MEDINA CARRILLO, Adriana Marcela. **Despolitización y resistencia en la paradoja del refugio**. Experiencias de colombianos en Ecuador y Canadá. Bogotá: Editorial da Universidad del Rosario; Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2018.

MELO, Luciana Marinho de. Deslocamentos Macuxi e Wapichana em Boa Vista – Roraima: perspectivas a partir da ancestralidade. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 32, p. 163-174, jan.-jun. 2019.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista ECO-Pós**, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012. Tradução Leonora Corsini. Disponível em: <<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v15i2.900>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

MOREIRA, Elaine. Os Warao no Brasil em cenas: “o estrangeiro...”. **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 2, n. 2, p. 56-68, 2018.

MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia Faria. Capítulo 3 Pesquisa Qualitativa. In: SIMÕES, Gustavo da Frota (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 49-107.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

ORTIZ, Diana; KAMINKER, Sergio. Suramérica y los refugiados colombianos. **REMHU** – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, ano XXII, n 43, p. 35-51, jul.-dez. 2014.

PRATES, Lubi. **um corpo negro**. 1. ed. São Paulo: nosotros, 2018.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégia. **Revista Jurídica de Jurisprudência**, v. 20, n. 122, Brasília, p. 541-563, out. 2018/jan. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2018v20e122-1820>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RORAIMA. Assembleia Legislativa de Roraima. **Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa sobre os impactos no Estado de Roraima, decorrentes da crise migratória venezuelana**, 23 mai. 2019.

SIMÕES, Gustavo da Frota (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

SIMÕES, Gustavo da Frota. Especialista critica governos e mídia sobre imigrantes venezuelanos em Roraima. [Entrevista concedida a Rodrigo Borges Delfim]. **MigraMundo**, s.p., 2017. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/especialista-critica-governos-e-cobertura-midiatica-sobre-os-migrantes-em-roraima/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

URWICZ, Tomer. En 2019 crecerá un 30% la llegada de venezolanos. **El País**, Montevideu, 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/crecera-llegada-venezolanos.html>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set.-dez. 2012.

WEIß, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, ano 20, n. 49, Porto Alegre, p. 110-141, set.-dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/82715>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

TRAJETÓRIAS DE CRIANÇAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DAS CORRERIAS NA AMAZÔNIA ACREANA

Maria Ariádina Cidade Almeida

Teresa Almeida Cruz

A história dos seringais acreanos aparece como um capítulo da história regional, onde a emergência da borracha foi capaz de produzir uma região que oscilava entre a opulência das cidades de Belém e Manaus, e os relatos de exploração e isolamento dos seringueiros. Ainda que nas últimas décadas a historiografia¹ tenha lançado luzes sobre os modos de vida, destacando a dimensão social e cultural dos agentes e visibilizando a participação das mulheres que estiveram presentes em todas as fases da conquista e ocupação do Acre, ainda não foi possível vencer a invisibilidade histórica de agentes como os povos indígenas.

Se no campo da história indígena do Acre ainda há muito que avançar, isto se torna mais desafiador se considerarmos a presença de crianças indígenas, especialmente, porque as crianças passaram despercebidas pelo campo da história, sendo consideradas pouco importantes no delineamento dos contextos históricos. Arantes (1995), ao traçar o perfil das crianças no Brasil, em diferentes governos, mostra que cada um extraiu das indígenas os mais diversos tipos de proveito não as poupavam das guerras, dos trabalhos forçados nem mesmo da separação materna e paterna para servir aos ideários do colonizador.

Existindo, portanto, como um sujeito oculto, as histórias sobre crianças foram silenciadas pela análise histórica. Neste sentido, este texto apresenta a história de duas crianças indígenas, Regina Kuntanawa e Rosa dos Amauacas que foram raptadas durante as correrias, que se constituíam em expedições armadas utilizadas como ações punitivas contra povos indígenas, ou para afugentar indígenas dos territórios, para transformá-los em estradas de seringa, que resultava em mortes e dispersões.

1 São os trabalhos de Aquino (1977); Piccoli (1993); Weinstein (1993); Wolff (1999); Almeida (1993); Aquino e Iglesias (1994); Cunha e Almeida (2002); Iglesias (2008); Pantoja (2008).

Desta forma propomos inicialmente uma leitura atenta sobre o contexto das correrias, e no segundo momento nos debruçamos sobre as trajetórias destas meninas/mulheres, cujas histórias foram narradas por suas filhas Mariana e Elda. A história da mãe de Mariana encontra-se disponível no trabalho de Pantoja (2008), e a história da mãe de Elda foi coletada em forma de relato oral no município de Tarauacá em março de 2018. A história dessas crianças que cresceram e tornaram-se mulheres adultas e vivenciaram as mais diversas situações tiveram na infância seus destinos definidos. Não há como separar a história das correrias desta memória familiar, pois ambas se confundem, ao mesmo tempo em que as trajetórias pessoais aprofundam este período de intensa violência que marca encontros e desencontros nas fronteiras da Amazônia Ocidental.

Territórios indígenas, invasões, expropriações e a empresa seringalista

Os territórios que perfazem a Amazônia Ocidental desde tempos imemoriais eram ocupados por cerca de 50 povos indígenas (Castelo Branco, 1950, p. 8) pertencentes a três troncos linguísticos (Pano, Aruak e Arawá) que circulavam pelos vales dos rios Juruá, Purus e Acre, vivendo da coleta de frutos, da caça, da pesca e da agricultura, em afinidade com a natureza e praticando suas danças, cantorias, pajelanças, utilizando a *ayahuasca*, produzindo os seus artefatos materiais. Neste “tempo das malocas”², a mata, os rios, a diversificada agricultura de subsistência e a produção artesanal forneciam tudo o que estes indígenas precisavam para a sua sobrevivência, sendo autossuficientes.

O domínio do território só era ameaçado pelos conflitos interétnicos quando os povos inimigos disputavam territórios e/ou mulheres. Todavia, os conflitos se intensificaram sobremaneira partir de 1880, quando para atender as demandas da indústria pneumática nascente na Europa e nos Estados Unidos, a região foi invadida por seringalistas, seringueiros nordestinos e por caucheiros peruanos que vieram abrir os seringais e os cauchais para a exploração gomífera.

Ao contrário do que foi escrito por Craveiro Costa (1998), a região que compreende o que hoje se chama de Amazônia acreana, não era um “deserto ocidental”, mas uma região povoada por uma diversidade de povos que entraram em conflitos pela defesa de seus territórios e modos de vida já no primeiro surto da borracha, a partir de 1880. Nestes confrontos entre seringalistas, caucheiros, seringueiros e indígenas que ficaram conhecidas na historiografia como correrias, as histórias de homens, mulheres e crianças foram brutalmente interrompidas.

2 Cronologia utilizada pelo Projeto Autoria Indígena coordenado pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI).

As correrias constituíam-se em expedições armadas organizadas por patrões, seringalistas brasileiros e caucheiros peruanos, para destruir as malocas coletivas, capturar mulheres e crianças, provocar a dispersão dos indígenas sobreviventes para os altos rios, se apropriando de seus territórios para abrir os seringais a fim de explorar a borracha e o caucho (Almeida; Cruz, 2017). O missionário espi-ritano, Padre Constantin Tastevin, que também era etnógrafo francês, esteve no vale do Juruá, fazendo desobrigas, no período entre 1905 a 1926, descreveu as correrias ocorridas no rio Muru da seguinte forma:

Foi por volta de 1890 que os cristãos invadiram o Muru: foi somente em 1898 e começaram os massacres. Nada mais fácil do que acabar com uma tribo incômoda. Reúnem-se de trinta a cinquenta homens, armados de carabinas de repetição e munidos cada um com uma centena de balas, e, à noite, cerca-se a única maloca, em forma de colméia de abelhas, onde todo o clã dorme em paz. No nascer do sol, na hora em que os índios se levantam para fazer a primeira refeição e os preparativos para a caça, um grito convencionado dá o sinal, e os assaltantes abrem fogo todos juntos e à vontade. Pouquíssimos sitiados conseguem escapar: levam-se as mulheres e as crianças que podem ser pegas vivas mas não se perdoam os homens que, por sua vez, se mostram sem medo e indomáveis” (Tastevin, 2009, p. 149).

O missionário analisou esta ocupação do rio Muru como uma invasão aos territórios indígenas pelos “cristãos”, destacando a violência deste processo de usurpação destes territórios e a captura de mulheres e crianças. As mulheres e crianças eram poupadas na maioria das vezes porque eram comercializadas entre os seringueiros para servirem de esposas e as crianças criadas e “amansadas” para se tornarem força de trabalho nos seringais. Todo este processo passou pela concepção de que a sua presença indígena se constituía em um obstáculo ao processo de extração da borracha, como já abordava Castelo Branco:

Tinha-se o índio como um animal prejudicial e maléfico, incapaz de ser civilizado, pensamento, aliás, de pessoas influentes que dirigiram a colonização, porém, ignorantes, incapazes de tomar no momento outra direção, principalmente por encontrarem alguma resistência na ocupação da terra, o qual só poderia dar o resultado verificado, a quase exterminação dessa gente (Castelo Branco, 1950, p. 13).

Nesta perspectiva que tomava como princípio a desumanização dos povos indígenas, toda sorte de violência era justificada, especialmente se dificultassem o desenvolvimento da empresa seringalista. Assim, para esses colonizadores justificava-se o extermínio desses povos, pois era necessário desenvolver a extração do látex para atender as demandas do mercado internacional e a ambição dos seringalistas associado ao desejo dos seringueiros de ficarem ricos e voltarem

para o Nordeste. Vale lembrar que as hostilidades eram recíprocas, e sempre que possível os indígenas revidavam os ataques sofridos.

De acordo com Oliveira (2016, p. 9), o genocídio para ser minimizado precisava aparecer como uma merecida reação aos ataques dos índios que “precisavam ser vencidos e subjugados para depois poderem ser domesticados e transformados”. O missionário francês Jean-Baptiste Parrissier, que percorreu o Juruá no ano de 1898, presenciou crianças indígenas serem vendidas como animais, denunciou as correrias e o discurso “pacificador” da colonização afirmando que os indígenas não eram selvagens, mas sim os seus colonizadores:

Os índios, cujo número seria bem difícil precisar, são, no entanto, muito interessantes e merecem ao menos um pouco mais de justiça e de simpatia do que lhes foi concedida até o momento. Esses filhos da floresta, os verdadeiros autóctones do Brasil, estão de fato, bem longe de ser, o que se diz: terríveis selvagens, inimigos de toda civilização e sempre prontos a massacrar os brancos. Esta é uma calúnia atroz que os brancos, europeus, civilizados, que prefiro chamar de aventureiros, inventaram e propagaram, sem ter vergonha, para legitimar, ou pelo menos para desculpar, os seus roubos e atrocidades. Muitos acreditaram em sua palavra, e, assim enganados, só viram no índio, permitam-me a expressão, uma fera de que se deveriam livrar o mais rápido possível, e contra a qual podiam usar de qualquer meio. É o que prova a História do Brasil, em cada página, se voltamos nela alguns séculos. Fica-se estupefato e tomado de horror vendo com que barbárie estes pobres índios foram tratados (Parrissier, 2009, p. 52).

De fato, o processo de ocupação dos vales do Juruá, Acre e Purus se deu de forma bárbara pelos cristãos “civilizados”, dizimando mais da metade da população autóctone, os “filhos da floresta” e donos deste território, como já analisava Castelo Branco citado acima. Neste sentido, também Pacheco de Oliveira, denuncia que “a expansão do sistema econômico e político e a formação da nação não prescindiram jamais de um discurso civilizatório e de criminalização do outro, inclusive com a inculcação de narrativas e imagens que permitiram justificar ações repressivas e, no limite, genocidas” (Oliveira, 2016, p. 19).

Ao destacar a participação dos indígenas na economia colonial do Rio de Janeiro, Almeida nos alerta que “o trabalho dos índios era a alternativa mais racional para uma economia que visava a acumulação com o mínimo de investimento de capitais” (2017, p. 27). Tal como no período colonial, a economia do látex, apesar de estar entre os principais produtos de exportação, não possuía altos investimentos, e como analisado por Weinstein (1993, p. 17), a fragmentação das relações de trabalho, o ambiente disperso e as resistências internas, frustraram os “esforços de inovação técnica e de racionalização da produção”.

Isso por sua vez colocou o trabalho indígena como alternativa diante da carência de trabalhadores da borracha.

Após anexação do Acre ao território brasileiro através da assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 e posterior criação dos Departamentos do Juruá, Purus e Acre, iniciou o que Iglesias (2008) chama de “integração” da mão de obra indígena nos seringais. Por isso, o prefeito do Departamento do Alto Juruá, Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o Coronel de Engenharia Belarmino Mendonça, chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Rio Juruá fizeram propostas de “civilização” dos índios e “pacificação” da região como formas de “proteção” dos povos indígenas. Iglesias analisa que:

Azevedo delinearía as linhas mestras de um projeto de “catequese” e “civilização” para os indígenas, parte de políticas mais amplas, que visavam integrar o território, normatizar as relações de trabalho nos seringais, fixar o homem à terra, fomentar as práticas agrícolas, diversificar as atividades produtivas e legalizar as atividades comerciais feitas nos rios pelos regatões (Iglesias, 2008, p. 111).

Estas proposições de políticas de “catequese” e “civilização” dos indígenas tinham como pano de fundo a pacificação da região do Juruá para garantir a produção de borracha, pois havia sérios conflitos entre seringueiros e indígenas que tinham medos recíprocos. E, ao mesmo tempo, “civilizar” e “catequizar” significava disciplinar os indígenas para o trabalho, desestruturando os seus modos de vidas ancestrais (Cruz; Lima, 2018).

O prefeito do Alto Juruá Thaumaturgo Azevedo buscou criar medidas regularizadoras do trabalho indígena, uma delas estabelecia a tutela de índios menores de 18 anos. Tal tutela seria oferecida aos donos dos seringais, que receberiam legalmente a posse dos menores direcionados às suas propriedades. As crianças e adolescentes indígenas que permaneceriam sob tutela de seringalistas, eram raptadas de suas comunidades a partir da realização da correria, que tinha como objetivos, para além do desmantelamento de comunidades indígenas, usurpar as terras ancestralmente ocupadas e recrutar braços para o trabalho forçado na produção gomífera. A medida, na prática, revelou o tipo de “pacificação” e “tutela” pretendida aos povos indígenas pelo departamento na figura do primeiro prefeito.

Diante da guerra declarada aos povos indígenas não restava muitas alternativas aos sobreviventes, ou se “integravam” servindo de mão de obra nos seringais, ou fugiam, se embrenhando nas cabeceiras dos altos rios como forma de resistência a estas imposições. Mas há de se considerar que esta “integração” pelo trabalho não conseguiu retirar-lhes os aspectos da sua etnicidade, pois, mesmo

após quase um século vivendo como seringueiros os indígenas conseguiram fazer sua “viagem da volta” (Oliveira, 2016, p. 215). Posteriormente, os que ficaram nos seringais estabeleceram relações mais pacíficas com os seringueiros, embora ainda pudessem acontecer conflitos por causa de suas mulheres e crianças, como analisa Castelo Branco:

Seringueiros e indígenas, passados os primeiros choques, entenderam-se, chegando estes a trabalhar na seringa ou na faina de caça e pesca, em que eram exímios; exceto os menos cordatos que preferiam o recôndito das matas, mas, aqueles, começaram a invadir os lares indianos, maculando-os ou carregando para suas “colocações” as cunhãs e cunhantãs, dando lugar a desavenças entre as duas raças, do que resultou, em alguns lugares, verdadeiras caçadas contra os índios, como aconteceu no alto Iaco, no princípio deste século, em que, sob a chefia de João Alves Vieira, dono do seringal Olinda, foi organizada uma batida contra os Catianas, deixando espalhados nas margens do rio dezenas de cadáveres, salvando-se algumas mulheres que se refugiaram noutro seringal, no qual se dedicaram com proveito à cultura agrícola (Castelo Branco, 1950, p. 14).

É importante considerar que, durante o período denominado de primeiro ciclo da borracha, os migrantes nordestinos não trouxeram mulheres. Por isso, esse grande interesse em raptar “cunhãs e cunhantãs”, ou seja, meninas e moças para serem tomadas como mulheres dos seringueiros. As histórias dessas crianças indígenas, a maioria de sexo feminino, compõe o grande mosaico de histórias interrompidas pela força da expansão extrativista que levou esses sujeitos a viverem novas imposições sociais, culturais e econômicas.

Trajetórias de crianças indígenas capturadas nas correrias

Como discutimos acima, as correrias fizeram parte do processo de usurpação dos territórios indígenas para abertura dos seringais e captura de crianças e mulheres indígenas. As crianças eram vendidas como escravas e as mulheres ficavam como troféus para os seringueiros que as “pegavam”, ou eram simplesmente vendidas para “servirem” de mulheres para os trabalhadores da seringa. O padre Parrissier, no ano de 1898, na região do Juruá, foi testemunha da venda destas crianças:

Notem que essas correrias são praticadas ainda hoje. Quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado por uma tribo de índios, eis como procede. Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também, e parte em busca da maloca. Quando a acha, ele e os seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas

como animais. **Eu vi assim venderem na minha frente oito indiozinhos de quatro a cinco anos** As lágrimas me vinham aos olhos vendo estas pobres pequenas criaturas tratadas como animaizinhos (Parrissier, 2009, p. 55, grifo nosso).

Não há maiores informações sobre estas crianças de quatro a cinco anos que foram vendidas como “animaizinhos” citadas por Parrissier. Muito provavelmente, elas se destinaram a algum seringal, e foram vendidas a algum seringueiro que tivesse bom saldo. Esta prática de rapto de crianças era tão comum que não havia nenhuma reserva por parte dos seus executores de esconderem esta realidade das vistas de um missionário. Lembrando que um padre naquela região era presença rara e ilustre, pois, como não havia um trabalho missionário efetivo, as visitas, também conhecidas como “desobrigas” ocorriam esporadicamente, e eram aguardadas pelos moradores dos altos rios, com todo cuidado.

Outro relato próximo ao período narrado por Parrissier, detalha uma correria ocorrida nas imediações do seringal Redenção no Alto Tarauacá, no ano de 1902. O informante era Alfredo Lustosa Cabral que viveu 10 anos na região, fazendo vários trabalhos no seringal de seu irmão Silvino, inclusive, cortando seringa. Neste é possível observarmos o tratamento destinado às crianças:

... a dez horas calculadamente de viagem, na margem oposta do rio, de frente ao seringal Redenção, moravam os Catuquinas. Atacaram uma barraca de seringueiro do lugar Primavera, próximo do nosso. Mataram três pessoas e roubaram o que haviam encontrado. De pronto, foi organizada uma correria. Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Cumpunha-se de vinte homens com trezentos cartuchos Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com as malocas depois de terem andado quase três dias. Roçado enorme, cheio de lavoura, num planalto, e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos, tendo duas portas, coberto de palha, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que descortinava grande parte do roçado.

Tomaram chegada às seis horas da tarde, hora em que os selvagens costumam estar em casa reunidos. Dormiram a certa distância do aceiro. Às cinco da manhã avançaram formando cerrado tiroteio. Aos gritos alarmantes, saíram os índios correndo por uma porta e outra e, nesse momento, os tiros certos dos ataques punha-os por terra. A mortandade foi grande, mas escafederam-se muitos. **Aproximando-se do barracão conseguiram prender uns quinze colomins de oito a dez anos. Os novinhos deixaram.** Voltaram conduzindo macaco, papagaio, arara, mutum, jacamin, arcos, maqueiras etc. Cada um que trouxesse uma novidade. Muitos, ao se por em contato com essas coisas, vomitavam e as deixavam pelo caminho, tal era o almisque.

No regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os à toa, perdidos. Outros praticavam selvageria destampando

a cabeça dos inocentes com balas. Assim a maloca inteira deslocou-se para lugares distantes sem mais voltar a massacrar os trabalhadores do local dali (Cabral, 1984, p. 61-62, grifo nosso).

Este forte relato de uma correria no início do século XX feito por um seringueiro, destaca a crueldade praticada com as crianças, seja deixando os “novinhos” na maloca, abandonando os “colomins”³ que reagem gritando, ou atos de barbárie “destampando a cabeça dos inocentes com balas”. E estas crianças que foram abandonadas na floresta ou na maloca será que conseguiram sobreviver? Os parentes que escaparam chegaram a voltar para encontrar algum sobrevivente? De qualquer forma, estas e tantas outras crianças só nos deixaram interrogações. O que sabemos é que foram violentamente retiradas do seio de seus parentes, sendo que muitas padeceram ao fio das facas, como é recorrente na memória das pessoas idosas da região que contam: “às vezes os matadores não se continham e quando invadiam a maloca, praticavam crueldades desmedidas, lançavam crianças de peito para o alto e as aparavam no facão diante do olhar estarecido e suplicante da mãe”⁴.

O seringueiro Felizardo Cerqueira, que se tornou um conhecido “catequista de índios” no vale do Juruá, ao justificar a sua proposta de fazer contato com os índios para amansá-los, em sua autobiografia relata o que testemunhara em relação às correrias praticadas por peruanos e brasileiros:

Eu, que por diversas vezes, vi chegarem grupos de peruanos e brasileiros, trazendo consigo índias e meninos e contarem que lá ficaram inúmeros índios mortos, não me sentia bem com tremenda cena desumana. Sentia dentro de mim, não sei o que, uma compaixão pelos pobres dos prisioneiros das selvas que, foram criados com tanta liberdade e em dado momento fugir de súbito da sua felicidade que outrora gozavam, para ser ver prisioneiros e cativos de seus algozes, que sem compaixão jogavam-lhes nos mais brutais trabalhos (Cerqueira, 1958, p. 5 apud Iglesias, 2008, p. 193).

Também há registros de meninas indígenas capturadas por seringueiros em processos judiciais do Departamento do Alto Juruá. Cristina Sheibe Wolff encontrou um deles nos arquivos do Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul, aberto em 1904, que relata:

Um morador do rio Tejo, Joaquim Januário Pereira Filho, viúvo de quarenta anos, “teria pego para criar” um casal de índios. Algum tempo mais tarde, a índia Andreza teria se tornado sua “amásia”. Um seringueiro vizinho, entretanto, Raimundo

3 Curumins, ou seja, meninos.

4 Trecho de uma correria relatado no primeiro número do Jornal Varadouro em maio de 1977, p. 10/11.

Luís da Silva, embora fosse casado, achou-se também no direito de ter relações sexuais com a moça, forçando-a, o que deu motivo a Joaquim para assassiná-lo⁵. Quando da reabertura do processo, em 1918, porém, o réu Joaquim não foi encontrado, tendo uma testemunha afirmado que ele havia morrido no Tarauacá. De Andreza não sabemos nada, mas por certo encontrou outro companheiro (Wolff, 1999, p. 168-169).

Tudo indica que era recorrente “pegar” meninas para acabar de criar, com a finalidade de se tornarem companheiras dos seringueiros, como também revela a história⁶, de uma criança Kuntanawa, chamada de Maria Regina da Silva pega também no contexto das correrias no início do século XX. Regina mesmo tendo sido “pega” por um seringueiro teve múltiplas formas de resistências para reconstruir sua vida fora do grupo de referência, o seu grupo de parentesco Kuntanawa, tecendo outras redes de sociabilidades como o compadrio e amizade, bem como se tornando uma respeitada curandeira e parteira da região do Juruá.

De acordo com Pantoja (2008, p. 128), em 1911, na floresta do rio Envira, afluente do Tarauacá, havia uma maloca dos Kuntanawa que havia sofrido uma correria praticada pelos seringueiros nordestinos e os sobreviventes esconderam-se na mata, dividindo-se em pequenos grupos. Entre eles, havia um pequeno grupo formado por uma menina de onze anos, sua irmã e marido, que tentavam tirar um tatu do buraco quando foram surpreendidos pelos cariús⁷. Passemos, então, à narrativa da própria Mariana:

Aí quando viram quebrar lá detrás, aí a irmã dela olhou e disse pra ela na gíria, e pro caboclo: - “olha os cariús”[...] Quando ela disse “olha os cariús”, aí escutou o tiro, o tiro já tinha detonado; quando ela espiou o cariú já estava com o rifle pra atirar no caboclo, aí matou o caboclo. Lá em cima da onde estava cavando o tatu, lá mesmo ele ficou. Aí elas correram, elas duas. Os cariús correram atrás de uma, um bocado, e outro [bocado] correram atrás da outra (Nascimento, 1994 Apud Pantoja, 2008).

Esse grupo de Kuntanawa, que já estava disperso do restante do grupo maior por causa de uma correria, foi surpreendido enquanto caçavam um tatu. Como recorrentemente se fazia nesses casos, os cariús mataram o homem indígena e capturaram as meninas. As duas ainda tentaram resistir à captura correndo pela mata, como narrado por dona Mariana:

5 Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul. Processo nº 87, reaberto em 22/1/1918 (inquérito policial iniciado em novembro de 1904, Vila Taumaturgo, processo aberto em 31/1/1905), ficha 18.3.

6 Toda a história de Maria Regina foi narrada a partir de relatos de sua filha Maria Feitosa do Nascimento (dona Mariana, como é conhecida) em entrevistas concedidas à antropóloga Mariana Pantoja, como parte de sua pesquisa de doutorado.

7 Não indígenas, normalmente brancos.

Ela disse que quando o homem já vinha morto de cansado, que agarrou aqui na tanga dela, assim nas costas dela, com aquele pano, não sabe? Aí ela disse que não contou pipoca não, só meteu o terçado aqui; aí pulou naqueles mundos! Aí corre de novo, aí ele correu atrás, era pega aqui, pega acolá, pega aqui, só ele correndo atrás dela, não sabe? Aí quando ela disse que já ia morta de cansada, aí o caboclo, este Chico Culumin, que eu falei outro dia, avô do Siã, aí cortou gíria pra ela: “Não corre, não corre, que o cariú não quer te matar, ele quer te pegar” Quando ele disse “não corre que o cariú não vai te matar”, ela espiou para ver quem era, não sabe? Aí ele chegou, agarrou no cabelo dela, o finado Raimundo (Nascimento, 1998 Apud Pantoja, 2008).

Segundo o relato de dona Mariana, sua mãe Maria Regina da Silva e sua tia foram capturadas para serem levadas para o barracão do patrão Cajazeira, o autor da correria organizada contra os Kuntanawa. Por outro lado, chama a atenção o fato de nesta correria contar com a colaboração de um índio Kaxinawá chamado de Chico Curumin.

John Monteiro (1994) estudando a associação dos indígenas com os não indígenas durante a colonização de São Paulo no século XVI, destacou que a “dinâmica das relações, entre unidades locais, expressa nos termos do conflito ou aliança, por sua vez, forneceu uma chave de êxito-ou fracasso- dos europeus, na sua busca pelo controle sobre as populações nativas” (p. 28). Na ocupação do Acre isso não foi diferente. É interessante notar como os indígenas passaram a fazer parte desta rede de expropriação e violência. O índio amansado e integrado colocava-se a serviço dos interesses dos seringalistas, obviamente porque percebiam algumas vantagens em se aliar aos cariús. Além de que é necessário considerar que se tratava de povos distintos, que possuíam graus de afinidade e rivalidade diferentes, e em alguma medida os não indígenas também souberam se valer desses conflitos interétnicos a seu favor.

Mariana conta que na madrugada seguinte sua mãe Regina empreendeu uma nova tentativa de fuga, conseguindo escapar sozinha enquanto seus algozes dormiam, todavia, como sua irmã havia ficado para trás ela decidiu voltar para buscá-la, e não obtendo sucesso na nova tentativa decide não reagir por medo da morte. Este fato mostra como a relação de parentesco é determinante até diante da sobrevivência. E, novamente, a intervenção do Kaxinawá Chico Curumin que, ao falar a mesma língua que os Kuntanawa, convenceu as meninas a não fugirem. Aliás, além de conhecerem a região, o fato de serem falantes da mesma língua Pano favorecia a participação de alguns indígenas no processo de captura de outros.

As meninas foram levadas para um barracão tendo suas vidas totalmente transformadas a partir de então. Segundo Pantoja (2008, p. 131), ao chegarem

no barracão encontraram com outras índias vítimas da correria e da dispersão de seu povo, sendo uma delas a madrastra de Regina, que também tinha sido capturada junto com a filha caçula, uma criança de colo. “Com a perna quebrada e chorando, a índia velha consolou-as sobre o seu destino: - Minhas filhas, não vão mais embora, nós não tem mais ninguém, mataram tudo, tudo, tudo! E não escapou nem os pequeninhos, mataram com a ponta da faca, sacudia e aparava com a faca” (Nascimento, 1994 Apud Pantoja, 2008).

Não havendo muitas possibilidades de sobreviver sem o grupo de referência as meninas tiveram que se resignar diante da situação, não empreendendo novas fugas. Mas, qual teria sido o destino destas quatro mulheres capturadas nessa correria no rio Envira em 1911? Segundo a narrativa de dona Mariana, Pantoja esclarece:

A irmã mais velha [de Regina], esposa do Kuntanawa morto quando, lembremos, cavava para tirar um tatu de seu buraco e os homens guiados por Chico Curumin apareceram, foi destinada ao chefe da correria, um seringueiro por nome Joaquim Paraíba. Viveram juntos alguns poucos anos no Envira, tempo em que a índia Kuntanawa teve dois filhos. Joaquim resolveu então voltar a sua terra natal, onde era casado e tinha família. Lá, conta dona Mariana, a sua tia cabocla teve um destino trágico. Ao chegar à Paraíba, Joaquim precisava explicar a mulher indígena e dois “meninozinhos” que trazia consigo, e justificou-se dizendo que se tratava de uma “criada” que trouxera do Acre. Mas, a ciumenta esposa, vendo as duas crianças, não acreditou na explicação. Pouco tempo depois, matou com veneno a cabocla e seus filhos (Pantoja, 2008, p. 164).

Esta irmã de Regina não conseguiu escapar de novas violências, tendo um fim trágico na Paraíba, juntamente com os seus filhos. Esta tragédia revela o quanto estas mulheres capturadas nas correrias estavam sujeitas a todas as formas de violências, inclusive, perpetrada por outra mulher não-indígena. Por outro lado, a madrastra de Regina e sua filha caçula tiveram trajetórias bem diferentes, como aborda Pantoja:

A madrastra foi entregue a um seringueiro, com quem passou a morar num *centro*⁸. Foi separada de sua filha caçula, tendo sido esta destinada a um tal Antônio Jordão, comerciante italiano que fazia negócios no rio Envira, e batizada como Zuíta. De acordo com dona Mariana, Zuíta teve como destino um local bem longe dos seringaais e rios amazônicos, e do próprio Brasil: teria ido morar na Itália (Pantoja, 2008, p. 164).

O tráfico de crianças indígenas para fora do Brasil parece ter acontecido sem nenhum conhecimento dos agentes do Estado, assim como a exposição dessas

8 Colocações no seio da floresta, próximas das margens dos rios.

crianças a toda sorte de violência resumiu-se a “piedade” dos memorialistas. A “frente de expansão”, como utilizada por Martins (2009) criou uma fronteira de civilização que ocultava a barbárie, mas como desde o início da ocupação do Acre as terras que compõem a Amazônia Ocidental foram tomadas como terras de ninguém, a barbárie tornou-se invisível.

Por fim, de acordo com a narrativa de dona Mariana, o seringueiro cearense chamado Raimundo, que tinha capturado Regina, combinou com o seu patrão que quando ela se tornasse “moça” iria morar com ele. De forma que ela ficou sob os cuidados do patrão Cajazeira e sua esposa Maroca, que a batizaram com o nome de Maria Regina da Silva. Após ser arrancada do meio dos seus, e reteritorializada, esta criança Kuntanawa foi “amansada” e criada para ser amásia do seringueiro que a capturou.

Dos onze aos treze anos enquanto morou no barracão do patrão, a menina trabalhou nos serviços domésticos, até que em 1913, com treze anos de idade, foi levada pelo seringueiro Raimundo. Os dois foram morar em uma colocação no centro onde viveram juntos por dois anos. “Nesse intervalo, Regina deu à luz uma menina e a um menino, que nasceu por volta de 1915, quando completara 15 anos, pouco antes de Raimundo falecer. Foram os primeiros dos treze filhos que teria, dos quais, só dona Mariana, nascida já em 1928, chegaria à idade adulta” (Pantoja, 2008, p. 164-165).

Ao saber da possibilidade de encontrar parentes Kuntanawas no rio Jordão, Regina seguiu para lá à procura de seus parentes desconhecidos na esperança de reconstruir seus laços perdidos. Naquele contexto, os poucos Kuntanawas sobreviventes das correrias já estavam vivendo como seringueiros distribuídos em colocações. Encontrando-se viúva o apoio dos primos parentes foi de suma importância durante este momento de sua vida, a ponto de Regina se dividir entre a casa de um ou outro parente. Como se trata de indígenas que foram “pacificados” e “amansados” pela força das correrias os laços de parentesco desenvolvido entre eles assimilou novos arranjos sociais, como a relação de compadres e comadres.

A partir da morte de seu primeiro marido, Regina começou a assumir o comando de sua vida, e ao longo de sua trajetória teve sete relacionamentos, dos quais ficou viúva por duas vezes e interrompeu os outros cinco, sempre que se sentia lesada em alguma situação. Isto evidencia de certa forma a capacidade de Regina de se tornar protagonista de sua história, não aceitando maus tratos, ou alguma imposição que lhe fosse danosa.

A vida para uma mulher no seringal sem marido era muito difícil, especialmente, porque neste universo masculino, as colocações eram entregues aos

homens, e o trabalho feminino por mais expressivo que fosse, como de fato era, passou a ser classificado como ajuda. Estar sem marido significava não ter onde morar, e não ter estrada de seringa para cortar, além de estar sujeita a mais violência. Talvez por isso que ao longo da trajetória de Regina houve tantos arranjos familiares.

Aos poucos a fama de Regina como curandeira e parteira foi aumentando, sendo muito respeitada nas redondezas. Ofícios que ela também ensinou a sua filha Marina bem como ela transmitiu o orgulho de ser indígena mesmo tendo sido arrancada de seu povo ainda menina. Ela e sua filha Mariana se tornaram boas seringueiras, produzindo uma significativa quantidade de borracha para os padrões dos seringais. Wolff (1999, p. 76) destaca que “as mulheres ocupavam as mais diversas posições, desde “mercadorias” e “privilégios”⁹ até de operárias”.

A filha de dona Regina, Mariana Kuntanawa casou-se pela segunda vez com Milton, que era filho de um índio Nehanawa, único sobrevivente de uma correria ocorrida, provavelmente, em 1903 no rio Envira. O pai de Milton foi capturado ainda menino por Antônio Tibúrcio que lhe deu o nome de Pedro Lourenço da Silva, e que na idade adulta casou-se com uma descendente de migrantes cearenses, dona Raimunda (Pantoja, 2008, p. 149).

Após a morte de sua mãe, em 1955, Mariana e Milton voltaram para o rio Tejo, onde criaram seus filhos e na década de 1990 lutaram pela criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Como dentro da Resex sempre foram discriminados como “caboclos”¹⁰ e as leis da reserva não estavam mais sendo respeitadas, no início deste século, a família de Milton e Mariana começaram uma nova luta, a partir das suas heranças indígenas, pelo reconhecimento étnico Kuntanawa e os seus direitos territoriais. Luta que ainda está em curso. Desta forma, os Kuntanawa que já eram considerados extintos pelas correrias ressurgiram no palco da história acreana reivindicando seu direito ao território e a sua etnicidade.

Outra personagem importante de nossa história foi registrada como Rosa dos Amauacas, pertencente a este povo de língua Pano que, no Estado do Acre, após terem sofrido intensas correrias na região do Juruá, estavam considerados como extintos, embora ainda exista gente deste povo no Peru. Entretanto, em fevereiro de 2018, ministrando aulas de Ensino de História na cidade de Tarauacá, fomos surpreendidas com a informação, através de um aluno, que existia uma família no bairro Corcovado desta cidade com este sobrenome. O que resultou em uma pesquisa de campo com um grupo da turma, ocasião em que

9 A autora destaca que a dita “escassez” de mulheres nos seringais colocava-as na condição de mercadoria e privilégio, daqueles que podiam comprar.

10 Caboclo é um nome genérico utilizado na região para classificar índios mansos, e seus descendentes.

entrevistamos a senhora Elda Pinheiro dos Amauacas, 75 anos, que nos recebeu de forma hospitaleira.

Os Amahuacas habitavam a região do Juruá. O padre Parrissier, em 1898, já fazia boas referências a eles: “São belos tipos de raça vermelha, têm um rosto inteligente, uma aparência suave e alegre, são trabalhadores e fiéis aos seus patrões, quando estes os tratam com respeito. O seu aspecto não tem nada de selvagem, e de forma geral, o índio da Amazônia” (Parrissier, 2009, p. 53-54). Também o general Belarmino Mendonça, chefe da comissão brasileira-peruana de reconhecimento do Alto Juruá, em 1905, foi surpreendido por eles em uma emboscada:

Na emboscada frecharam levemente um soldado brasileiro e fugiram deixando no lugar da cilada um arco e dezesseis frechas que o chefe da Comissão arrecadou.

Pelas informações colhidas e encontros havidos, trata-se dos Amahuacas que têm seus toldos nas cabeceiras do Amonea, do Huacapistea, Guineal, Peligro, Paxiúba, Achupal, Piqueyaco, Breu e Tejo e levam suas excursões aos vales do Embira e do Ucayale.

Os Amahuacas têm extensas roças com abundância de macaxeira, mamão, milho, batatas doces, bananas e feijão (Mendonça, 1989, p. 83).

Este relato desvela o quanto os Amahuacas eram trabalhadores, desenvolvendo uma agricultura bem diversificada e transitando nos territórios que passaram a ser considerados como de peruanos e de brasileiros. A história deste povo não se encerrou com as correrias. Ela continua na família de dona Elda dos Amauacas, que conta que sua avó materna “era índia braba, da mata mesmo” e foi “pega” em uma correria no rio Juruá com sua filha que, na época, por volta de 1883, tinha apenas dois anos de idade. Por outro lado, o coronel cearense Joaquim Pinheiro Cavalcante “queria criar um filho de criação que fosse indígena”. Então, essa criancinha foi arrancada de sua mãe nativa e entregue pelo patrão para este coronel que a levou para ser criada pela sua família no Ceará. De forma curiosa, ela foi registrada com o nome de Rosa dos Amauacas, levando o nome de seu povo indígena. E o seus pais adotivos sempre fizeram questão que ela soubesse de suas origens indígenas, embora nunca tenha tido nenhum contato com os seus parentes. “Sabida! Ela morreu e nunca conheceu uma aldeia” (Gomes. Entrevista, 2018).

Ainda, de acordo com o relato de dona Elda, sua mãe Rosa dos Amauacas, por volta de 1902, aos 19 anos de idade veio morar no seringal Corcovado que foi aberto pelo seu pai adotivo, o coronel Pinheiro, que também desenvolvia agricultura no local. E ainda, “ele tinha açude, ele tinha alambique, tinha as escolas que ele mandou construir para as filhas dele dá aula aqui”. Continua:

“Aqui casou-se com cearense. Naquele tempo, ele ia pro Ceará e trazia arigó pra vir trabalhar. Meu pai, Eduardo Ferreira Lima, ele era do Riacho do Sangue, Ceará. Casou-se com ele, foi a primeira casa aqui no Corcovado¹¹. Aqui era mato virgem. Foi aberto pelo meu avô” (Gomes. Entrevista, 2018).

Rosa dos Amauacas teve oito filhos, dos quais quatro estão vivos e dois ainda residem no bairro Corcovado, dona Elda e seu irmão. Ela teve cinco filhos e cerca de 20 netos. Todos ainda morando neste bairro. Inclusive, tem a Rua Rosa dos Amauacas, onde quase todos os seus filhos e netos moram. Uma característica indígena deste grupo é o sentimento de parentesco acentuado que faz com que, diariamente, quase todos se reúnam na casa de dona Elda para estarem juntos, fortalecendo os laços familiares. Também como afirma dona Elda, mesmo sua mãe não tendo sido criada na aldeia, ela nunca negou suas raízes indígenas: “Ela nunca negou e nem nós! Nenhum nega! Tem o maior orgulho!”

Por causa de sua ancestralidade indígena, dona Elda dos Amauacas e seus familiares poderiam ter solicitado o reconhecimento étnico na Funai, inclusive, sendo orientada por um funcionário a proceder desta forma. Entretanto, diferentemente de dona Mariana e seu Milton, ela preferiu não usufruir deste direito, explicando que alguns de seus netos e sobrinhos já não tem mais no registro de nascimento o sobrenome Amauacas. Então, ficará para a história como uma família descendente de uma menina Amahuaca que foi roubada de seu grupo étnico para ser criada no Ceará por uma família de não indígenas, mas, que sentem orgulho de sua ancestralidade, apesar de pouco conhecê-la. Desta forma, não desapareceram da história, mas, ressignificaram suas vidas de outras formas.

Considerações Finais

A trajetória de vida das indígenas Regina e Rosa, narradas por suas respectivas filhas Mariana e Elda revelam um grupo despercebido, porém não ausente da história do Acre, que são crianças capturadas nas correrias. Trouxemos aqui dois exemplos que são representativos de uma série de histórias narradas quer seja por etnógrafos, memorialistas, ou moradores da região sobre o destino de crianças que foram separadas de seu grupo familiar ainda na infância.

Regina assumiu todas as tarefas de uma seringueira, que extrapolava as atividades domésticas e levou ela e sua filha Mariana a cortar seringa. Os muitos casamentos de Regina também fizeram parte das estratégias de sobrevivência, já que eram meio de conseguir casa e trabalho. E mesmo marcada pela violência

11 O nome Corcovado é porque no local há um morro alto e bonito.

da correria, quando possível ela foi à procura dos seus parentes Kuntanawa, que apesar da “assimilação” dos seringais, conseguiram a partir de outras relações, preservar o parentesco que é tão importante na vida social indígena. Talvez por isso que coube aos Kuntanawa se apoiar nesta memória ancestral de dona Regina transmitida à filha Mariana, e depois de um século fazerem a “viagem da volta”, reassumindo sua identidade enquanto grupo étnico indígena.

Assim como Regina, Rosa dos Amauacas também foi separada do seu povo. No entanto, como foi levada com apenas dois anos de idade para o Ceará e só retornou aos 19 anos, não fora possível ter qualquer notícia ou contato com seus parentes sobreviventes. Rosa não conseguiu recompor-se etnicamente, salvo pelo seu nome que fazia referência ao povo de onde veio e que mesmo esvaziada da experiência coletiva, nunca deixou de saber e, assim, cultivar o sentimento de pertença. Pelo afeto ela conseguiu desenvolver uma memória das ausências e ainda assim transmitir aos filhos e netos o sentimento de pertença a sua ancestralidade que ela própria desconhecera ao longo da vida.

De certa forma, a vida dessas mulheres nos permite pensar nas possibilidades que restaram às crianças raptadas nos seringais acreanos, que aparecem em alguns registros descritos de forma sumária, e que nos deixam apenas interrogações. Tratava-se de crianças que estavam vivendo sua tenra idade, e que não puderam ser crianças porque o tempo acelerado da indústria seringalista as acometeu. E assim, as vidas de Regina e Elda cruzaram-se com outros tempos históricos, onde só foi possível sobreviver graças a capacidade dessas mulheres, que um dia foram crianças, de se refazerem.

Referências

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade; CRUZ, Teresa Almeida. Quando o índio amansa branco: resistências e movimentos indígenas no Acre. In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube. **Protagonismos indígenas na história do Norte do Brasil**. Palmas: Nagô, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

ARANTES, E.M.M. **Rostos de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula; Amais Livraria e Editora, 1995.

CABRAL, Alfredo Lustosa. **Dez anos no Amazonas** (1897-1907). Brasília, 1984.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: Subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco, Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

BRANCO, J.M. Brandão Castelo. **O Gentio Acreano**. In: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 207, 1950.

CRUZ, Teresa Almeida; LIMA, Gaby Gama da Mota. Povos indígenas, civilização e trabalho no Alto Juruá. In: **Anais da XIII Jornadas Andinas de Literatura Latinoamericanas**. Rio Branco: Nepan, 2018, p. 1172-1186.

CUNHA, Euclides da. Relatório da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus: notas complementares do commissario brasileiro – 1905-1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias). 247p.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafit. **Os Kaxinawá de Felizardo**: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008. 415 p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905)**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2. Série; v. 152).

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2016.

PANTOJA, Mariana Ciavatta Pantoja. **Os Milton**: Cem anos de história nos seringais. Rio Branco: Edufac, 2008.

PARRISSIER, Jean-Baptiste. Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá, 1898. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias), p. 1-60.

TASTEVIN, Constant. O Alto Tarauacá, 1926. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Tastevin Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2009. (Série Monografias).

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLFF, Cristina Sheibe. **Mulheres da floresta**: uma história – Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. 291 p.

Fonte oral

GOMES, Elda Pinheiro dos Amaucas. Entrevista concedida a Maria Ariádina Cidade Almeida e Teresa Almeida Cruz. Tarauacá, 01 de março de 2018.

AUTORAS E AUTORES

Airton dos Reis Pereira

Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus Marabá, professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Escolar Indígena (UEPA, Unifesspa, UFPA, UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Foi Coordenador do Campus VIII/Marabá, da UEPA, no biênio 2014-2015. Graduado em História (2000), pela Universidade Federal do Pará (UFPA); mestre em Extensão Rural (2004), pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); e doutor em História (2013), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde (NAES), da UEPA, Campus VIII/Marabá. Líder do “Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Sociedade, Saúde e Meio Ambiente na Amazônia” (UEPA/CNPq) atuando na Linha de Pesquisa “Dinâmicas socioambientais e Educação na Amazônia”, e vice-líder do Grupo de Pesquisa “Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira” (Unifesspa/CNPq) onde atua como pesquisador na Linha de Pesquisa “Cultura, memória e identidades”. Membro do Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia” (UEPA/CNPq). Membro Conselho Editorial da Revista *Clio & Mnemósine* e do Conselho Científico da Associação Brasileira de História Oral. Membro do Colegiado do Campus VIII/Marabá da UEPA. Em seus estudos e pesquisas elege especialmente os seguintes temas: Ditadura civil-militar no Brasil: Amazônia; Conflitos agrários: Violência no campo; Migração; Movimentos sociais e Trabalho Escravo Contemporâneo. Membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de História Oral. Trabalhou como agente de pastoral no Projeto de Desenvolvimento Humano (PDH), da Diocese de Conceição do Araguaia (1994-1998) e na Comissão Pastoral da Terra, do sul e do sudeste do Pará (1999-2001; 2004-2008). Autor do livro “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”

(EdUFPE, 2015) e de diversos artigos publicados em livros, revistas e em jornais de circulação regional, nacional e internacional.

Amarildo Ferreira Júnior

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Etnopolítica, Pensamento Administrativo e História do Estado e das Instituições – Epahei. Doutor em Ciências, área de concentração Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA). Membro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Tem pesquisas sobre vida associativa, campos de produção da cultura e suas arenas públicas, e festas e rituais (com ênfase em corporeidade e performances).

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Professor Associado do Departamento História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da FFCH-UFBA. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Autor de *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009 e de diversos artigos em livros e periódicos especializados.

César Augusto Bubolz Queirós

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando tanto no Departamento de História quanto no Programa de Pós-Graduação em História. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFAP. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, exerce a função de Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura e é membro do corpo editorial da *Canoa do Tempo* - revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, da qual foi editor entre os anos de 2016-2018. Exerce as funções de Coordenador

do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, Coordenador do Curso de História do PARFOR e é presidente da ANPUH/AM. Foi Coordenador Nacional do GT Mundos do Trabalho no biênio 2014-2016. É líder do grupo de pesquisa do CNPq Centro de Estudos sobre Trabalho e Ditadura e é membro dos grupos Governos Militares na Amazônia: entre memórias e histórias (UFPA) e História Social da Amazônia (UFAM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia e do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: História do trabalho, História Política e História do Amazonas, com ênfase em questões relacionadas ao trabalhismo e à ditadura militar.

Gilberto Grassi Calil

Professor Associado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2005), com estágio de pós-doutoramento na Universidade do Porto (2013). Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Licenciado (1994) e Bacharel (1996) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa História e Poder, integrante do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder e editor da Revista História e Luta de Classes. Autor de *O integralismo no pós-guerra, 1945-1950* (Edipucrs, 2001) e *Integralismo e Hegemonia Burguesa* (Edunioeste, 2010). Autor de artigos e capítulos com temáticas relacionadas a Estado, hegemonia, democracia, fascismo, integralismo, ditadura, revisionismo, resistências, teoria marxista, Gramsci e Mariátegui.

Jeany Castro dos Santos

Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos Públicos pela FAESP, Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior pela ULBRA. Bacharel em Sistemas de Informação pelo CEULP/ULBRA, Licenciada em Matemática pela UNITINS e Bacharel em Serviço Social pela UNOPAR. Bolsista CNPQ EXP-B. Atua principalmente nos seguintes temas: Gênero, Políticas Públicas e Ciência e Tecnologia.

Kátia Gerab Baggio

Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde leciona desde 1994, na área de História das Américas. Mestre e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Bacharel e Licenciada em História, também pela USP. Realizou estágios de Pós-Doutorado na USP, UNIRIO e UNAM (México). Coordena, na UFMG, o Núcleo de Pesquisa em História das Américas - NUPHA, fundado em 2017. Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas – ANPHLAC, coordenadora do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Foi professora visitante na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Universidad Nacional de Tucumán (UNT), ambas na Argentina, e Universidad de Santiago de Chile (USACH). Orientou Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado e trabalhos de Iniciação Científica na área de História das Américas nos séculos XIX e XX. É autora do livro *A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)*, além de capítulos e artigos, principalmente sobre história política e intelectual da América Latina, latino-americanismo e pan-americanismo, nacionalismos, direitas ultraliberais nas Américas e história brasileira recente.

Marco Antônio Domingues Teixeira

Professor Associado 4 do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, do Mestrado em História e Estudos Culturais/MHEC e do Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Exercício da Justiça/DHJUS. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia, atuando principalmente nos seguintes temas: remanescentes de Quilombo do Vale do Guaporé, Populações Afro-Amazônicas, Cidadania, Diversidade Etno-Racial Ações Afirmativas, Religiosidade, cultos Afro-Amazônicos, Gênero e Sexualidade, História Regional, Identidade Social, Cultura e Televisão, Cultura Popular, História.

Maria Ariádina Cidade Almeida

Professora do quadro efetivo da Universidade Federal do Acre (UFAC). Atua nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolve pesquisa sobre os indígenas na formação do Acre: fronteiras, civilização e resistência. Possui graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA (2009), Mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM (2012). Foi bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), entre 2010 e 2012.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora substituta na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo, do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero e Sexualidade (UNIFAL), do Formatio (Processos de Formação e Profissionalidade Docente) e líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio, na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É coordenadora institucional do PIBID/Unifal desde 2015. É integrante da Rede Brasileira de História Pública. Possui Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), tendo pesquisado sobre a juventude durante o Estado Novo. Foi professora da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e da Universidade Bandeirante. Atuou no Ensino Médio e foi formadora de Professores no Instituto Qualidade de Ensino (IQE), em Recife e Teresina. Faz parte da comissão editorial e da produção executiva das revistas Oralidades e Cultura Histórica e Patrimônio. Atuou em oficinas e formação de professores de escola pública. É autora de artigos e livros ligados à História Oral, Ditadura Militar, História Pública, patrimônio, relações de gênero e educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em estudos sobre história oral, atuando principalmente nos seguintes temas: memória - greve de 1968 - relações de gênero e sexualidade - história oral de vida - Educação - Ditadura Militar - patrimônio cultural. Fez parte de projeto de pesquisa sobre museu, memória e

patrimônio histórico e cultural, no Delta do Parnaíba, pela Universidade Federal do Piauí, pesquisou sobre manifestações culturais no sul de Minas (Congadeiros) e é conselheira do Museu de Memória e Patrimônio da Unifal. Atualmente desenvolve pesquisa sobre histórias orais de vida de estudantes universitários homo, bi e transexuais.

Raquel Varela

Historiadora, Investigadora e professora universitária. Universidade Nova de Lisboa/IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Foi Professora-visitante catedrática internacional no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, onde foi responsável pela cadeira de História Global do Trabalho. É professora no ISEC, na área de Relações Laborais. É coordenadora do projecto internacional de história global do trabalho *In The Same Boat? Shipbuilding industry, a global labour history*, no ISSH Amsterdam/Holanda. Autora e coordenadora de 32 livros sobre história do trabalho, do Estado Social, de Portugal, História da Europa, do movimento operário, história global. Vários dos livros estão traduzidos em alemão, inglês e francês. Publicou como autora 66 artigos em revistas com arbitragem científica, na área da história, sociologia, educação, economia, serviço social e ciência política indexados no ISI Thompson, CAPES Qualis A, Scopus, entre outros. Autora de 75 capítulos de livros publicados em livros Portugal, EUA, Reino Unido, França, Brasil, Espanha, Hungria, Grécia, França. Fez 158 palestras por convite realizadas em mais de 50 instituições nacionais e estrangeiras.

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU/NAEA) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em História e Civilização – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, com estágio pós-doutorado na Université de Québec à Montreal (Canadá) e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL/França). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes

temas: escravidão no Pará; comunidades remanescentes de quilombos; e territórios, identidades e cartografia Social.

Temis Gomes Parente

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em História pela mesma Universidade, Graduação em História pela Universidade Federal do Piauí. Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFGM. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista de Produtividade. Coordenou o Doutorado Interinstitucional - DINTER - junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenou o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Foi diretora da Região Norte de História Oral. Foi membro do conselho Editorial da Editora Universitária – EdFUT. Fez parte da Diretoria da Associação Brasileira de História oral. Faz parte do Comitê Editorial da Revista História Oral. É coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero - NEDIG- da Universidade Federal do Tocantins. Faz parte del Comité Técnico-Académico de la Red Temática de Paz, Interculturalidad y Democracia del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología desde abril de 2015. Faz parte Associada Nacional de História. Faz parte Associação Brasileira de História Oral e membro do Comitê Editorial da Revista de História oral. Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e memória, Gênero e desenvolvimento Regional, história e gênero, história oral, história e cultura e história do tempo presente. Consultora do Banco Mundial junto a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins no Projeto Estrada do Conhecimento.

Teresa Almeida Cruz

Professora adjunta da Universidade Federal do Acre. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (1999), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), doutorado em Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2016). É assessora do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre e do Brasil. em experiência na área de História, com ênfase em História da África, Cultura Afro-brasileira e História

Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura afro-brasileira, gênero e meio ambiente, desenvolvimento sustentável, movimento de mulheres camponesas e mulheres da Amazônia e História Indígena do Acre.

Waldo Ansaldi

Professor titular de Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor de pós-graduação em diferentes universidades na Argentina e estrangeiras. Se aposentou como pesquisador principal do CONICET no Instituto de Estudos de América Latina e Caribe na UBA e desde 2012 é diretor do mestrado em Estudos Sociais da América Latina na mesma universidade. Doutor em História pela Universidade Nacional de Córdoba. Latino-americanista especializada em análise sociológica de processos históricos, particularmente mecanismo de dominação e violência política. Dirige e integra projetos pesquisa sobre sua especialidade. Seus livros mais recentes são *América Latina la construcción del orden*, pela editora Ariel em 2 volumes, escrito com Veronica Giordano (2016), com trabalhos do grupo de pesquisa no qual coordena Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina (GESHAL); *América Latina Tiempos de Violencias*, coordenado com Veronica Giordano (2014), editora Ariel, e inúmeros capítulos de livros, artigos e participações em eventos internacionais.

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

Tiago Siqueira Reis

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado pela professora Virgínia Fontes. Membro do conselho editorial da Revista História & Luta de Classes. Estuda a História da saúde pública brasileira, História das instituições e das empresas, Estado e poder no Brasil República e História do Tempo Presente.

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro, pela Editora Clio Gestão Cultural, em 2015. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Colaborou como colunista na Revista Contemporâneas Revista Semanal de Difusão Cultural (2018/2019). Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR. Dedicar-se a temas relacionados ao Ensino de História, Relações Étnico-Raciais, História do Tempo Presente e Brasil Colônia.

Carla Monteiro de Souza

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR), no curso de História e no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras-PPGSOF. Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR Mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Migrações, realizado junto ao Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial da Universidade de Lisboa. Atua na área de História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, com ênfase em história do tempo presente; história oral, narrativas e memórias; migrações e cidades; história e literaturas.

Américo Alves de Lyra Júnior

Professor Associado da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lotado na Coordenação de Relações Internacionais, lecionando as disciplinas Filosofia Política, História Andina e Pan Amazônica, História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. Bacharel e Licenciado em Filosofia, Mestre em História Social e das Ideias, Doutor em Historiografia e História das Ideias, com Pós-Doutorado em Relações Bilaterais e Multilaterais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em América Latina e Brasil, tem focado estudos e orientações em iniciação científica, graduação e mestrado em temas amazônicos. Tem interesse em pensamento político caribenho e tradição religiosa africana na América Latina e Caribe. Atuou como vice-reitor da UFRR (2016/2020).

Realizaram a revisão desse volume:

Tiago Siqueira Reis e Monalisa Pavonne Oliveira

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II

Escrevem neste número:

Airton dos Reis Pereira · Amarildo Ferreira Júnior
Carlos Zacarias de Sena Júnior · César Augusto B. Queirós
Gilberto Grassi Calil · Jeany Castro dos Santos
Kátia Gerab Baggio · Marco Antônio Domingues Teixeira
Maria Ariádina Cidade Almeida
Marta Gouveia de Oliveira Rovai · Raquel Varela
Rosa Acevedo Marin · Temis Gomes Parente
Teresa Almeida Cruz · Waldo Ansaldi



Roraima
2020



ISBN: 978-65-86062-18-2

